

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/340037911>

Psicologia Política: Debates e Embates de um campo Interdisciplinar

Book · March 2012

CITATIONS

3

READS

47

5 authors, including:



Marco Antonio

National University of Colombia

85 PUBLICATIONS 71 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Marco Bettine

University of São Paulo

664 PUBLICATIONS 688 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Alessandro Soares da Silva

University of São Paulo

99 PUBLICATIONS 347 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Sociologia do Esporte [View project](#)



Psicologia Política das Relações de Gênero, Raça/Etnia e Orientação Sexual [View project](#)

Psicologia Política

Debates e Embates de um campo Interdisciplinar

MARCO ANTONIO BETTINE DE ALMEIDA
ALESSANDRO SOARES DA SILVA
FELIPE CORRÊA

Psicologia Política
Debates e Embates de um campo Interdisciplinar

PSICOLOGIA POLÍTICA: DEBATES E EMBATES DE UM CAMPO INTERDISCIPLINAR

Organizadores:

MARCO ANTONIO BETTINE DE ALMEIDA

ALESSANDRO SOARES DA SILVA

FELIPE CORRÊA

Universidade de São Paulo

Reitor Prof. Dr. João Grandino Rodas
Vice-Reitor Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Diretor Prof. Dr. Jorge Boueri
Vice-Diretor Prof. Dr. Edson Leite

Conselho Editorial

Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho (Diretor da EACH), Presidente.
Prof. Dr. Edson Leite (Vice-Diretor da EACH), Vice-Presidente.
Prof. Dr. Adolpho José Melfi (aposentado/USP),
Prof. Dr. Celso de Barros Gomes (aposentado/USP),
Prof. Dr. Sílvio Sawaya (FAU/USP),
Prof. Dr. José Carlos Plácido da Silva (FAAC/UNESP),
Profa. Dra. Kátia Castilho (pesquisadora);
Prof. Dr. Thomás Augusto Santoro Haddad (EACH/USP),
Prof. Dr. Pablo Ortellado (EACH/USP),
Profa. Dra. Sandra Lúcia Amaral de Assis Reimão (EACH/USP).

Comissão de Biblioteca e Edição | CoBEd

Prof. Dr. Thomás Augusto Santoro Haddad | presidente
Prof. Dr. Pablo Ortellado
Prof. Dr. Rogério Mugnaini
Prof. Dr. Carlos de Brito Pereira
Rosa Tereza Tierno Plaza

Revisão

Felipe Corrêa

Capa

Carlos A. S. Santos

Diagramação

Ademilton J. Santana

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

Psicologia política: debates e embates de um campo interdisciplinar /
organizadores, Marco Antonio Bettine de Almeida, Alessandro
Soares da Silva, Felipe Corrêa. – São Paulo: Escola de Artes,
Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012.
247p.

Modo de acesso ao texto: <http://www.each.usp.br/edicoes-each/psicologia_politica.pdf>

ISBN: 978-85-64842-02-1

1 Psicologia política I. Almeida, Marco Antonio Bettine de, org II.
Silva, Alessandro da, org. III. Corrêa, Felipe, org.

CDD 22.ed. – 320.019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

5 Apresentação

Campo Interdisciplinar

9 A PSICOLOGIA POLÍTICA: UM BREVE OLHAR SOBRE AS AMÉRICAS
Leandro Rosa e Alessandro Soares da Silva

Poder, Locura e Prisões

37 TRÊS HIPÓTESES DA TEORIA DO PODER EM FOUCAULT
Felipe Corrêa Pedro

69 OS SABERES, OS CRIMES E A LOUCURA: UM ENFOQUE DA PSICOLOGIA POLÍTICA
Débora Cidro de Brito
Marco Antonio Bettine de Almeida

87 ANÁLISE DE UM PRESÍDIO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM DA PSICOLOGIA POLÍTICA
Marco Antonio Bettine de Almeida e
Gustavo Luis Gutierrez

Saúde Pública e Esporte

105 PARA UMA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA
Gustavo Luis Gutierrez e
Marco Antonio Bettine de Almeida

125 A PROMOÇÃO DA SAÚDE: UM ENFOQUE PSICOPOLÍTICO
Mônica Alves Cardona
Marco Antonio Bettine de Almeida

137 ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DO ESPORTE: O SUJEITO E A RACIONALIZAÇÃO
Marco Antonio Bettine de Almeida, Simone Cassoli Ferraz, Mônica Nogueira, Willian Galhardo e Karoline Ribeiro

Democracia e Direitos Humanos

- 149** A DEMOCRACIA E OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
Guilherme Borges da Costa e
Alessandro Soares da Silva
- 177** A INTERSUBJETIVIDADE COMO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO
Dennis de Oliveira e Eliete Edwiges Barbosa
- 201** A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NO CENÁRIO BRASILEIRO
Ana Rita dos Santos Ferreira e Andréa Viude
- 221** HOMOFOBIA, VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS
Alessandro Soares da Silva e
Thomaz Ferrari D'Addio

APRESENTAÇÃO

O Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo constitui um esforço interdisciplinar de pesquisadores e pesquisadoras oriundos/as de múltiplas áreas do saber com a finalidade de pensar e investigar o campo do comportamento político e seus desdobramentos no âmbito dos movimentos sociais e das ações coletivas, das políticas públicas e das sociedades multiculturais.

Dentro desse contexto, o livro *Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar* coloca-se como interlocutor das diferentes perspectivas da Psicologia Política, como também de seus pesquisadores e pesquisadoras. Constitui-se, portanto, um estudo das problemáticas no amplo campo da Psicologia Política que tem como epicentro a reflexão sobre o comportamento político nas sociedades contemporâneas.

O ponto de intersecção entre essas duas áreas científicas, Psicologia e Política, tem sido a preocupação com a construção de um universo de debate em que nem as condições objetivas nem as subjetivas estejam ausentes. Pelo contrário, que ambas estejam compreendidas por diferentes abordagens teóricas, como co-determinantes e, portanto, constituintes dos comportamentos coletivos, dos discursos, das ações sociais e das representações que constituem antagonismos políticos no campo social.

A Psicologia Política vem sendo compreendida por nós como

uma *encruzilhada* de campos de conhecimento, apoiando-se na interdisciplinaridade como um de seus aspectos centrais e debruçando-se sobre distintos objetos tais como: preconceito social; diferentes formas de racismo, xenofobia e homofobia; ações coletivas e movimentos sociais; intersubjetividade e participação; socialização política e saúde pública; relações de poder e instituições totais; valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas.

Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar reúne professores e alunos, de graduação e pós-graduação, para discutir questões que julgamos relevantes para o campo da Psicologia Política. Priorizando as áreas em que se desenvolvem, nesse momento, distintos projetos de pesquisa, o livro está dividido em quatro grandes eixos. “Psicologia Política: campo interdisciplinar”, de um só capítulo, traz discussões acerca do campo em questão, investigando as produções de alguns países das Américas. “Poder, Loucura e Prisões” reúne três capítulos; um teórico, acerca da problemática do poder na obra de Michel Foucault e outros dois que trabalham com objetos mais específicos: a loucura e seu tratamento nos Hospitais de Custódia e as prisões, a partir de uma pesquisa realizada em campo. “Saúde Pública e Esporte”, também com três capítulos, reúne um com aportes teóricos acerca da Teoria da Ação Comunicativa de Jünger Habermas, e dois outros com discussões mais específicas: a promoção da saúde e o esporte. “Democracia e Direitos Humanos” contém dois capítulos com contribuições teóricas e dois outros que, a partir das noções de democracia e direitos humanos, investigam as políticas de ação afirmativa e a homofobia.

Como o leitor notará, o livro não possui uma unidade teórica e nem metodológica; seus referenciais são amplos e distintos, o que confere a ele esse caráter de obra de debates e embates. Entendemos, entretanto, que é assim que se vem construindo e que se deve construir o campo da Psicologia Política. Esperamos que os textos a seguir possam contribuir com o desenvolvimento dos debates e do próprio campo no Brasil.

Boa Leitura!

Psicología Política: Campo Interdisciplinar

A Psicologia Política: Um breve olhar sobre as Américas

Leandro Rosa¹

Alessandro Soares da Silva²

“Impressionado outr’ora pela ausencia de obras especiaes relativas á psychologia politica, eu esperava sempre ver preenchida essa lacuna.”
Le Bon (1963).

Quando alguém se debruça sobre a produção dos psicólogos e a própria história da psicologia observa que, de maneira geral, eles não se distinguiram precisamente por seu interesse por questões políticas e sociais. Ainda assim, houve quem praticasse atrocidades racistas escrevendo pérolas como *Hitler, der Politische Psychologe* de Walther Poppelreuter. Pare ele, o livro de Hitler *Minha Luta* “era um verdadeiro texto de Psicologia Política [...], uma autêntica mina de ouro para o psicólogo”. Mas se esquadriharmos bem os textos de Psicologia Social, é possível detectar algumas poucas obras que se interessaram por questões que atualmente se consideram próprias da Psicologia Política: propaganda política, democracia e comportamento, comportamento eleitoral, atitudes políticas. Quem sabe por isso foram os Cientistas Políticos quem mais decididamente começaram a investigar problemas de Psicologia Política e, ainda hoje, continuam com certa vantagem sobre os psicólogos, visto que, por exemplo, desde 1968, a APSA (Associação Americana de Ciências Políticas) oferece Psicologia Política como categoria profissional a ser escolhida por seus membros.

¹Mestrando da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo

²Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

Mas ficam ainda as perguntas: o que é e para serve a Psicologia Política? Essas são algumas das questões que nos propomos responder neste capítulo introdutório. Para tanto, faremos aqui uma breve revisão de literatura acerca da Psicologia Política e da produção no campo feita nas Américas, visto que a produção europeia já se encontra melhor sistematizada e com mais visibilidade no Brasil.

A gênese da Psicologia Política

A Psicologia Política é uma disciplina acadêmica, fruto da especial confluência entre a Psicologia e a Ciência Política, visto que outros estudos se associam na sua produção. Ela se constitui no interstício das fronteiras disciplinares e muitas vezes se vê refém de sua própria identidade, mas com possibilidades efetivas de dar respostas a questões que a tradição disciplinar não tem conseguido responder.

Ainda que alguns autores afirmem que o termo *psicologia política* apareceu num trabalho do politólogo estadunidense Merriam em 1924, o termo tem antecedentes mais antigos em obras como *Essai d'une Psychologie Politique du Peuple Anglais au XIXe siècle* (1901); *Elements d'une Psychologie du Peuple Americane* (1902); *The English People: a study of their political psychology* (1901), de Emile Boutmy; *El Histrionismo Español: ensayo de psicología política* (1906), de Eloy Luis Andre; *Gaspar Martins e Julio de Castilhos: estudos críticos de psicologia política*, de Victor de Britto (1908) ou *La Psychologie Politique et la Défense Social*, de Gustave Le Bon (1963). Essa última obra teve grande repercussão e se estabeleceu como um marco para essa nova configuração interdisciplinar do conhecimento que viria a se consolidar apenas nos anos de 1960, como disciplina independente.

Le Bon (1963) era um pensador solitário e fez sua trajetória por fora dos caminhos da academia. Médico de profissão, politicamente conservador, mas com uma arguta percepção das contradições sociais de sua época, Le Bon tinha bastante clareza da influência que a tecnologia exercia sobre os indivíduos. Como ele próprio narra, nesse livro, após abandonar as investigações no campo da física devido ao seu alto custo econômico, decide aplicar alguns de seus princípios publicados em obras anteriores ao campo da política e se depara com a surpreendente inexistência de obras de psicologia política. Segundo o próprio autor, isso ocorreu

Após dez anos quase exclusivamente consagrados à experiência de física, de que originou o meu livro sobre a *Evolução da Matéria*; essas investigações se tornaram demasiado custosas para que fossem prosseguidas. Tive, pois, que abandoná-las e resignei-me a voltar a antigos estudos. Desejoso de aplicar (sic) à política princípios expostos em várias das minhas obras anteriores, pedi ao professor Riobot, meu eminente amigo, que me indicasse tratados de psicologia política recentemente publicados. A sua resposta me informou que eles não existiam. A minha estupefação foi a mesma que tive, quinze anos antes, quando, querendo emprender o estudo da psicologia das multidões, eu me certifiquei de que nenhum escripto apparecêra sobre esse assunto. Não significa isso que as dissertações políticas tenham faltado. São, ao contrário, abundantes, desde Aristoteles e Platão, mas os seus autores foram, as mais das vezes, theoreticos que, alheios às realidades do seu tempo, conheciam apenas o homem chimerico produzido por sonhos. A psicologia é a arte de governar nada tem a pedir-lhes (1963, p. 11).

Podemos dizer que o livro *La Psychologie Politique et Défense Social* contribuiu, como notaram Maritza Montero e Alejandro Dorna (1993, p. 54), para “a cristalização de um projeto ideológico e científico. [...] Apesar de seus defeitos, esse texto merece uma leitura atenta, pois contém alguns elementos de interesse epistemológico e metodológico.”³ E esse projeto ideológico de compreensão da ciência e da realidade, de leitura e aplicação da psicologia (social) ao estudo da política, como também o quiseram autores como Tarde, Mosca e Pareto, pode ser vista em trechos do livro como este em que o destaca o próprio Le Bon:

A ausencia de obras clássicas sobre tal assumpto e a inexistencia de cadeiras consagradas ao seu ensino provam que a sua utilidade não se revela claramente. Era, pois, necessario demonstral-a. Será um dos objetivos d'este livro (p. 11).

Segundo o autor, “a psicologia politica se edifica com materiaes diversos, de que os principaes são: a psicologia individual a psicologia das multidões e, enfim, a das raças.” (p. 7), sendo ela

³Traduções do organizador do livro.

mesma um sinônimo de “sciencia do governo” e “tão necessaria que os estadistas não a poderiam dispensar” (p. 6). Como ciência do governo, a psicologia política seria uma espécie de engenharia social, capaz de evitar que governantes cometessem graves e custosos erros por estarem orientados não por “leis formuladas”, mas por “impulsos da ocasião e algumas regras tradicionais” (p. 6).

Aparentemente, os elementos interdisciplinares constituidores da Psicologia Política são claros na obra de Le Bon (1963); contudo, há quem deseje vê-la como subdisciplina da Psicologia Social ou como ramo de uma área que têm dificuldade em defender-se como disciplina autônoma de seus primórdios até hoje. Ángel Rodruíguez Kauth (2001) considera que, no que concerne a essa dimensão interdisciplinar e à autonomia da Psicologia Política enquanto campo de conhecimento, a discussão traz muitas controvérsias. Ainda assim, estamos de acordo com o autor quando ele diz:

a Psicologia Política costuma ser entendida não somente como um campo separado da Psicologia Social, mas, fundamentalmente, como um nível superior de análise e de interpretação da realidade, no qual se utilizam tanto conceituações psicossociais como políticas, históricas, ideológicas, filosóficas e econômicas. Tudo isso – quando assim o realizamos – é resultado de uma síntese que absorve e integra os dados psicológicos e sociológicos de cunho político, e que é atravessada pela subjetividade, tanto individual como coletiva, visando conseguir um maior alcance teórico nos processos de pesquisa, assim como uma maior efetividade em relação à análise, à compreensão e à intervenção nos fatos político-sociais que ocorrem a nossa volta (pp. 41-42).

Vale reafirmar algumas considerações de Le Bon (1963) e que, a nosso ver, ainda hoje seguem válidas. Para esse autor, “A psychologia politica participa da incerteza das ciencias sociaes, que indicámos. Cumpre, entretanto, utiliza-la tal como é, pois os acontecimentos nos impellem e não esperam” (p. 4). Quem sabe essa capacidade de critica seja o que faz com que a Psicologia Política não tenha se convertido em uma disciplina focada em sentidos utilitaristas, mas buscado um caminho comprometido com a crítica da realidade.

A Psicologia Política se institucionaliza, de fato, com a publicação de importantes manuais sobre a área na década de 1970 e com a criação da Sociedade Internacional de Psicologia Política, em 1978. No entanto, caracterizar a Psicologia Política como disciplina homogênea tem se mostrado não só um grande desafio, mas, para muitos, uma temeridade que dificulta a ela própria estabelecer-se como um espaço de produção de conhecimento capaz de auxiliar na compreensão da complexidade da realidade sociopolítica.

Montero e Dorna (1993) se referem à Psicologia Política como uma disciplina na encruzilhada. Essa imagem parece realmente muito apropriada quando nos deparamos com a quantidade de caminhos ou possibilidades existentes nesse campo do conhecimento. Os autores defendem que uma das características da Psicologia Política é sua heterogeneidade temática, a qual pode ser interpretada como sinal de vitalidade. Contudo, a heterogeneidade dessa disciplina não se esgota em sua diversidade de temas.

Em outro trabalho, Montero (2009) aborda a grande multiplicidade de abordagens existente dentro do campo da Psicologia Política. Segunda a autora venezuelana, há, de modo geral, três grandes âmbitos: o estadunidense, o europeu e o latino-americano. Cada um desses âmbitos aborda determinados níveis ou perspectivas de análise que se manifestam em diferentes modelos. É importante pontuar que cada perspectiva pode se vincular a mais de um modelo e vice-versa. Para ela, os níveis e modelos são os seguintes:

Níveis ou perspectivas de análise

Perspectiva psicossocial ou psicossociológica;

Perspectivas psicanalíticas;

Perspectiva discursiva;

Perspectiva estrutural-funcional;

Modelos

Modelo liberacionista-crítico;

Modelo retórico-discursivo;

Modelo psico-histórico;

Modelo racionalista;

Modelo marxista;

Modelo da psicologia coletiva.

Mesmo que a abordagem extensiva de cada um desses modelos e níveis não se adéqüe aos objetivos do presente capítulo, consideramos que sua menção seja importante para podermos perceber, de forma clara, a diversidade, não só de temas, mas também de referenciais teóricos e metodológicos, existentes dentro da Psicologia Política. Como destaca José Manuel Sabucedo (1996), “Ao ser um âmbito científico com uma vocação claramente interdisciplinar, a Psicologia Política se define melhor por sua pluralidade do que por sua uniformidade teórica e metodológica” (1996, p. 24).

Em um artigo publicado na *Revista Psicologia Política*, Montero (2009) aborda como a diversidade desse campo se manifesta também em seus objetivos. Segundo a autora, pode-se identificar, de forma geral, três posições sobre os objetivos da Psicologia Política. Uma maneira de se definir os objetivos da Psicologia Política é de acordo com os objetos a serem estudados. Essa é a posição defendida por Sabucedo (1996). A crítica de Montero a esse posicionamento está no fato de ela considerar insuficiente apenas buscar descrever o objeto e entender as relações entre o político e o psicológico ali presentes. Segundo a autora, a Psicologia Política deve ser utilizada como meio de libertação. Para Montero, a Psicologia Política serve

a muitos propósitos. O primeiro, para ser essa voz que insiste em mostrar à sociedade suas múltiplas faces, indicando que ela não é uniforme, estável, calma e nem perfeita; que dentro dela existem forças que se enfrentam e que quando se acredita ter chegado a um limite, há, novamente, outros a superar. Para revelar os acertos e os erros e mostrar as correntes que por ela discorrem. Para manter ativa a condição dinâmica e em constante mudança da sociedade, contribuindo com uma observação crítica da construção dessa sociedade que sempre se deseja que seja melhor, que sempre pode e deve ser melhor (2009, p. 211).

A heterogeneidade apresentada acima pode ser encarada como fruto de um estágio ainda inicial do desenvolvimento da disciplina ou,

por outro lado, pode ser concebida como uma característica própria da Psicologia Política, que se identificaria com um campo interdisciplinar e, necessariamente, diverso. Após abordarmos, de forma geral, a pluralidade da Psicologia Política, consideramos importante, agora, pensar como tal pluralidade se manifesta em contextos específicos.

Teremos como foco de nosso mapeamento quatro países das Américas. Serão eles: Estados Unidos, Canadá, México e Argentina. Para a apresentação da Psicologia Política nesses locais, utilizaremos autores que abordam uma revisão da disciplina em cada país. Esperamos que após nossa breve apresentação, possamos ter elementos para melhor compreender como uma mesma área de conhecimento pode se manifestar de formas tão diversas em um mesmo continente.

Notas sobre a produção em Psicologia Política nos Estados Unidos da América

Os Estados Unidos da América podem ser considerados não só como um dos países pioneiros no processo de institucionalização da Psicologia Política, mas um dos países que mais tem influenciado no modo como se vê e entende a disciplina hoje. Certamente, em suas fronteiras se concentra o maior número de centros de investigação no campo, bem como de atividades práticas no mundo do trabalho não-acadêmico.

Autores como Carlos Barracho (2011) lembram que, no início do século XIX, os EUA já haviam estabelecido os fundamentos teóricos que sustentariam a abordagem americana da Psicologia Política nos séculos seguintes. Esses pilares teóricos são o pragmatismo de Willian James (1842-1910), John Dewey (1859-1952) e George Herbert Mead (1863-1931) e o comportamentalismo de John Watson (1878-1958). A esses importantes nomes, juntam-se trabalhos dos antropólogos Franz Boas (1858-1942), Bronislaw Malinowsky (1884-1942), Willian Issac Thomas (1863-1947), com seu livro *Sexo e Sociedade* e Florian Znaniecki (1882-1958), com a obra *The Polish Peasant in Europe e America*.

Outro importante autor é o professor do departamento de Ciência Política da Universidade de Chicago, Charles E. Merriam (1874-1953). Ele

foi o responsável pela introdução da abordagem behaviorista no campo da política, além de vários outros conceitos psicológicos. Ele abordou, entre diversos temas, a função da hereditariedade e do ambiente nos comportamentos sociais e políticos, assim como a socialização política. Defendeu também que já em Platão haveria considerações de natureza psicológicas relacionadas à filosofia política. Se por um lado Charles Merriam é visto, erroneamente, por alguns, como o primeiro autor a abordar e utilizar o termo Psicologia Política, por outro, não é nenhum equívoco dizer que ele foi um dos grandes influenciadores daquele que viria a ser considerado por muitos como o “fundador” da Psicologia Política Moderna, Harol Lasswell.

Como aponta a literatura (SABUCEDO, 1996; AIZPURÚA, 2002), Lasswell é fundamental para a constituição da Psicologia Política estadunidense. Para Lasswell, os três elementos básicos para compreensão do comportamento político são: a resposta, o ambiente e a predisposição. Esses elementos lhe possibilitaram estudar, entre outros temas, a propaganda, a formação da liderança política e a relação de poder entre as elites e massas.

Lasswell defendia que as experiências ocorridas na infância seriam determinantes para a formação do sujeito político. Para ele, naquele momento próximo à linha psicanalítica, os líderes políticos teriam como grande motor de seu comportamento uma racionalização de motivos pessoais. Carlos Barracho, ao comentar as posições de Lasswell, escreve:

Os políticos, para Laswell, são pessoas infantis com uma perpétua e insaciável necessidade de reconhecimento social. No entanto, esta patologia não afecta apenas os líderes, mas também os seus seguidores. [...] As idéias políticas e os movimentos de massa adquirem a sua energia através do deslocamento dos motivos íntimos dos sujeitos (2011, p. 121-122).

Barracho (2011) defende que a chegada de grandes pensadores que migravam da Europa no final dos anos 30 também teve influência decisiva na abordagem estadunidense da Psicologia Política. O embate entre os pensadores europeus e americanos gerou uma disputa, mas

também uma integração das escolas behaviorista e da *Gestalt*. Fruto desse processo foi o significativo desenvolvimento da Psicologia Social na época. Álvaro e Garrido (2007) apontam como grandes representantes desse momento Kurt Lewin (1890-1947) e os estudos dos processos grupais, Solomon Ash (1907-1996) e o estudo sobre persuasão social, Fritz Heider (1896-1988) e a sua teoria do equilíbrio, Leon Festinger (1919-1989) e a teoria da dissonância cognitiva, os membros da Escola Crítica como Marcuse (1898-1979), Adorno (1903-1969) e Hannah Arent (1906-1975).

Entre os anos 1940 e o final dos anos 1970, a Psicologia Política estadunidense foi predominantemente marcada pelos ambientalistas. Até o começo da década de 1960, os trabalhos que remetem à Psicologia Política são relacionados à participação política e ao comportamento eleitoral. Um dos grupos que realizaram tais trabalhos é o da Universidade de Colúmbia (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet), o qual defende, em sua obra *The People Choice*, que as variáveis demográficas e sociológicas são preponderantes às campanhas eleitorais no momento do voto. Outro grupo formado na Escola de Michigan (Campbell, Converse, Miller e Stokes), em seu livro *The American Voter*, introduz variáveis psicológicas para explicar a preferência dos eleitores. Na década de 1970 começam a surgir novos estudos relevantes à área da Psicologia Política como, por exemplo, *Political Ideology* de Robert Lane e *The Civic Culture* de Almond e Verba. Em 1968, a Associação Americana de Ciência Política reconhece a categoria Psicologia Política como possuidora de estatuto profissional. No ano de 1972 é publicado *The Social Psychology of Political Life* de Samuel Kirpatrick e Lawrence Petit e *Political Man* de Robert Lane. Finalmente em 1978 é fundada a Associação Internacional de Psicologia Política, um dos marcos da institucionalização do campo (BURRILLO, 1986; BARRACHO, 2011).

Na década de 1980 merecem destaque: *Psychological Perspectives of Politics* de Carol Barner-Barry, o *Tratado de Ciência Política* de Grawtz e Leca e o capítulo de Kinder e Sears no *Handbook of Social Psychology* de Lindzey e Aronson. A partir da década de 1990, a Psicologia Política passa a ser uma divisão nos congressos da Sociedade Internacional de Psicologia Aplicada.

É possível perceber que, dentro de um mesmo contexto nacional, a Psicologia Política assume considerável variedade.

Ainda assim, há certas características preponderantes na Psicologia

Política estadunidense. Segundo Montero (2009), essas perspectivas são: psicanalítica, psicossocial (atualmente com predominância das abordagens cognitivistas em relação às comportamentais) e estrutural-funcional, a qual possui nos EUA seu principal centro de referência e reúne em torno dessa perspectiva psicólogos políticos advindos das Ciências Sociais e Políticas. Relacionado ao nível estrutural-funcional, também podemos encontrar com bastante frequência nos EUA o modelo racionalista de Psicologia Política.

Por fim, vale notar que a Psicologia Política no Brasil construiu parte de suas contribuições mediante os trabalhos acadêmicos e formativos de Salvador Antonio Mireles Sandoval, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Esse destaque se dá aqui em função de ele ser um intelectual estadunidense radicado no Brasil e formado a partir das Ciências Políticas. Sua formação se deu com o cientista político Charles Tilly (1929-2008), autor que, em sua obra, trata os fenômenos sociopolíticos levando em conta elementos micro-sociológicos ou mesmo psicopolíticos. Exatamente por isso Sandoval envereda seus estudos para o campo da Psicologia Política e, desde 1986, lidera o Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais da PUC-SP.

Notas sobre a produção em Psicologia Política no Canadá

Segundo Paul Nesbitt-Larking (2004), mesmo tendo desenvolvido grande número de pesquisas nas últimas três décadas, a Psicologia Política no Canadá ainda não foi capaz de alcançar um nível considerável de institucionalização acadêmica. A Psicologia Política nesse país se divide em um ramo central e algumas escolas periféricas. Sustentando uma concepção ampla, Nesbitt-Larking (2004) defende que o político se refere às relações sociais de poder que dizem respeito à elaboração de regras e distribuição de recursos. Também argumenta que os sistemas políticos são afetados pelas disposições psicológicas dos atores políticos; ao mesmo tempo, tais sistemas têm impacto sobre as subjetividades individuais.

O autor expressa com frequência sua preocupação de que, na tentativa de definir um campo que possa ser academicamente respeitado e institucionalizado, os psicólogos políticos acabem por ignorar as linhas marginais e ecléticas da Psicologia Política hoje, as quais podem trazer

grandes contribuições para o campo. No caso do Canadá, uma orientação eclética assertiva é muito adequada para o estudo de assuntos de interesse nacional. Além dessa tradição, há no Canadá outra, que Nesbitt-Larking nomeia de “réplica em miniatura da ciência social canadense”. Existe uma tensão entre as duas linhas de pensamento. Ambas as tendências cresceram à sombra da academia americana; no entanto, uma delas se tornou mais assertiva e independente e a outra buscou a integração com a ciência estadunidense.

O Canadá é o segundo maior centro de estudos das Ciências Políticas em língua inglesa. Ainda assim, a Psicologia Política é pouco presente na academia (apenas seis departamentos). Neste país, a Psicologia Política institucionalizada é capaz, mesmo sendo produzida por um pequeno grupo, de produzir um grande número de publicações. Essa contradição se dá pela estrutura acadêmica do país, a qual é muito próxima à estadunidense. Muitos estudos em Psicologia Política são enquadrados como estudos de Psicologia Social aplicados a assuntos relacionados a poder e conflitos. Uma alternativa são as Ciências Políticas, onde há mais espaço para o ecletismo, o que gera maiores possibilidades de estudos próprios de Psicologia Política. No Canadá existe uma clara distinção entre Psicologia Política (ênfase em processos individuais) e estudo do comportamento político (ênfase em variáveis institucionais, culturais e contextuais) (NESBITT-LARKING, 2004).

O autor divide a formação da Psicologia Política do Canadá em alguns momentos. O primeiro momento é a “era eclética”. Durante a era eclética (desde a II Guerra Mundial até anos 60) havia pouca preocupação com as sistematizações do conhecimento em disciplinas específicas. Poucas pessoas se caracterizariam, especificamente, como psicólogos políticos; nesse momento três autores são considerados principais:

Christian Bay: estuda ideologia, comunidade e tem uma concepção clássica de virtude cívica. Faz críticas ao behaviorismo aplicado à política, mas acredita que uma Ciência Política mais útil socialmente e se baseia em uma integração entre estudantes de política e psicologia.

John Irving: estuda liderança e submissão em Alberta.

Jean Laponce: estuda topologia mental da política, em especial o espectro left-right (direita-esquerda).

O segundo momento abordado por Nesbitt-Larking é o que marca a entrada do behaviorismo no país. O referencial behaviorista vem para o Canadá principalmente sob a influência da academia estadunidense. O behaviorismo nega conscientemente a postura da era eclética e assume posturas mais rígidas nas práticas de pesquisa. Negando a abrangência até então presente no ecletismo, o behaviorismo entra em questão no Canadá, como já havia feito nos EUA. Alguns dos autores behavioristas próximos às Ciências Políticas e seus campos de estudo, que Nesbitt-Larking destaca nesse período são:

Meisel: estuda comportamentos eleitorais.

Pammett e Whittington: estudam a socialização política.

Simeon e Elkins: estudam a tipologia de personalidades políticas.

Nevitte e colaboradores: estudam o declínio do respeito à política no Canadá pós-materialista.

No terceiro momento da análise, são abordadas as contribuições da Psicologia Social politicamente relevantes. Nesse tópico, o autor cita como temas de destaque: discriminação e etnocentrismo, assim como o funcionamento do multiculturalismo. Também vale destaque a questão da identidade política, em especial no contexto do nacionalismo e relações “Francês-Ingles” no Canadá. Muitos psicólogos sociais canadenses entendem o cientista social como tendo o papel de resolver conflitos pertinentes a sua sociedade. A peculiar situação do Canadá (multicultural, bilíngüe, entre outras características) faz com que haja interesse em boa parte dos acadêmicos em estudar conflitos entre grupos e como reduzi-los.

Por fim, Nesbitt-Larking (2004) aborda a influência do que ele denomina como a Psicologia Política da Cognição e da Decisão. Como grande referência dessa linha, é citado Peter Suedfeld, o qual, junto a seus colegas, desenvolveu uma técnica para pontuar a complexidade cognitiva dos líderes políticos. De forma menos significativa, também há algumas contribuições canadenses ao estudo das relações internacionais e existem alguns pesquisadores de vertente psicanalítica que estudam as decisões políticas não limitadas ao contexto canadense.

Mesmo com a grande influencia liberal-individualista dos Estados Unidos da América, o Canadá ainda possui traços culturais que não cederam completamente aos padrões estadunidenses. Tal “resistência” é determinante na academia canadense. Nesbitt-Larking (2004) aborda alguns autores e estudos que, segundo ele, demonstram que o ecletismo citado inicialmente ainda existe no Canadá. Entre esses autores estão Paul Roazen, Vivian Rakoff e dois estudiosos do autoritarismo, Bob Altermeyer e H. D. Forbes. Também é citado um importante autor de críticas marxistas à Psicologia e à Psicologia Social, W. Peter Archibald. Isaac Prilleltensky é outro psicólogo político de vertente socialista que obteve destaque no Canadá ao mostrar como teorias da Psicologia Social e estratégias de libertação próximas às de Paulo Freire podem ser usadas no combate à opressão. Por fim, há também um grupo de pesquisadoras (Bashevkin, Bell, Brodie, Everit, Gidengil, Shutz e Steinberg.) que tem se dedicado ao estudo da questão de gênero no Canadá.

Como conclusão, Nesbitt-Larking (2004) destaca a bifurcação existente na Psicologia Política canadense: um ramo principal e um alternativo, marginal e eclético. Inspirado em Trent e Stein, o autor defende que o Canadá está na armadilha da dependência intelectual, pois mesmo tendo algumas idéias e perspectivas novas no país, a Ciência Política canadense ainda é muito dependente principalmente dos Estados Unidos da América. Ele escreve que é necessário desenvolver estudos interdisciplinares e críticos que desafiem o ramo principal existente. Considera que a complexidade cultural e ideológica do Canadá se mostra um confortável ambiente para o desenvolvimento da Psicologia Política. Por fim, independente da vertente (hegemônica ou alternativa), pode-se dizer que a Psicologia Política é próspera no Canadá.

De acordo com o panorama apresentado acima, são diversas as perspectivas e modelos de Psicologia Política no Canadá. A linha dita como principal é próxima das vertentes estadunidenses (principalmente à perspectiva psicossocial e ao modelo racionalista). Já as escolas que ocupam posições marginais na academia apresentam referenciais diversos. Entre esses, foram destacados no texto: o modelo marxista e o modelo liberacionista-crítico.

Mais recentemente, Catarina Kinnvall e Paul Nesbitt-Larking (2011) lançaram um interessante livro intitulado *The Political Psychology*

of Globalization: muslims in the west, no qual tratam das dimensões multiculturais propriamente ditas. Nele, se abordam as formas que tais elementos transformam as dimensões da vida em um país marcado pela pluralidade social e religiosa advinda de processos migratórios. Kinnvall e Nesbitt-Larking abordam os processos de globalização, estabelecendo comparações entre diferentes estratégias de identidade e regimes de cidadania em um contexto de multiculturalismo, no qual ficam claras muitas das dicotomias existentes entre indivíduo e sociedade, entre o local e o global.

Notas sobre a produção em Psicologia Política no México

Graciela Mota (2002) apresenta a realidade que tem se configurado no cenário mexicano, evidenciando a necessidade de um novo enfoque para a Psicologia Política naquele país. A Psicologia Social e Política, de enfoque positivista, mostra-se insuficiente para compreender a complexidade e as possibilidades diversas da realidade mexicana. Uma alternativa apresentada pela autora é a psicologia coletiva, a qual possui, em relação aos modelos positivistas, uma estrutura mais afetiva que racional e mais estética que reflexiva. Tal referencial remete aos pesquisadores do final do século XIX e meados do século XX.

Mota defende que a cidadania torna-se, devido às especificidades do contexto político e social do país, o ponto de partida para a psicologia coletiva entender diferentes ações que se dão no cotidiano mexicano. Essas ações abarcam as diferentes esferas da sociedade: íntima, privada, semi-pública, pública e civil. O autor do texto ressalta a importância de não apenas trabalhar com fatos dados, como os referenciais positivistas têm feito, mas pensar as possibilidades do porvir. Ou seja, apoiar as ações que podem fazer com que a construção cidadã imprima vigência, qualidade e historicidade à democracia.

Em 1990 publicou-se a importante obra *Cuestiones en Psicología Política en México*, organizada por Mota. No contexto mexicano, Mota (2002) dá especial destaque aos trabalhos de Fernandez Christlirb, pesquisador que trabalha com psicologia e afetividade coletiva. No entanto, mesmo evidenciando o destaque a Christlirb, não é possível negar a grande diversidade de temas e perspectivas que a Psicologia Política apresenta no México.

Como em grande parte dos países latino-americanos, no México dos anos 1970 surge uma tendência: a adoção pela Psicologia de um discurso crítico que remete à situação de subdesenvolvimento e dependência econômica nos quais os países latino-americanos estavam imersos. Segundo Mota (2002), dois fatores principais são determinantes para a Psicologia mexicana naquele momento: os processos políticos na América Latina que questionam a hegemonia do capitalismo e o desenvolvimento de quadros científicos e profissionais da Psicologia formados principalmente nos Estados Unidos da América.

Esses fatores combinados levaram a ramos de investigação em torno de:

Estudos sobre a psicologia dos mexicanos.

Modelos de conscientização (pensamento libertador).

Modernização do México.

Psicólogos sociais como fatores de mudança por três processos:

a) modelos assistenciais baseados na necessidade de superar a resistência à mudança;

b) enfoques conscientizadores, próximos ao referencial de Paulo Freire.

c) modelos militantes, muito vinculados a partidos de esquerda.

Confiança nas instituições / identidade e caráter nacional.

Experimentações de campo para a implementação de perspectivas profissionais de corte pragmático.

Opinião pública (ditaduras e a reprodução de sua hegemonia).

Meios de comunicação de massa.

Mota divide a prática dos psicólogos mexicanos que buscam mudanças sociais em dois grandes grupos, definidos por ela como posturas:

Posturas racionalistas	Posturas sócio-construtivistas
Quantitativos	Interpretativos
Modelos assistencialistas	Modelos de participação-ação
Conscientizadores	Pragmática da vida cotidiana
Militantes	Gêneses de identidades coletivas
Psicologia social	Psicologia comunitária e psicologia da libertação

A psicologia coletiva, muito abordada no texto de Mota, se aproxima da postura sócio-construtivista. Segundo Christlirb (2009), a psicologia coletiva, diferente da positiva, não pensa que aquilo que se vive diariamente se restringe a atribuições e explicações lingüísticas. A significação compartilhada vai além das palavras. O autor defende que “a contribuição latino-americana à Psicologia Social consiste na teorização de uma psicologia coletiva capaz de interpretar os processos afetivos por meio de uma metodologia compreensiva” (2009, p. 7).

Essa proposta de Psicologia Social latino-americana, a psicologia coletiva, surge diante de um cenário no qual a globalização e as alterações econômicas e sociais por ela acarretadas obrigaram as Ciências Sociais a repensarem seus modelos. O surgimento de conceitos como novos movimentos sociais, novas identidades coletivas, culturais e nacionais que se combinam com sua contraparte afetiva (medo, angústia, sentimento de opressão e alienação, etc.) levaram a Psicologia Social a pensar nos limites de suas perspectivas e métodos. Mota (2002) ressalta como grandes influências teóricas da perspectiva de psicologia por ela adotada os autores: Wundt, Le Bon (1963), G. Mead; membros da escola de Frankfurt e Martín-Baró.

No horizonte da vida cotidiana, a Psicologia Política mexicana tem analisado fenômenos como: efeitos da globalização na desesperança aprendida, representação social da crise e ausência de futuro, a percepção social dos modelos políticos frente ao difícil momento que passa o país, entre outros. A democracia é um tema central nos estudos da Psicologia Política mexicana. A partir do foco da psicologia coletiva, democracia é vista como estilo de vida apoiado na supra-individualidade,

cuja manifestação se apresenta com duas características sobressalentes: “*irrompe*” e é irracional. Tendo essa perspectiva como base, Mota se pergunta como é possível potencializar a democracia.

Segundo a autora, a democracia é um estilo de vida que gera a si mesmo por igual em todas as esferas sociais. Para ela, é necessário fazer das práticas da Psicologia Política uma proposta alternativa para o desenvolvimento da cultura democrática. A Psicologia Política próxima à psicologia coletiva pode proporcionar novos olhares para a democracia, pois não se limita à análise dos elementos lingüísticos, mas abarca os elementos estéticos. Segundo Christlirb, ela “lida com o significado dos afetos, dos sentimentos, das paixões, das motivações, que escapam à sua expressão verbal” (2009, p. 4).

Entretanto, a Psicologia Política mexicana não é composta apenas pela vertente que segue o referencial da psicologia coletiva. Mota (2002) escreve que a Psicologia Política responde às vertentes de análise e investigação da vida pública por três perspectivas:

Racionalismo e positivismo

Visão compreensiva e interpretativa (psicologia coletiva)

Tradição interpretativa que se aproxima de uma fenomenologia de cunho científico

Segundo a autora, as características da globalidade (polaridade norte-sul) e o sentido das diferenças por ela intensificadas levam-na a adotar uma Psicologia Política de cortes coletivos e sócio-construtivistas. Porém, ela não adota uma postura isolacionista; pelo contrário, convoca os diferentes referenciais envolvidos com a melhora da vida cotidiana e da democracia para agir em conjunto em prol de uma agenda comum de pesquisas e ações profissionais (Mota, 2002).

Como fica evidente, a posição de Mota é que no México a Psicologia Política apresenta referenciais diversos. Podemos destacar, a partir do texto abordado, que, entre esses diferentes referenciais, é evidente a polaridade entre o modelo racionalista e o modelo da psicologia coletiva, o qual é adotado e defendido pela autora.

Notas sobre a produção em Psicologia Política na Argentina

Silvina Brussino, Hugo H. Rabbia e Débora Imhoff (2010) publicaram um artigo que faz uma importante revisão da Psicologia Política Argentina. Esse texto é particularmente importante porque, como Paul Nesbitt-Larking (2004) e Graciela Mota (2002), apresentam o estado da arte da Psicologia Política, recuperando os principais elementos históricos que possibilitaram a emergência do campo nesse país.

Para eles, a Psicologia Política é um campo evidentemente interdisciplinar com variedades teóricas e metodológicas. Eles defendem, baseados em Goodin e Klingermann, que a Psicologia Política é uma disciplina híbrida, com elementos de Psicologia, Política e, às vezes, Psicologia Social e cognitiva. A Psicologia Política abarcaria a psicologia da política e a política da psicologia. Segundo os autores, a psicologia pode ser política e politizada em diversas vertentes e não só a política.

Na Argentina, a Psicologia Política ainda está no início de seu desenvolvimento. Como campo, ela surge na década de 80 com a volta da democracia ao país. No entanto, há elementos que remetem a ela em estudos da psicanálise, política e psicologia social desde a década de 1960 e início da década de 1970 (BRUSSINO; RABBIA; IMHOFF, 2010).

O campo passa por um momento de crescimento. Os principais grupos, com distintos graus de institucionalização, que se identificam como sendo de Psicologia Política encontram-se sediados em Buenos Aires (liderado por Orlando D'Addamo e Virgínia Garcia Beaudoux, Universidad de Buenos Aires), San Luís (liderado por Elio Parisi e Angel Kautch, Universidad Nacional de San Luis) e Córdoba (liderado por Silvina Alejandra Brussino, Universidad Nacional de Córdoba). Ainda que poucos, esses grupos estão, de modo positivo, bem dispersos pelo país, ou seja, os debates e embates da Psicologia Política não se reduzem à cena portenha, visto que, na capital, encontra-se cerca de um terço da população do país.

No que diz respeito à inserção da Psicologia Política no espaço formativo, se pode dizer que ela ainda é uma disciplina pouco presente tanto na Psicologia como nas Ciências Sociais. No entanto, a falta de associações, congressos e publicações próprias da área ainda parece ser o maior déficit da Psicologia Política na Argentina (BRUSSINO; RABBIA;

IMHOFF, 2010). Contudo, esse é um ponto que está em franco processo de mudança, visto que nos dias 2 a 4 de novembro de 2011, o Grupo de Psicologia Política da Universidad Nacional de Córdoba sediou o I Encuentro Ibero-Latinoamericano de Psicologia Política, ocasião na qual se fundou a Associação Ibero-Latinoamericana de Psicologia Política e se deram passos significativos para a criação de uma Associação Nacional naquele país, a exemplo do que ocorre no Brasil, na França e nos Estados Unidos da América. As condições para isso são as melhores, visto que, além de grupos consolidados e com uma importante produção no campo, o grupo de San Luís, há 10 anos, publica um periódico intitulado *Revista Electrónica de Psicología Política*, o qual permite captar importantes contribuições para o campo advindas de todo o país e do exterior. Outro elemento positivo são os laços estreitos que os grupos da Argentina e do Brasil mantêm no campo da Psicologia Política. Tal processo de intercâmbio possibilita que se produzam avanços científicos importantes, na medida em que há a realização de atividades que aproximam as comunidades científicas brasileiras e argentina.

Segundo Brussino, Rabbia e Imhoff (2010), os primeiros trabalhos de Psicologia Política na Argentina, surgidos na década de 1980, são do campo psicanalítico e falam sobre os envolvimento dos psicólogos nas lutas sociais e políticas da época. Autores do período, importantes a serem lembrados, são Langer, que estuda o movimento feminista, o conflito armado centro-americano e o imperialismo dos EUA na região; Pichón-Riviere (1998, 2005) que, a partir da psicanálise, chega a uma psicologia social que define como “*crítica à vida cotidiana*”. Riviere estuda o comportamento político, situações de emergência social e mecanismos de criação. Esse autor argentino, junto a Paulo Freire e Martín-Baró, atribui importante centralidade ao processo educativo na busca por mudanças de atitudes que levem à superação das formas de dominação (*Psicopedagogia e uma Psicologia da libertação*).

A partir do artigo que usamos como referencia nesse tópico, podemos perceber que, com a volta da democracia, a abordagem psicanalítica se concentra nos estudos das conseqüências (individuais e coletivas) do tempo em que o país esteve submetido à ditadura militar; além disso, também é estudado o papel que os psicólogos desempenhavam nesse período. Assim, os estudos de psicanálise e política foram predominantes durante os anos 80 e começo dos anos

90. Destaque para o volume *Argentina: psicanálise, repressão política*, que trata do processo de saúde-doença frente aos traumas psíquicos causados pelo terrorismo de Estado. Além desse volume, há também os estudos de Aguiar, sobre as conseqüências psicossociais da ditadura militar e de Ricón, sobre os efeitos do autoritarismo. Devem ainda ser citadas a equipe de *Asistencia Psicológica de Madres de Plaza de Mayo* (hoje EATIP) e o *Laboratorio de Psicología y Justicia*, ambos abordando, de forma interdisciplinar com a psiquiatria, a questão da violação sistemática dos direitos humanos.

Brussino, Rabbia e Imhoff (2010) escrevem que as peculiaridades do novo século (crise, movimentos sociais e novas práticas sociais e políticas) despertaram um novo interesse de psicanalistas nos estudos de efeitos traumáticos de situações de emergência social. Pode ser citado como referencia a esse período a obra de Bleichmar, *Dolor País*. É evidente que as situações sociais, políticas e econômicas da Argentina impulsionaram, em muito, os estudos da Psicologia Política.

Mas, a primeira contribuição argentina à Psicologia Política foi a compilação de Rodriguez Kauth, *Psicología Política Latinoamerica*. Kauth possui trabalhos sobre racismo, discriminação, xenofobia, ideologia, colonialismo do saber e, especialmente, sobre o papel do psicólogo no campo político.

Após o retorno à democracia, surgem necessidades sociais de integração nacional e regional. Aparecem então como centrais estudos sobre nacionalismo, representações sociais e estereótipos nacionais, além de estudos sobre a reconstrução de uma cultura cívica frente aos difíceis tempos da ditadura militar. São diversos os grupos que estudam temáticas relacionadas a esse período de volta à democracia. O grupo de D'Adamo e Garcia Beaudoux têm estudado nos últimos tempos campanhas eleitorais e conseqüências da comunicação política. A Cátedra II de Psicologia Política da Universidade de Buenos Aires (coordenada por Benbenaste e Delfino) estuda a ação política convencional ou não; atitudes sócio-políticas dos estudantes universitários e os vínculos entre a Psicologia Política e a economia. Há também estudos sobre corrupção, aspectos psicossociais relacionados ao bem-estar, e valores e emoções que afetam o comportamento político dos cidadãos. E, desde 2008, há um grupo dirigido por Zurieta, que estuda participação política,

cognição social, crenças em um mundo justo, norma perversa e cultura da transgressão, psicologia social do bem estar, confiança institucional, percepção de problemas sociais, clima social emocional, psicologia social do gênero, representações sociais da história e memória coletiva (BRUSSINO; RABBIA; IMHOFF, 2010).

Brussino e seus colaboradores apontam que o grupo de Psicologia Política do laboratório de psicologia cognitiva de UNC tem como grandes referências na Psicologia Política a sociologia política estadunidense e a Psicologia Política espanhola. Partindo da crise de confiança institucional e das novas formas de participação, os estudos foram focalizados no comportamento político e nos fundamentos psicossociais da cultura política dos cordobenses. Dirigidos por Brussino, esses pesquisadores abordam as modalidades de vinculação política da cidadania e a mobilização cognitiva, destacando o poder preditivo das variáveis psicossociais nas relações que os cordobenses estabelecem com as instituições políticas. As grandes questões que o grupo considera que merecem aprofundamento são: modos de participação e dilema atividade-inatividade.

Atualmente, surge interesse nesse grupo sobre os marcos sociais que influenciam o processamento cognitivo do político na tomada de decisões políticas e na participação política. Por essa via, o grupo chega aos estudos sobre ideologia. Além do grupo de Brussino, trabalha em Córdoba o pesquisador Andrea Bonvillani, que aborda a subjetividade política dos jovens. Há também contribuições com estudos da subjetividade política a partir de outras áreas da Psicologia.

Segundo Brussino, Rabbia e Imhoff (2010), mesmo com várias áreas e grupos de estudo existentes, a Psicologia Política ainda é muito pouco presente nas salas de aula na Argentina – de 40 carreiras, apenas quatro têm a disciplina de Psicologia Política. Os autores apresentam os tópicos desenvolvidos em cada universidade:

Universidade de Buenos Aires: processos eleitorais, participação política e comunicação política (D'Adamo). Poder e autoridade, autoritarismo, populismo, democracia, mercado e consumo, campanhas políticas e pós-modernidade (Biglieri).

Universidade de São Luis: ideologia política, liderança política, discurso político, economia e política e direitos humanos.

Universidade Belgrano: comportamentos de análises da sociedade política, os condicionamentos psicológicos da ação política, as massas e o comportamento psicológico frente às decisões políticas.

Universidade Nacional de Córdoba (Brussino): socialização política, ação política individual e coletiva, violência política, corrupção política, liderança política, opinião pública e marketing político e um unidade introdutória sobre teoria política.

Há outras cinco universidades que possuem conteúdos de Psicologia Política em cursos de Ciências Políticas e Relações Internacionais. Na pós-graduação há uma especialização em Psicologia Política e Economia na Faculdade de Psicologia de Buenos Aires. Também há uma disciplina obrigatória de Psicologia Social e Política no segundo ano de doutorado em Psicologia Social na Universidade Argentina John F. Kennedy.

A produção do campo tem se concentrado na *Revista Electrónica de Psicología Política*, sendo que os artigos com caráter próximo a Psicologia Política não superaram uma dezena até 2009 nas demais revistas de Psicologia. Outro grande déficit é relacionado aos eventos acadêmicos da área. Em dois congressos realizados no país, a Psicologia Política é abordada como um eixo próximo à Psicologia Social e Comunitária, e, em outro evento, foi incorporado um painel específico sobre Psicologia Política. Deve-se considerar ainda que alguns trabalhos próximos à Psicologia Política, mas não identificados como sendo de Psicologia Política, são apresentados em outros espaços. No entanto, mesmo contabilizando essa estimativa, ainda é muito reduzido o número de trabalhos próximos a esse campo de conhecimento.

Analisando a produção recente dos grupos de Córdoba e de San Luis, podemos perceber que a Psicologia Política tem duas perspectivas principais: a psicanálise e a psicossocial de caráter principalmente cognitivo. Mas, se por um lado, ela constitui-se como um campo marcadamente psicológico, ela, como no Canadá e no Brasil, mostra-se aberta a superar essas fronteiras disciplinares. Exemplo disso é o fato

de que em dez cursos de Ciências Sociais existentes no país, seis têm a disciplina e como obrigatória em suas grades curriculares.

Como pôde ficar claro durante nossa exposição, a Psicologia Política é um campo extremamente diverso e plural. São muitas as possibilidades existentes de temas, objetivos, perspectivas e modelos. O que nos parece importante ressaltar é que, mesmo destacando algumas vertentes predominantes nos países abordados, não esperamos de forma alguma ter abarcado toda a diversidade que a Psicologia Política apresenta mesmo nos locais onde ainda está começando a ocupar espaço.

É interessante pensar como a Psicologia Política se desenvolve em cada realidade. Mesmo tendo trabalhado com breves sínteses, não é difícil perceber o quanto a Psicologia Política, seus métodos e teorias, estão vinculados à realidade na qual ela está inserida. O multiculturalismo canadense, assim como as posições de subdesenvolvimento e os processos de democratização na América Latina marcam em profundidade o caráter da Psicologia Política nesses países. No que se diz respeito aos Estados Unidos, a sua força econômica e política é facilmente percebida também no que se refere ao mundo acadêmico. Em todos os contextos abordados nesse capítulo, é evidente a influência que os EUA exercem sobre o campo da Psicologia Política. No entanto, mesmo adotando referências de origem estrangeira (estadunidenses ou não), muitos teóricos conseguem adaptar tais abordagens às problemáticas e temas de suas próprias realidades. Esse é o caso que podemos verificar quando pesquisadores argentinos adotam modelos psicanalíticos para pensar sobre os efeitos que o período de ditadura militar em seu país exerceu sobre os sujeitos. Outro exemplo para esse tipo de apropriação é o Canadá, no qual autores tomam modelos behavioristas estadunidenses para tentar pensar sobre questões de seu contexto, como o declínio do respeito à política.

Escrevendo sobre a Psicologia Política, Montero e Dorna destacam que uma de suas características marcantes “é sua estreita correspondência com sistemas de vida, sociedades específicas com fenômenos sociais particulares [...]. Trata-se de uma psicologia que responde às vivências e exigências do lugar em que é produzida” (1993, p. 13).

Assim, o objetivo que esperamos ter alcançado com essa breve síntese é evidenciar o quanto a Psicologia Política nasce e se desenvolve em íntima relação com os ambientes sociais e históricos no qual ela está inserida. Além disso, nossa meta não é fazer com que o leitor tenha acesso a todas as possibilidades, mas que ele se dê conta do quão ampla é a área, o quão diversos são seus conflitos e o quanto ainda há por ser descoberto.

Referencias Bibliográficas

AIZPURÚA, R. I. Psicologia Política: Principais contribuições norte-americanas o século XX (décadas 30-70). **Psicologia Política**. Belo Horizonte, v. 2, n.1, p. 133-158, 2002.

ALVÁRO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia Social**: perspectivas psicológicas e sociológicas. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

BARRACHO, C. **Psicologia Política**. Lisboa: Escolar Editora, 2011.

BRUSSINO, S.; RABBIA, H. H.; IMHOFF, D. Psicologia Política na Argentina: um percorrido pela história de uma disciplina emergente. **Psicologia Política**. Belo Horizonte, vol. 9. n° 18, p. 199-213, 2010. Disponível em <<http://www.fafich.ufmg.br/rpp/>>. Acesso em 03 Mai. 2011.

CHRISTLIRB, P. F. **La psicología colectiva como forma latinoamericana de la psicología social**. Psicología Colectiva, 2009. Disponível em <<http://dialogosaca.blogspot.com/2009/02/la-psicologia-colectiva-como-forma.html>>. Acesso em 15 de Set. 2011.

KINNVALL, Catarina e NESBITT-LARKING, Paul W. **Political psychology of globalization: Muslims in the west**. Oxford ; New York : Oxford University Press, 2011.

LE BON, G. **La Psychologie des foules**. Paris: PUF, 1963.

MONTERO, M. ¿Para qué Psicología Política? **Psicologia Política**. Belo Horizonte, vol. 9. n° 18, p. 199-213, 2009.

MONTERO, M.; DORNA, A. La Psicología Política: una disciplina em La encrucijada. **Revista Latinoamericana de Psicología**. Bogotá, v.25, n. 1, p. 7-15, 1993.

MOTA, G.A.B. Estado del arte: Psicología Política y colectiva mexicana. **Psicología Política**. Belo Horizonte, v. 2, n.4, p. 191-208, 2002.

NESBITT-LARKING, P. Political Psychology in Canada. **Political Psychology**. Malden, USA, v. 25, n.1, 2004.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **Teoria do Vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **O processo grupal**. 7a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROAZEN, Paul. **Canada's King. An Essay in Political Psychology**. Oakville, ON: Mosaic Press, 1998, 177 pp.

RODRÍGUEZ KAUTH, A. (Orgs.). **Psicología Política**. San Rafael, México: Plaza y Valdés, 1999.

SABUCEDO, J. M. **Psicología Política**. Madrid: Síntesis, 1996.

Poder, Loucura e Prisões

TRÊS HIPÓTESES PARA UMA TEORIA DO PODER EM FOUCAULT

Felipe Corrêa Pedro⁴

Contribuições teóricas sobre o poder, a partir de distintas perspectivas, são fundamentais para os estudos da mudança social e da participação política. Este ensaio tem por objetivo apresentar hipóteses de Michel Foucault para uma teoria do poder, buscando respostas para as seguintes questões: O que são o poder e as relações de poder? Aonde está o poder e aonde se dão as relações de poder? Como se constitui o poder e como funcionam as relações de poder? Para isso, serão utilizadas duas compilações que reúnem artigos e entrevistas do autor sobre o tema em questão: *Microfísica do Poder* e *Estratégia Poder-Saber*.

Fala-se em hipóteses, pois, para uma compreensão do poder em Foucault – como realiza, por exemplo, Tomás Ibáñez (1982) – é necessário ler todo o conjunto de sua extensa obra. As hipóteses aqui elaboradas partem, por isso, de um conjunto limitado de artigos que foram escritos em diferentes épocas, e que, portanto, inserem-se em distintos contextos históricos. Ainda que a seleção dos artigos tenha sido feita a partir do objeto em questão, o poder, não há como não se levar em conta essa limitação das fontes e também o risco da falta de contextualização histórica. Soma-se a isso a dificuldade no tratamento do objeto, já que

⁴Mestrando da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

Foucault nunca teve intenção de criar uma teoria do poder; desenvolveu conceitos na medida em que necessitava para o estudo prático de seus objetos: sexualidade, psiquiatria, medicina, etc. – situações concretas e reais, a partir das quais, agora, se buscará extrair elementos relevantes para uma teoria do poder. Essa sistematização do pensamento de Foucault será realizada, algumas vezes, a partir de categorias exteriores a seu pensamento, visando a melhor sistematização e compreensão do objeto em questão.

A necessidade de instrumentos para a análise do poder

Para Foucault, ainda que seja fundamental “pensar esse problema do poder”, haveria “ausência de instrumentos conceituais para pensá-lo”. (2006, p. 226) “O poder, em suas estratégias, ao mesmo tempo gerais e sutis, em seus mecanismos, nunca foi muito estudado” (2005, p. 141); faltaria “uma análise estratégica própria à luta política – à luta no campo do poder político”. (2006, p. 251) Por esses motivos, torna-se um problema teórico central “forjar instrumentos de análise [...] sobre a realidade que nos é contemporânea e sobre nós mesmos”. (2006, p. 240)

O estudo do poder necessita conceber a “teoria como uma caixa de ferramentas”, o que significa “que se trata de construir não um sistema, mas um instrumento: uma lógica própria às relações de poder e às lutas que se engajam em torno delas”, e, ao mesmo tempo “que essa pesquisa só pode se fazer aos poucos, a partir de uma reflexão (necessariamente histórica em algumas de suas dimensões) sobre situações dadas”. (2006, p. 251) Essa concepção da teoria como caixa de ferramentas implica um conjunto de instrumentos que, de acordo com uma situação dada, pode-se utilizar, tendo por objetivo uma análise determinada e que serve para algumas situações, mas não necessariamente para todas. A necessidade de que a pesquisa sobre as relações de poder utilize-se de uma abordagem histórica, constitui uma rejeição de esquemas puramente sociológicos, que poderiam ser aplicados em qualquer circunstância, independente dos fatores tempo e lugar: “se o objetivo for construir uma teoria do poder, haverá sempre a necessidade de considerá-lo como algo que surgiu em um determinado ponto e em um determinado momento, de que se deverá fazer a gênese e depois a dedução”.

Qualquer um que tente fazer qualquer coisa – elaborar uma análise, por exemplo, ou formular uma teoria –

deve ter uma idéia clara da maneira como quer que sua análise ou sua teoria sejam utilizadas; deve saber a que fins ele almeja ver se aplicar a ferramenta que ele fabrica – que ele próprio fabrica –, e de que maneira ele quer que suas ferramentas se unam àquelas fabricadas por outros, no mesmo momento. Considero muito importantes as relações entre a conjuntura presente e o que fazemos no interior de um quadro teórico. É preciso ter essas relações de modo bem claro na mente. Não se podem fabricar ferramentas para não importa o quê; é preciso fabricá-las para um fim preciso.

Portanto, o teórico deve ter em mente a finalidade da ferramenta que elabora e saber como essa ferramenta relaciona-se com a conjuntura que deseja analisar. A insuficiência de instrumentos conceituais para uma análise mais aprofundada do poder tem de se ser suprida com a elaboração de uma *teoria* que ofereça *ferramentas capazes de proporcionar a devida compreensão das relações de poder*. “Se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado de relações”, [...] “então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações de poder”. (2005, p. 248)

Questões centrais para a compreensão do poder

Pode-se perguntar: o poder não é um tema central das ciências humanas em geral e das ciências sociais em particular, que vem sendo estudado há séculos? Pode-se afirmar que sim. No entanto, Foucault acredita que as formulações teóricas que tentaram constituir ferramentas para as análises do poder possuem sérias limitações. Buscando trabalhar sobre esse conjunto teórico para a compreensão mais adequada e completa do poder, ele aprofunda as análises clássicas sobre o tema e coloca várias delas em xeque, agregando novos elementos que permitem uma compreensão mais significativa da questão.

As hipóteses para uma teoria do poder em Foucault, como colocado, serão constituídas a partir de respostas às seguintes questões: 1. O que são o poder e as relações de poder? 2. Aonde está o poder e aonde se dão as relações de poder? 3. Como se constitui o poder e como funcionam as relações de poder? Elas apontam para a definição do poder em termos de relação de força, para sua localização em todo o corpo

social e para uma dinâmica que inclui constante movimento, e influências múltiplas horizontais (entre as esferas sociais) e verticais (ascendente e descendente).

O poder e as relações de poder

O poder como produção

Foucault acredita que muitas análises do poder tentam vinculá-lo a uma concepção fundamentalmente negativa, repressiva, “de redução dos procedimentos de poder à lei de interdição” – dando-lhe conotação jurídica, repressiva e associando-o exclusivamente ao Estado. Em geral, nessas análises, “o problema é sempre apresentado nos mesmos termos: um poder essencialmente negativo que supõe, de um lado, um soberano, cujo papel é o de interditar e, do outro, um sujeito que deve, de certa maneira, dizer sim a essa interdição”. Essa abordagem permite três afirmações:

Ela permite fazer um esquema do poder que é homogêneo não importa em que nível nos coloquemos e seja qual for o domínio (família ou Estado, relação de educação ou de produção). Ela permite nunca pensar o poder senão em termos negativos: recusa, delimitação, barreira, censura. O poder é o que diz não. E o enfrentamento com o poder assim concebido só aparece como transgressão. Ela permite pensar a operação fundamental do poder como um ato de fala: enunciação da lei, discurso da interdição. A manifestação do poder reveste a forma pura do “tu não deves”. (2006, pp. 246-247)

Para Foucault, essa abordagem é insuficiente; aceitá-la seria adotar uma posição “estreita e esquelética”. “Se o poder fosse somente repressivo”, questiona, “se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido?” A resposta é clara: não; “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”.

A insuficiência da concepção essencialmente negativa do poder demonstra-se pela maior relevância de seus aspectos produtivos: o

poder é “uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”. (2005, p. 8) Assim, ainda que o poder possua aspectos negativos, eles seriam secundários em relação aos produtivos: “o interdito, a recusa, a proibição, longe de serem as formas essenciais do poder, são apenas seus limites, as formas frustradas ou extremas. As relações de poder são, antes de tudo, produtivas.” (2005, p. 236)

Se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. (2005, p. 148)

A força do poder está justamente em sua possibilidade produtiva. Compreender o poder, portanto, implica rechaçar seu aspecto essencialmente negativo – definido exclusivamente em termos jurídicos, repressivos e, frequentemente, de Estado – e assumir que o poder permeia as relações sociais, produzindo, induzindo, constituindo. O poder pode possuir aspectos de negação, mesmo que nunca se resuma a eles, visto que ele envolve, acima de tudo, a produção.

O poder como relação de força

A partir desse sentido do poder, haveria uma insuficiência das teorias provenientes tanto do campo da direita como da esquerda. “Não vejo quem – na direita ou na esquerda – poderia ter colocado este problema do poder”, enfatiza Foucault. Pela direita, vinha sendo colocado somente em termos de constituição, de soberania, em termos jurídicos. Pela esquerda, fundamentalmente no marxismo, vinha sendo abordado em termos de aparelho do Estado. “Ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas”. Ainda que, aparentemente, se tratasse do tema, “a mecânica do poder nunca era analisada”. Situação que só se modificaria no fim dos anos 1960:

Só se pôde começar a fazer este trabalho depois de 1968, isto é, a partir das lutas cotidianas e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder. Foi aí que apareceu a concretude do poder e ao mesmo tempo a fecundidade possível destas análises do poder, que tinham como objetivo dar conta destas coisas que até então tinham ficado à margem do campo da análise política. (2005, p. 6)

Para que as análises do poder fossem realizadas a contento, o modelo que se apóia nas soluções eminentemente jurídicas – que trata a problemática do poder somente em termos de constituição, lei, proibição etc. – deveria ser descartado, pois, tendo sido muito utilizado, mostrou-se inadequado. Por essa insuficiência, pareceria mais adequado um outro modelo, chamado de “guerreiro ou estratégico”, ou seja, aquele que se fundamenta nas “relações de forças”.

Conceber o poder a partir das relações de forças concilia duas hipóteses: “por um lado, os mecanismos de poder seriam de tipo repressivo, idéia que chamarei por comodidade de hipótese de Reich”, por outro, “a base das relações de poder seria o confronto belicoso de forças, idéia que chamarei, também por comodidade, de hipótese de Nietzsche”. Duas hipóteses que “não são inconciliáveis” e “parecem se articular”. Essa concepção do poder, deduzida das hipóteses de Reich e Nietzsche, diferencia-se de outra – mais clássica, se poderia dizer, utilizada por filósofos do século XVIII –, que se fundamenta no “poder como direito originário que se cede, constitutivo da soberania, tendo o contrato como motriz”. Assim concebido, o poder se fundamentaria na idéia de um contrato e os excessos ou rompimentos desse contrato poderiam tornar-lhe opressivo. As hipóteses de Reich e Nietzsche, distintamente da concepção contratual de poder, buscariam “analisar o poder político, não mais segundo o esquema contrato-opressão, mas segundo o esquema guerra-repressão”; assim, “a repressão não seria mais o que era a opressão com respeito ao contrato, isto é, um abuso, mas, ao contrário, o simples efeito e a simples continuação de uma relação de dominação. A repressão seria a prática, no interior desta pseudo-paz, de uma relação perpétua de força.” (2005, pp. 176-177)

Na tentativa de constituir uma hipótese que funcione como resposta à primeira questão central sobre o poder – O que são o poder

e as relações de poder? –, cabe ressaltar que “talvez ainda não se saiba o que é o poder”. Suas investigações, em grande medida, buscam compreender as relações de poder – como colocado, fundamentalmente em seus micro-níveis – para que se chegue a uma resposta adequada para a complexa questão. Apesar da reticência em apontar inicialmente um conceito bem definido, Foucault traz elementos relevantes para se pensar a questão. Um primeiro aspecto, negado inicialmente, é que não se pode conceber o poder simplesmente como um sinônimo de Estado: “a teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos de Estado sem dúvida não esgotam o campo de exercício e de funcionamento do poder”. (2005, p. 75) Assim, é necessário conceber uma definição mais ampla, que dê conta de um fenômeno que pode ter relações com o Estado, mas que não se resume a ele.

Fundamentando-se na hipótese de Nietzsche, Foucault questiona: “se o poder é, em si próprio, ativação e desdobramento de uma relação de força [...], não deveríamos analisá-lo, acima de tudo, em termos de combate, de confronto e de guerra?”. Trabalhar com essa hipótese, significaria “que o poder é guerra, guerra prolongada por outros meios.” A clássica posição de Clausewitz, de que “a guerra é continuação da política por outros meios”, seria, assim, invertida, podendo-se afirmar “que a política é a guerra prolongada por outros meios”, inversão que permite três afirmações.

1.) Que as relações de poder nas sociedades atuais têm essencialmente por base uma relação de força estabelecida, em um momento historicamente determinável, na guerra e pela guerra. E se é verdade que o poder político acaba a guerra, tenta impor a paz na sociedade civil, não é para suspender os efeitos da guerra ou neutralizar os desequilíbrios que se manifestaram na batalha final, mas para reinscrever perpetuamente estas relações de força, através de uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos. A política é a sanção e a reprodução do desequilíbrio das forças manifestadas na guerra.

2.) Que, no interior desta “paz civil”, as lutas políticas, os confrontos a respeito do poder, com o poder e pelo poder, as modificações das relações de força em

um sistema político, tudo isto deve ser interpretado apenas como continuidades da guerra, como episódios, fragmentações, deslocamentos da própria guerra. Sempre se escreve a história da guerra, mesmo quando se escreve a história da paz e de suas instituições.

3.) Que a decisão final só pode vir da guerra, de uma prova de força em que as armas deverão ser os juizes. O final da política seria a última batalha, isto é, só a última batalha suspenderia finalmente o exercício do poder como guerra prolongada. (2005, p. 176).

A utilização da lógica da guerra e da paz para a explicação do poder fundamenta-se no fato de que poder implica força, já que relações de poder implicam relações de forças. Forças que estariam em disputa, em luta permanente, em correlação e num jogo contínuo e dinâmico chamado de guerra, dentro do qual distintas ferramentas e tecnologias poderiam ser utilizadas para a ampliação das forças. A guerra, nesse sentido, não pode ser entendida somente como conflito armado ou militar, mas como disputa e luta permanentes entre as diversas forças em jogo, que podem ser mais ou menos evidentes e violentas, mas que sempre existem e possuem um custo para aqueles que detêm o poder.

É o nível de estabilidade das forças em jogo, conforme elas se assentam, que determina o que se chama mais comumente de situação de guerra ou de paz. A paz, no entanto, não é mais do que uma situação de guerra estabilizada, em que determinadas forças se impõem, ainda que isso aconteça sem o fim das outras forças de menor eficácia. Por isso se afirma que, mesmo na paz, há guerra, já que, ainda que uma força tenha se imposto na relação, as outras, ou mesmo novas forças, continuarão a disputa e a luta, mais ou menos evidentemente.

O conjunto ou o universo de regras que deriva de uma situação de conflito, e, portanto, da guerra, e que por vezes institui a paz, satisfazem, na realidade, a violência intrínseca ao jogo de poder;

Esse universo de regras [...] não é destinado a adoçar, mas ao contrário a satisfazer a violência. Seria um erro acreditar, segundo o esquema tradicional, que a guerra geral, se esgotando em suas próprias contradições, acaba por renunciar à violência e aceita sua própria

supressão nas leis da paz civil. A regra é o prazer calculado da obstinação, é o sangue prometido. Ela permite reativar sem cessar o jogo da dominação; ela põe em cena uma violência meticulosamente repetida. O desejo da paz, a doçura do compromisso, a aceitação tácita da lei, longe de serem a grande conversão moral, ou o útil calculado que deram nascimento à regra são apenas seu resultado e, propriamente falando, sua perversão: “Falta, consciência, dever têm sua emergência no direito de obrigação; e em seus começos, como tudo o que é grande sobre a Terra, foi banhado de sangue”. (2005, p. 25)

Portanto, a paz é a instituição, ou a própria institucionalização, da violência da guerra. É nesse sentido que um conjunto de decisões só pode, realmente, vir da guerra, já que as decisões surgem a partir do estabelecimento de relações de poder, as quais envolvem forças em jogo. Uma relação de poder tem por base uma relação de força estabelecida, ou seja, quando, em uma determinada correlação de forças, alguma delas se impõe em relação às outras, há uma relação de poder, que está localizada no tempo e no espaço. Por isso, a política define-se como a intervenção/participação em uma determinada correlação de forças, sempre desequilibrada, que pode realizar-se em sentido favorável, de impulsionar determinada força, ou no sentido oposto, de contê-la. Nesse sentido, a história só poderia ser uma história do poder, forjada nas relações de dominação, responsável por estabelecer, no corpo social,

dominadores e dominados. Homens dominam outros homens e é assim que nasce a diferença dos valores; classes dominam classes e é assim que nasce a idéia de liberdade; homens se apoderam de coisas das quais eles têm necessidade para viver, eles lhes impõem uma duração que elas não têm, ou eles as assimilam pela força – e é o nascimento da lógica. (2005, pp. 24-25)

Um acontecimento histórico, nesse sentido, é “uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada”. (2005, p. 28) A história, a realidade, deve ser pensada em termos das relações de poder, uma concepção que permite afirmar o poder como o

motor da história. Falar que o final da política seria a última batalha, e que só essa batalha seria capaz de acabar com a situação de guerra e com o próprio poder, parece uma sutileza para dizer que o final da política, e do próprio poder, só existiria com o fim da história.

O poder não pode ser apartado da idéia de disputa e luta de forças que se impõem umas às outras e, por isso, faria mais sentido falar em relações de poder, e não somente em poder. “As relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças.” (2005, p. 250) No entanto,

a pura e simples afirmação de uma “luta” não pode servir de explicação primeira e última para a análise das relações de poder. Este tema da luta só se torna operatório se for estabelecido concretamente, e em relação a cada caso, quem está em luta, a respeito de que, como se desenrola a luta, em que lugar, com quais instrumentos e segundo que racionalidade. Em outras palavras, se o objetivo for levar a sério a afirmação de que a luta está no centro das relações de poder, é preciso perceber que a brava e velha “lógica” da contradição não é de forma alguma suficiente para elucidar os processos reais. (2005, p. 226)

Analisar o poder, e, portanto, as lutas implicaria, portanto, identificar atores que emergem, que entram em cena, um momento em que as forças “passam dos bastidores para o teatro”, designando “um lugar de afrontamento”. (2005, p. 24)

A relação do poder com a guerra agrega outra implicação de relevância, que é a estratégia: “quando falo de estratégia, levo o termo a sério”; “para que uma determinada relação de forças possa não somente se manter, mas se acentuar, estabilizar e ganhar terreno, é necessário que haja uma manobra”. (2005, p. 255) Assim, a estratégia torna-se conceito central ao se tratar do poder, já que a concepção de relações de forças implicaria sempre uma leitura da realidade, um objetivo estratégico e conjuntos táticos capazes de conduzir à estratégia e aos objetivos almejados. Analisar o poder seria, em outros termos, realizar uma “genealogia das relações de força, de desenvolvimentos de estratégias e táticas” (2005, p. 5).

Seria possível ainda afirmar que “o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (2005, p. 248); é uma “coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte” (2005, p. 75). “Nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder” (2005, p. 147).

Uma primeira hipótese oferece elementos, a partir dos argumentos discutidos, para uma possível resposta de Foucault para a questão: O que são o poder e as relações de poder? O poder é uma relação que se estabelece nas lutas e disputas (na guerra, portanto) entre diversas forças, quando uma força se impõe às outras. Assim, poder e relação de poder podem funcionar como sinônimos. As forças em jogo contínuo, dinâmico e permanente, constituem a base das relações em qualquer sociedade e as lutas e disputas podem estar mais ou menos evidentes, serem mais ou menos violentas, mas sempre existem. As relações de poder são o conjunto dos poderes que se estabelecem entre as diversas forças em jogo. Relações que só existem no espaço e no tempo e que possuem diferentes características em termos de organização, visibilidade, nível de incidência e espaços em que se dão.

O *locus* do poder e das relações de poder

As três esferas e o poder

A título analítico, será considerada a divisão da estrutura sistêmica da sociedade em três esferas fundamentais: econômica, política/jurídica/militar e cultural/ideológica. É com base nessa estrutura que se realizará a análise de onde se encontra o poder, seu *locus*, na busca de uma hipótese capaz de responder a segunda questão central: Aonde está o poder e aonde se dão as relações de poder?

A esfera política/jurídica/militar

Como se viu na afirmação de uma noção produtiva do poder, “a teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos de Estado, sem dúvida não esgotam o campo de exercício e de funcionamento do poder”. (2005, p. 75) “O poder, em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo (que o aparelho de

Estado), porque cada um de nós, é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder”. Isso permite afirmar que busca pelo *locus* do poder não pode resumir-se ao Estado. Não se nega, com isso, que no Estado haja poder, mas se afirma que o poder também se dá em esferas e níveis que estão para além dele. Essa afirmação não tem, “de forma alguma, a intenção de diminuir a importância e a eficácia do poder do Estado”, mas leva em conta que “de tanto se insistir em seu papel, e em seu papel exclusivo, corre-se o risco de não dar conta de todos os mecanismos e efeitos do poder que não passam diretamente pelo aparelho de Estado, que muitas vezes o sustentam, o reproduzem, elevam sua eficácia ao máximo”. (2005, pp. 160-161) Definir o Estado como *locus* exclusivo do poder deixaria de lado uma série de outros *loci* de significativa relevância. “A questão do poder fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de Constituição, ou somente em termos de Estado ou de aparelho de Estado. O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado.” (2005, p. 221)

As relações de poder se dão além do Estado; “existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo.” Se por um lado pode haver influências do Estado e também das dominações de classe nessas outras relações de poder, é possível afirmar que o contrário também é verdadeiro:

Se for verdade que essas pequenas relações de poder são com freqüência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes de Estado ou pelas grandes dominações de classe, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder. O que seria o poder de Estado, aquele que impõe, por exemplo, o serviço militar, se não houvesse, em torno de cada indivíduo, todo um feixe de relações de poder que o liga a seus pais, a seu patrão, a seu professor – àquele que sabe, àquele que lhe enfiou na cabeça tal ou qual idéia? A estrutura de Estado, no que ela tem de geral, de abstrato, mesmo de

violento, não chegaria a manter, assim, contínua e cautelosamente, todos os indivíduos, se ela não se enraizasse, não utilizasse, como uma espécie de grande estratégia, todas as pequenas táticas locais e individuais que encerram cada um entre nós. (2006, pp. 231-232)

Um sistema teórico que fundamente uma estratégia de atuação deve considerar seriamente o pressuposto metodológico de que “o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado, a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados”. (2005, p. 149-150).

Em vez de orientar a pesquisa sobre o poder no sentido do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos de Estado e das ideologias que o acompanham, deve-se orientá-la para a dominação, os operadores materiais, as formas de sujeição, os usos e as conexões da sujeição pelos sistemas locais e os dispositivos estratégicos. E preciso estudar o poder colocando-se fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição estatal. E preciso estudá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação. Esta é, grosso modo, a linha metodológica a ser seguida e que procurei seguir nas várias pesquisas que fizemos nos últimos anos. (2005, p. 186).

Uma análise do *locus* do poder não pode, portanto, resumir-se ao Estado, ainda que seja possível identificar relações de poder no governo, no judiciário, nas prisões, nos hospitais psiquiátricos, na polícia, no exército, nas leis etc.

A esfera cultural/ideológica

Foucault nega o conceito de ideologia a partir de três razões fundamentais: “A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade”. A segunda é que a ideologia “refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito” e a terceira é que “a ideologia está em posição secundária com

relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material, etc.” (2005, p. 7) Essa negação fundamenta-se em um “significado forte” do conceito de ideologia. Nesse texto, ao se considerar a ideologia como parte constituinte de uma esfera, adota-se uma compreensão mais próxima do que foi chamado de “significado fraco” de ideologia⁵, abrangendo, juntamente com a cultura, o campo das idéias, dos discursos, dos valores, da moral, da ética, das motivações, dos desejos, das aspirações, dos costumes, das crenças, do saber etc. – aspectos centrais na teoria foucaultiana do poder.

A esfera cultural/ideológica está cheia de relações de poder e as investigações acerca do conceito de verdade e do saber têm muito a contribuir nesse sentido. Há cinco características históricas relevantes sobre a verdade:

a verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”). (2005, p. 13)

Para além das relações entre essa esfera e as esferas política e econômica – questão que será abordada adiante –, pode-se afirmar que a esfera cultural/ideológica também é *locus* do poder; poderes que se ligam diretamente a determinadas concepções de verdade, as quais, muitas vezes, fundamentam-se no discurso científico, utilizando-se da ciência para legitimar posições que podem ou não ter conteúdo, de fato, científico. O poder, nesse sentido, estaria nas escolas, nas universidades,

⁵ O “significado forte” de ideologia, a compreende como “crença falsa”, “conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política”. O “significado fraco”, a considera “um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar comportamentos políticos coletivos” ou mesmo como “um sistema de idéias conexas com a ação”, que compreendem “um programa e uma estratégia para sua atuação”. (Bobbio, 2004, pp. 585-587)

na imprensa e na indústria cultural, forjando-se a partir das relações sociais estabelecidas nesses âmbitos.

A verdade pode ser compreendida como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”, sendo que ela estaria “circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime da verdade’”. Um regime que, na realidade, “não é simplesmente ideológico ou superestrutural; foi uma condição de formação e desenvolvimento do capitalismo” – e, para ser transformado, precisaria ser desvinculado das hegemonias sociais, econômicas e culturais. “A questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade”. (2005, p. 14) Nesse sentido, a verdade instituiria um determinado campo regulatório/normativo responsável pela circulação do poder. A noção de verdadeiro e falso é capaz de se estabelecer em discursos com influências morais, e forjar noções de bem e de mal, de certo e de errado, que servem de base para relações de poder. A verdade, no sentido daquilo “que se dá”, é um “acontecimento”; “deste acontecimento que assim se produz impressionando aquele que o buscava, a relação não é do objeto ao sujeito de conhecimento. E uma relação ambígua, reversível, que luta belicosamente por controle, dominação e vitória: uma relação de poder.” (2005, pp. 114-115) Em suma, “essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam”. (2006, p. 229)

Assim como a verdade, o saber possui uma relação estreita com o poder: há “uma perpétua articulação do poder com o saber e do saber com o poder”. “Exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza. Não se pode compreender nada sobre o saber econômico se não se sabe como se exercia, cotidianamente, o poder, e o poder econômico. O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder.” (2005, p. 141-142) O saber, nesse sentido, serviria como causa e consequência de acontecimentos diversos que seriam parte de inúmeras relações de poder. Não se pode descartar a hipótese que “as grandes máquinas de poder” podem ter

sido acompanhadas de produções ideológicas. Houve, provavelmente, por exemplo, uma ideologia da educação; uma ideologia do poder monárquico, uma ideologia da democracia parlamentar, etc.; mas não creio que aquilo que se forma na base sejam ideologias: é muito menos e muito mais do que isso. São instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isto significa que o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas. (2005, p. 186)

A esfera cultural/ideológica conta ainda com elementos relevantes como o papel dos intelectuais, das religiões e as noções de desejo e interesse: “as relações entre desejo, poder e interesse são mais complexas do que geralmente se acredita e não são necessariamente os que exercem o poder que têm interesse em exercê-lo, os que têm interesse em exercê-lo não o exercem e o desejo do poder estabelece uma relação ainda singular entre o poder e o interesse”. As relações entre desejo, poder e interesses seriam ainda pouco conhecidas.

A esfera econômica.

A economia não é significativamente estudada por Foucault porque sua principal intenção é entender o poder em outras esferas e as determinadas influências que o poder dessas esferas exercem na esfera econômica, responsável pelas relações de produção, distribuição e consumo. Para ele, teria havido certa evolução nesse campo a partir do século XIX, por exemplo, com a compreensão da exploração. (2005, p. 75) No entanto, esse salto qualitativo na compreensão econômica da sociedade teve como consequência o fato de que, desde aqueles tempos, “a crítica da sociedade foi feita, essencialmente, a partir do caráter efetivamente determinante da economia”. Isso constituiria uma “sã redução do ‘político’, certamente, mas também tendência a negligenciar as relações de poder elementares que podem ser constituintes das relações econômicas.” (2005, p. 237).

Nesse sentido, se por um lado os estudos realizados desde

o século XIX permitiram uma compreensão mais aprofundada da economia, identificando que nela também havia poder e reconhecendo sua relevância, por outro, eles teriam muitas vezes apontado para um certo reducionismo, quando a economia passou a ser vista como *locus* exclusivo do poder ou como uma infra-estrutura que necessariamente determinaria tudo aquilo que se chamou de superestrutura.

Quando trata de economia, a abordagem de Foucault se dá mais no sentido de criticar esse “economicismo” do que de tratar do poder na esfera econômica, voltando-se “contra a idéia de um poder que seria uma superestrutura”, e que obedeceria necessariamente a um determinismo da esfera econômica, “mas não contra a idéia de que este poder é, de alguma forma, consubstancial ao desenvolvimento das forças produtivas; ele faz parte deste desenvolvimento” e “se transforma continuamente junto com elas”. (2005, p. 222) Se por um lado não se pode reduzir o poder a uma superestrutura necessariamente determinada pela economia, por outro, deve-se reconhecer que a esfera econômica é um *locus* privilegiado do poder, por envolver relações no campo do trabalho, aspectos fundamentais das classes sociais, etc.

O aprofundamento das questões macroeconômicas, ocorrido desde o século XIX, não teria dado conta das micro-relações, fundamentais, para Foucault, para a compreensão da economia. Em relação a seu interesse no campo do trabalho, por exemplo, ele afirma: “A função produtiva (do trabalho) é sensivelmente igual a zero nas categorias de que me ocupo, enquanto que as funções simbólica e disciplinar são muito importantes”. (2005, p. 224) Sua abordagem não desconsidera a relevância das macro-relações, mas se dedica a uma análise ascendente, desde os níveis mais fundamentais e menos evidentes do poder “até as infra-estruturas econômicas”.

A abordagem do poder a partir da esfera econômica contribui também com reflexões significativas acerca das classes sociais e da luta de classes. As classes sociais existem e há entre elas relações de poder e dominação; essas relações são resultados de um conjunto determinado de estratégias e táticas com resultados tanto na classe dominante como na classe dominada:

Uma classe dominante não é uma abstração, mas também não é um dado prévio. Que uma classe se

torne dominante, que ela assegure sua dominação e que esta dominação se reproduza, estes são efeitos de um certo número de táticas eficazes, sistemáticas, que funcionam no interior de grandes estratégias que asseguram esta dominação. Mas entre a estratégia que fixa, reproduz, multiplica, acentua as relações de força e a classe dominante, existe uma relação recíproca de produção. Pode-se, portanto, dizer que a estratégia de moralização da classe operária é a da burguesia. Pode-se mesmo dizer que é a estratégia que permite à classe burguesa ser a classe burguesa e exercer sua dominação. (2005, pp. 252-253)

A partir da noção de dominação de classe, evidencia-se sua relação estrita com o saber, já que a família, a universidade, o sistema escolar, responsáveis por produzir poder, são feitos “para manter no poder uma certa classe social e excluir dos instrumentos do poder qualquer outra classe social”. (2006, p. 114)

A contradição entre as classes sociais – que se poderia chamar de luta de classes, já que “luta é contradição” – é também um objeto de investigação, já que “o problema é saber se a lógica da contradição pode servir de princípio de inteligibilidade e de regra de ação na luta política”. (2006, p. 250) Isso implicaria abandonar a dialética de base hegeliana, e pensar as relações de poder em termos luta, sem necessariamente uma síntese como resultado: “Não sei bem como solucionar este problema. Mas quando se considera que o poder deve ser analisado em termos de relações de poder, é possível apreender, muito mais que em outras elaborações teóricas, a relação que existe entre o poder e a luta, em particular a luta de classes.” (2005, p. 256) É necessário enfatizar, que, se a luta de classes explica parte das relações de poder, não se pode generalizar:

não acho que seja fecundo, que seja operante dizer que a psiquiatria é a psiquiatria de classe, a medicina, a medicina de classe, os médicos e psiquiatras, os representantes dos interesses de classe. Não se chega a lugar nenhum quando se faz isso, mas é preciso, contudo, reinserir a complexidade desses fenômenos no interior de processos históricos que são econômicos etc. (2006, p. 228)

Não se pode, portanto, querer explicar todas as relações de poder com base nas análises de classe. “A luta de classes pode, portanto, não ser a ‘ratio do exercício do poder’ e ser, todavia, ‘garantia de inteligibilidade’ de algumas grandes estratégias.” (2006, p. 249)

O poder em todo o corpo social

Portanto, há poder nas três grandes esferas especificadas; relações que atravessam todo o corpo social: “em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social” (2005, p. 179); “o poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos”. (2006, p. 262)

Essa ampla extensão do poder permite afirmar que ele existe nos macro e nos micro-níveis da sociedade. Não se trataria, assim, de restringir o poder aos centros, mas “de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar”. (2005, p. 182) Como se viu, o interesse de Foucault está nas micro-relações de poder: “Quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana.” (2005, p. 131) Nesse estudo dos micro-poderes, os objetos de análise encontram-se tanto “na vida cotidiana, nas relações entre os sexos, nas famílias, entre os doentes mentais e as pessoas sensatas, entre os doentes e os médicos” (2006, p. 233), como também na “vida sexual, [...] exclusão dos homossexuais”; sendo que “todas essas relações são relações políticas”. (2006, p. 262)

No entanto, ainda que o foco dessas análises esteja nos níveis mais baixos, básicos, capilares e periféricos do poder, isso não permite que se negue a presença do poder em âmbitos altos, mais evidentes e centrais. Se as micro-relações de poder são relevantes, é porque, além de serem influenciadas pelas macro-relações, elas têm a capacidade de influenciá-las e estruturá-las. Nas relações de poder que se estruturam de forma piramidal, há um pico, um ápice, e uma base; ainda que esse ápice não seja necessariamente “a ‘fonte’ ou o ‘princípio’ de onde todo o poder derivaria como de um foco luminoso. [...] O ápice e os elementos inferiores estão em uma relação de apoio e de condicionamento recíprocos; eles se sustentam”. (2005, p. 221)

“O poder é coextensivo ao corpo social” e não se pode excluir ou afastar dele: “não há ‘margens’ para a cambalhota daqueles que estão em ruptura”. A presença do poder em todas as esferas e níveis da sociedade torna inviável não participar de suas tramas, independente da posição assumida na relação (exercendo o poder ou subordinando-se a ele). Ainda assim, isso não implica “que se deva admitir uma forma incontornável de dominação ou um privilégio absoluto da lei. Que nunca se possa estar ‘fora do poder’ não quer dizer que se está inteiramente capturado na armadilha.” (2006, p. 248)

Uma segunda hipótese oferece elementos, a partir dos argumentos discutidos, para uma possível resposta de Foucault para a questão: Aonde está o poder e aonde se dão as relações de poder? O poder está em todo o corpo social, nas distintas esferas da sociedade (macro e micro, do centro e da periferia), as quais possuem, em seu seio, múltiplas relações de poder que atravessam, caracterizam e constituem esse corpo social. O poder, portanto, não é uma exclusividade do Estado e existe para além da esfera política, nas relações sociais forjadas cultural e ideologicamente, assim como no campo da economia. A esfera econômica e as próprias categorias mais ligadas à economia, como as classes sociais e a luta de classes, constituem parte do locus do poder e explicam o poder apenas parcialmente.

A dinâmica do poder e das relações de poder

O estudo da dinâmica do poder e das relações de poder em Foucault inicia-se com o rechaço de posições teóricas defendidas por inúmeros autores: as noções de progresso e evolução da sociedade, o economicismo e o materialismo histórico. O *modus operandi* do poder é formulado a partir dessas críticas, buscando contrapô-las.

Progresso e evolução da sociedade

Dentre as questões teórico-filosóficas que nortearam muito do pensamento social clássico, está a noção de progresso e/ou evolução da sociedade. Para Foucault, não há um sentido progressivo e evolutivo na história da humanidade; a sociedade não tem por trás de suas relações de poder um mecanismo que leva, naturalmente, ao progresso

ou à evolução em qualquer sentido que seja. Mesmo a idéia de fim dos conflitos, de paz, não constituiria o objetivo final da sociedade: “A humanidade não progride lentamente, de combate em combate, até uma reciprocidade universal, em que as regras substituiriam para sempre a guerra; ela instala cada uma de suas violências em um sistema de regras, e prossegue assim de dominação em dominação.” Os conflitos de forças nunca deixam de existir. A história, por este motivo, “não se apóia em nenhuma constância” e “o verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias”. Não há, nesse sentido, uma noção de progresso ou de evolução que impulse a história; não há uma constância determinada e nem referências ou coordenadas originárias da sociedade, que permitiriam saber em que sentido ela se desenvolve. “Apenas a metafísica”, enfatiza, “poderia interpretar o dever da humanidade”.

É a luta entre as diversas forças que explica o desenvolvimento da sociedade e os caminhos da história: “As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta.” É a luta entre as distintas forças que impulsiona a sociedade para um ou outro sentido. (2005, pp. 25-29)

Dependendo da concepção ética por trás da formulação elaborada, é possível dizer que a humanidade pode progredir, mas também pode regredir. Afinal, o que é progresso e o que é regresso? A resposta está certamente ligada à idéia do que é mais avançado, do que é melhor, do que se aproxima mais daquilo que se concebe como ideal. E, nesse sentido, a sociedade poderia caminhar para um lado ou outro, dependendo das relações de poder que forem forjadas em seu seio.

não digo que a humanidade não progrida. Digo que considero um mau método colocar o problema “por que progredimos?” O problema é “como isto se passa?” E o que se passa agora não é forçosamente melhor, ou mais elaborado, ou melhor elucidado do que o que se passou antes. (2005, p. 140)

Torna-se fundamental, nesse sentido, abandonar a concepção teleológica do desenvolvimento da sociedade e do sentido da história, ainda que ela afirme basear-se em pressupostos científicos.

Economicismo e materialismo histórico

Foucault questiona: “a análise do poder ou dos poderes pode ser, de uma maneira ou de outra, deduzida da economia?”. Refletindo sobre a questão, pondera que, apesar das significativas diferenças, existiria uma similaridade “entre a concepção jurídica ou liberal do poder político”, conforme desenvolvido pelos filósofos do século XVIII, “e a concepção marxista, ou uma certa concepção corrente que passa como sendo a concepção marxista”. A similaridade estaria em torno do que chama de “economicismo na teoria do poder”.

Com isto quero dizer o seguinte: no caso da teoria jurídica clássica, o poder é considerado como um direito de que se seria possuidor como de um bem e que se poderia, por conseguinte, transferir ou alienar, total ou parcialmente, por um ato jurídico ou um ato fundador de direito, que seria da ordem da cessão ou do contrato. O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política. Neste conjunto teórico a que me refiro, a constituição do poder político se faz segundo o modelo de uma operação jurídica que seria da ordem da troca contratual. Por conseguinte, analogia manifesta, que percorre toda a teoria, entre o poder e os bens, o poder e a riqueza. No outro caso – concepção marxista geral do poder – nada disto é evidente; a concepção marxista trata de outra coisa, da funcionalidade econômica do poder. Funcionalidade econômica, no sentido em que o poder teria essencialmente como papel manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e uma modalidade própria da apropriação das forças produtivas tornaram possível. O poder político teria, neste caso, encontrado na economia sua razão de ser histórica. De modo geral, em um caso temos um poder político que encontraria no procedimento de troca, na economia da circulação dos bens o seu modelo formal e, no outro, o poder político teria na economia sua razão de ser histórica, o princípio de sua forma concreta e do seu funcionamento atual. (2005, pp. 174-175)

Colocando em xeque ambas as abordagens, Foucault questiona. O poder estaria sempre em posição secundária em relação à economia, sendo sempre por ela finalizado e funcionalizado, tendo a única razão de servi-la e fazê-la funcionar? O poder seria moldado pela mercadoria e poderia ser tomado ou transferido? (2005, p. 175) Uma breve resposta aponta o caminho: “neste caso, a indissociabilidade da economia e do político não seria da ordem da subordinação funcional nem do isomorfismo formal, mas de uma outra ordem, que se deveria explicitar”, afirmando, portanto, um vínculo estreito entre economia e política. Para analisar o poder de maneira não econômica, há poucos instrumentos à disposição. “Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força.” Retomando as reflexões conceituais, nega-se, por um lado, que o poder seja somente a manutenção e reprodução da economia, por outro, reafirma-se o poder como relação de força.

O economicismo na teoria do poder, bastante reforçado durante o século XIX, conseguiu se impor para significativa parcela dos teóricos do poder e da política em geral. “O século XIX nos prometera que, no dia em que os problemas econômicos se resolvessem, todos os efeitos de poder suplementar excessivo estariam resolvidos.” Com isso, acreditou-se que a esfera econômica implicaria uma determinação necessária e obrigatória das outras esferas e que, sendo as questões econômicas resolvidas, as outras também necessariamente seriam. Mas não foi isso que o demonstrou a história; o século XX descobriu o contrário: “podem-se resolver todos os problemas econômicos que se quiser e os excessos do poder permanecem” (2006, p. 225)

Nesse sentido, a economia, ainda que explique parcialmente o poder, não o explica na sua totalidade; análise que também seria válida para uma tentativa de reduzir uma explicação do poder às categorias classe/exploração.

Talvez não baste dizer que, por trás dos governos, por trás dos aparelhos de Estado, há a classe dominante; é preciso situar o ponto de atividade, os lugares e as formas sob as quais se exerce

essa dominação. É porque essa dominação não é simplesmente a expressão, em termos políticos, da exploração econômica, ela é seu instrumento, em ampla medida a condição que a torna possível; a supressão de uma se realiza pelo discernimento exaustivo da outra. (2006, p. 115)

Ou seja, é preciso entender o “aonde” e o “como” dessas relações, sabendo que elas podem ser produto ou produtoras da economia. Posição esta que afasta Foucault do materialismo histórico que, segundo sustenta, buscaria “situar na base do sistema as forças produtivas, em seguida as relações de produção para se chegar à superestrutura jurídica e ideológica, e finalmente ao que dá a sua profundidade, tanto ao nosso pensamento quanto à consciência dos proletários”. Na realidade,

as relações de poder são [...] ao mesmo tempo mais simples e muito mais complicadas. Simples, uma vez que não necessitam dessas construções piramidais; e muito mais complicadas, já que existem múltiplas relações entre, por exemplo, a tecnologia do poder e o desenvolvimento das forças produtivas. Não se pode compreender o desenvolvimento das forças produtivas a não ser que se balizem, na indústria e na sociedade, um tipo particular ou vários tipos de poder em atividade – e em atividade no interior das forças produtivas. O corpo humano é, nós sabemos, uma força de produção, mas o corpo não existe tal qual, como um artigo biológico ou como um material. O corpo existe no interior e através de um sistema político. (2006, p. 259)

Portanto, uma compreensão mais aprofundada do poder não pode se fundamentar no “economicismo” ou no materialismo histórico, que implicariam uma determinação, necessária e obrigatória, em todos os casos, da esfera econômica em relação às outras esferas – esquema que ficou conhecido como a determinação da infra-estrutura da sociedade em relação à sua superestrutura. Compreender o poder implicaria compreender as relações entre as diferentes esferas, a dependência entre elas e tudo aquilo que envolve as relações que se dão nesse sentido. O conceito central para se compreender a humanidade é o poder.

O modus operandi do poder

“Onde há poder, ele se exerce”. (2005, p. 75) Essa afirmação permite voltar brevemente à primeira questão sobre o poder, e enfatizar que o poder implica relações de forças reais, que estão implicadas em uma determinada realidade social; isso afasta a noção de definição do poder simplesmente como capacidade, ou seja, como força potencial. Se onde há poder ele se exerce, na realidade não há relação de poder sem dinamismo, sem constante movimento, já que o poder seria, antes de tudo, uma interação de forças que nunca cessa: “a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua”. (2005, p. 146) Esse sentido de batalha em permanente continuidade explicita o dinamismo constante do poder, que não pode ser compreendido como uma relação estática e sem movimento.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (2005, p. 183)

A noção dinâmica do poder que funciona em cadeia, em rede, estando em todos os lugares, exige que não se refira ao “poder” como algo monolítico, que poderia ser absorvido ou tomado por um indivíduo, por uma organização, por uma classe em particular. Como o poder se dá nas relações sociais, existem infindáveis relações sociais que constituem poder; é por isso que o poder não está necessária e completamente com um ou com outro. Nessas inúmeras relações, o poder pode estar com um ou com outro, e esse amplo leque de possibilidades dá espaço à idéia de que todos os indivíduos, grupos, organizações etc. podem ter posições distintas nas múltiplas relações de poder; em alguns momentos exercem as relações de poder, em outros, sofrem suas conseqüências. Todos, nesse sentido, são agentes capazes de sofrer e causar efeitos, e podem,

dependendo da relação que se analisa, ter diferentes papéis no jogo de forças que é sempre desigual.

A desigualdade de forças que caracteriza a relação de poder faz, necessariamente, que exista um centro e uma periferia, um “em cima” e um “em baixo”: “na medida em que as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isto implica um em cima e um em baixo, uma diferença de potencial”. (2005, p. 250) Ainda que se reconheça que há centro e “em cima”, periferia e “em baixo”, não se pode supor, pela dinâmica do poder, que o poder emane sempre do centro, ou da parte superior dessa pirâmide.

O poder, portanto, não tem uma fonte fixa, um princípio gerador original, constante e estático e emana de diversos agentes envolvidos na relação. Essa visão torna complexa a análise da origem das relações de poder, e impossibilita qualquer teoria que generalize o surgimento dessas relações, formulando posições que poderiam ser aplicadas em quaisquer casos, independente do contexto – ainda que essas posições se fundamentem nas classes sociais.

Mas se você me pergunta: esta nova tecnologia de poder historicamente teve origem em um indivíduo ou em um grupo determinado de indivíduos que teriam decidido aplicá-la para servir a seus interesses e tornar o corpo social passível de ser utilizados por elas, eu responderia: não. Estas táticas foram inventadas, organizadas a partir de condições locais e de urgências particulares. Elas se delinearam por partes antes que uma estratégia de classe as solidificasse em amplos conjuntos coerentes. E preciso assinalar, além disso, que estes conjuntos não consistem em uma homogeneização, mas muito mais em uma articulação complexa, através da qual os diferentes mecanismos de poder procuram apoiar-se, mantendo sua especificidade. A articulação atual entre família, medicina, psiquiatria, psicanálise, escola, justiça, a respeito das crianças, não homogeneiza estas instâncias diferentes, mas estabelece entre elas conexões, repercussões, complementaridades, delimitações, que supõem que cada uma mantenha, até certo ponto, suas modalidades próprias. (2005, 221-222)

O poder, desse ponto de vista, não se origina sempre na classe dominante. Entretanto, essa afirmação contra as generalizações não impede que se analise, em cada uma dessas relações, ou mesmo em um conjunto determinado de relações, as forças em jogo e como estão se colocando essas forças nas relações de poder. Não generalizar como surgem as relações de poder não implica que, em uma relação de poder específica, ou mesmo em um conjunto delas, seja impossível saber quais são as forças em jogo, quais estão influenciando, determinando, se sobrepondo às outras, e de onde partem essas forças. Ainda que não se possa dizer que as relações de poder se originam na classe dominante, isso não significa negar que, em diversas relações de poder, a classe dominante possa ser a fonte do poder ou mesmo exercer poder em relação a outras classes. O que se nega é uma origem que poderia ser teoricamente determinada e aplicada em todos os casos.

Se a origem não pode ser determinada de antemão, o sentido das relações de poder também não pode. Não é possível prever um sentido na dinâmica do poder: ela implicaria relações em todos os sentidos, ou seja: do centro para a periferia, da periferia para o centro, do cume para a base, da base para o cume. Em termos verticais, de “subida e descida”, “é preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder”. Há, também, movimentos de retorno, “que fazem com que as estratégias que coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos.” (2005, p. 249) Assim, os dois sentidos devem ser observados: de cima para baixo, e de baixo para cima. A abordagem de Foucault, voltada ao micro-poder, recomenda fazer

uma análise ascendente do poder: partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas e depois examinar como estes mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global. Não é a dominação global que se pluraliza e repercute até embaixo. Creio que deva ser analisada a maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam

nos níveis mais baixos; como estes procedimentos se deslocam, se expandem, se modificam; mas sobretudo como são investidos e anexados por fenômenos mais globais. (2005, p. 184)

Ainda que as relações de poder permitam identificar um centro, um ápice, uma periferia, uma base, isso não permite prever de antemão a origem do poder e nem o fluxo das relações que podem estar em qualquer um dos pontos e se dar de cima para baixo ou de baixo para cima, do centro para a periferia ou da periferia para o centro.

A análise das relações entre as distintas esferas da sociedade, horizontal, é realizada por meio dos mesmos pressupostos teóricos utilizados para as relações centro-periferia, ápice/cume-base. Da mesma maneira que se nega uma origem pré-determinada do poder nas relações verticais, defende-se que o poder não surge necessariamente em uma esfera específica e nem tem um sentido único entre elas, nas relações horizontais. O poder não emanaria, obrigatoriamente, da esfera política ou da econômica, e nem teria alguma esfera específica como necessariamente determinante. O poder poderia emanar das distintas esferas e influenciar-se mutuamente, variando, em sua origem e no sentido de suas relações, em cada caso.

Nesse sentido, a economia poderia determinar a política, mas a relação indissociável entre uma e outra poderia fazer com que a política também determinasse a economia. O mesmo com a cultura, que poderia ser determinada pela economia ou a política, mas também as determinar. Portanto, o *modus operandi* do poder implica múltiplos sentidos, múltiplas origens e influências, tanto verticais, como horizontais.

Ainda que as relações de poder se dêem em todo o corpo social, “onde há poder, há resistência”. “A análise dos mecanismos de poder não tende a mostrar que o poder é ao mesmo tempo anônimo e sempre vencedor. Trata-se, ao contrário, de demarcar as posições e os modos de ação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataque de uns e de outros.” (2005, p. 226) Nesse sentido, retoma-se a afirmação prévia de que, mesmo com essa onipresença do poder, nunca “se está inteiramente capturado na armadilha”, ou seja, nas inúmeras correlações de forças da sociedade, ainda que algumas se imponham, haverá sempre resistências. “A partir do momento em que há uma relação de

poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.” (2005, p. 241) Com essa posição, rechaçam-se as críticas de que, se o poder estivesse em todos os lugares, não haveria possibilidades de resistência:

As relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável. Com freqüência se disse – os críticos me dirigiram esta censura – que, para mim, ao colocar o poder em toda parte, excluo qualquer possibilidade de resistência. Más é o contrário! Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. (2006, p. 222)

A resistência se daria juntamente com o poder e possuiria características semelhantes: “Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea”. A resistência existe concomitantemente ao poder. “Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente.” (2005, p. 241) Resistência que, em alguns casos, pode ser chamada de “contra-poder”.

Uma terceira hipótese oferece elementos, a partir dos argumentos discutidos, para uma possível resposta de Foucault para a questão: Como se constitui o poder e como funcionam as relações de poder? Compreender a constituição e o funcionamento do poder e das relações de poder implica o abandono de duas noções teóricas que estão presentes nas teorias do poder: primeiramente, a idéia de que haveria um progresso ou uma evolução obrigatória da sociedade; e segundo, o economicismo

e o materialismo histórico. O sentido do desenvolvimento da sociedade não está pré-determinado e é o resultado das distintas forças em jogo e, portanto, das relações de poder. O poder constitui-se em relações dinâmicas, sendo, por isso, impossível concebê-lo como algo estático, sem movimento. As múltiplas relações de poder permitem que todos, dependendo da relação avaliada, possam exercer o poder ou sofrer suas conseqüências. Ainda que se possa identificar uma estrutura piramidal nas relações de poder, um centro e uma periferia, isso não significa que exista uma origem única ou mesmo um sentido sempre igual nas relações de poder: elas podem surgir no cume ou na base, na periferia ou no centro e deslocar-se de um sentido a outro. Princípio que também norteia a reflexão sobre as esferas da sociedade, permitindo afirmar que o poder pode surgir nas diferentes esferas e ter determinações múltiplas, que não têm como ser previstas a priori. Portanto, só se pode analisar a constituição do poder e o funcionamento das relações de poder a partir de casos concretos, em que se busca identificar as forças em jogo, quais têm preponderância em relação a outras, onde estão as origens dessa relação de poder. Não é possível estabelecer uma fórmula teórica que identifique uma origem ou um sentido permanente das relações de poder, válida para todos os casos. As relações de poder convivem permanentemente com resistências, contra-poderes, que dão a elas um dinamismo e exigem dos detentores de poder que mantenham suas forças superiores às da resistência, caso pretendam manter-se no poder.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2004.

CORRÊA, Felipe. “Para uma Teoria Libertária do Poder”. *Estratégia e Análise*, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2005.

_____. *Estratégia Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

IBÁÑEZ, Tomás. *Poder y Libertad*. Barcelona: Hora, 1982.

OS SABERES, O CRIME E A LOUCURA: UM ENFOQUE DA PSICOLOGIA POLÍTICA

Débora Cidro de Brito⁶

Marco Antonio Bettine de Almeida⁷

Atualmente, a Saúde Mental no Brasil vem abandonando o modelo segregacionista, que orientou por séculos o tratamento da loucura em todo o ocidente. Isso ocorre por consequência de uma mudança que começou em outros países e que proporcionou a transformação nas práticas e nos saberes em relação à loucura, recebendo o nome de Reforma Psiquiátrica, permitindo a construção de um modelo substitutivo ao hospital e possibilitando um tratamento mais humanizado.

No caminho contrário, as prisões constituem o destino para a grande maioria dos atos criminosos. Entre um e outro, encontramos os portadores de sofrimento psíquico, que cometeram algum delito (ou vários). Estes ainda não foram alcançados pela Reforma Psiquiátrica, permanecendo seu modelo de atenção baseado num misto entre hospital e prisão, elemento que caracteriza os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Esses casos específicos da saúde mental originam-se em outro discurso sobre a loucura. Enquanto a Reforma Psiquiátrica tem como princípio preservar os direitos dos cidadãos portadores de sofrimento

⁶Mestranda da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

⁷Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

psíquico, permitindo a construção de um novo saber que nos traga a possibilidade de conviver com a loucura, os hospitais de custódia protegem e reproduzem os antigos saberes, pautando-se numa perspectiva de que a periculosidade é imanente à loucura.

Tais discursos pouco permitem a criação de novas possibilidades. Sua cristalização favorece sua permanência; e mais do que isso: nos mostra como esses discursos ainda têm poder para legitimar um modelo de atenção totalmente contrário às novas práticas, permitindo a construção de um terceiro sujeito, não só louco, não só criminoso.

Buscando evidenciar algumas relações de poder que existem no tratamento destinado ao louco infrator, neste capítulo trataremos de apontar o caminho percorrido pela loucura, precisamente pelo crime e a loucura, evidenciando as produções de saberes que promoveram uma captura para além das estruturas físicas dos hospitais. Posteriormente serão mostradas algumas ações, ainda de pequena aplicabilidade, mas que já permitem o questionamento e a desconstrução tanto das práticas segregacionistas como da visão da loucura e da periculosidade como uma só.

O início

As primeiras relações entre Saúde Mental e Justiça remontam às leis da Grécia e da Roma, no período anterior à Renascença, quando a capacidade para casar, divorciar, administrar bens e até mesmo a responsabilidade sobre um ato criminoso estava regulamentada juridicamente (COHEN; MARCOLINO, 2006).

Entre as determinações jurídicas posteriores a esse primeiro momento, cabia à família tutelar o doente mental, sendo que a Justiça somente interferia nos casos em que esse poder tutelar era fraco ou inexistente, ou quando o louco pudesse oferecer riscos à sociedade. Riscos que foram entendidos como característica potencial e imanente à loucura: a periculosidade. Sendo assim, se houvesse o entendimento de que alguma pessoa considerada louca era capaz de atacar alguém ou os seus bens, a si mesmo ou seus próprios bens, era necessário seu isolamento como medida de proteção (BIRMAN, 1978). O conceito de periculosidade se tornou “característica” da loucura, quando ela passou a ser entendida como o contrário da razão que governava os homens.

Paralelos a essas determinações, a partir do século XVII, os antigos asilos para leprosos tornaram-se espaços de reclusão para determinadas populações: pobres desempregados sem moradias, prostitutas, vagabundos e os cabeças alienadas. Após a Revolução Francesa e o fortalecimento de uma sociedade capitalista, o trabalho tornou-se peça central desse sistema. Passando a ter uma representação moral, a loucura começou a ser entendida como incapacidade para o trabalho e para a integração ao grupo, sendo assim incluída nos problemas sociais da pobreza e entendida por meio dos valores éticos e morais da sociedade (FOUCAULT, 2008).

A divisão fictícia entre loucos e sociedade tornou o internamento uma solução para aqueles que não se enquadravam na nova ordem social (BIRMAN, 1978). Para Castel (1978), tratava-se de uma solução rápida para os problemas sociais que cresciam juntamente com os processos de mudança na sociedade. Para Foucault (2008), a questão social que envolvia as práticas iniciais do internamento do século XVII são claramente percebidas pelo fato de que, em períodos de desenvolvimento econômico e necessidade de mão-de-obra, até mesmo os internos dos asilos eram reintegrados à sociedade. Quando havia crises econômicas ou a desorganização do mundo operário frente ao aparecimento das grandes manufaturas, levando ao aumento do desemprego e movimentações de resistência operária, o internamento retornava como prática de contenção.

Foucault (2008) definiu os séculos XVII e XVIII como o período da “Grande Internação”, caracterizado pelo crescente enclausuramento de pessoas consideradas incapazes de viver em sociedade e também pelo aumento dos asilos que abrigavam essas pessoas. Para ele, as internações somente foram possíveis e legitimadas por razão da constituição de um poder disciplinar que, além de encaminhar os loucos aos asilos, permitiu o desenvolvimento de mecanismos disciplinares. Esse poder disciplinar, para combater a proliferação da peste no século XVII, controlou a circulação dos indivíduos e, no século XVIII, substituiu o espetáculo da punição em praça pública por um sistema de vigilância, disciplina e controle sobre os corpos.

Neste mesmo período, a sociedade vinha se organizando de tal forma que a arquitetura da cidade refletia a moral burguesa socialmente aceita. As casas tornaram-se espaços privados separados do que

acontecias nas ruas, os quartos dos pais deviam ter sua intimidade preservada e separada dos quartos dos filhos, a porta da casa não devia ser tão próxima da poluição da rua, devendo haver um espaço entre os dois. A medicina se insere nessa organização, transformando o socialmente aceito naquilo que era saudável (CUNHA, 1986).

Apoiando-se nesse poder disciplinar, a medicina, que já regulava as relações sociais, adentrou-se nos asilos no final do século XVIII, porém, sem objetivos terapêuticos: as condições insalubres daqueles “depósitos” de pessoas, ou daqueles “morredouros”, produziam um odor tão forte que era sentido fora dos muros. Por isso, as comunidades próximas aos asilos acreditavam que o odor era o causador das epidemias que se alastravam pela cidade. Para conter o medo social, que começava a tomar proporções preocupantes, o médico se inseriu nesses locais.

É importante e talvez decisivo para o lugar que a loucura deve ocupar na cultura moderna que o *homo medicus* não tenha sido convocado para o mundo do internamento como *árbitro*, para fazer a divisão entre o que era crime e o que era loucura, entre o mal e a doença, mas antes como um guardião, a fim de proteger os outros do perigo confuso que transpirava através dos muros do internamento (FOUCAULT, 2008, p. 356).

Uma cena específica marca este momento: em 1792, após uma ampla investigação das condições dos asilos da França, Pinel desacorrenta uma pessoa que vivia em uma destas instituições. Se o ato de desacorrentar libera o louco de suas amarras, para Foucault (2006, 2008), trata-se de retirar as amarras físicas e de capturar o louco pelo discurso médico. Após esse ato e a transformação da loucura em objeto da medicina, pouquíssimas mudanças ocorriam no tratamento que ainda continuava degradante. A medicina, por sua vez, utilizou-se da antiga prática do internamento como medida que permitia, como num laboratório, isolar da sociedade o seu objeto de estudo e analisá-lo (CASTEL, 1978). Dessa forma, a partir de uma prática já existente de isolar o louco visando uma melhor organização da sociedade, a Medicina Mental se constituiu como ciência e a loucura se tornou seu objeto de estudo.

As prisões da loucura

Ao capturar a loucura em seu discurso, a medicina amplia seu campo de atuação e, em seguida, passa a regulamentar as decisões jurídicas que envolvem delitos cometidos por pessoas consideradas portadoras de doença mental, fortalecendo a ligação entre doença mental e periculosidade.

Se as internações só podiam ocorrer com o “livre consentimento” do doente mental, a inserção da medicina no campo jurídico legitimou as internações em que o paciente em questão não reconhecia a sua necessidade; para isso, a periculosidade tornou-se o argumento que justificava a internação (BIRMAN, 1978). Os saberes que favoreceram o pensamento da impossibilidade de o louco conviver na sociedade foram fortalecidos pela idéia de que ele poderia ser perigoso; dessa forma, os discursos médicos e jurídicos não permitiam pensar na possibilidade de a loucura conviver com a sociedade.

Sabemos que anterior à medicina, a Justiça já regulamentava os direitos dos loucos; porém, a medicina se utilizou do conceito de periculosidade, também, para ter maior direito de regulamentação da vida do louco.

No desenvolvimento de uma ciência como detentora do saber sobre a loucura, algumas influências teóricas favoreceram o conceito de que a doença é fruto apenas de perturbações internas do indivíduo. Por exemplo, a teoria da degenerescência de Morel considerava as causas da loucura hereditárias, degradando progressivamente, não apenas o ser biológico, mas também seus costumes; a loucura podia ser constatada quando não se estava de acordo com a moral religiosa da época. Posteriormente, a teoria positivista organicista, o desenvolvimento da microbiologia e da anatomia patológica favoreceram o estudo da loucura como doença localizada no cérebro, sendo possível a aplicação de um método das ciências naturais para o conhecimento das relações causais entre organismo e loucura. Essa concepção alterou o conceito de hospício na Europa, conferindo um caráter terapêutico visando à cura, apesar de persistir a prática assistencialista. Vale lembrar que a construção de uma psiquiatria organicista não abandonou as concepções da moralidade nem da degenerescência (SANTOS, 1979; CUNHA, 1986; PEREIRA, 2008).

Tais leituras sobre a loucura não permitiram considerar os fatores sociais que influenciavam a constituição da doença mental; também não permitiram que costumes diferentes daqueles socialmente aceitos fossem pensados não como patológicos, mas como a manifestação das mudanças sociais que aconteciam de forma veloz. As alterações na organização social, no modo de trabalho, as possibilidades de acumulação de bens, as manifestações de resistência operária, a alta do desemprego que ocasionou o aumento de moradores de ruas e a realização de práticas ilegais eram vistas somente do ponto de vista individual, sem avaliar suas inter-relações e sua relação com o social (CUNHA, 1986; FOUCAULT, 2008).

Assim como a doença mental, a periculosidade apresentava variações de indivíduo para indivíduo. Os casos mais simples eram os alienados fracos de espíritos, que praticavam pequenos delitos ou apresentavam comportamentos que contradiziam a moral e os bons costumes da sociedade daquela época. Sua permanência nas ruas poderia tornar-se mau exemplo para outras pessoas; tratava-se de uma periculosidade simbólica. Por outro lado, a convivência nas prisões com criminosos não seria em nada benéfico, agravando seu quadro. O inverso desta periculosidade era encontrado naqueles que cometiam crimes mais violentos e que também era constatado algum sinal de doença mental. Nesses casos, o isolamento se fazia necessário para maior segurança da sociedade; porém, por se tratar de alguém considerado incapaz de se comportar de acordo com as normas sociais, não poderia ser responsabilizado pelo delito, não sendo, mais uma vez, as prisões efetivas nestes casos (BIRMAN, 1978).

Os casos eram encaminhados para os asilos, mais precisamente os hospitais psiquiátricos, que se tornaram o único território possível para a doença mental. Ainda assim, para os casos em que o paciente havia cometido algum delito, os hospitais psiquiátricos não eram solução mais viável, por dois motivos: 1) a sociedade mais ampla, quando tinha um paciente internado nesses hospitais, preocupava-se com a mistura entre doentes comuns e doentes “criminosos”; 2) por serem instituições sem uma segurança adequada, era possível que tais criminosos fugissem desses locais (BIRMAN, 1978).

Para esse segundo grupo, a criação de uma instituição específica, nem prisão nem hospital, porém com as características de ambos, servia

como local de observação da verdade, pois já era comum a prática de fingir-se de louco para escapar das cadeias e, posteriormente, fugir do hospital (BIRMAN, 1978).

Atualmente, essas instituições tornaram-se não somente local de observação da verdade, mas de produção da verdade. Todo um aparato técnico e jurídico permite a distinção entre os donos do saber e da razão, que produzem uma verdade sobre aqueles despossuídos da razão (SHINE, 2006).

A primeira instituição construída com o objetivo de custodiar pessoas portadoras de doenças mentais e autoras de delitos surgiu em 1860, na Inglaterra, após a tentativa de assassinato do rei Jorge III; o autor da tentativa, Daniel M'Naghten, foi considerado doente mental, absolvido do crime e internado por motivo de segurança. Em 1893, o Código Penal Suíço apresentou a primeira codificação da Medida de Segurança. A Medida de Segurança é a imposição jurídica para uma pessoa que cometeu algum crime e foi constatada uma doença mental; esses casos são juridicamente absolvidos da pena e encaminhados para o tratamento em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Nessas instituições, também encontramos as pessoas que adoeceram psicicamente durante o cumprimento da pena, ocasionando sua conversão em Medida de Segurança. No Brasil, essas medidas são regulamentadas pelo Código Penal e pela Lei de Execução Penal, seu prazo mínimo é de um a três anos; terminado este período, a pessoa deve ser submetida à avaliação psiquiátrica para verificação da cessação de periculosidade. A avaliação é encaminhada ao Juiz de Execução Penal, que dará sua avaliação final (MIRABETE, 2001), podendo ser a mesma que já consta no laudo emitido pelo psiquiatra ou diferente dela. Decidindo pela cessação da periculosidade, a pessoa começará o processo de desinternação progressiva ou será encaminhada para tratamento ambulatorial.

Cabe lembrar que nem o Código Penal, nem a Lei de Execução Penal, reconhecem o processo de desinternação progressiva. Se o juiz determinar que não houve cessação da periculosidade, a pessoa deverá continuar seu tratamento e, somente após um ano, repetir todo o processo de avaliação. A Medida de Segurança tem fim após a confirmação da cessação de periculosidade. É possível verificar que uma pessoa pode permanecer internada por mais tempo do que ficaria preso

para cumprimento de pena, ou, da mesma forma que um paciente de qualquer outro hospital psiquiátrico, pode ficar internado pelo resto de sua vida, o que mostra que esse tipo de tratamento é a pena perpétua, que não se encontra explicitamente no Código Penal.

Os hospitais de custódia carregam as características de dois tipos de instituições totais, definido por Goffman (2007) como local onde um indivíduo é obrigado a viver por um período de tempo, uma vida fechada sem autonomia e separada da sociedade mais ampla. São elas: as instituições destinadas a proteger a comunidade contra perigos intencionais, tendo como objetivo proteger a comunidade em geral e não aqueles que ali estão isolados; nesse agrupamento encontram-se as cadeias, as penitenciárias e os campos de prisioneiros de guerra. O segundo tipo de instituição total é aquele com a função de cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas, e que representam alguma ameaça à sociedade: sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários.

As internações em instituições totais provocam no indivíduo a perda de seus referenciais; não é mais ele que decide quando acordar, o que comer, o que vestir, para onde ir e o que deve fazer. Tudo isso é realizado por outra pessoa, de forma conveniente para a administração da instituição. Suas relações não são mais com aquelas pessoas de antes, mas com pessoas que, num primeiro momento, são estranhas, seus vínculos se perdem e, cada vez mais, a pessoa incorpora uma das identidades disponíveis na instituição como forma de adaptação. Com o passar do tempo, a capacidade do indivíduo de retornar à sociedade mais ampla vai se tornando mais difícil, devido às diferenças entre a vida fechada e a vida na sociedade mais ampla; ao mesmo tempo, sua crença na possibilidade de retorno diminui gradativamente, num processo que Goffman (2007) chama de “mortificação do eu”.

Com o despojamento de seu eu e o longo tempo fora da sociedade, surge um grande problema para o processo de desinternação, pois o indivíduo já não conta com recursos para conviver novamente na sociedade. No caso de um paciente de hospital de custódia, ele ainda carregará dois estigmas: de doente mental e de ex-presidiário. Fruto de uma necessidade que o ser humano possui de colocar as outras pessoas em categorias, assim como produzir para os outros uma identidade da

qual se espera determinada conduta, quando um indivíduo apresenta uma identidade diferente da esperada surge uma discrepância chamada de estigma.

Loucos, vagabundos, prostitutas e cabeças alienadas começaram a ser estigmatizados, devido sua identidade diferente da esperada pelas outras pessoas. Entre os tipos de estigma, tanto a loucura como os crimes constituem estigmas de caráter; apesar das diferenças entre um e outro, seu desenvolvimento no curso da história os colocam muito próximos (GOFFMAN, 1980).

O que pode explicar a facilidade com que a sociedade buscou excluir em vez de entender os estigmatizados deve-se ao fato de que, de forma geral, acreditamos que alguém com um estigma não é completamente humano. Da mesma forma, alguns atributos diferenciais, mesmo que secretos, permitem a constituição de três possíveis locais de existência do estigma. Essa constituição de lugares específicos pode ser bem vista nos casos dos loucos criminosos, considerando-se os locais proibidos para sua circulação, os quais podem ser entendidos como a sociedade de forma geral; os lugares públicos onde o louco é tratado cuidadosa ou penosamente, como os poucos locais de circulação extramuros que podem existir durante sua internação; por último, os lugares retirados, onde a pessoa pode se expor, como no caso dos hospitais de custódia, lugares específicos para sua existência, que distinguem o lado de dentro e o lado de fora, passam a apresentar uma função social para além do tratamento; tornam-se “latas de lixo psicológicas”, representando o local da punição e da projeção de tudo aquilo que a sociedade não aceita (GOFFMAN, 1980; MOFFAT, 1980).

Produtores de saber e poder sobre o louco criminoso

O modelo de tratamento pautado numa instituição total hospitalocêntrica vem sendo desconstruída no Brasil, desde o final da década de 1970, por meio do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), que buscou – por meio da união entre usuários dos serviços de saúde mental, familiares e trabalhadores – a construção de um novo modelo de atenção (LUCHMANN; RODRIGUES, 2007). Essa busca vem se efetivando através de uma rede de atenção em saúde mental que prioriza o tratamento territorializado e tem a internação psiquiátrica como

último recurso a ser utilizado. A legitimação desse modelo, e sua inserção no SUS, foi obtida pela Lei 10.216/2001, que trata dos direitos das pessoas portadoras de sofrimento psíquico e redireciona o modelo assistencial em saúde mental no país. A criação de todo esse processo recebeu o nome de Reforma Psiquiátrica, constituindo-se a partir das influências de processos que já aconteciam em outros países, principalmente da Psiquiatria Democrática Italiana (AMARANTE, 2008).

O processo constituído na Itália, nas cidades de Trieste e Gorizia, foi resultado de um longo trabalho que se iniciou com a negação da instituição hospitalar segregacionista, não apenas a instituição concreta, mas suas práticas e seus saberes constituídos. Foi necessário um trabalho de informação da comunidade, para que uma nova concepção da loucura pudesse ser construída; sem dar espaço para o retorno do manicômio nas novas práticas que se formavam, buscou-se, também, entender a lógica manicomial que sustentava essas instituições, para que se pudesse negá-las como prática (ROTELLI, 2008).

Deve-se ressaltar que, para os casos de doença ou transtorno mental, em que houve a ocorrência de algum delito, esse modelo territorializado e descentralizado de atenção não se aplica, cabendo à Justiça o direcionamento do tratamento após apreciação de laudo de sanidade mental (MIRABETE, 2001). Verificando o artigo 26 do Código Penal, nota-se que é isento de pena o agente que, por doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (MIRABETE, 2001, p. 229).

Isentar uma pessoa da pena significa excluí-la de um determinado processo pelo qual a pena tem sua justificativa: a imputabilidade, a culpabilidade e a responsabilidade. Por imputabilidade, entendemos que a pessoa tem a capacidade de reconhecer e valorizar a obrigatoriedade de respeitar as normas e, por isso, consegue reprimir seus impulsos e não cometer um delito; quer dizer, também, que essas pessoas não são isentas da aplicação de uma pena. A culpabilidade está relacionada a intencionalidade do sujeito, ou seja, a ação realizada ter, por ele, um objetivo conhecido ou ao menos esperado. A responsabilidade é a conseqüência do fato punível; por conta de sua imputabilidade e sua culpabilidade preservada, o sujeito, ao cometer um delito, é considerado

responsável pelo ato. Enquanto a aplicação das penas está relacionada diretamente com o crime já cometido, tratando-se de uma reparação do sujeito e para a sociedade, as Medidas de Segurança não estão em função da ação já cometida, mas funcionam como medidas preventivas para futuras ações que poderiam ocorrer (FONTANA-ROSA; COHEN, 2006).

Como já mencionado, o Código Penal reconhece que pessoas portadoras de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto são isentas de pena; tais pessoas são consideradas incapazes de entender a obrigatoriedade de se respeitar as normas e, por conta disso, podem ser reconhecidas como pessoas que praticam ações sem reconhecer os objetivos que serão alcançados; elas também não podem ser responsabilizadas por isso. Essa é a sutil diferença entre pena e medida de segurança, que não é vista nas disposições físicas de um hospital de custódia: o sujeito é transformado naquele que não sabe viver em sociedade e não sabe sobre suas ações, despossuído de qualquer saber, torna-se, também, alguém sem poder sobre si; resta o rótulo de sujeito louco e perigoso.

Para Foucault (2010a), o poder não é algo que se tem, mas algo que se exerce e, por isso, pode ser exercido por todos. Baseando-se nessa premissa, é possível afirmar que as relações de poder que atravessam a Medida de Segurança não são apenas resultados dos aparelhos repressores como a Justiça; essas relações são também exercidas por meio da constituição de saberes, com uma sutileza quase imperceptível que permite a produção de verdades que fortalecem e legitimam essas relações de poder. Não é mais a corrente que tranca a loucura; antes dela, existe um saber que afirma e que instala a loucura nos muros dos hospitais.

Da mesma forma que as discussões sobre a sexualidade estão inseridas numa economia dos mecanismos do poder (FOUCAULT, 2010b), as produções de saberes sobre a loucura e sobre a criminalidade se inserem nessa mesma economia, pois, assim, pode-se falar da loucura, pode-se estudá-la, definir seus termos, produzir discussões sobre ela. As produções discursivas sobre a loucura são mecanismos relevantes para o estabelecimento das relações de poder; ao mesmo tempo em que o discurso é forjado por elas, alimenta e fortalece essas próprias relações.

O exemplo mais claro de uma produção dessas relações são os laudos de cessação de periculosidade, fruto de uma leitura psiquiátrica sobre o doente mental, que permitem identificar se ele apresenta condições de retornar ao convívio em sociedade. De forma geral, esses laudos apresentam, em sua maior parte, uma leitura do passado anterior à internação da pessoa, buscando identificar a vida escolar, sexual, familiar, os históricos de internações passadas, de doenças que já o acometeram e do crime cometido. Sendo assim, ano após ano, sua produção apresenta pouquíssimas mudanças; com uma repetição exaustiva, resta um breve relato dos últimos acontecimentos sobre a vida do internado, o acompanhamento psicológico ou a participação nas atividades oferecidas pela instituição; outra descrição importante no laudo é se o indivíduo possui apoio familiar e se consta, da sua parte, o reconhecimento do crime cometido e o entendimento de que a ação não era correta. Ao final, em no máximo duas linhas descreve-se se a periculosidade persiste ou não. Atualmente esses laudos são acompanhados de relatórios psicossociais, que permitem uma visão mais ampla de outros profissionais que atuam no hospital.

Dia após dia, esses laudos revelam um discurso em que o passado e o crime se repetem como forma de identificação do sujeito. Com poucas alterações, essas avaliações vão cristalizando um saber sobre aquelas pessoas; da mesma maneira, esses mesmos laudos de cessação de periculosidade são capturados pelo discurso da periculosidade e, por isso, poucas mudanças são vistas em sua produção.

Assim como os laudos, os prontuários criminológicos apresentam um discurso engessado em que somente o crime cometido é destacado. Sua repetição constante permite que, ao final de sua leitura, pouca coisa para além do crime possa ser lembrada, sendo necessária uma leitura cuidadosa para verificar outros discursos; no dia-a-dia, o que fica dessas leituras é apenas a periculosidade do agente. Esse tipo de poder exercido por meio do discurso médico se faz de forma tão sutil, que é difícil localizá-lo concretamente; não está nos livros, nos prontuários, nos laudos ou na estrutura física dos hospitais de custódia, demonstrando a capilaridade do poder. Ao final, não é só o médico que exerce o poder sobre o louco, ele também se perde na produção de todo esse aparato de controle.

Tais produções discursivas vão paulatinamente reforçando a imagem da loucura e do crime como ações desconectadas da sociedade, produzindo um tipo de sujeito reconhecido somente por sua doença e seu crime cometido, docilizando o sujeito não apenas por ações disciplinares, mas por meio de um discurso que visa capturar, controlar, docilizar e reproduzir saberes. São essas práticas provenientes de saberes que impedem mudanças no sentido de promover a emancipação de sujeitos desprovidos de poder e de saber sobre si.

Ações transformadoras

A constituição da Lei 10.216/2001 deveria aplicar-se igualmente a todos os modelos de atenção em saúde mental. Conforme descrito no artigo 1º da Lei: Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, à cor, ao sexo, à orientação sexual, à religião, à opção política, à nacionalidade, à idade, à família, aos recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra (LEI 10.216/2001, art. 1º).

Mais a frente, no artigo 6º, as internações compulsórias, que incluem as Medidas de Segurança, são contempladas pela lei; apesar de o termo “Medida de Segurança” não aparecer em nenhum momento, sua determinação feita por um juiz permite considerar as pessoas custodias nos HCTPs também como objetos desta lei.

Algumas ações aconteceram nos últimos anos que nos permitiram enxergar novas possibilidades para os portadores de sofrimentos psíquico em conflito com a lei; um exemplo disto é o PAI PJ (Programa de Assistência Integral ao Paciente Judiciário, de Minas Gerais). Abandonando o modelo pautado na cessação da periculosidade como critério para desinternação, e adotando o atendimento na rede extra-hospitalar de saúde mental – como CAPS, residências terapêuticas, ambulatórios e centros de convivência – ele permite que cidadãos, antes excluídos da rede SUS, possam obter um atendimento mais humanizado (CORREIA; LIMA; ALVES, 2007). Fruto da parceria entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o Centro Universitário Newton Paiva e o Projeto de Saúde Mental do Município de Belo Horizonte, o programa busca atender aqueles que, antes, poderiam ser considerados monstros irrecuperáveis,

permitindo ao indivíduo o resgate de sua responsabilidade pelo crime cometido, restaurando a sua dignidade perdida ao ser decretado como inimputável. Conseguindo chegar à reincidência zero nos crimes contra as pessoas, o PAI PJ funciona na cidade de Belo Horizonte; outro programa de atenção também se constituiu em Goiânia, tendo o mesmo trabalho multidisciplinar de atenção ao portador de sofrimento psíquico em conflito com a lei, o Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator, o PAI LI. (DIÁLOGOS, 2005).

Esses programas de atenção foram precursores de uma nova prática na medida de segurança. Mesmo ainda se tratando de casos isolados, permitiu a possibilidade de inserir a política antimanicomial nos hospitais de custódia e o questionamento das práticas anteriores. Tais possibilidades podem ser vistas por meio da Resolução 113, de 20 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça; da Resolução 5, de 4 de maio de 2004; e da Resolução 4, de 30 de julho de 2010, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que buscam adequar as Medidas de Segurança à Lei 10.216/2001 e aos Programas de Atenção Integral. Inclusive, por meio da Resolução 4, foi limitado a 10 anos o prazo para as adequações necessárias dos hospitais de custódia. Porém, a grande contribuição desses programas é o fato de que, apesar de não mudar as leis que regulamentam a Medida de Segurança, eles permitem o início de uma mudança nos saberes sobre o louco criminoso.

Cabe lembrar que, atualmente, os hospitais de custódia se distanciam do ideal de tratamento em saúde mental. Além disso, todas essas mudanças não alteram o fato de que se trata de pacientes judiciários que pertencem ao Ministério da Justiça. A Lei 10.216/2001 ainda permite internações por meio do artigo 6º e do artigo 9º. Os hospitais de custódia não podem ser considerados locais com características asilares, pois cumprem o inciso 2 do artigo 4º da mesma lei, possuindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer e outros, podendo-se incluir o setor de educação. Os hospitais de custódia estão muito próximos do cumprimento dessas leis; entretanto, se consideramos os saberes produzidos poderemos verificar as disparidades entre o que se tem na realidade e o que se tem nas leis e nas resoluções.

A história da loucura mostrou sua relação próxima com as mudanças sociais. Sua constituição como estigma tornou-se evidente

quando a sua existência passou a comprometer a organização social que se formava, principalmente por volta do século XVII. Da mesma forma, o louco criminoso tornou-se duplamente excluído por seu crime e sua loucura.

A captura da loucura e posteriormente do louco criminoso pela medicina permitiu a construção de um discurso que legitimou o já praticado: o enclausuramento e o abandono. A Medicina Mental se constituiu como ciência da loucura, no interior da prática do aprisionamento; ela não inventa a ação de trancar, mas regulamenta, legitima, desconstrói e depois reconstrói numa nova roupagem, agora terapêutica.

O que Foucault nos fala sobre a história da loucura é o quanto ela esteve intimamente ligada com as relações de poder, que muitas vezes se exercem por meio da produção de saberes que rotulam, encarceram e definem o que é doença e o que é saudável.

No decorrer desta história, ainda em construção, são também essas relações de poder e saber que regulam as possibilidades de mudanças, cabendo-se destacar, nesse caso, o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, que permitiu, a partir da união dos principais atores da loucura, a construção de um novo saber com o questionamento e a mudança das antigas práticas. Posteriormente, não mais um movimento social, mas um programa de atenção, buscou repensar as práticas originárias de um saber segregacionista. O resultado atual desses processos é visto por meio de leis e decretos que possibilitaram uma mudança no campo da saúde mental que avançam no processo de inclusão de todos os portadores de sofrimento psíquico.

Porém, é importante ressaltar que não são as leis, por si só, que mudarão anos de um discurso cristalizado que se apóia no internamento e na periculosidade para justificar a permanência do enclausuramento e da segregação como medida de proteção àqueles que estão do lado de fora dos muros. É necessário repensar nossas práticas, atentar aos discursos que fortalecem um saber e não permitem a substituição do velho pelo novo.

Negar a instituição não significa esquecê-la e não inseri-la nas novas práticas; negar significa, antes de qualquer coisa, conhecer e entender, como nas palavras de Rotelli, reconhecer como esses saberes

se constituíram, no interior de quais práticas se deu seu surgimento. Somente assim será possível entender sua lógica, possibilitando novos saberes que não mais destituem o outro de si mesmo, mas que lhe conferem um saber, e conseqüentemente um poder sobre si.

Referências Bibliográficas

AMARANTE, P. D. C. Asilos, alienados, alienistas: uma pequena história da psiquiatria no Brasil. In: Amarante, P.D.C. (org.). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

BIRMAN, J. **A psiquiatria como discurso da moralidade**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

BRASIL. Lei n.º 7.209, de 11 de julho de 1984. Altera dispositivos do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. DOFC 13 07 1984.

_____. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n.º 113, de 20 de abril de 2010. Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança, e dá outras providências. (Publicada do DJ-e nº 73, em 26/04/2010, p. 03-07).

_____. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução n.º 5, de 04 de maio de 2004. Dispõe a respeito das diretrizes para o cumprimento das medidas de segurança, adequando-as à previsão contida na Lei n.º 10.216 de 06 de abril de 2001.

_____. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução n.º 4, de 30 de julho de 2010. Dispõe sobre as diretrizes nacionais de atenção aos pacientes judiciários e execução da medida de segurança.

CASTEL, R. **A ordem psiquiátrica: a idade de ouro de alienismo**. (M. T. C. Albuquerque, Trad). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

COHEN, C. Medida de segurança. In: Cohen, C.; Segre, M.; Ferraz, F. C. (orgs). **Saúde mental, crime e justiça**. (2ª ed. rev. e atual). São Paulo: Ed. USP, 2006, p. 123-129.

COHEN, C.; MARCOLINO, J. A. M. Noções históricas e filosóficas do conceito de saúde mental. In: Cohen, C.; Segre, M.; Ferraz, F. C. (orgs). **Saúde mental, crime e justiça**. (2ª ed. rev. e atual). São Paulo: Ed. USP, 2006. p. 17 – 27.

CORREIA, L. C.; Lima, I. M. S. O.; Alves, V. S. Direitos das pessoas com transtorno mental autoras de delitos. **Cad. Saúde Pública**, Set 2007, vol.23, nº.9, p.1995-2002.

CUNHA, M. C. P. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FONTANA-ROSA, J. C.; Cohen, C. Psicopatologia Forense na Esfera Penal. In: Cohen, C.; Segre, M.; Ferraz, F. C. (orgs). **Saúde mental, crime e justiça**. (2ª ed. rev. e atual). São Paulo: Ed. USP, 2006. p. 109 – 118.

FOUCAULT, M. **O poder psiquiátrico**. (E. Brandão, Trad). São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. (R. Ramalhete, Trad). (37ª. ed.). Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010a.

_____. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010b.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Brasil: Zahar Editores, 1980.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LUCHMANN, L. H. H.; Rodrigues, J. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(2), 399-407, 2007.

MIRABETE, J. F. (2001). **Código penal interpretado**. 2. ed. São Paulo: Atlas.

MOFFATT, A. **Psicoterapia do oprimido**: ideologia e técnica da psiquiatria popular. São Paulo: Ed. Cortez, 1980.

PEREIRA, M. E. C. (2008). Morel e a questão da degenerescência. *Rev. Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 11(3), 490-496.

Revista Psicologia Ciência e Profissão DIÁLOGOS. Os loucos que fazem a diferença. Ano 2 nº2 março/2005.

ROTELLI, F. Superando o manicômio: o circuito psiquiátrico de Trieste. In: Amarante, P.D.C. (Org). **Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008

SHINE, S. K. (2006). Ideologia da Instituição Judiciária. In C. Cohen, M. Segre. & F. C. Ferraz (org.). (2006). *Saúde mental, crime e justiça*. (2ª ed. rev. e atual). São Paulo: Ed. USP.

SANTOS, J. C. **A criminologia da repressão**: uma crítica ao positivismo em criminologia. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

ANÁLISE DE UM PRESÍDIO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM DA PSICOLOGIA POLÍTICA

Gustavo Luis Gutierrez⁸

Marco Antonio Bettine de Almeida⁹

Fiódor Dostoiévski, no livro *Memória da casa dos mortos* afirma que as normas de uma determinada civilização podem julgar-se ao abrir as portas de suas prisões.

Analisar a forma como a sociedade trata aquele que agiu em dissonância aos valores normativos da sociedade possibilita uma leitura de como o agrupamento encara a violência do Estado e como ele valoriza o castigo. Longe de querer abarcar todo esse campo, o presente estudo pretende oferecer uma breve leitura sobre o processo de incorporação de símbolos na reclusão, e como é possível relacioná-lo às formas que o sistema prisional se encontra.

A abordagem dominante nos estudos sobre o presídio segue a tradição foucaultiana pensando-o como um arquipélago de símbolos e ritos. Almeida (2008) aponta uma incorporação dos discursos dos pesquisadores que defendem a reclusão pelo processo unilateral de incorporação da cultura delinqüente. Desse modo, a linguagem, os meios de comunicação, as formas de expressão estão voltados para a formação de imagens e compreensão do mundo a partir do ilícito, fomentando no

⁸ Professor Titular da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas.

⁹ Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

interior do cárcere somente os padrões de força, as frustrações, o medo, a escuridão, a submissão, o controle, as drogas, o jogo, o espaço, a insalubridade e o poder. Todos esses modos de ver o presídio sustentam as teorias de “arquipélago”, de símbolos peculiares no intramuros institucional.

Outra afirmação ao sistema prisional refere-se ao poder expresso e manifesto do cárcere, que impede qualquer relação de reciprocidade, em que as ações dos sujeitos encarcerados visam somente sobreviver, numa luta diária contra as agruras e sofrimentos que a reclusão os faz padecer; em outras palavras, o presídio concentra as ações de poder e é encarado como um lúgubre espaço de ações individuais, egocêntricas e autocontroladas – um local que inviabiliza qualquer ação que o transforme.

Segundo essas teorias prisionais, o sujeito, inserido no espaço fechado, é envolvido por novas regras peculiares intramuros, isto é, códigos distantes do mundo externo. Essas teorias trazem consigo a tradição foucaultiana de *Vigiar e punir*, apontando o presídio como uma sociedade dentro da sociedade, com seus códigos internos peculiares no sistema prisional, que na sua essência é totalitário, devido a uma concentração de poder e uma vigilância constante (FOUCAULT, 1986).

Esse estudo objetivou compreender os símbolos na reclusão pelo seu teor comunicativo, como forma de interação entre os sujeitos, utilizando como pressuposto metodológico a teoria da comunicação de Jürgen Habermas. Portanto, esse capítulo olhará para a reclusão como um espaço de trocas simbólicas, compartilhamento de um mundo da vida, local de ações estratégicas e comunicativas.

Construindo Conceitos

No Brasil, há uma literatura muito rica sobre a vida dos presidiários, como o artigo de Tavares e Menandro (2008), “Trajetórias de vida de presidiários e possíveis sentidos para a prisão”. Os autores apontam uma vasta literatura produzida por internos ou repórteres policiais, afirmando que esses estudos são diretrizes para o entendimento do presídio. Segundo os autores, esse conhecimento reflete uma entrada num universo que possui uma estrutura de linguagem própria. Pela perspectiva de análise habermasiana, para estudar um grupo, é fundamental entender

as formas de interação entre os sujeitos que dele fazem parte. No caso do presídio, toda a sua comunidade compartilha de regras próprias e falas peculiares que diferenciam o “proceder” (forma de se relacionar) dos presos.

Para compreender esse universo é fundamental conhecer os autores que imergiram no presídio, pois eles trazem inúmeras gírias e formas de ser no presídio – fenômeno que é denominado “prisionização” (AMORIM, 1993) ou “sociedade dos cativos” (PAIXÃO, 1987 p. 42). Segundo Paixão (1987), “essa ‘sociedade dentro da sociedade’ nasce do isolamento da massa carcerária e constitui meio propício para processos de conversão de internos em uma perspectiva criminosa”. O conceito massa foi definido Tavares e Menandro (2008, p. 123) como “orgulho de pertencimento ou mesmo a convicção de fazer parte da comunidade”.

A massa, ou este fazer-se pertencer, pode ser resumido pela aceitação de papel inferior, desenvolvimento de novos hábitos, adoção do linguajar local e sempre buscar um “adiantamento” (formas de diminuir a sua estada na prisão como a remição). Tal processo não ocorre somente ao detento, mas às pessoas que trabalham nos espaços de reclusão por consequência, criando em seu invólucro tendências próximas desse sentir o poder e a submissão do outro. A literatura aponta que há uma proliferação do ilícito na relação entre presos e instituição, tendo como fim a liberdade e a recuperação ou, no mínimo, amenizar sua “estada” na reclusão.

Tavares e Menandro (2008), ampliando as discussões de Paixão (1987), abordam a adesão às leis da “massa”, afirmando que a “massa” é uma designação muito ampla e não retrata as peculiaridades dos internos. O filme *Prisioneiro das grades de ferro* (2003), documentário produzidos pelos detentos do Carandiru após o filme baseado no livro de Varela (1999), aponta como os detentos constroem regras próprias e como há uma diferenciação entre eles.

Parte-se do pressuposto que a incorporação dos símbolos pelos presos é uma construção coletiva. Em outras palavras, as atividades desenvolvidas pelos presos refletem uma ótica a partir da sua vivência, em que ocorre a reprodução de uma linguagem e modos de relacionamento interno. No caso, fala-se “das leis dos cativos” entre os cativos. Adorno e Salla (2007, p. 17) afirmam: “trata-se de uma organização impregnada de rígidos valores”.

O código interno dos detentos é próprio (um amplo arsenal cultural que é desenvolvido entre os presos devido a sua situação). Essa construção do código cativo serve de ferramenta para o entendimento, a segregação, a construção e/ou proteção das relações entre detentos e instituição.

O relato de Jocenir (2001), preso no Carandiru, mostra como os novatos podem sofrer violência sexual; as visitas trazem aos internos objetos de escambo ou até mesmo dinheiro, proporcionando uma economia intramuros; os jogos de azar movimentam essa economia. Essas são formas de expressão dos símbolos na reclusão que reproduzem, dentro deste contexto de “sociedade dos cativos”, os valores e normas existentes fora dele.

É interessante notar que os presos são vistos pela sociedade como uma massa homogênea e delituosa; isso não reflete a realidade, pois no “Cadeião” de Campinas (local da pesquisa de campo), há punquistas e, também, latrocidistas. A visão social de massa homogênea pode ser proporcionada pela idéia de castigo; a prisão como pena, ou então, pagamento para a sociedade de um ato do indivíduo que é contrário às regras normativas de convivência.

Um ponto importante a se destacar refere-se às discussões sobre o castigo e a pena; há o conflito entre as políticas humanitárias e as regras mais rígidas, pois existem muitas dúvidas quanto à natureza da delinquência e, mais ainda, em relação às melhores maneiras de contê-la. Todavia, no cotidiano, a polaridade sobre o “tratamento” do criminoso está intimamente ligada às situações pontuais e a casos específicos, mostrando uma mudança rápida entre o sentimento coletivo de proteção e punição do preso.

De maneira geral, paira na consciência coletiva um ideal de compensação das perdas por parte do agrupamento para toda a massa carcerária, isto é, há uma generalização em relação a todos os presos, colocando-os no mesmo patamar de periculosidade e penalidade.

Jamais deixou de haver sangue, martírio e sacrifício, quando o homem sentiu a necessidade de criar em si uma memória [...], em especial os aspectos das

leis penais nos dão uma medida do esforço que lhe custou vencer o esquecimento e manter presentes [...] algumas elementares exigências do convívio social. Pense-se nos velhos castigos alemães, como o apedrejamento, a roda, o empalamento, o pisoteamento por cavalos, a fervura dos criminosos em óleo ou vinho, o desfolamento. Com a ajuda de tais imagens e procedimentos, termina-se por reter na memória para viver em sociedade (NIETZSCHE, 1998, p. 52).

A generalização refere-se ao desconhecimento do perfil do condenado, dos problemas da instituição prisional e da dificuldade de aplicação da Lei de Execução Penal. Esse desconhecimento às vezes parte para conclusões apressadas e interpretações generalizantes, processo que reafirma o preconceito a qualquer preso.

Nesse sentido, de generalizações, o interno viveria em um mundo vicioso, em que a reprodução do crime levaria a uma saída unilateral, que é a construção de mais presídios; assim, o presídio produziria aquilo que somente ele poderia “curar”: a delinquência. A penitenciária retiraria o condenado do convívio social; todavia, formaria o criminoso dentro de seus muros.

Sociedade dos cativos

Sykes (1999) conceitua a “sociedade dos cativos” como configuração das condições de vida e de relacionamento social específicos das organizações penitenciárias, ressaltando que as características perversas dessas condições permitem a emergência de valores sociais próprios da cultura intramuros.

Segundo alguns autores, há toda uma cultura prisional que se afastaria do ideal de reabilitação, como os números de reincidentes (JORGE, 2000), bem como as declarações dos presos – “lugar maldito”; “cárcere é o inferno”; “a cadeia apaga o que o sistema não quis, esconde o que a novela não diz” (JOCENIR, 2001).

Segundo análise bibliográfica, muitos motivos se apresentariam para explicar a proliferação da delinquência no presídio, como, por exemplo, uma cultura do crime fora dos muros que é incorporada na

prisão, o aparato de repressão do Estado, a não preocupação em fazer valer a Lei de Execução Penal, a superpopulação carcerária. Segundo esse olhar, a “sociedade dos cativos” nasceria pela subjugação da “massa”.

Fischer (1989), no seu trabalho intitulado *Poder e cultura em organizações penitenciárias* situa a forma como se constroem os símbolos de dominação nas prisões, permitindo o florescimento dessa cultura prisional. Segundo a autora, há uma relação entre os presos e a instituição prisional, por meio de uma organização individualizada, com funcionamento determinado por sua especificidade e pelo estilo de gerenciamento de sua administração. Na afirmação de Fischer (1989), poderíamos entender a instituição prisional voltada a uma política dominante e, ao mesmo tempo, as relações internas do presídio como guetos de proliferação da cultura intramuros.

Nesta mesma linha, Goffman (1996) afirma que a prisão é uma instituição total, demonstrando que esta gestão do poder em feudos surge espontaneamente nessas instituições para servir como controle do convívio social dos indivíduos e como instrumento para maximizar o acesso aos meios e bens não encontrados no interior da organização.

O livro *Vigiar e punir* de Foucault (1986) discute-se também a transformação das penitenciárias em feudos de poder, fazendo analogia ao direito penal cientificamente racionalizado com a penalidade cientificamente humanizada. Coloca-se que as formas de poder modernas referem-se a um controle tecnocrático da evolução normativa e da execução jurídica, mostrando a expansão do poder nas relações sociais. O encarceramento, nesses termos, seria concebido como forma de castigo e como técnica de correção.

Experiência no presídio

Visitamos a Casa de Detenção de São Bernardo para desenvolver um projeto. Foi acordado que ensinariamos as regras do futebol de salão aos presos e, posteriormente, faríamos as entrevistas. Três pessoas reclusas foram fundamentais na nossa inserção com os presos: Jorge, Nildo e Boy. Eles relataram as atividades esportivas no presídio, os campeonatos, as festas, a música, as atividades desenvolvidas pelos presos como a capoeira, discutiram sobre cursos e apresentações.

Imaginávamos o pátio do presídio como um grande marasmo. Jorge, Nildo, Careca e Boy apresentaram um mundo que pulsava, com sujeitos, pessoas. Havia vida dentro do presídio. O primeiro momento de inserção no universo dos presos foi da definição da atividade que eles desejaríamos. Responderam curiosamente, aula de Tai Chi. No caderno de campo, relatamos: “Jorge quase nos convenceu a oferecer uma aula que nunca demos, aliás, uma coisa que nunca fizemos. Jorge pensou que fossemos da Comissão de Classificação; era preciso apresentar-se com serenidade, na lógica da prisão é preciso sempre adiantar-se”.

Esse receio institucionalizado propicia o desenvolvimento do agir estratégico na comunicação; os sujeitos do presídio articulam suas falas a partir das normas incorporadas pelo coletivo e, nesse sentido, a forma de direcionar a fala a outro sujeito é importantíssima, isto é, “saber com quem se fala”. Porque o ouvinte é intermediador da comunicação e ele, como ser racional, aceita ou recusa a ação estratégica. Em suma, ao colocar uma comissão sem rosto, sem nome, todas as ações dos presos pareciam ser instrumentais.

A incorporação de símbolos da cultura cativa ou as maneiras submissas dos presos procederem com os funcionários possuem alguma relação com o aprendizado no presídio. Necessidade de se integrar à massa carcerária e entender-se no agrupamento, como também, ser visto como preso exemplar e obter os benefícios da Lei de Execução Penal.

Os códigos não são escritos, mas construídos e reproduzidos pela linguagem. Ao entrar no presídio, o preso tem que aprender as regras no cotidiano. “Este é o aprendizado na cadeia, aprender a proceder”; pode-se traduzir essa fala de Jorge da seguinte maneira: esta é a construção simbólica do coletivo, este é o momento de definição dos papéis sociais no cárcere.

Nas entrevistas, ficávamos na cela com os presos, eles levavam cadeiras, água, suco e bolachas. Para se ter uma idéia da economia intramuros, um simples pudim valia 53 cigarros, segundo Careca. Nesses termos, verifica-se como é importante o dia de visita; nele, move-se a economia no presídio.

Outro ponto destacado pelos presos são os campeonatos de

futebol. Jogar bem dá uma posição de destaque para o sujeito. Pode-se ter como exemplo o Boy – na linguagem prisional, boy significa pessoa que “vive” com outro no presídio –, excelente jogador, que tinha boa relação com a malandragem, provavelmente por essa condição. Apenas para situar, a quadra de futebol de salão fica no centro do pátio, para o qual todas as celas têm visão. Percebemos que a divisão dos times segue uma estrutura de poder da malandragem; Jorge apresentou seu time.

Além do futebol, outras atividades são praticadas pelos presos, principalmente na hora do pátio, como a musculação com alteres de cimento, a corrida em volta do pátio, o uso de drogas, o jogo de dama, xadrez e truco.

Nas falas, as formas de relações, como apontadas anteriormente, são ordinárias; eles afirmam que o extraordinário na vida dos presos é a visita. Há todo um ritual de limpeza e de arrumação. É um momento importante de reencontro, de trazer as novidades de fora. Percebemos que as visitas servem como marcador de tempo – elas são “intocáveis”. Faz parte do código dos presos não olhar, conversar, tocar, ouvir. A visita deve ser respeitada. As festas ocorrem em dias específicos (Dia dos Pais e das Crianças), as famílias passam o dia com os presos. Há atividades com as crianças, “apresentação de pessoal de fora”.

Há uma movimentação para arrumar o espaço, promovida principalmente pelo corpo técnico. No “Cadeião”, os assistentes sociais têm um papel importante para conseguir as doações dos materiais para a confecção e arrumação do local (bexigas, madeira, barbante, tinta). São eles que possuem uma ligação com os presos. Na fala de Moacir: “As festas transformam isso aqui né, o pátio tudo mudado, as grades.”

Há uma tentativa por parte dos presos de tentar minimizar o ambiente prisional, talvez para alegrar as visitas (para que elas voltem), talvez porque os presos queiram desvencilhar-se dos símbolos que representam a reclusão. Parece que os internos não se identificam com o cárcere, nem com suas relações de poder.

O mundo das relações sociais é renovado com as visitas e as festas. Elementos do mundo de fora da prisão são trazidos para lembrar ao sujeito que ali não é seu lugar; em vários momentos, o preso se

reporta para fora, para as pessoas e os amigos. Na literatura prisional, alguns autores deixam transparecer que a incorporação das regras dos cativos é tão forte, que o indivíduo perde a relação com o mundo externo (arquipélago de símbolos). Todavia, os presos mostram que eles valorizam o mundo externo, o mundo livre.

Um bom exemplo desta alusão ao mundo externo é encontrado nas músicas feitas no presídio, o rap, que descreve a vida na prisão como o cão e valoriza os amigos e a família. Essa valorização mostra como os presos se reportam aos valores intersubjetivos da sociedade livre, e que eles não apenas reproduzem ações estratégicas.

A televisão tem um papel importante na dinâmica do presídio. Ela paira no presídio como um ente, uma forma de relação com o mundo externo. A televisão aparece como um grande filme, pelas pessoas estarem distantes da realidade apresentada – das propagandas aos objetos de consumo. Ela é como um quadro eletrônico que apresenta o precipício do mundo externo e interno.

O sexo no presídio existe com as visitas e entre os presos. “Atrás do come quieto (cortina improvisada nas celas coletivas) tudo pode acontecer”, afirma Assis. Segundo os presos, existem casais homossexuais, “Fanchona”. Há aqueles que comercializam o sexo com outros presos. “Uma bicha na cadeia, se ela amiga com um cara, o cara dá tudo pra ela; a bicha é a mulher do cara, certo. Então ninguém mexe, a bicha não pode conversar com ninguém”, diz Boy.

As drogas fazem parte do cotidiano da prisão, no pátio, é freqüente o uso da maconha e da Maria louca. Segundo Jocenir (2001), a maconha é parte da cultura prisional e quando está em falta é motivo de conflito: “é como um calmante para a massa”, afirma Bento. É também uma das maiores fontes de dívidas e conflitos. Existem diferentes grupos que controlam a droga; para Jocenir (2001), os traficantes dos presídios são o grupo mais próximo da malandragem, pois necessitam de respaldo para os procedimentos do código da prisão, como mandar uma “sugesta”, encontrar um “laranja”, ou mesmo ter a permissão para “apagar” alguém. “O que é que a gente pode fazer aqui? Só pode mesmo jogar carta, fazer plano de assalto e comer ‘cu’”, coloca Boy.

Apesar de a literatura fazer alusão à banalização da morte na

cadeia (GOIFMAN, 1998), matar alguém no presídio não é coisa tão simples. Para ocorrer qualquer fato, o “xerife” deve ser comunicado e aprovar a execução. Quando for entre a malandragem, monta-se uma comissão para ouvir ambas as partes e depois se toma uma decisão que, na maior parte das vezes, tende a apaziguar a situação.

Segundo Jorge, muitos presos mentem quando falam sobre quantos mataram, pois esta expressão “matar” é só uma gíria que trafega entre os malandros. Para eles, esse linguajar usual faz parte do seu cotidiano. Agora, quando nos inserimos no presídio, ficamos espantados com as falas. Descrevendo em pesquisas ao “pé da letra”, o que ouvimos dos presos, sem intermediarmos os significados da malandragem, do proceder do recluso e o que de fato acontece.

As tatuagens são símbolos da prisão. Poder-se-á citar: assaltante de banco, chefe de quadrilha, matador de policial, matador de aluguel, tatuagens religiosas, recados para namorada, todas estas são feitas por interesse do preso. As tatuagens servem como cartão de visita do preso ao trocar de estabelecimento prisional, definindo-o como da malandragem, o que fará com que seja bem recebido. Os outros tipos de tatuagens definem os não malandros como: homossexual, justiceiro (matador de “bandido”), policial, agente penitenciário, cagüeta (delator); essas não são feitas com o consentimento do recluso.

Outros olhares

As teorias prisionais apresentam, muitas vezes, o cárcere como tenebrosamente estático, um arquipélago de símbolos e ritos que se inserem na reclusão. Concomitante a esse pensamento, as teorias analisadas nesse capítulo não crêem na possibilidade da cooperação na instituição fechada. Nesse caso, a partir das entrevistas foi possível compreender que nem todas as ações dos detentos expressam uma racionalidade instrumental. A pesquisa evidenciou uma visão do presídio que permitiu analisá-lo pelas ações comunicativas, a solidariedade e os grupos de apoio.

A Teoria da Ação Comunicativa permite analisar e entender as relações dentro do cárcere além da dominação, facilitando a compreensão dos grupos de amizade, o papel da família, os grupos de ajuda e, ao

mesmo tempo, compreender a própria dominação representada pelos grupos de controle, o poder expresso e manifesto do presídio. A teoria habermasiana entende a relação social de dois atores comunicativos dentro de um ambiente fechado, não ficando com uma visão unilateral do poder.

A diferença fundamental das pesquisas parece ser o entendimento de sociedade. Habermas tem muito claro o papel dos sujeitos da ação social na construção das normas, o corpo humano não é subjugado através de um poder disciplinar e nem é o monopolizador da dominação. Para Habermas (1989), as regras sociais criadas e legitimadas por um coletivo integram-se em um todo maior de aprendizado e incorporação social. O autor acredita que a humanidade irá evoluir na forma de expressar as leis; desse modo, o presídio caminha nesta complexificação sistêmica. Foucault, segundo Habermas (1990, p.255), “acredita que os castigos e as torturas são uma teatralização vivida de forma ambivalente, do poder cruelmente encenado pelo soberano vingativo”. Para Foucault, na modernidade, a aplicação da pena privativa de liberdade tem caráter de transformação dos indivíduos presos. Essa tecnologia punitiva é um elemento no vasto campo de disciplinas impostas nas fábricas, casernas, escolas e hospitais.

Esse nivelamento puro e simples de cultura e política sobre os substratos imediatos de exercício do poder é criticado por Habermas. O fato de uma história da justiça penal moderna se destacar do desenvolvimento do Estado de direito é algo que pode ser defendido remetendo à sua técnica de exposição; mais problemática é a restrição teórica ao sistema de execução das penas. Logo que passa da Época Clássica à modernidade, Foucault deixa de prestar qualquer atenção ao direito penal dentro da teoria do poder; os ganhos indiscutíveis quanto a liberdade e segurança jurídica e a expansão das garantias dos direitos civis neste domínio. “A exposição (de Foucault) é totalmente distorcida, pelo fato de Foucault excluir da história da execução da pena todos os aspectos que testemunham esta implantação do direito. Seja nas prisões, seja nas clínicas, escolas, estes ficaram de alguma forma intocadas por um avanço energeticamente progressista das exigências do Estado de direito” (HABERMAS, 1990, p. 271).

No presídio, as ações da administração pautam-se em uma estrutura normativa, que é conciliada com as regras institucionalizadas

do grupo ao qual pertence e das relações intersubjetivas entre os presos e a instituição. Nesse caso, a formação discursiva integra o plano individual, normativo e social. As ações existem entre o preso e sistema, ou os presos entre si, pois para a formação de comunicação é necessário que esses três planos atuem conjuntamente.

Nesse caso, qualquer ação no presídio é pautada pelo seu sentido de racionalidade, os atos como: uso de drogas, uso de celular, fazer motins, formação de grupos de controle, dominação dos outros presos, todas essas ações são estratégicas.

As falas e ações, apropriadas pelas entrevistas nas celas, pautam-se também na comunicação (seja qual sentido que dá o sujeito à ação) e que entender o outro é o princípio fundamental que completa e realimenta a ação, como por exemplo, participar do campeonato, ser árbitro, conseguir dias remidos por meio do trabalho, pedir um favor, conversar sobre a vida, permitir que outros companheiros entrem na cela para assistir televisão, jogar baralho, praticar futebol, fazer ginástica. Isto é, o entendimento é o princípio norteador da ação, transformando o mundo das relações sociais. Desse modo, na ação e na coordenação das ações dos sujeitos dotados de razão, sempre há uma busca da interação lingüisticamente mediada.

Os presos, para compartilhar uma linguagem comum e conseguir comunicar-se, criam mecanismos de comunicação, inclusive para burlar as regras do silêncio noturno. Um desses mecanismos é a Tereza (pedaço de corda feita de lençol que serve para a comunicação dos internos). A linguagem para ser construída e compartilhada deve ter um aspecto comunicativo.

O capítulo aponta para uma ampliação do conceito “sociedade dos cativos”. Essa sociedade vive a sua norma, seu símbolo, toda uma incorporação de hábitos que expressam as relações da comunidade prisional e que podem ser entendidos pelos seus problemas, seus anseios, suas dúvidas, seus atos e pensamentos; enfim, o presídio é o espaço onde se concentra uma cultura estratégica e comunicativa.

Na prisão há a incorporação de símbolos; para isso, são necessários os mecanismos de integração e entendimento a partir de normas compartilhadas. O processo de incorporação dos símbolos e de um estilo de linguagem é característico como reconhecimento do homem enquanto agente no mundo.

A teoria habermasiana contribui na discussão acerca do papel das instituições organizadas para formar consensos. Outro ponto significativo é compreender a potencialização da linguagem, criando identidade e legitimidade para seus pares. A fala de Jorge sobre o seu grupo de apoio e seu time de futebol nos faz entender que o processo de prisionização possibilita a construção das regras compartilhadas.

Tavares e Menandro (2008, p. 135) concluem que “não há diretrizes políticas que encaminhem projetos do sistema carcerário”, seja no sentido do poder expresso ou de transformação em corpos dóceis. Esse trabalho caminha no mesmo sentido, apresentando a sociedade intramuros muito mais complexa do que as definições descritas pela literatura específica.

Conforme as entrevistas e contato com os presos, analisamos que há a incorporação de hábitos e da linguagem na prisão, tendo como função principal a definição da comunidade enquanto grupo, isto é, definindo enquanto comunidade organizada, desempenhando seus papéis sociais e se caracterizando enquanto sujeitos. Dessa forma, os sujeitos constroem o mundo das relações sociais por meio das regras compartilhadas (mundo objetivo), da vivência com seus pares (mundo social) e com a experiência individual do seu entorno (mundo subjetivo).

Referências Bibliográficas

ADORNO, P. S. Prisões, Violência e Direitos Humanos no Brasil. Em: PINHEIRO, P. S. e GUIMARÃES, S. P. (orgs.). **Direitos humanos no século XXI**. Brasília, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

ADORNO, S. e SALLA F. **Dossiê Crime Organizado**. Estudos Avançados 61, 21 (61), 7-29, 2007.

ALENCAR, S. L. S. Capitalismo, trabalho e tempo de prisão como pena. **Psicologia Política**, 2 (3), 15-38, 2008

ALMEIDA, Marco A. B. A Construção social das Normas Sociais: uma análise habermasiana. **Humanidades em Diálogo**, 2 (1), 105-18, 2008.

ALMEIDA, M. A. B. e GUTIERREZ, G. L. Cultura e Lazer: uma aproximação habermasiana. **Lua Nova**, 74 (2), 93-130, 2008.

AMORIM, C. **Comando vermelho: a história secreta do crime organizado**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

COELHO, E. C. **A oficina do diabo: crise e conflito no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

DONNICI, V. **A criminalidade no Brasil: meio milênio de repressão**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

DOSTOIEVSKI, F. (s/d) **Memórias da casa dos mortos**. Rio de Janeiro: Tecnoprint.

FISCHER, R. Poder e Cultura em Organizações Penitenciárias. Tese de Livre-Docência, 1989 São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis RJ: Vozes, 1986.

FRAGOSO, H. C. 1980. **Direitos dos Presos**. Rio de Janeiro: Forense.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GOIFMAN, K. **Valetes em Slow Motion – a morte do tempo na prisão; imagens e textos**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 1998.

HABERMAS, J. **Teoria de la Acion Comunicativa**. Versión Castellana de Manoel Jemenez Redondo. Madri: Taurus Tomo I e Tomo II, 1987.

_____. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1990.

JOCENIR. **Diário de um detento**: o livro. São Paulo: Labor Texto Editorial, 2001

JORGE, W. **O sistema penitenciário do Estado de São Paulo e os projetos de estabelecimentos prisionais: avaliação da contribuição profissional em projetos para o sistema**. Tese de Livre Docência. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PORTUGUÊS, M. R. **Educação de Adultos Presos: Possibilidade e Contradições da Educação escolar nos Programas de Reabilitação do Sistema Penal de São Paulo**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

PAIXÃO, A. L. **Recuperar ou punir? Como o estado trata o criminoso**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

RAMALHO, J. R. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

RODRIGUES, H. **Vidas no Carandiru: histórias reais**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

SYKES, G. M. **The Society of Captives: a Study of a Maximum Prison**. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

TAVARES, G. e MENANDRO, P. R. M. Trajetórias de vida de presidiários e possíveis sentidos para a prisão. **Psicologia Política**, 8 (15), 121-138, 2008.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Saúde Pública e Esporte

PARA UMA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

Gustavo Luis Gutierrez¹⁰

Marco Antonio Bettine de Almeida¹¹

Este capítulo de livro trará os elementos considerados fundamentais para a interpretação da Teoria da Ação Comunicativa. Ele está organizado para permitir que o leitor se familiarize com os conceitos e taxonomias habermasianas, compreenda as passagens e motivos que levaram Habermas a formular uma teoria da comunicação, bem como os pressupostos teóricos e metodológicos que balizaram o autor alemão na sua obra maior.

Em seguida a estas primeiras discussões, o texto trará dois exemplos aplicativos da utilização da Teoria da Ação Comunicativa. O primeiro nos estudos do lazer, estudando o objeto lazer pelo seu aspecto do mercado, de política estatal e de prazer, mostrando como o fenômeno lazer encontra-se na sociedade contemporânea e suas manifestações. O segundo estudo discutirá a formação de consensos no esporte, mais particularmente no Ultimate Frisbee, mostrando que há um conteúdo comunicativo que permite sua prática. Apresentará a comunicação, ou a Teoria da Ação Comunicativa, como primordial na construção das relações humanas, mesmo em ambientes competitivos ou de confronto.

¹⁰ Professor Titular da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas.

¹¹ Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

Uma teoria da ação comunicativa

A Teoria da Ação Comunicativa (TAC), como o próprio nome diz, é uma teoria, ou seja, uma explicação abrangente das relações entre os seres humanos, visando sua compreensão a partir da utilização de um modelo explicativo específico. É uma teoria que se fundamenta no conceito de ação, entendida como a capacidade que os sujeitos sociais têm de interagirem intra e entre grupos, perseguindo racionalmente objetivos que podem ser conhecidos pela observação do próprio agente da ação. Habermas vai priorizar, para a compreensão do ser humano em sociedade, as ações de natureza comunicativa. Isto é, as ações referentes à intervenção no diálogo entre vários sujeitos. É, portanto, uma TAC.

Apesar da enorme erudição de Habermas – ele cita mais de 550 autores nos dois volumes –, a teoria se baseia em categorias bastante claras, o que facilita a sua utilização em pesquisas distintas, e até mesmo a apropriação de uma ou outra categoria fora do seu contexto original.

Para fins deste capítulo, um conhecimento prévio sobre as categorias habermasianas facilitará o leitor que tenha interesse em aprofundar discussões nas diversas áreas do conhecimento por meio da TAC. As taxonomias fundamentais são:

- O mundo da vida (MV), onde se dá a busca comunicativa de consensos através da ação comunicativa.

- Os subsistemas dirigidos pelo meio poder (conceito próximo à esfera da política ou o Estado) e pelo meio moeda (mercado) onde ocorrem as ações estratégicas enquanto a busca de um comportamento útil no ouvinte, por parte do sujeito falante.

- A especificidade das relações entre o MV e os subsistemas dirigidos pelos meios, onde vamos encontrar a colonização e instrumentalização do primeiro por parte do segundo.

O Mundo da Vida (MV)

O MV é definido a partir dos processos de entendimento e constitui um horizonte “formado pelas convicções de fundo, mais ou menos difusas, mas sempre aproblemáticas”. “O MV acumula o trabalho de interpretação realizado por gerações passadas; é o contrapeso conservador contra o risco de desacordo que comporta todo processo de entendimento”. (HABERMAS, 1988, v.I, p. 104) O MV é um grande acervo cultural, não apenas de referências simbólicas ou de definições específicas relacionadas a objetos concretos com os quais os agentes da ação social convivem. Ele é, para Habermas, um acervo de concordâncias, de definições consensuais sobre as quais não é necessário debater para chegar a uma conclusão.

Desde a perspectiva conceitual da ação orientada ao entendimento, a racionalização aparece, antes de tudo, como uma reestruturação do MV, como um processo que atua sobre a comunicação cotidiana através da diferenciação do sistema de saber, afetando assim as formas de reprodução cultural, interação social e socialização (1988, v.I, p. 435).

Com esta definição, Habermas abandona a divisão mais comum na teoria crítica entre o agir racional com respeito a fins e a razão substantiva. Para ele, a diferença fundamental não está no sentido que orienta a ação, mas no

princípio de integração social: entre (a) mecanismos que representam uma comunicação lingüística orientada por pretensões de validade, nos quais emergem de forma cada vez mais pura a racionalização do MV e (b) os meios de controle deslingüístizados através dos quais se diferenciam os subsistemas de ação orientados ao êxito (1988, v.I, p. 437).

Trata-se de definir o MV como algo distinto, mais amplo e importante do que uma cultura. Na verdade, no MV se compartilham convicções a

respeito da realidade imediata, dotadas de absoluto conteúdo de verdade para os participantes de um diálogo.

No segundo volume da TAC, Habermas reforça a definição. O conceito de MV é complementar ao conceito de ação comunicativa (1988, v.II, p. 169), “o acervo do saber provê os participantes da comunicação de convicções de fundo aproblemáticas, de convicções de fundo que eles supõem garantidas (1988, v.II, p. 178)”, possibilita a forma de um entendimento comum entre as pessoas. “As estruturas do MV fixam as formas de intersubjetividade de entendimento possível, [...] o MV é, por assim dizer, o lugar transcendental em que falante e ouvinte saem ao encontro (1988, v.II, p. 179)”, isto é, permite a articulação entre duas pessoas por meio do entendimento mútuo e estruturas de fala comunicantes. “Constitui uma rede intuitivamente presente e, portanto, familiar e transparente, contudo ao mesmo tempo inabarcável, de pressupostos que têm de ser cumpridos para que a emissão que se faz possa ter sentido, ou seja, para que possa ser válida (1988, v.II, p. 186).” Não basta utilizar os símbolos comuns; eles devem articular-se no sentido que as pessoas dão aos símbolos.

Ação comunicativa

O MV é um conceito complementar ao de ação comunicativa. Ambos só podem ser compreendidos em conjunto: as ações comunicativas ocorrem no MV.

A linguagem é um meio de comunicação que serve ao entendimento, enquanto os atores, ao entender-se entre si para coordenar suas ações, perseguem cada um determinadas metas. Tendo em conta que se trata de uma comunicação difusa, frágil, constantemente submetida à revisão e só alcançada por alguns instantes, na que os implicados se baseiam em pressuposições problemáticas e não aclaradas, sempre se movendo aproximadamente desde algo no que ocasionalmente estão de acordo até o seguinte (1988, v.I, p. 145).

A ação comunicativa constitui uma classe de interação “em que todos os participantes harmonizam entre si seus planos individuais de

ação e perseguem, portanto, sem reserva alguma, seus fins ilocucionários (1988, v.I, p. 376-377).” Onde o êxito ilocucionário

se consegue num plano de relações interpessoais, no qual os participantes na comunicação se entendem entre si sobre algo no mundo [...], os êxitos ilocucionários se produzem no MV a que pertencem os participantes da comunicação, que constitui o pano de fundo de seus processos de entendimento (1988, v.I, p. 376-378).

Na ação comunicativa, “todos os participantes perseguem sem reservas fins ilocucionários com o propósito de chegar a um acordo que sirva de base a uma coordenação combinada dos planos de ação individuais (1988, v.I, p. 379).”

“Para a ação comunicativa só podem considerar-se determinantes aqueles atos de fala aos quais os falantes vinculam pretensões de validade susceptíveis de críticas (1988, v.I, p. 391).” Entendendo aqui pretensões de validade susceptíveis de crítica como:

(a) o estabelecimento e a renovação de relações interpessoais, nas quais o falante faz referência a algo pertencente ao mundo das ordens legítimas, (b) a exposição, ou a pressuposição, de estados e acontecimentos, nos quais o falante faz referência ao mundo de estados de coisas existentes e (c) a expressão de vivência, isto é, a apresentação que o sujeito faz de si mesmo, na que o falante faz referência a algo pertencente ao seu mundo subjetivo, ao que ele tem acesso privilegiado (1988, v.I, p. 394).

Habermas procura distinguir formas de relação da pessoa com o mundo, no item (a) a busca de um grau objetivo de conhecimento das regras imperativas de determinado grupo social, no segundo item (b), refere-se às estruturas de linguagens compartilhadas entre falante e ouvinte, como o mundo social e, o último (c), apresenta como a subjetividade constrói a forma que o falante e ouvinte buscarão o entendimento.

Sob o aspecto funcional do entendimento, a ação comunicativa serve à tradição e à renovação do saber cultural; sob o aspecto de coordenação da ação, serve à integração social e à criação de solidariedade; sob o aspecto da socialização, finalmente, serve à formação de identidades pessoais (1988, v.II, p. 196).

Através da ação comunicativa o MV é colocado à prova (1988, v.II, p. 198). Os sujeitos da ação comunicativa buscam entender-se e construir uma definição comum de cada situação (1988, v.II, p. 312) e chegar a um consenso sobre algo no mundo (1988, v.II, p. 313).

Sistemas e ação estratégica

A definição de ação estratégica parte do conceito de ação teleológica, ou seja, a ação na qual

o ator atinge um fim, e faz com que se produza o estado de coisas desejado, escolhendo, numa situação dada, os meios mais convenientes e aplicando-os de forma adequada. [...] A ação teleológica se amplia e se converte em ação estratégica quando, no cálculo que o agente faz de seu êxito, intervém a expectativa das decisões de, pelo menos, um outro agente que também atua visando a realização de seus próprios objetivos (1988, v.I, p. 122).

As ações estratégicas são características dos atores no interior dos subsistemas dirigidos pelos meios poder e moeda.

Para Habermas, nas sociedades modernas

surgem âmbitos de organização formal e relações sociais regidas por meios (dinheiro e poder), os quais já não admitem uma atitude de conformidade normativa, nem afiliações sociais geradoras de identidade, senão que, mais bem, (estas atitudes e afiliações) são banidas para a periferia (1988, v.II, p. 218).

É importante aqui perceber a diferença com o MV. As ações estratégicas se contrapõem às ações comunicativas que dependem da construção de um consenso com relação à dimensão normativa que os participantes do diálogo devem seguir. Neste mesmo sentido, a generalização das ações estratégicas invalida também qualquer tipo de lealdade construída a partir da aceitação das questões apromáticas (MV) compartilhadas entre falante e ouvinte.

Habermas, em alguns momentos, define de forma bem clara os dois subsistemas (econômico e estatal) e define a maximização de moeda e a maximização de poder como os meios através dos quais o agente da ação social atua em seu interior, mesmo frente ao empobrecimento da comunicação. Entende-se

o capitalismo e a instituição estatal moderna como subsistemas que através dos meios dinheiro e poder se diferenciam do sistema institucional, ou seja do componente social do mundo da vida. [...] Na sociedade burguesa, os âmbitos de ação integrados socialmente adquirem, frente aos âmbitos de ação integrados sistemicamente, que são a Economia e o Estado, a forma da esfera da vida privada e esfera da opinião pública, as quais guardam entre si uma relação de complementaridade (1988, v.II, p. 452).

Habermas busca definir o processo de complexificação da sociedade, também denominada sistêmica. Onde as esferas buscam se complementar, pois estas esferas possuem em comum a sua origem no MV.

Desde a perspectiva dos subsistemas Economia e Estado, as interações com as esferas do mundo da vida com as quais se limitam, em cada caso, se efetuam na forma de relações de intercâmbio conectadas em paralelo: o sistema econômico troca salário por trabalho (como input específico), e bens e serviços (como output específico) pela demanda dos consumidores. A administração pública troca realizações organizativas por impostos (como input específico) e decisões políticas (como output específico) pela lealdade da população (1988, v.II, p. 452-453)

Portanto, os desejos, as formas de relação e o próprio entendimento são estruturados com as formas de relacionamento mediadas pela subordinação aos meios produtivos ou das necessidades da população, e a questão do poder frente ao sistema legal estruturado ou das formas de promover ações diretas às pessoas. “Desde a perspectiva do mundo da vida, em torno dessas relações de troca se cristalizam os papéis sociais de trabalhador e consumidor, por um lado, e de cliente das burocracias públicas e de cidadão por outro (1988, v.II, p. 453).”

É fácil aqui visualizar os conceitos de economia e de Estado, assim como a generalização de ações estratégicas em seus interiores, onde os atores buscam maximizar moeda e poder. É também fácil perceber o empobrecimento, no interior dos subsistemas, de componentes do MV como ética e a construção discursiva de consensos. Como Habermas apresenta essas definições perto do fim do segundo volume da *Teoria da ação comunicativa*, é natural que elas se fixem na divulgação e na utilização do modelo por outros pesquisadores. Mas a TAC permite interpretações distintas, seja destacando a intenção participativa presente no MV em contraste com o uso estratégico da linguagem nos subsistemas, ou, ainda, destacando a violência dos subsistemas ao invadir o MV.

É interessante notar que Habermas, umas 200 páginas antes, apresenta uma explicação da lógica dos subsistemas Economia e Estado, dotada de uma especificidade distinta, e que parece ter sido relativizada com o desenvolvimento do modelo. Discutindo o papel do dinheiro e sua transformação em meio de intercâmbio intersistêmico, ele explica que

o aparelho de Estado se faz dependente do subsistema economia regido por um meio de controle sistêmico; isto o obriga a uma reorganização que conduz, entre outras coisas, a que o poder político fique assimilado à estrutura de um meio de controle sistêmico, o poder fica assimilado à estrutura do dinheiro (1988, v.II, p. 242).

Essa concepção, um pouco mais materialista no sentido em que o termo é utilizado em relação a Marx (sem perder de vista as diferenças fundamentais entre os autores), não parece desenvolver-se

completamente no interior da obra de Habermas; colocado em outros termos, talvez o filósofo não considere que se realiza completamente no seu objeto de estudo, a sociedade atual.

Habermas, apesar de citar pontualmente essa dependência do subsistema dirigido pelo meio poder ao meio dinheiro, e inclusive, de forma indireta, as próprias características do MV através dos processos de colonização, não pretende desenvolvê-la mais nos dois volumes. Toda discussão possível parece resolvida com a centralidade do papel da norma jurídica, entendida como expressão do limite entre os subsistemas e o MV, tendo sempre em mente que a norma incorpora componentes sociais do MV e que “dinheiro e poder têm que ficar ancorados como meios no mundo da vida, ou seja, têm que ficar institucionalizados por via do direito positivo (1988, v.II, p. 543).” Isso significa dizer que os limites do que pode ser comprado e vendido, assim como do exercício do poder público, são construídos numa relação com o MV explicitada na norma jurídica.

Relações entre subsistemas e MV

As categorias da TAC, isoladamente, parecem claras e estimulam seu uso em diferentes áreas de pesquisa como educação e organização do trabalho. Porém, sua articulação, de forma coerente no interior da teoria como um todo, é complexa.

É preciso, de início, ter presente que, para Habermas, a relação entre os subsistemas dirigidos pelos meios poder e dinheiro e o MV são difíceis de visualizar: “a avaliação do peso relativo entre integração social e integração sistêmica é um problema difícil que só pode ser resolvido empiricamente” (1988, v.II, p. 442). Mas o fato de que os “meios de controle como o dinheiro e o poder necessitem de uma âncora institucional no mundo da vida parece falar a favor, ao menos em princípio, de uma primazia dos âmbitos integrados socialmente frente aos contextos sistemicamente reificados.” (1988, v.II, p. 442) Isso é, o MV é mais amplo e importante que os sistemas (em princípio), já que os meios poder e dinheiro precisam ser ancorados naquele. Apesar do cuidado acadêmico ao usar a expressão em princípio, o fato é que a TAC direciona o leitor para a idéia de que os subsistemas são ancorados, e, portanto, dependentes, do MV.

O subsistema econômico, por meio da sua dinâmica interna, aumenta de complexidade, tanto em expansão como em densidade (1988, v.II, p. 496), até o limite em que o MV oferece uma resistência mais tenaz, por ver afetadas suas funções de reprodução simbólica (1988, v.II, p. 497) Os subsistemas efetuam a colonização do MV, provocando um empobrecimento cultural e a fragmentação da consciência cotidiana, frente ao que se torna necessário “averiguar as condições que permitam a reconexão da cultura racionalizada com uma comunicação cotidiana que necessita de tradições vivas que a alimente (1988, v.II, p. 502).” Os subsistemas economia e Estado extraem o que necessitam do MV, trabalho e disposição à obediência (1988, v.II, p. 506). Esse avanço dos imperativos sistêmicos é limitado pela norma jurídica e “seu caráter inequivocamente fiador da liberdade”. (1988, v.II, p. 510)

Trata-se, em resumo, de uma relação difícil, que deve ser estudada empiricamente, onde os subsistemas colonizam e exploram o MV, tornando-se mais complexos com o passar do tempo. O MV, por sua vez, resiste aos avanços dos subsistemas, conforme expressa a evolução da norma jurídica. Como exemplos dessa evolução, podemos citar o avanço na questão dos direitos coletivos e o desenvolvimento de uma legislação específica sobre a prática de assédio no interior das relações de trabalho.

Aplicações da TAC

Pela perspectiva habermasiana, a sociedade é constituída por duas realidades: o MV e os Sistemas.

O MV se expressa quando os sujeitos criam os contextos sociais para viver em grupo, produzindo objetos simbólicos que corporificam estruturas normativas, subjetivas, objetivas e associativas, fundamentais para a consolidação da vida em sociedade.

O conceito habermasiano de MV não se atém somente a um ponto de vista cultural; ele é insuficiente para a TAC, uma vez que o MV não se restringe a um mero processo de produção simbólica. Alcançar essa produção simbólica implica consolidar o entendimento sobre algo no mundo, por meio do que as pessoas desenvolvem, confirmam e renovam suas pertencas a grupos sociais, as formas de vida e as suas identidades. O conceito de MV corresponde a três estruturas formadoras essenciais:

cultura, personalidade e sociedade – que são seus componentes invariantes e atemporais. Portanto, o MV corresponde a uma forma de cultura, um tipo de sociedade e uma estrutura de personalidade – variável, temporal e historicamente, tendo na linguagem o meio de constituição dessas estruturas.

A linguagem seria o verdadeiro traço distintivo do ser humano, pois lhe atribui a capacidade de tornar-se um ser: individual, social e cultural. Fornecendo-lhe uma identidade e possibilitando-lhe partilhar estruturas de consciência coletiva.

O Sistema, por sua vez, é formulado pela perspectiva de ganhos sobre o outro, a partir da colonização do MV e da incorporação da linguagem voltada para o uso instrumental. A razão instrumental representa esse modo de conhecer do sujeito, que se apropria dos objetos de conhecimento unicamente com a finalidade de dominá-los e deles utilizar-se para fins egocêntricos.

O Sistema surge somente com o desenvolvimento da sociedade, por meio da complexificação sistêmica, quando os mecanismos sistêmicos se apóiam nas estruturas do MV, colonizando-os para uso estratégico.

Apoiado nas análises weberianas, Habermas vai explicar que, em virtude da aquisição de um novo estágio de estruturas de consciência moral e legal, as esferas de valores culturais, sociais e subjetivas criam autonomia, adquirem lógicas próprias e se institucionalizam em sistemas. Essa racionalização cultural permite um aumento do nível de complexidade sistêmica, exemplificada pela institucionalização da economia capitalista e do Estado moderno. Nesse momento histórico, ocorre a diferenciação dos sistemas de ação econômico e administrativo, o Sistema separa-se em Sistema Poder e Sistema Dinheiro, a dinâmica de independência desses sistemas sociais em torno de dinheiro e poder é tão forte, que eles se tornam totalmente desligados dos valores culturais. Dar-se-ia, assim, a cisão, a ruptura entre Sistema e MV, ocorrendo o estágio atual da sociedade moderna.

Mesmo com os avanços da política, da economia, da urbanização, do trabalho, existe apenas uma realidade primordial, o MV, essencialmente comunicativo, que deve ser vivenciado, pois é nele que as pessoas vivem pensam e se relacionam.

O MV, atualmente, é o espaço de construção da linguagem por meio da cultura, cuja função é conservar os costumes e as normas de ação socialmente válidas; a personalidade, responsável pela socialização e pela manutenção de valores morais; e a sociedade, que tem por objetivo constituir as formas de integração entre sujeitos.

Com o desenvolvimento dos sistemas sobre o MV ocorrem patologias sociais, ficando mais nítidas no capitalismo, como a perda de alguns valores morais, do sentido das tradições, da anomia e dos distúrbios de formação da identidade. Isso prende a sociedade a tradições sem conteúdo normativo, extremamente individualista, perdendo cada vez mais a relação intersubjetiva.

Habermas não propõe uma solução para patologias, mas se pode apontar, como possível saída, a restituição da moralidade perdida, o revigoramento do poder integrador da sociedade, a reconquista do espaço público e o fortalecimento da sociedade civil enquanto órgão de discussão para a coordenação da ação social. Para que isso possa acontecer, torna-se necessário restaurar o equilíbrio entre a lógica e a dinâmica do desenvolvimento, fazer com que a lógica sistêmica passe a ser controlada pela lógica interativa, de tal forma que impeça o predomínio dos meios não integradores sobre o meio comunicativo.

O lazer via TAC

O lazer interpretado via TAC seria essencialmente uma relação social que se expressa no MV. A essência da produção cultural ligada ao lazer é ser mais um interlocutor do MV, servindo para a evolução da linguagem, das instituições e formação da personalidade. Portanto, o lazer expressaria os três mundos: social (relação entre as pessoas), objetivo (transformação da natureza) e pessoal (construção da subjetividade).

Pode-se afirmar que o lazer surge no MV por meio da integração entre as pessoas, da busca do divertimento e da vontade de sentir prazer. A complexificação do lazer dá-se nas sociedades modernas com a (a) sistematização dos tempos (separação do mundo das obrigações e do divertimento) e (b) desencantamento do mundo (racionalização das formas de vida).

A análise habermasiana vincula três tendências do lazer: a primeira tendência, que vê o lazer pelos olhos da cultura – como componente do MV, o lazer tem uma dimensão cultural importante; a segunda tendência, que discute o papel do Estado como grande propulsor do lazer – o lazer também existe de forma colonizada no Sistema Poder; e a última tendência, que defende a função do mercado como prioritário para o lazer – o Sistema Dinheiro também colonizou alguns elementos do lazer e incorporou como mercadoria. A TAC sintetiza várias esferas de influência do lazer (cultura, Estado e mercado), colocando a interação entre elas como a forma que o lazer na sociedade contemporânea se expressa.

Portanto, o lazer constitui-se nas três esferas do MV (cultura, sociedade e personalidade); essas esferas estão em simbiose e podem ser exemplificadas pela livre vontade do indivíduo em fazer a atividade, pelo prazer que está buscando, pelo espaço social que ocorre a atividade, pelas trocas com outros sujeitos e pela ação ser considerada pelo agrupamento como sendo lazer, de acordo com os costumes do lugar. Será lazer, se o indivíduo estiver se relacionando com seus pares (cultura), buscando prazer (personalidade) e se aquela atividade for considerada lazer pelo grupo (sociedade).

Nas sociedades complexas, o lazer se desloca do MV (como nas relações espontâneas do folclore), sendo apropriado pelos sistemas, se expressando através das ações políticas do Estado (“Esporte para Todos” no regime militar); das ações do mercado (indústria cultural).

O lazer desenvolve-se conforme a complexificação sistêmica da sociedade, vinculado ao cotidiano das pessoas, por meio das manifestações espontâneas, relação entre sujeitos e agir comunicativo. Com o avanço do Sistema Dinheiro e do Sistema Poder, o lazer aparece também de forma colonizada, como nas políticas públicas, nas ações privadas, na indústria cultural ou no uso das comunicações de massa. O lazer se complexificou a partir da racionalização das formas de vida, sistematização dos tempos e desencantamento do mundo, criando novas maneiras de se manifestar na sociedade. Sua dinâmica histórica acompanhou os eventos políticos, sociais e econômicos, que refletiram nas estruturas que o identificam, como o prazer, a sociabilidade e a diversão.

A análise metodológica habermasiana permite unir três grandes tendências do lazer: a que discute o lazer pelos aspectos simbólicos, culturais e sociais; a preocupada com a função estatal, o seu afastamento e as políticas públicas; e a última, que defende ou critica a função do mercado e da indústria cultural como dinamizadora das atividades de lazer. A teoria habermasiana faz a síntese entre essas esferas de influência do lazer, colocando os sistemas e o MV como as formas que a sociedade contemporânea se expressa. Nesse sentido, é possível analisar o lazer por três pontos de vista sem excluí-los ou colocá-los em graus de prioridade. Os estudos do MV privilegiariam a primeira tendência; o Sistema Poder, a segunda e o Sistema Dinheiro, a terceira.

A partir do referencial teórico é possível afirmar que o lazer é fruto das relações entre subjetividades intactas no sistema capitalista, que se desenvolveu por meio da complexificação da sociedade, possuindo uma íntima ligação cultural-artística. Expressam-se as três esferas do MV (cultura, sociedade e personalidade), por meio do querer do indivíduo, do prazer que está buscando, do local social, da relação intersubjetiva e da ação considerada pelo grupo como lazer, de acordo com os costumes do lugar. O lazer, ainda, reforça a idéia do desenvolvimento social, de classe e poder econômico. Suas expressões palpáveis na sociedade são as atividades sociais em grupos, as práticas populares de lazer (rua, folclore e festas típicas), os teatros, os cinemas, as artes, as atividades físicas, o esporte, a comunicação de massas e as atividades da indústria do lazer.

A busca da ação comunicativa no esporte de alto-rendimento: caso Ultimate Frisbee

Ao considerar as formas de manifestação do esporte e, principalmente, os valores transmitidos pela prática, nota-se que é possível associá-las com a teoria habermasiana. Quanto à ação comunicativa, é possível hipotetizar a transmissão de valores relativos ao respeito ao próximo e às suas opiniões, à não-rivalidade, à cooperação e à integração entre indivíduos que se inter-relacionam. Quanto à ação estratégica, além dos valores referentes à rivalidade, segregação, concorrência, sobrepujança ao adversário, valorização do resultado e alcance dos objetivos (vitória) a qualquer custo, também podemos perceber a colonização nas formas de controle do esporte pelo Estado, o uso do esporte para conter a violência (Sistema Poder) e pelo sistema

capitalista de produção; os espetáculos esportivos são um exemplo (Sistema Dinheiro).

Nota-se certa relação entre os valores do esporte de alto-rendimento e as ações estratégicas, e os valores do esporte como lazer e as ações comunicativas. Porém, isso não é tão simples. No esporte de alto-rendimento é possível observar ações cooperativas entre colegas, assim como não é difícil flagrar momentos de rivalidade e competição exacerbada em ambientes pautados no esporte como lazer. Estabeleceu-se nessa relação uma certa complexidade entre cooperação e competição no esporte, assim como de ações comunicativas e estratégicas, já que, na realidade concreta, as relações não se mostram tão exatas e definidas.

No esporte, a competição se faz presente; é uma condição para a ocorrência da prática. Por outro lado, a cooperação é importante, pois mantém os parâmetros mínimos para a prática esportiva. A partir do ponto de vista das semelhanças a respeito das formas de comunicação e inter-relação dos sujeitos envolvidos no esporte, é possível percebê-lo e analisá-lo de acordo com os valores e objetivos desse ambiente, e a possibilidade de influência da cooperação e da competição.

Haja vista o esporte ancorado no Sistema na busca do resultado a qualquer custo, utilizando-se de ações estratégicas para vencer, nos deparamos com um esporte que possui algumas características que denominamos comunicativas. O Ultimate Frisbee possui a característica singular de não possuir árbitros e de construir a comunicação no jogo pelo consenso, próximo do que Habermas denominou ação comunicativa.

No Ultimate Frisbee a experiência dentro do jogo conduz a um maior nível de autoridade dentre os jogadores, ocasionando uma hierarquia dentro da equipe; no caso, a presença de um capitão. Essa autoridade aparece dentro do time quando existe a necessidade de orientação de jogadores menos experientes sobre como proceder diante de algumas situações. Isso ocorre, por exemplo, em situações de agressividade dentro de campo; o capitão então orienta o jogador agressivo para que ele re-avalie e melhore sua conduta dentro do jogo. O jogador com mais experiência orienta melhor os outros jogadores em campo. Essa autoridade e hierarquia são valorizadas e aceitas pelos jogadores, pois

ambas ajudam na organização do time. Já a hierarquia e a autoridade dentro de campo, no caso um juiz, é execrada pelos praticantes da modalidade em questão, pois a presença de um árbitro descaracterizaria o Ultimate Frisbee e prejudicaria o exercício da construção de consensos.

A arbitragem dentro do Ultimate Frisbee causaria uma perda no espírito de jogo como, também, a interação entre os participantes se tornaria prejudicada. A adoção de um árbitro não é bem vista pelos jogadores, pois uma pessoa imbuída de autoridade dentro da partida descaracterizaria a construção de consensos dentro do ambiente competitivo, umas das peculiaridades dessa modalidade.

Já que não existem árbitros no Ultimate Frisbee, os conflitos são solucionados através da compreensão das regras, lealdade, honestidade, ética durante a resolução de conflitos (falta) e o espírito de jogo. Neste processo de solução de conflitos, surge o que Habermas (1989) chama de ações comunicativas, ou seja, interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação para a busca de consensos, num processo denominado diálogo entre intersubjetividades intactas, em outras palavras, que os sujeitos se relacionam preservando seus valores e buscando a comunicação sem coerção.

Para que haja a solução dos conflitos, é preciso que os jogadores possuam o conhecimento pleno das regras, e isso é deveras importante para a fluência e o desencadear da partida. Habermas (1987) explica que, para a construção de consensos, faz-se necessário que ambos os interlocutores saibam e entendam os símbolos que são transmitidos. Desse modo, um indivíduo A só consegue se comunicar com um indivíduo B sobre conteúdos específicos no momento em que cria, ao mesmo tempo, pelo uso de determinados símbolos uma intersubjetividade específica, em cujo quadro esses conteúdos são transmitidos e compreendidos (FREITAG e ROUANET, 1993). Por isso, dentro do jogo, onde não há juízes para dirimir as regras, o pleno conhecimento destas é muito importante.

A falta de pleno conhecimento das regras por parte de um dos jogadores impossibilita que um consenso seja construído através do diálogo, pois os dois interlocutores estão em níveis diferentes de entendimento do problema para a obtenção do acordo, prejudicando a comunicação. Desse modo, existem duas saídas:

- a) Ou um dos jogadores aceita a argumentação do outro, mesmo não compreendendo os motivos daquela argumentação.
- b) Ou os jogadores com mais vivência no esporte usam a sua experiência para enganar o adversário e solucionar o problema da falta.

Nas partidas de Ultimate Frisbee não existe uma posição mais importante ou mais valorizada dentro da equipe; todas o são, pois devido a dinâmica do jogo, não é possível marcar um ponto individualmente. Essa visão dos jogadores que enxergam todas as posições dentro do jogo como importantes incita a um maior senso de coletividade e, com isso, uma melhor visão e participação na construção de consensos.

O jogo Ultimate Frisbee é uma modalidade diferente das outras coletivas, que possuem características competitivas, pois ele tem como preceito fundamental a comunicação entre seus jogadores. Fato que o inclui na categoria MV, mesmo na sua manifestação de alto-rendimento, diferentemente das outras modalidades coletivas competitivas. Dentro dessa visão, o Ultimate Frisbee pode ser considerado uma manifestação de modalidade esportiva que, na forma de esporte de alto-rendimento ou espetáculo, continua com suas ações pautadas no MV, no agir comunicativo e não no agir estratégico.

Com os estudos realizados sobre o jogo Ultimate Frisbee e a TAC de Jürgen Habermas foi verificado que o pleno conhecimento das regras por todos os jogadores faz-se necessário para que haja diálogos entendíveis para ambos os interlocutores na ocasião de uma falta. Sem esse conhecimento, o diálogo torna-se prejudicado, pois seus jogadores se encontram em níveis diferentes de entendimento. Desse modo, as construções dos consensos não são realizadas, impedindo que ocorra uma boa fluência da partida.

Quanto à presença de árbitros dentro de uma partida, pode-se concluir que isso é um fator negativo, pois este causa uma sensação de prejuízo durante a resolução de uma falta, criando até um clima de hostilidade entre os jogadores. Como as questões dúbias dentro da partida são solucionadas pelos jogadores envolvidos, eles se sentem satisfeitos com a resolução dos conflitos através do diálogo. Com um juiz

dentro da partida não haveria construção de consensos por parte dos jogadores, o que descaracterizaria o Ultimate Frisbee.

Além disso, a permanência de um árbitro (uma pessoa imbuída de autoridade) resultaria em uma hierarquia. O árbitro imbuído de um poder soberano decidiria o certo ou errado; não possuindo diálogo, os jogadores procurariam enganá-lo para obter vantagem. Como no Ultimate Frisbee busca-se o diálogo, não há um poder soberano ou uma entidade além do bem e do mal, mas pessoas que praticam a modalidade e buscam o prazer, a diversão e o espírito do jogo. A hierarquia e a autoridade são bem aceitas quando elas estão presentes dentro do time.

Outro fato verificado que se mostrou importante é o fato de a responsabilidade de não cometer faltas e de não querer burlar as regras ou coagir o adversário ficar com cada jogador. Isso é uma característica inerente das regras do Ultimate Frisbee que, por ser diferente de outras modalidades, torna-se um desafio para a personalidade de cada um dos praticantes. Essa característica e esse “espírito de jogo” são encontrados no Ultimate Frisbee. Essa particularidade, além das mencionadas no texto anteriormente, torna o Ultimate Frisbee uma modalidade esportiva com uma ampla gama de qualidades a serem estudadas.

A proposta desse capítulo foi apresentar uma estrutura teórica da TAC e as possíveis articulações com objetos de estudo. Apresentando que a teoria habermasiana está em pleno desenvolvimento teórico, muitos autores se debruçam sobre as formas de entendimento do mundo com o referencial teórico habermasiano.

Na área da educação, com as ações pedagógicas; na área do direito, com os estudos dos juízos universais e valores compartilhados coletivamente; na área da sociologia, com a estruturação do MV e dos sistemas; nos estudos da política, com a discussão da sociedade civil e sua influência no mundo contemporâneo; na área da mídia, com as pesquisas relacionadas à transformação da comunicação com a internet, os sites de relacionamento e a vida virtual; na antropologia, com estudos dos grupos e os aspectos ilocucionários na sua comunicação.

Portanto, esse capítulo busca oferecer elementos iniciais para estudantes e pesquisadores que associem as suas inquietações aos temas discutidos e iniciem o aprofundamento teórico do objeto de estudo com a TAC.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M.A.B.; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. F. R.; PUCCINELLI, F.M. A construção de consensos numa prática esportiva competitiva: uma análise habermasiana do Ultimate Frisbee. **Revista Digital Educação Física y Deportes**, Buenos Aires, v.12, n.107, 2006.

FREITAG, B.; ROUANET, S. P. A obra: características gerais. In FREITAG, Bárbara; ROUANET, S. P.(Org.). **Habermas: sociologia**. São Paulo: Ática, 1990.

GUTIERREZ, G. L. A contribuição da Teoria da Ação Comunicativa para a pesquisa em lazer. In BRUHNS, H. T. **Lazer e ciências sociais**. São Paulo: Chronos, 2002.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa (2 vol.)**, Madrid: Taurus, 1987.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

A PROMOÇÃO DA SAÚDE: UM ENFOQUE PSICOPOLÍTICO

Mônica Alves Cardona¹²

Marco Antonio Bettine de Almeida¹³

As ações para a promoção da saúde e o enfrentamento de morbidades requerem um esforço sinérgico do Estado e da sociedade civil, estimulando a participação da população em um processo de cidadania ativa. Esse processo deve ter em vista a implementação de políticas públicas que permitam uma elevação da qualidade de vida, com melhoria de condições de trabalho, educacionais e ambientais.

Os objetivos desse capítulo são os seguintes: apresentar uma reflexão e um retrato atualizado de algumas questões que têm desafiado os gestores do campo da saúde no Brasil e no mundo; relatar experiências bem sucedidas de programas que promovem a saúde e a qualidade de vida em alguns municípios brasileiros e ações globais realizadas por organizações sociais, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das populações.

Doenças Crônicas Não Transmissíveis e seus determinantes sociais

As autoridades de saúde em todo mundo estão lidando com um inimigo tão silencioso quanto letal: as Doenças Crônicas Não

¹²Mestranda da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

¹³Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes.

Transmissíveis (DCNT). Todos os anos, as DCNT matam 36 milhões de pessoas em todo o globo; 9 milhões delas, com menos de 60 anos. Atualmente, 63% dos óbitos são decorrentes desses agravos (WHO, 2011a).

As desigualdades sociais e no acesso à informação; as diferenças no acesso a bens e serviços, a baixa escolaridade; fatores como ocupação, gênero, renda e etnia são apontados como determinantes sociais das DCNT, associados aos fatores de risco modificáveis, como tabagismo, consumo de bebidas alcoólicas, inatividade física e alimentação inadequada.

A população de baixa renda é a mais afetada pela epidemia de DCNT, uma vez que tem menor acesso aos serviços de saúde e maior exposição aos fatores de risco. O tratamento para diabetes, câncer, doenças do aparelho circulatório e doenças respiratórias crônicas (principais grupos de DCNT), pode ser de longa duração, onerando tanto os indivíduos e suas famílias, quanto os sistemas de saúde. As despesas com DCNT reduzem a disponibilidade de recursos para necessidades básicas como alimentação, moradia e educação, criando, portanto, um círculo vicioso, pois levam as famílias a um maior estado de pobreza (WHO, 2011b).

Considerado um grande desafio a ser vencido, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 13 de maio de 2010, na Resolução nº 265, decidiu convocar, para setembro de 2011, em Nova York, uma reunião de alto nível sobre DCNT, com a participação dos chefes de Estado para a elaboração de estratégias de prevenção e controle dessas morbidades, especialmente em países em desenvolvimento. Foi a segunda vez em sua história, que a ONU reuniu líderes mundiais em torno de temas relacionados à saúde; a primeira convocação desse gênero girou em torno de discussões sobre a AIDS (WHO, 2011a).

No Brasil, os processos de transição epidemiológica, demográfica e nutricional, aliados à urbanização e ao crescimento econômico e social, contribuem para um maior desenvolvimento desses agravos. As DCNT representam um problema de saúde de grande magnitude no país e correspondem a 72% das causas das mortes, atingindo intensamente as camadas de menor renda da população e grupos vulneráveis. Em 2007, a taxa de mortalidade por DCNT, no Brasil, foi de 540 óbitos por 100 mil habitantes (SCHMIDT et al., 2011).

No segundo semestre de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou o levantamento Antropometria – Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil, da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), 2008-2009. Os resultados demonstraram que o excesso de peso, um considerável fator de risco para o desenvolvimento de DCNT, já atinge metade da população adulta; uma em cada três crianças (de 5 a 9 anos); e um quinto dos adolescentes no país. Ainda segundo o levantamento, o aumento de peso em adolescentes de 10 a 19 anos foi contínuo nos últimos 34 anos, e foi mais frequente em áreas urbanas do que em rurais, em ambos os sexos. O instituto informou ainda que, na população de 20 anos ou mais, o sobrepeso no sexo masculino saltou de 18,5% em 1974-1975 para 50,1% em 2008-2009. No sexo feminino, o índice avançou de 28,7% para 48% no mesmo período (IBGE, 2010).

Resultados do Vigitel Brasil (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico), realizado em 2010, demonstram que, no país, os níveis de atividade física no lazer (um importante fator de proteção a esses agravos), na população adulta, são baixos, chegando a 15%; apenas 18,2% dos adultos consomem cinco porções de frutas e hortaliças em cinco ou mais dias por semana, 34% consomem alimentos com elevado teor de gordura e 28% consomem refrigerantes cinco ou mais dias por semana, o que contribui para o aumento da prevalência de excesso de peso e obesidade (BRASIL, 2011a).

Promoção da saúde e qualidade de vida

A promoção da saúde pode ser compreendida como um agrupamento de processos de informação e capacitação de sujeitos e organizações, ou um instrumento que objetiva controlar determinantes das condições de saúde em grupos populacionais específicos. A sua grande relevância encontra-se na diversificação de possibilidades de ações para preservar e aumentar o potencial individual e social de escolha entre formas de vida mais saudáveis, voltadas para a finalidade de integralidade do cuidado e de construção de políticas públicas favoráveis à vida, mediante articulação intersetorial.

Segundo Terris, citado por Souza (2004), a expressão “promoção de saúde” foi pela primeira vez utilizada em 1945, pelo historiador médico Henry Sigerist, que preconizava a prática médica abrangendo três grandes princípios: a promoção da saúde, a prevenção dos agravos à saúde, o tratamento e a reabilitação. Para aquele autor, a manutenção da saúde requer um padrão de vida aceitável no qual estariam incluídas condições apropriadas de trabalho, de educação, atividades culturais e de recreação. A importância da interação intersetorial e das alianças interdisciplinares na promoção da saúde era também um fator considerado relevante. Esses mesmos princípios constavam como recomendações, 40 anos depois, na Carta de *Ottawa*, documento resultante da Primeira Conferência Internacional em Promoção da Saúde, em 1986, sediada em Ottawa, no Canadá. A Carta de *Ottawa* apresenta cinco ações primordiais para as iniciativas de promoção da saúde: desenvolvimento de políticas públicas saudáveis, a criação de ambiente sustentável, o fortalecimento da participação comunitária, o desenvolvimento de habilidades individuais e a reorientação dos serviços de saúde (SOUZA, 2004).

Nahas e Garcia (2010) apresentam o que consideram um conceito atualizado e revisto de promoção da saúde. Para os autores, é a ciência e a arte de ajudar as pessoas a mudarem seus estilos de vida, no sentido de um estado de saúde ideal, que se constitui um processo de engajamento em busca de um equilíbrio dinâmico entre as dimensões física, emocional, social, espiritual e intelectual e a descoberta da sinergia entre os seus aspectos mais positivos. A mudança de estilo de vida deve ser facilitada pela combinação de esforços para informar, motivar, construir conhecimentos e, principalmente, oferecer oportunidades para práticas positivas em saúde.

No estudo realizado com o objetivo de debater as relações entre promoção da saúde e qualidade de vida, Minayo et al. (2000) resumem o termo qualidade de vida como uma representação social criada a partir de parâmetros subjetivos (bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal), e também objetivos, cujas referências são a satisfação das necessidades básicas e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade. No âmbito da saúde, considerado no sentido ampliado, ele se apóia na compreensão das necessidades humanas fundamentais, materiais e espirituais e tem no conceito de promoção da saúde seu foco mais

relevante. Quando vista mais claramente, qualidade de vida em saúde implica a centralidade na capacidade de viver sem doenças ou de superar as dificuldades dos estados ou condições de morbidade.

Políticas públicas para promoção de atividades físicas e o enfrentamento das DCNT no Brasil

Somando-se aos esforços globais de combate às DCNT e tendo em vista a reunião de alto nível na Assembléia Geral da ONU, o Ministério da Saúde lançou o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil (2011-2022), definindo e priorizando as ações e os investimentos necessários para que o país enfrente e detenha as DCNT, nos próximos dez anos. O plano aborda os principais grupos desses agravos e seus fatores de risco comuns modificáveis (tabagismo, álcool, inatividade física, alimentação não-saudável e obesidade) e define diretrizes e ações em três eixos: a) vigilância, informação, avaliação e monitoramento; b) promoção da saúde; c) cuidado integral (BRASIL, 2011b).

Desde 2006, quando foi aprovada a Política Nacional de Promoção da Saúde – contemplando a transferência de recursos a estados e municípios para a implantação de ações de forma intersetorial e integrada –, a promoção de atividades físicas já estava agregada à agenda nacional. Nela, está incluída a Portaria nº. 2.608, de 28 de dezembro de 2005, que destina recursos a todos os estados da federação para investimento em projetos locais de incentivo à atividade física, entre outras ações que também são consideradas prioritárias, como o incentivo à alimentação saudável e a prevenção ao uso do tabaco e álcool.

Exemplos da aplicação desses recursos são os programas desenvolvidos por prefeituras de municípios como Recife que, em 2002, implantou, pela Secretaria de Saúde, o Programa Academia da Cidade, que está hoje inserido no Sistema Único de Saúde (SUS) como uma política de atenção básica à saúde. O objetivo principal do programa é a promoção de atividades físicas, lazer e alimentação saudável para a comunidade (HALLAL et al., 2010). As ações do programa *Academia da Cidade* são desenvolvidas em 64 equipamentos de saúde ou sociais tais como: Unidades Básicas de Saúde (UBS), organizações não-

governamentais (ONGs), associações comunitárias e outros espaços públicos de lazer identificados para atuação do programa, em 21 Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) e em 21 locais públicos requalificados, denominados pólos, localizados em praças e parques da cidade (PORTAL DA SAÚDE, 2011).

Naqueles locais, professores de Educação Física, contratados pela prefeitura, oferecem sessões supervisionadas de atividades físicas praticadas no tempo livre, educação nutricional e monitoramento da saúde (aferição de pressão arterial, avaliação antropométrica e nutricional). As práticas usualmente oferecidas são: exercícios calistênicos, caminhadas, aulas de alongamento e dança. As atividades são desenvolvidas de segunda à sexta pela manhã, a cada hora, das 5h às 10h e das 17h às 22h, para aproximadamente 20 participantes por sessão. Desde 2002, estima-se que o programa tenha atendido cerca de 10 mil pessoas por ano (SIMÕES, 2009).

Uma pesquisa realizada para descrever usuários e não-usuários do Programa Academia da Cidade, em Recife (HALLAL et al., 2010), constatou a criação de oportunidades para a prática de atividade física no lazer, para outros estratos populacionais que habitualmente não têm muitas oportunidades para realizá-las, como por exemplo, as mulheres, que constituem 89,2% das usuárias do programa. Projetos semelhantes mantêm-se em curso em outros municípios brasileiros como Aracajú, Vitória, Belo Horizonte e Curitiba, buscando eliminar barreiras estruturais para o acesso às práticas corporais, como a inexistência de espaços públicos de lazer, facilitando a manutenção de hábitos saudáveis.

Essas experiências ancoraram a criação do Programa Academia da Saúde, lançado pelo Ministério da Saúde em abril de 2011 e que tem entre seus objetivos ampliar a prática de atividades físicas na população beneficiada, além da valorização de iniciativas locais no âmbito da cultura, do esporte e do lazer para a promoção da saúde e a qualidade de vida. A meta é realizar parcerias com os municípios, visando construir espaços físicos dotados de infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos qualificados para a orientação de práticas corporais/atividade física e de lazer. A implementação seria feita sob a forma de pólos, respeitando-se as especificidades regionais e os princípios e diretrizes do SUS, com objetivo de expansão a 4 mil municípios até 2015

Atividade física como fator de proteção contra as DCNT

Uma quantidade significativa de estudos evidencia a atividade física como um importante fator de proteção e auxiliar no tratamento de DCNT. A atividade física regular pode reduzir o risco de doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2, câncer do cólon e da mama, prevenir a osteoporose e auxiliar na manutenção de um peso saudável. Dados da Organização Mundial de Saúde (WHO, 2005) apontam que 80% dos casos de doenças coronarianas, 90% dos casos de diabetes tipo 2 e 30% dos casos de câncer poderiam ser evitados com mudanças nos níveis de atividade física, nos hábitos alimentares e o não-uso de produtos derivados do tabaco.

As ações de promoção em saúde, como o incentivo às práticas corporais e às atividades físicas no lazer, por exemplo, deveriam ser trabalhadas com base nos fatores determinantes da saúde, principalmente em países como o Brasil, que apresenta grandes problemas de ordem estrutural. Resultados de pesquisas em populações brasileiras (FLORINDO, 1998) demonstram que a falta de tempo é a principal barreira que as pessoas encontram para a aderência à prática regular de exercícios físicos. Para a parcela pobre da população brasileira, a falta de tempo, conseqüência do excesso de trabalho, e a escassez de condições financeiras para arcar com os custos de uma academia, clube ou *personal training*, podem ser fatores limitadores para a adesão às atividades físicas no tempo do lazer (FLORINDO, 1998).

Muitos estudos associam a percepção do ambiente à prática de atividades físicas em adultos; porém, a maioria deles é realizada com populações de renda alta. Estudo realizado em Ermelino Matarazzo, bairro da zona leste do município de São Paulo, resultou em dados importantes que servem para entender as relações do ambiente com a prática de atividades físicas em populações de baixa renda (FLORINDO, 2009). Segundo o trabalho, a realização de pelo menos 150 minutos de atividades físicas (moderadas e/ou vigorosas) por semana foi associada positivamente à percepção de segurança para caminhar, andar de bicicleta ou praticar exercícios físicos durante o dia e durante a noite, com uma boa iluminação das ruas próximas das casas no período noturno, com ambientes menos poluídos sem lixos nas ruas, sem fumaça de poluição,

sem esgoto a céu aberto perto de suas casas e com o recebimento de convite de amigos/vizinhos. O estudo denota que a adesão e a aderência à prática de atividades físicas é um fenômeno complexo e interdisciplinar que deve envolver não só profissionais das áreas de Saúde Pública e da Educação Física, mas também de setores de Segurança Pública, Meio Ambiente, Engenharia, Arquitetura, entre outros.

Por outro lado, o estilo de vida contemporâneo e as facilidades a que têm acesso as populações de maior renda também contribuem para a inatividade física. Nahas (2010) afirma que os avanços tecnológicos das civilizações modernas nos têm liberado de tarefas físicas intensas, tanto nas atividades ocupacionais quanto domésticas. São ainda oferecidas inúmeras opções do chamado lazer passivo (a televisão e os jogos eletrônicos, por exemplo), que diminuiriam intensamente o tempo em que se pratica o lazer ativo (esportes, dança, caminhadas, jogos ao ar livre, etc.). Segundo o autor, esses meios de reduzir esforços, embora proporcionem conforto e permitam aumento de produtividade, não redimem os indivíduos da necessidade de exercitarem-se regularmente, para que as consequências do sedentarismo não lhes reduzam a capacidade de realizar tarefas rotineiras e a qualidade de suas vidas, no médio e longo prazo. Dentro desse contexto, Zaitune (2010) alerta para a necessidade de políticas públicas que direcionem e incentivem ações mais “ativas”, como a prática de exercícios e de esportes como contraposição ao vazio do repouso, da recuperação física e às atividades passivas como o assistir à televisão no espaço de tempo do lazer.

Com a finalidade criar oportunidades sustentáveis, de incentivar um estilo de vida ativo para todos e melhorar a qualidade de vida das populações, foi lançado o Manifesto de Atividade Física de Toronto: Um chamado global para ação, em maio de 2010, no 3º Congresso Internacional de Atividade Física e Saúde, realizado em Toronto, Canadá. Seus idealizadores propõem que organizações e indivíduos interessados em promover a atividade física usem este documento para influenciar e engajar políticos e formadores de opinião em nível nacional, regional e local, para que alcancem um mesmo objetivo (GAPA, 2011).

É na educação social da população e na busca constante pela cidadania que se potencializa a qualidade de vida (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2004), justificando-se a sua inserção como meta

nas políticas públicas, já que a condição e o estilo de vida são fatores primordiais para o avanço global da sociedade. Porém, essa implementação de políticas, visando uma qualidade de vida positiva, acontece no âmbito de um projeto político mais amplo e por meio da máquina de administração pública, oferecendo grandes dificuldades ao controle das verbas a serem distribuídas e vinculadas à formação de grupos que irão compor uma base de apoio parlamentar, levando a um conjunto de ações administrativas não-coordenadas e independentes umas das outras. A articulação de propostas no campo da qualidade de vida com as de outras áreas como saúde, habitação e educação, torna-se dificultada pelos embates entre os diferentes grupos e tendências.

O processo de promoção da saúde e de enfrentamento de morbidades, cujas causas encontram-se nas entranhas de um sistema em que as desigualdades sociais, econômicas e estruturais imperam no cotidiano das populações, requer um engajamento amplo e multisetorial da sociedade. O Estado poderia atuar como regulador da interação social e como mobilizador, reunindo gestores públicos e sociedade civil em um conjunto de forças atuando num mesmo propósito, potencializando a obtenção de resultados para o bem-comum.

Tal processo resultaria num estímulo a uma cidadania ativa, pela capacitação, pelo acesso à informação e pelo empoderamento da população, permitindo o reconhecimento e enfrentamento de seus problemas e causas, lutando por políticas públicas saudáveis, tais como a inserção e facilitação do acesso aos programas para práticas corporais e atividades físicas em seu cotidiano, eliminando as barreiras estruturais.

Para tal, faz-se necessário, antes de tudo, que o interesse pelo desenvolvimento coletivo se sobreponha aos interesses individuais e grupais, para a efetiva implementação de ações e políticas que impliquem a participação e a conscientização social para a redução das desigualdades socioeconômicas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. A. B. e GUTIERREZ, G. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. **Revista Conexões** – Revista Digital – Campinas, v. 2, n. 1, 2004. Disponível

em: <<http://www.unicamp.br/fef/publicações/conexões>>. Acesso em: 12 setembro 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Vigitel Brasil 2010: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011b.

CASPERSEN, C. J. et al. Physical activity, exercise and Physical fitness: definition and distinctions for health related research. **Public Health Reports**, v. 100, n. 2, p. 126-131, 1985.

FLORINDO, A. A. Educação física e promoção em saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Pelotas, v. 3 n. 1, p. 84-89. 1998.

_____. **Atividade física e sua relação com a percepção do ambiente em adultos residentes em Ermelino Matarazzo, Zona Leste de São Paulo, SP**. São Paulo. 2009. 120 p. Tese (Livre-Docência) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades – Universidade de São Paulo.

GAPA – Global Advocacy for Physical Activity. Toronto Charter for Physical Activity. Disponível em: <<http://www.globalpa.org.uk/charter/download.php>>. Acesso em: 19 setembro 2011.

HALLAL, P. C.; TENÓRIO, M. C. M.; TASSITANO, R. M.; REIS, R. S. et al. Avaliação do programa de promoção da atividade física Academia da Cidade de Recife, Pernambuco, Brasil: percepções de usuários e não-usuários. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p.70-78, jan. 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009. Antropometria e estado

nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MINAYO, M. C. S.; Hartz, Z. M. A.; Buss, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

NAHAS, M.V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 5. ed. Londrina: Midiograf, 2010.

NAHAS, M. V.; GARCIA, L. M. T. Um pouco de história, desenvolvimentos recentes e perspectivas para a pesquisa em atividade física e saúde no Brasil **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.135-48, jan./mar. 2010.

PORTAL DA SAÚDE. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=37277>. Acesso em: 5 de outubro de 2011.

SCHMIDT, M. I.; DUNCAN, B. B.; SILVA, G. A.; MENEZES, A. M.; MONTEIRO, C. A.; BARRETO, S. M.; CHOR, D.; MENEZES, P. R. Health in Brazil 4 Chronic non-communicable diseases in Brazil: burden and current challenges. **The Lancet**, v. 377, 2011.

SIMÕES, E.J.; HALLAL, P.; PRATT, M.; RAMOS L., MUNK, M.; DAMASCENA, W. et al. Effects of community-based, professionally supervised intervention on physical activity levels among residents of Recife, Brazil. **American Journal of Public Health**, Washington, v. 99, n.1, p. 68-75, 2009.

SOUZA, E. M.; GRUNDY, E. Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social: inter-relações e perspectivas para a saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p.1354-1360, set./out. 2004.

WORLD Health Organization. **Global status report on noncommunicable diseases 2010**. Geneva, World Health Organization, 2011a.

_____. **Global status report on noncommunicable diseases 2010**. Geneva, World Health Organization, 2011b.

_____. **Preventing Chronic Diseases: a vital investment**: WHO Global report. Geneva, World Health Organization, 2005. disponível em: <http://www.who.int/chp/chronic_disease_report/full_report.pdf>. Acesso em: 12 setembro 2010.

_____. **Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases**. Report of the joint WHO/FAO expert consultation. Geneva, World Health Organization, 2003.

ZAITUNE, M. P. A. et al. Fatores associados à prática de atividade física global e de lazer em idosos: Inquérito de Saúde no Estado de São Paulo (ISA-SP), Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, p.1606-1618, 2010.

ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DO ESPORTE: O SUJEITO E A RACIONALIZAÇÃO

Marco Antonio Bettine de Almeida¹⁴, Simone Cassoli Ferraz¹⁵,
Mônica Nogueira¹⁶, Willian Galhardo¹⁷, Karoline Ribeiro¹⁸

Para entender o esporte e sua abrangência, serão apresentadas algumas dimensões do fenômeno esportivo. Primeiramente, serão abordadas as visões das Ciências Humanas sobre o esporte, discutindo seu caráter de ritual, sua racionalização e sua ligação com o capital simbólico. Em seguida, a questão do esporte será tratada como área científica, que articula o conhecimento acumulado e impulsiona o surgimento de uma área de conhecimento denominada Ciência do Esporte. Posteriormente, o texto trabalhará com os aspectos ligados à industrialização e com a ampliação do espaço de atuação profissional. A mídia, as políticas públicas, o preconceito e a violência serão temas para discutir o esporte e os problemas sociais, demonstrando que o esporte é vinculado à cultura e, assim, carrega consigo as questões mais sensíveis da sociedade. Por último, se discutirá o esporte como transmissor de valores e integrador das ações culturais de um determinado agrupamento social.

O esporte é aqui considerado uma prática entre sujeitos, definida no mundo das relações sociais. Nas atividades esportivas existe uma

¹⁴ Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes.

¹⁵ Graduanda da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

¹⁶ Graduanda da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

¹⁷ Graduanda da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

¹⁸ Graduanda da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

necessidade de comunicação; a essência do esporte, a partir de uma visão habermasiana, é ser um interlocutor das formas de vida e da integração social, servindo para a evolução da linguagem, das instituições e para a formação da personalidade. Portanto, o esporte expressa os três mundos: social (relação entre as pessoas), objetivo (relação com o mundo concreto) e pessoal (construção da subjetividade).

As marcas da modernidade e o avanço do esporte na sociedade contemporânea

O esporte, em sua origem, derivava de jogo e brincadeira. Jogos e Brincadeiras eram integrantes das expressões das tradições do sagrado ou do profano, consistindo atividades lúdicas de caráter ritual. Pelas suas exigências, essas ações celebravam o corpo, a força, a beleza e o mágico. O esporte moderno retirou o caráter ritual do jogo, transformando-o em algo secularizado, sem estruturação na religião, e incorporando elementos racionais como medidas, recordes e igualdade de chances (PILATTI, 2006).

A crítica feita a essa visão do esporte é que ela apenas transformou os rituais. É verdade que ele se desvinculou da religião; no entanto, o esporte não perdeu seu caráter essencialmente mágico. A camisa da equipe é exemplo desse processo, pois são veneradas pelos torcedores, quase como objeto de adoração e culto. O time se transforma em sonho. Pode-se ver isso em jogos de futebol, em que a religiosidade caminha por meio do sincretismo religioso com as credences e a adoração divina.

Por outro lado, há o processo de racionalização do esporte; segundo Weber, ele perderia o seu caráter religioso, conservando o culto ao corpo, o conteúdo lúdico e o ritual simbólico da equipe, das cores e do pertencimento. A racionalização trata do uso da razão instrumental na ação humana, significa tomar atitudes e decisões descartando os elementos de natureza pessoal, afetiva e emotiva. No campo do esporte como adoração, torcedores e amadores, o esporte mantém seu caráter ritual; no campo do esporte de alto rendimento (atletas, dirigentes, burocratas) ele se torna dessacralizado.

A eficiência torna-se um valor normativo prioritário para o esporte e a quantificação dos feitos atléticos uma exigência fundamental das

máquinas competitivas. Trata-se da tendência de transformar qualquer atividade esportiva em algo que possa ser medido e calculado. As estatísticas tornam-se tão importantes quanto os eventos.

A quantificação geralmente se faz acompanhar de dois outros fenômenos, muito freqüentes no mundo esportivo, a especialização – (definição dos papéis a serem executados pelos atletas) – e as estratégias – (táticas de jogos cada vez mais formais, rígidas). Esses dois elementos visam, em última instância, um melhor desempenho dos atletas e das equipes nas competições.

A introdução do uso de aparelhos tecnológicos confere maior racionalidade e precisão matemática aos processos de especialização, que adquirem, assim, uma nova legitimidade tecnológica e científica.

Para além do mito e da racionalização, a consagração do esporte como prática social pode ser vista como parte da modernização do mundo ocidental, de seu processo civilizador, no sentido que lhe atribui Norbert Elias (1980). O esporte operaria como uma espécie de válvula de escape, pois a incorporação de hábitos mais racionais e controlados levaria a repressões exteriores – conter os gestos e palavras – e interiores – proibir-se de pensar em atos violentos. No esporte, segundo essa perspectiva, as pessoas podem exercitar a violência sem a repressão do violento. No espaço físico e social delimitado pelo esporte, as pessoas podem expressar sentimentos fortes e apaixonados represados pelo controle social (LUCENA, 2001). A expressão tem os limites de um descontrole controlado, isto é, sem ir até o limite daqueles impulsos destrutivos próprios da sua luta pela satisfação das necessidades mais primárias. Essa característica do esporte é percebida nas diferentes manifestações esportivas.

Assiste-se, também, à reprodução social, simbólica e de manutenção da lógica da dominação no esporte (MARCHI, 2006). Pierre Bourdieu (2000) coloca que o campo esportivo constitui uma arena de lutas simbólicas e, de fato, é onde se contrapõem forças e interesses consolidados pelo capital e pelas diferenças de capital simbólico entre os sujeitos, operando os mecanismos que distinguem dominantes e dominados.

O esporte como fenômeno dentro do campo simbólico reproduz a segregação social, pois quem tem acesso aos bens materiais é o grupo

que tem o maior acesso à prática esportiva, e, logicamente, ao consumo esportivo.

São muitas as questões suscitadas frente ao objeto esporte: (a) a relação com o simbólico, (b) civilização e (c) racionalização. Para seguir nesse estudo é importante entender como o fenômeno esportivo se incorpora na vida cotidiana. Porque a partir da vinculação, pode-se compreender a relação com a cultura e, por consequência, a esportivização da sociedade. Apreender as suas diferentes faces é abarcar a massificação do esporte.

O esporte como movimento de massa

No esporte, a passagem do século XX para o século XXI foi marcada por um quadro conceitual amplo de mudanças e tendências influenciadas pelas transformações sociais e políticas (BURKE, 2004), principalmente com o fim da Guerra Fria, com o crescimento da globalização e da importância da atividade física.

Desde os jogos olímpicos modernos de Pierre de Coubertin, o esporte se transformou. Pode-se afirmar que o universo dividido em esportes amadores e profissionais tornou-se mais complexo que a simples aferição de renda. Hoje o esporte, como fenômeno social, possui distintas dimensões.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o quadro internacional do esporte transformou-se em todas as suas formas e pode-se afirmar que uma interpretação correta do conjunto de fatos históricos tornou-se extremamente difícil.

O esporte ganhou uma nova forma; o ensino de suas práticas para uma educação do Movimento – Educação Física, Motricidade Humana, Consciência Corporal. Rapidamente, o aspecto pedagógico incorpora o ensino técnico da modalidade como espelho direto do fenômeno esportivo.

No esporte, as alterações da segunda metade do século XX foram profundas, pois o número de praticantes e modalidades cresceu impressionantemente. Além disso, o esporte, que era visto apenas na

perspectiva do rendimento, após a Carta Internacional de Educação Física e Esporte da Unesco, em 1978, passou a ser entendido como direito de todas as pessoas.

A idéia de uma prática esportiva pluralista trouxe a possibilidade de democratização e dissociação entre o esporte e o atleta profissional. A abrangência social do esporte passou a ser preponderante e as formas de exercício do direito ao esporte passaram a ser o Esporte e Educação, o Esporte e Lazer e o Esporte de Altíssimo Desempenho. Essas dimensões do conceito contemporâneo de esporte podem ser explicadas dessa forma: o Esporte-Educação pelos princípios sócio-educativos da participação, da cooperação, da co-educação, da co-responsabilidade, da inclusão, do desenvolvimento esportivo e do desenvolvimento do espírito esportivo; o Esporte-Lazer pelo princípio da não-obrigatoriedade e da adaptação para a participação de todos; e o Esporte de Altíssimo Desempenho, pelos princípios da superação, da performance e do uso de diferentes tecnologias.

Com a globalização tecnológica e a mundialização cultural, o esporte incorpora rapidamente as principais características desses fenômenos sociais. Os avanços tecnológicos possuem aspectos positivos, como o uso de mídias para o ensino tático e técnico, novos materiais como fibra de carbono, nutrição, psicologia, e aspectos negativos: diferentes tipos de *doping*, aspectos financeiros como motor exclusivo da prática, perda da relação entre o atleta e o país de origem.

Na mundialização cultural, o esporte se integra ao meio social conforme suas dimensões e características locais. Por exemplo, o esporte no tempo livre adapta-se à realidade cultural local, como por exemplo, o jogo de futebol na areia ou no barranco. Na dimensão pedagógica, cada local de trabalho possui características distintas, como o professor, a estrutura da escola, a possibilidade de mudança. Porém, o Esporte de Rendimento Profissional é aquele que, pelo fenômeno da secularização, da igualdade, da especialização, da racionalização, da burocracia, da quantificação e do recorde, integra uma realidade cultural sem sofrer adaptações.

Uma competição mundial na China, por exemplo, é a mesma nos Estados Unidos, independente do modelo econômico, cultural e social desses e de outros países, o que demonstra que o esporte burocratizado

estruturou-se numa coesão que possibilitou que se tornasse um fenômeno mundial. A partir do momento em que o esporte torna-se uma prática globalizada, ele sofre com uma crise ética, principalmente quando seus objetivos deixam de ser a prática e passam a incorporar aos seus fins o uso político-econômico.

emos por um lado essa postura estratégica do esporte, e, por outro, a busca pelo jogo limpo e pela transparência esportiva, mostrando que o esporte reflete os conflitos sociais característicos da manifestação humana.

O esporte passa a ser movimento de massa por meio da transformação do sentido da prática: primeiramente com o esporte de alto-rendimento, rendimento máximo, para o esporte participação, com o rendimento possível.

Outro ponto a ser lembrado sobre a massificação do esporte é que, a partir da ampliação do número de praticantes, aumentou-se o investimento do Estado, levando a uma transformação no conceito de planejamento urbano e de políticas públicas no setor.

O esporte participação, apesar de diferente do esporte de mídia, necessita de um espelho, algo para mimetizar, e isso é oferecido pela espetacularização, por meio da beleza, da arte, da integração e da plasticidade do esporte de alto rendimento. As imagens vinculadas ao esporte, bem como um aparato midiático de grande proporção, levam ao fortalecimento do sentido da participação e da prática, e quanto mais pessoas colocam o esporte no seu cotidiano, mais espetacularizado ele fica. Esse processo histórico, complexo, oferece uma pequena base para entender a esportivização da sociedade e, como ela está presente na vida das pessoas, simbolizando competição, originalidade, beleza, frustração, vitória, reciprocidade ou alegria, tornando as relações sociais repletas de valores esportivos.

Outro ponto importante é pensar o fascínio do esporte derivado de aspectos que, de forma diversa, estamos habituados a experimentar e admirar nos espetáculos. O aspecto estético é um dos elementos na consolidação da popularidade do fenômeno esportivo. O esporte não é somente um “tema” para obras de arte, mas, também, é a própria manifestação artística, estabelecendo diálogos com outras linguagens (MELO, 2006).

A discussão sobre o grau de relacionamento entre o esporte e o espetáculo não é recente. Por exemplo, Pierre de Coubertin, quando idealizou a recriação dos Jogos Olímpicos na modernidade, já os concebeu não somente dedicados ao esporte, mas como festivais culturais em um sentido ampliado; criaram-se concursos de poesias, de artes plásticas e mesmo de músicas.

O esporte espetáculo tem seu público e também participação ativa no desenvolvimento das competições. O papel da torcida é fundamental para a prática. O esporte necessita desse aspecto relacional e simbólico. O esporte, neste sentido, é o espetáculo das massas.

Existem, por exemplo, modalidades em que há coreografias, como no nado sincronizado, na ginástica rítmica desportiva e na ginástica artística. Outros esportes são mais cíclicos, permitem menos possibilidades de criação, como natação e o atletismo. Por fim, existem os esportes coletivos, em que a criação e a genialidade de um dos jogadores, por mais que os parâmetros técnicos e táticos sejam treinados, podem definir a partida.

Considerações Finais

Frente às considerações apresentadas, não é demais afirmar que o esporte é indispensável na formação do homem e na vida em sociedade. Ele tornou-se matriz de socialização e transmissão de valores, forma de sociabilidade moderna.

O esporte, como colocado, é parte fundamental da cultura do país. É a representação da identidade nacional, incorporando na sua prática os valores da sociedade. O esporte é espetáculo ritual. Com camisa e hinos, com paixões e desilusões, enfim, é o pulsar da cultura viva.

Constitui, nesse sentido, fenômeno social observável na vida cotidiana que se articula com símbolos culturais, produção cultural, economia e política.

O esporte, portanto, deve ser compreendido no âmbito do crescimento das cidades enquanto arenas de circulação de mercadorias e na conseqüente construção de uma cultura urbana. Com isso, observa-

se o crescimento das preocupações com o público, com o consumidor, com a venda, com o espetáculo do corpo como elemento de consumo e de notável atenção e visibilidade.

A utilização de imagens, no decorrer do tempo, trouxe modificações na postura do observador da prática esportiva, consolidando elementos como heroísmo, superação, coragem e grandiosidade. A imagem foi fundamental para permitir que os “feitos esportivos” pudessem ser definitivamente registrados, preservados e exibidos em grande escala. O recorde é a dimensão central para a continuidade da prática do esporte; é ele que permite lembrar que a necessidade de superação é constante.

Walter Benjamim (1985) via o esporte como pertencimento, isto é, uma proximidade entre atleta e público, uma sensação no público de que ele pode também tomar parte e se posicionar perante o espetáculo ou na sua prática cotidiana.

Guy Debord (1997) afirma que a sociedade é espetacularizada; o espetáculo é a relação social mediada por imagens. Logo, o esporte como representação do espetáculo torna a sociedade esportivizada, porque os valores do esporte são valorizados pela sociedade. O esporte, portanto, se transforma de objeto de uso das outras esferas sociais, para ter um papel de destaque, utilizando-as para seu próprio enriquecimento.

Podemos definir o esporte como verdadeiro simulacro de realidade, mesmo que esteja efetivamente longe da concretude da vida. A utilização de imagens e a entrada do esporte nos lares por meio da televisão trouxeram ainda uma questão que deve ser cuidadosamente considerada: a potencialização do consumo.

A conclusão fundamental desse capítulo é a compreensão de que o esporte se constitui em poderosa representação de valores e desejos que permearam o imaginário do século XX e invadem agora o século XXI. A superação de limites, o extremo de determinadas situações (comuns em um século onde a tensão e a violência foram constantes), a valorização da tecnologia, a consolidação de identidades nacionais, a busca de uma emoção controlada, o exaltar de um certo conceito de corpo, tudo isso está constantemente presente nas competições organizadas no decorrer do século que passou, e, por certo, continuará presente neste, pelo menos nesta primeira década.

Referências Bibliográficas

BENJAMIM, W. **Obras Escolhidas**. v.1. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasilense, 1985.

BETTI, M. **Violência em Campo**. São Paulo: Unijuí, 2004.

BOURDIEU, P. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papyrus, 2000.

BURKE, P. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: Edusp, 2004.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. São Paulo: Contraponto Editora, 1997.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

HABERMAS, J. **Teoría de la Acción Comunicativa**. Madri: Taurus, 1987.

LUCENA, R. F. **O esporte na cidade: Aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARCHI, W. Como é possível ser esportivo e sociólogo? In: Gebara, A; Pilatti L (ed) **Ensaio sobre história e sociologia nos esportes**. Jundiaí: Fontoura, p.159-195, 2006

MELO, V. A. Futebol e cinema: relações. **Revista Portuguesa Ciência do Desporto**, n.6, v.3, p.362-372, 2006.

PILATTI, L. A. Ensaio sobre história e sociologia nos esportes. In: Gebara, A; Pilatti L (ed) **Ensaio sobre história e sociologia nos esportes**. Jundiaí: Fontoura, p.159-195, 2006

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução Vinicius Eduardo Alves. São Paulo, Centauro, 2001.

Democracia e Direitos Humanos

A DEMOCRACIA NO BRASIL E OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Guilherme Borges da Costa¹⁹

Alessandro Soares da Silva²⁰

Pensar a Psicologia Política é um exercício dinâmico e interdisciplinar por natureza. Não se trata de uma disciplina fechada com teorizações e métodos supostamente originais e próprios. Trata-se, mais, de um campo produzido nas encruzilhadas do conhecimento e que tem como preocupação o olhar para o objeto, para temas de interesse, de modo a focar nos encontros entre as dimensões subjetivas e objetivas dos fenômenos políticos. É com esse corte que desejamos abordar aqui o tema da democracia e os desafios da participação no Brasil.

Regimes políticos, democracia, participação, carisma e poder são temas que têm sido recorrentes em estudos psicopolíticos e que têm sido tratados de modo interligado em muitas ocasiões. Desde os estudos de Émile Boutmy, Victor de Britto e Gustave Le Bon, até estudos mais recentes como os realizados por Maritza Montero e Ignacio Martín-Baró, Sabucedo, Alexandre Dorna e Giseli Paim Costa, o entrecruzamento de temáticas desse tipo tem sido central em estudos psicopolíticos, exatamente em função da complexidade social da realidade. Neste capítulo, pretendemos abordar de modo sintético as relações entre democracia e participação política no cenário brasileiro, tendo em vista uma abordagem psicopolítica a partir da cultura política.

¹⁹Mestrando da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

²⁰Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

Democracia e participação política no Brasil: elementos de uma cultura política

O Brasil, país que figura entre aqueles da chamada terceira onda democrática, tem uma questão essencial a resolver no processo de consolidação da própria democracia: reduzir a desigualdade social. Dito de outra forma, “o problema político central do Brasil é construir um país que combine três coisas: liberdade, participação e justiça social” (CARVALHO, 2007, p. 19). Essa perspectiva se coaduna com a preocupação de organizações internacionais, como as Nações Unidas, que manifestam atenção acerca da efetividade democrática de países em desenvolvimento, onde o regime democrático deve ir além do voto. No Relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2004), evidencia-se o fato de que a democracia deve ser avaliada considerando também as suas dimensões sociais (BAQUERO, 2008). Assim, nos parece pertinente compreender como se deu no Brasil o processo de transição para o regime democrático. Para tanto, os estudos de José Murilo de Carvalho acerca da cidadania e da democracia no Brasil são nosso ponto de partida.

Em *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, Carvalho (2001) aponta para a formação peculiar da cidadania brasileira. Segundo ele, esta se difere da inglesa por seguir outro caminho que não o da seqüência natural dos direitos civis, políticos e sociais, tal qual descreveu T. H. Marshall (1967). No Brasil, os direitos sociais precederam os outros dois, o que faz com que compreensão de cidadania seja diferente, pois ao se comparar Brasil e Inglaterra, observa-se que o processo e a temporalidade seguem caminhos distintos. Segundo o autor,

aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em momentos de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje, muitos direitos civis, a base da seqüência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo (CARVALHO, 2001, p. 219-220).

Seguindo esse raciocínio, o autor afirma que a mudança na ordem dos direitos afeta o tipo de cidadão e, por consequência, de democracia. Além da inversão na “ordem de aparecimento dos direitos”, Carvalho (2001) também ressalta que a cidadania se relaciona com a idéia de pertencimento a um Estado e a uma nação, algo que tem sido afetado pela internacionalização do sistema capitalista, acelerado pelos avanços da tecnologia. De acordo com o autor, a redução do poder do Estado afeta os direitos políticos e sociais, e se os direitos políticos significam participação no governo, uma diminuição no poder do governo reduziria também a relevância do direito de participar (CARVALHO, 2001). Não se pode esquecer, porém, que tal pertença é um processo de produção identitária (TAJFEL, 1982), de construção de sentimentos que são decorrentes de processos psicossociais e psicopolíticos, sobretudo, quando essa pertença refere-se às noções de Estado e Nação.

Desde a independência, em 1822, até o final da Primeira República, em 1930, podem-se destacar como relevantes apenas as mudanças ocorridas no Brasil relativas à abolição da escravidão, uma vez que possibilitou aos ex-escravos acesso aos direitos civis sem, no entanto, garantir-lhes os direitos sociais e políticos. Carvalho (2007) aponta que

o senhor de escravo era pessoalmente livre, mas não tinha o sentido da liberdade civil, pois não respeitava o direito à liberdade de seus escravos. Era um cidadão aleijado. Como consequência da generalização da escravidão no país, a liberdade não era um valor central da sociedade (CARVALHO, 2007, p. 26-27).

No processo de construção do Brasil, a outorga da Carta Constitucional de 1824 foi um fato importante para a cidadania brasileira. Mesmo com a restrição do documento à inclusão de novas classes na categoria de “cidadãos”, ela marca a criação da divisão de poderes e o estabelecimento de quem tem direito a voto, aspecto regulador dos direitos políticos. Certamente, os direitos civis foram os que mais sofreram influência da herança colonial brasileira. A colônia – marcada pela escravidão, pela propriedade rural fechada à ação da lei, e pelo Estado comprometido com o poder privado – lança os fundamentos para que emerja posteriormente o fenômeno do coronelismo na construção da democracia brasileira (LEAL, 1997).

Sobre o coronelismo, Carvalho (2007) afirma que esse é um dos melhores exemplos de como o poder do Estado e o poder dos particulares (os coronéis) se mesclaram, refletindo diretamente na cultura política brasileira. Durante a Primeira República (1889-1930), esse foi o principal fenômeno político nacional. Os coronéis, comandantes da Guarda Nacional criada em 1831, transformaram-se em chefes políticos locais. Com a instituição do federalismo no país, os governadores dos estados, para se elegerem, precisavam contar com o apoio dos coronéis, fazendo surgir um pacto entre eles.

Formou-se uma pirâmide de poder que ia do coronel ao Presidente da República, passando pelos governadores dos estados. No melhor estilo patrimonialista, o poder do Estado se aliava ao poder privado dos proprietários, sustentando-se os dois mutuamente, em detrimento da massa dos cidadãos do campo e das cidades, que ficava à margem da política (CARVALHO, 2007, p. 25).

Ao discorrer detidamente sobre o patrimonialismo, o autor explica que ele se configura pela distribuição de patrimônios – terras, empregos, títulos de nobreza e honoríficos – por parte do Estado a particulares, em troca de cooperação e lealdade. Porém, como afirma Carvalho, “em um sistema patrimonial não há cidadãos. Há súditos envolvidos num sistema de trocas com o Estado regido pelo favorecimento pessoal do governante, de um lado, e pela lealdade do súdito, de outro. O clientelismo e o nepotismo, ainda fortes até hoje, são resíduos do patrimonialismo” (CARVALHO, 2007, p. 25).

Tomando o ano de 1930 como um divisor de águas na história brasileira, Carvalho analisa os 34 anos que se seguiram, entendendo que o país teria avançado na construção da cidadania graças às mudanças sociais ocorridas no período. Foi importante, para isso, a criação das legislações trabalhista e previdenciária, completadas em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CARVALHO, 2001).

Além disso, nesse período os direitos políticos também passaram por evolução, apesar da fase ditatorial do governo Vargas entre os anos de 1937 e 1945. Carvalho destaca a Revolução Constitucionalista

de 1932, que possibilitou um ganho político, pois o Governo Federal concordou em convocar eleições para a assembléia constituinte, que deveria eleger também o presidente da República. As eleições, que aconteceram em 1933, marcaram a instituição de novas regras eleitorais, que asseguraram o voto secreto, o direito às mulheres de participar do pleito, além da criação de uma justiça eleitoral. Após o segundo governo, Vargas instituiu o populismo como forma de governo, assegurando os direitos sociais e restringindo os políticos. Carvalho destaca a “primeira experiência democrática” brasileira, que teria acontecido entre 1945 e 1964. Entende-se que a Constituição de 1946 guardava as conquistas sociais do período anterior e garantia os tradicionais direitos civis e políticos, marcados pela liberdade de imprensa e de organização política.

Mas, a participação do povo na política não se deu de maneira tranqüila. Ela começou a ser incentivada na década de 1940, com a política populista de Vargas, ganhando espaço no sindicalismo, nos comícios e nas campanhas nacionais, sendo interrompida pelo governo militar em 1964 (CARVALHO, 2007). Falar de cidadania durante o período militar (1964 a 1985) implica reconhecer a supressão dos direitos políticos e o recrudescimento à garantia dos direitos civis, especialmente após o Ato Institucional 5 (ANSARA, 2008). Entretanto, o país também viveu uma nova onda de expansão dos direitos sociais. Houve a unificação e universalização da previdência, a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Ministério da Previdência e Assistência Social (CARVALHO, 2001).

Nesse processo, tiveram papéis relevantes instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Igreja Católica, partidos políticos, artistas e intelectuais, com a história “oficial” do ensaio à abertura política, construída a partir de 1974 no governo de Ernesto Geisel.

Os esforços para incorporar as práticas participativas ao governo tiveram fracassos e êxitos (CARVALHO, 2007). A primeira tentativa, fracassada, teria ocorrido antes do período militar (1945-1964) quando as elites se juntaram aos militares para pôr fim ao regime democrático. A segunda teria sido levada a cabo em 1985, ao fim do governo militar; dessa vez, a experiência se mostrou positiva, uma vez que instituições como sindicatos e imprensa puderam se organizar e se manifestar livremente, em um contexto de independência dos poderes constitucionais da República.

Tanto no livro *Cidadania no Brasil* (2001), quanto em um texto sobre os fundamentos da política brasileira (2007), José Murilo de Carvalho finaliza assegurando que persistem os problemas da área social, com destaque especial para a educação, os serviços de saúde, saneamento e a segurança pública. Isso indica que seria preciso dar mais tempo à democracia brasileira, para que ela pudesse se estabelecer e para que fossem feitas correções nos mecanismos políticos. Tais correções, entretanto, decorrerão da organização da sociedade. A capacidade organizativa das forças sociais é fundamental para que se mobilizem as forças necessárias à democracia, visando superar os elementos que a fazem precária e permitindo que ela se consolide de maneira incontestada. Para tanto, a superação do “câncer da desigualdade (social)” é um elemento central na construção do Brasil. É nessa linha que Carvalho afirma que

o grande teste da democracia política de que gozamos desde 1985, e o grande desafio dos brasileiros, será conceber e executar políticas que gerem desenvolvimento e, em consequência, reduzam a desigualdade que nos separa e a violência que nos amedronta. [...] Para isso, se faz necessário envolvimento cada vez maior dos cidadãos na política e recuperação da crença nas instituições representativas, abalada por práticas anti-republicanas (CARVALHO, 2007, p. 30).

As contribuições de Carvalho para o pensamento acerca da cidadania no Brasil constituem valiosas contribuições intelectuais e políticas, pois abrem espaço para que novas reflexões sejam realizadas. A partir de suas considerações, outros autores, entre os quais nos colocamos, têm procurado estudar os impactos, na vida social e política, produzidos pela ausência da organização autônoma da sociedade. A participação política de cidadãos e cidadã é um elemento central na luta contra certos jogos de poder que fazem com que interesses corporativos prevaleçam.

Nesta perspectiva, Baquero (2001) assinala que, freqüentemente, a literatura sobre a evolução do Estado brasileiro aponta a influência da instabilidade histórica política e econômica, somada a um legado autoritário, como obstáculos à constituição de uma cultura

verdadeiramente democrática no país. Segundo o autor, uma linha predominante de análise, denominada culturalista, destaca os impactos dos fatores étnico-culturais na formação da sociedade brasileira.

A análise freqüente é que a incapacidade do povo brasileiro em se mobilizar para fiscalizar e modificar o processo político é reflexo do perfil clientelista, patrimonialista e personalista da política nacional. Para Baquero, a organização sócio-política do Brasil tem quatro características:

Ausência da tendência de autogoverno, a qual significava a ausência de solidariedade comunitária e de maneiras espontâneas de auto-organização política; virtudes inativas, ou seja, o ser social não reflete ativamente para transformar a realidade, mas procura uma razão externa a sua existência; e razão reflexiva, a qual provoca um pensamento que impede rompimentos, sustenta uma consciência conservadora e um domínio dos interesses pelas paixões (BAQUERO, 2001, p. 100).

Diante desse cenário, é possível refletir sobre o impacto dessa cultura política na ação democrática dos cidadãos brasileiros. Uma consequência pode ser a desconfiança das instituições e do comportamento dos políticos, que leva à fragilização da democracia. Moisés (2010a) – ao investigar o grau de adesão dos brasileiros ao regime democrático, o quanto a sobrevivência de atitudes autoritárias compromete a democracia e a aceitação do regime e como as instituições respondem às demandas dos cidadãos – constatou que os brasileiros preferem modelos de democracia que descartam as instituições de representação.

Com base em pesquisas feitas pela Corporação Latinobarômetro, entre 2002 e 2004, o autor chegou à constatação de que existe um *gap* entre as dimensões normativas e a prática de apoio ao regime democrático por parte dos brasileiros. Os dados indicam que, em função da existência histórica de traços autoritários e de uma resposta insuficiente das instituições democráticas às demandas, eles dão preferência às soluções à margem da lei e às normas democráticas, apontando desprezo ou descrédito pelas instituições como o parlamento e os partidos políticos.

O desempenho dos governos e das instituições não parece capaz de assegurar aos cidadãos que suas expectativas quanto ao regime são realizáveis. Isso sugere que as elites políticas têm dificuldades para perceber a gravidade da situação, ou não se sentem encorajadas a enfrentar os problemas que precisam ser resolvidos para que a oferta democrática satisfaça a demanda da cidadania. A insatisfação com a democracia e a desconfiança de suas instituições indicam que eles não sentem que seus direitos de participação e representação – de que dependem a igualdade política e seus corolários, como a igualdade social e econômica – sejam canais efetivos para enfrentar problemas como a corrupção ou as dificuldades econômicas (MOISÉS, 2010a, p. 115-116).

A abordagem de Moisés, segundo o próprio autor, situa-se na intersecção entre a linha culturalista e a institucionalista de análise da democracia. Nas palavras dele: “a estrutura institucional seria causa e efeito da cultura política e vice-versa” (MOISÉS, 2010a, p. 87). Essa relação entre as abordagens é recorrente na literatura atual sobre os processos de consolidação da democracia, especialmente ao se analisar o que se denominou de “terceira onda democrática”. Isso porque uma característica recorrente desse processo é a capacidade de mobilização dos setores da sociedade civil para reivindicar seu direito de participação política. A questão é saber se, para tanto, as instituições da democracia representativa estariam preparadas. Daí a dupla perspectiva de análise.

O sucesso dos espaços democráticos dependeria, para a perspectiva culturalista, das características da sociedade civil; já para a perspectiva institucionalista, o desenho e as características das instituições explicariam os resultados do processo de democratização. A questão de fundo, que demarca a polêmica, é se a cultura política explica o desenho das instituições políticas ou, antes, se o caráter das instituições – com a manutenção de regras e procedimentos específicos ao longo do tempo – produz uma cultura política afim. Em outros termos, o que está em jogo é se cultura produz instituições ou se instituições configuram cultura (ROCHA, 2009, p. 867).

A título de referência, dois autores da linha institucionalista seriam Joseph Shumpeter e Robert Dahl. Considerando-os, o estabelecimento de um regime democrático seria dependente de alguns fatores: 1.) do direito de todos os membros adultos de uma comunidade política escolherem seus representantes através de eleições; 2.) da realização de eleições regulares, competitivas e livres; 3.) da liberdade de expressão e organização políticas; 4.) do acesso a fontes não-governamentais de informação sobre a ação do governo e da política de um modo geral. Essa perspectiva revela que a democracia seria dependente dos processos competitivos de escolha das autoridades políticas, sendo estas dependentes do voto dos cidadãos, o que se caracteriza, por sua vez, como mecanismo de *accountability* vertical (MOISÉS, 2010).

Entre os culturalistas, destacam-se Gabriel Almond e Sidney Verba, Harry Eckstein, Ronald Inglehart e Robert Putnam (MOISÉS, 2010a). Putnam trabalha com o conceito de capital social para analisar o desenvolvimento de uma sociedade democrática; de acordo com ele, o capital social seria a somatória dos elementos – tais como confiança do cidadão nas instituições democráticas, normas e sistemas de participação – essenciais para o desenvolvimento e o fortalecimento de uma comunidade cívica, a qual seria imprescindível para a constituição efetiva de um regime democrático.

Os estoques de capital social [...] tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Eis as características que definem a comunidade cívica. Por outro lado, a inexistência destas características na comunidade não-cívica também é algo que tende a auto reforçar-se. A deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação intensificam-se reciprocamente num miasma sufocante de círculos viciosos. Tal argumentação sugere que deve haver pelo menos *dois* equilíbrios gerais para os quais todas as sociedades que enfrentam os problemas da ação coletiva (ou seja, *todas* as sociedades) tendem a evoluir e que, uma vez atingidos, tendem a auto reforçar-se (PUTNAM, 2006, p. 186-187).

Com base nos resultados de sua pesquisa – elaborados a partir de 20 anos de estudo sobre o desenvolvimento das instituições italianas na construção de um regime democrático –, Putnam afirma que o contexto social e a história condicionam o desempenho das instituições e que sua transformação pode modificar a prática política e a conduta dos cidadãos. Isso é de extrema importância para a constituição efetiva da democracia, uma vez que a consciência que cada um tem de seu papel e de seus deveres como cidadão, somada ao compromisso com a igualdade política, seria o cimento cultural da comunidade cívica. Assim, ele conclui que criar capital social não é tarefa fácil, entretanto, é fundamental para a efetividade democrática (PUTNAM, 2006).

Além da diferenciação entre cultura e instituições políticas, que possui o objetivo de refletir sobre a teoria democrática, outras classificações são organizadas com esta finalidade. Nobre (2004) organiza cinco modelos: elitista, pluralista, legal, participativo e deliberativo. O primeiro, “elitista”, tem Schumpeter como autor paradigmático e se refere, como dito anteriormente, a um modelo em que o regime democrático passa a ser encarado como um arranjo institucional que produz condições para que líderes políticos rivais, através de seus partidos, disputem o governo. Nessa perspectiva, o papel do cidadão é diminuído, pois os únicos a participarem efetivamente do processo são os membros de uma elite política.

O segundo modelo, “pluralista”, não se diferencia significativamente do anterior, senão pela diferenciação no papel dos indivíduos e dos grupos na disputa pelo poder. O autor-chave para compreender este modelo seria Robert Dahl, que entende que para compreender a democracia é preciso desvendar a lógica da distribuição de poder nos regimes democráticos ocidentais. Para ele, o poder é a capacidade de impor objetivos em face da oposição de outrem, considerando o contexto de um processo de barganha entre diferentes grupos que representam diversos interesses (NOBRE, 2004).

O terceiro modelo, “legal”, tem como principais autores Friedrich Hayek e Robert Nozick, e se refere a uma defesa das liberdades negativas como valor supremo. Com isso, como descreve Nobre, “trata-se também de uma radical defesa do Estado mínimo e do *laissez-faire* como valor fundamental da vida social” (2004, p. 32). Neste contexto, a democracia não seria um fim em si mesmo, sobretudo um meio de salvaguardar a liberdade, considerada o mais alto fim político.

O quarto e quinto modelos, “participativo” e “deliberativo”, respectivamente, são os que nos interessam particularmente. O modelo “participativo” possui como autores paradigmáticos Carole Pateman, Nikos Poulantzas e C. B. Macpherson. De acordo com Nobre (2004), trata-se de uma corrente teórica que ficou conhecida como “a nova esquerda”, opondo-se ao modelo “legal”, já descrito, por compreender que para o exercício da democracia é preciso vencer as desigualdades materiais (impostas pelo capitalismo, numa perspectiva marxista) e também os déficits de formação política dos cidadãos, que criam obstáculos à ampliação dos processos participativos de tomada de decisão. O modelo “deliberativo” possui significativa influência do filósofo Jürgen Habermas, e se constrói em torno de um ideal de justificação política que prevê, para o exercício do poder político coletivo, as decisões tomadas de maneira compartilhada, por meio da deliberação pública e livre entre os cidadãos (NOBRE, 2004).

Outra perspectiva de definição de democracia (ou de caracterização de um regime democrático) é realizada por Charles Tilly. De acordo com o sociólogo norte-americano, os pesquisadores destacam quatro definições para a democracia: constitucional, substantiva, processual, orientada para o processo. A primeira se concentra nas leis e a atividade política se dá pelos decretos. A substantiva se focaliza nas condições de vida e políticas que o regime promove. A pergunta-chave seria: “esse regime promove o bem-estar humano, a liberdade individual, a segurança, a equidade, a igualdade social, a deliberação pública e a resolução pacífica de conflitos? Se sim, podemos nos inclinar a chamá-lo democracia, independente daquilo que está em sua constituição” (TILLY, 2007, p. 7). A definição processual de democracia tem como foco as práticas de governo que determinam como o regime pode ser classificado, com destaque para as práticas eletivas.

Robert Dahl aponta cinco processos necessários para existir uma democracia: participação efetiva, igualdade na votação, compreensão esclarecida (todos os votantes devem ter informações igualitárias), controle da agenda, inclusão de adultos (todos os adultos devem ter os mesmos direitos de cidadão). Para Tilly (2007), os critérios de Dahl sugerem um pacote de instituições democráticas, contudo, não estabelecem variáveis contínuas; cada um deles, além disso, opera sem limites significativos, induzindo a possibilidade de conflitos entre os

mesmos. Tilly aponta alguns caminhos para aprimorar o conceito de Dahl: 1.) assumir a idéia da dificuldade de um Estado unitário, pois mesmo que ele exerça o poder coercitivo dentro do seu território, há conflitos de forças e também influências de outros territórios; 2.) compreender a democracia a partir das relações entre os Estados e seus cidadãos, uma vez que nem todos os grupos são tratados da mesma maneira; nesse sentido, a democratização faria referência aos diferentes tipos de relação que se estabelecem; e 3.) Tilly destaca ainda que a análise das ações políticas não incluem todos os grupos e relações que existem, excluindo, muitas vezes, as interações entre os cidadãos, entre os oficiais do Estado ou entre o Estado e os cidadãos. Ele aponta que, para analisar essas interações, é preciso ir além da relação Estado-cidadão, e também buscar compreender as coalizões, as rivalidades e os confrontos existentes entre os grupos além do Estado.

Em suma, para o autor, um regime é democrático à medida que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos asseguram a extensão ampla de direitos (todos podem ter os mesmos direitos), a igualdade (entre os diversos grupos de interesse), a proteção (em relação às arbitrariedades do próprio Estado) e a vinculação mútua das consultas públicas (TILLY, 2007).

Democracia participativa e democracia deliberativa

Refletir sobre as possibilidades participativa e deliberativa dos regimes democráticos é uma ação necessária para entender as nuances da participação política cidadã. De acordo com pesquisas, o ideal democrático é o mais recorrente entre os cidadãos; entretanto, eles desconfiam mais do que confiam nas instituições políticas, revelando descompasso entre o ideal e o real na cena democrática contemporânea (MOISÉS, 2010b). Tal comportamento revela a necessidade da participação dos cidadãos no exercício da democracia, a fim de qualificar esse regime, isto porque, junto da idéia de soberania popular, a participação política deve ser compreendida como instrumento de legitimação e fortalecimento das instituições democráticas (AVELAR, 2007).

Historicamente, é possível compreender que a participação política emergiu junto com o Estado de soberania popular, nos séculos XVIII e XIX, durante as revoluções européias, rompendo a lógica da

correspondência entre a posição social e política dos indivíduos. Trata-se de uma ruptura lenta, que começou com a queda gradativa da aristocracia, ao passo da ascensão burguesa, incorporando mais tarde a classe trabalhadora nos processos de tomadas de decisão, a partir da consolidação dos sindicatos. No século XX, os partidos políticos e os movimentos sociais, além das subculturas políticas, contribuíram para o fortalecimento da democracia através da ampliação da participação e organização da sociedade (AVELAR, 2007).

Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer, em um texto em que reflete sobre as ações necessárias para a ampliação do cânone democrático, afirmam que na primeira metade do século XX o debate se centrou em torno da desejabilidade da democracia, o que resultou, por sua vez, em regimes democráticos hegemônicos.

Se, por um lado, tal debate foi resolvido em favor da desejabilidade da democracia como forma de governo, por outro lado, a proposta que se tornou hegemônica ao final das duas guerras mundiais implicou em uma restrição das formas de participação e soberania ampliadas em favor de um consenso em torno de um procedimento eleitoral para a formação de governos. Essa foi a forma hegemônica de prática da democracia no pós-guerra, em particular nos países que se tornaram democráticos após a segunda onda de democratização (SANTOS; AVRITZER, 2005, p. 39-40).

Ainda sobre as formas hegemônicas da democracia, Santos e Avritzer (2007) visualizam dois caminhos adotados: um primeiro, baseado na suposição de que o abandono do papel da mobilização social e da ação coletiva na construção democrática teria sido a solução do debate europeu no período entre guerras para os dilemas da efetividade democrática; outro, compreendendo que a solução elitista para o debate sobre a democracia, com a conseqüente supervalorização do papel dos mecanismos de representação, poderia ser hegemônica, sem que esses últimos precisassem ser combinados com mecanismos societários de participação.

No entendimento de Sader (2005), tais mecanismos – que têm o voto como a forma central de participação e assumem certo caráter sagrado e simbólico – são próprios da concepção individualista do mundo e da política do liberalismo. A consequência seria que a política se transforma numa atividade particular, exercida por profissionais que, por sua vez, se tornam os responsáveis pelo “gerenciamento” da sociedade pelo Estado, sendo este considerado cada vez mais como uma “empresa”.

Outro debate que permeou a discussão sobre a democracia, no pós 2ª Guerra Mundial, se deu sobre as condições estruturais necessárias para o estabelecimento da democracia. Segundo Sousa e Avritzer (2005), essa também foi uma discussão sobre a compatibilidade ou incompatibilidade entre o capitalismo e a democracia.

Haveria, portanto, uma tensão entre capitalismo e democracia, tensão essa que, uma vez resolvida a favor da democracia, colocaria limites à propriedade e implicaria em ganhos distributivos para os setores sociais desfavorecidos. Os marxistas, por seu lado, entendiam que essa solução exigia a descaracterização total da democracia, uma vez que nas sociedades capitalistas não era possível democratizar a relação fundamental em que se assentava a produção material, a relação entre o capital e o trabalho. Daí que, no âmbito desse debate, se discutissem modelos de democracia alternativos ao modelo liberal: a democracia participativa, a democracia popular nos países da Europa de Leste, a democracia desenvolvimentista dos países recém-chegados à independência (SANTOS; AVRITZER, 2005, p. 40-41).

A partir do período de 1960, começa a se desenvolver uma concepção participativa da democracia, centrada na idéia de ampliar o envolvimento dos cidadãos nos interesses da coletividade, para fazer frente ao modelo representativo que, segundo seus críticos, reduziu a política a uma lógica individualista. O modelo que surgia tinha os escritos de Rousseau e J. S. Mill como referência e enfatizava o caráter de

autodeterminação da cidadania e o caráter pedagógico e transformação da participação (LÜCHMANN, 2006). Esse último, no entendimento de Pateman (1992), é central no que propôs como democracia participativa, pois rompe com um ciclo de injustiças e desigualdades sociais e influencia no processo de conscientização política individual e coletiva dos cidadãos (SILVA, 2008).

De um modo geral, considerando as diferenças e variações teóricas, Lüchmann (2006) destaca cinco características da democracia participativa: 1.) o resgate da idéia de soberania popular, fortalecendo o processo de decisão, além do de influência, dos cidadãos nas ações de tomada de decisão; 2.) o destaque para a dialogicidade dos espaços públicos enquanto formadores de opinião; 3.) o reconhecimento do pluralismo cultural, assim como das desigualdades sociais e da complexidade social contemporânea; 4.) o papel do Estado e dos atores políticos para consolidar espaços de diálogo e participação; e 5.) a importância do formato e da dinâmica institucional capazes de atender as demandas participativas dos cidadãos.

Tal proposta revela a urgência da mobilização do cidadão para a consolidação democrática, entretanto a literatura aponta as dificuldades em se atingir tal nível de participação. Alguns teóricos destacam o caráter individualista do indivíduo como um obstáculo. Tal característica seria resultado do papel liberal adotado pelo Estado, refletindo na conduta dos políticos.

A polarização entre políticos desmoralizados que disputam prebendas do Estado, membros de partidos com ideologias mutantes e economistas que personificam a fria racionalidade das grandes corporações, do capital financeiro e do ajuste fiscal – desqualifica o debate político, promove o desinteresse pela política e favorece a apatia e a desmobilização que, por sua vez, deixam o campo ainda mais livre para a captura do Estado pelo grande capital privado e sua lógica mercantilizadora e de maximização incessante dos lucros (SADER, 2005, p. 658-659).

Esse processo, tratado por alguns autores como a desinstitucionalização do Estado, remete a uma privatização do público,

caracterizada pela perda da noção do bem-comum, o que, por sua vez, fragiliza a convivência cidadã e desvaloriza as práticas democráticas (BAQUERO, 2003). Essa individualização, segundo Chauí (1991), teria impactos diretos na conduta dos políticos e da prática política. A autora afirma que os códigos da vida pública passaram a ser determinados pelos da vida privada, eliminando a diferença entre o espaço público e espaço privado. Assim,

as relações interpessoais, as relações intersubjetivas e as relações grupais aparecem com a função de ocultar ou de dissimular as relações sociais enquanto sociais, e as relações políticas enquanto políticas, uma vez que a marca das relações sociais e políticas é a de serem relações mediatas ou mediatizadas pelas instituições e pelas coisas enquanto a marca das relações pessoais é a de serem imediatas e terem como mediação apenas a própria presença entre as pessoas, donde o papel decisivo que nelas temos sentimentos, as emoções, as preferências e os gostos (CHAUÍ, 1991, p. 61).

A autora destaca que essa “confusão” entre público e privado, que marca a conduta dos governantes, merece atenção por revelar alguns riscos para a democracia. O primeiro deles seria o de despotismo, ou seja, o risco de transformar “o campo político num espaço de relações interpessoais de mando e obediência definidas pela posição da autoridade como senhor das pessoas e das coisas” (CHAUÍ, 1991, p. 67). O segundo risco, presente no “modelo privatizado do governante político”, é o da tirania possível na gestão das instituições políticas, ao não se diferenciar a figura pública do governante e seus vícios e virtudes do âmbito do privado.

Ainda sobre a privatização do público, Baquero (2003) ressalta que

tal comportamento é o resultado não de uma predisposição dos cidadãos em privilegiar a informalidade, a apatia ou a alienação, mas da atual desordem política, econômica, social e cultural que caracteriza a sociedade contemporânea. O'Donnell (1994) tem chamado as democracias

latino-americanas com essas características de “democracias delegativas”. Na “democracia representativa”, os governantes eleitos representam os eleitores, enquanto na “democracia delegativa” os governantes, uma vez eleitos, fazem prevalecer sua vontade particular em detrimento da comunidade em um sentido amplo. Tais elementos também contribuem para o surgimento do que Parga (2001) denomina de processo de corrupção da democracia, o qual não será resolvido com mais leis, mais regras ou mais procedimentos democráticos formais (BAQUERO, 2003, p. 88).

Essa dinâmica delegativa nos leva a refletir sobre o sentido da participação. Tornar o eleito um delegado, alguém que não só exerce a representação, porém que atua completamente pelo eleitor, implica em reconhecer o distanciamento e desconfiança do cidadão das instâncias políticas. Eleger um delegado é admitir que se deseje um alguém que assuma para si as responsabilidades que não são apenas dele, mas compartilhadas por todos. Isso mostra um paradoxo: deseja-se a representação e o compartilhamento dos espaços de poder, mas, ao mesmo tempo, deseja-se que a ação política, que dependeria de todos, seja executada por esse um que representa todos na forma delegada. Nesse sentido, no instante em que sujeitos abrem mão da sua atuação frente a seu representante, atribuindo-lhe exclusividade na participação de um mandato, produz-se um quadro no qual o exercício da representação esvazia-se e abre-se espaço para a auto-representação ou para a representação de si mesmo, privatizando o espaço público de maneira, inclusive, a não só distorcer o espaço público, mas o entendimento do que seja o político e a política (SILVA, 2001).

Destaque-se que, na ausência de uma sociedade civil atuante e participativa, os cidadãos recorrem a mediadores privados, à margem das instituições tradicionais de mediação política. No caso do Brasil, em especial, o caráter patrimonialista, já destacado anteriormente, teria grande influência nessa conduta, levando praticamente ao poder absoluto do Estado na determinação das políticas públicas, relegando à sociedade um papel insignificante (BAQUERO, 2008).

Por conta dessa característica histórica, as discussões sobre a democracia participativa por aqui percorrem caminhos sinuosos e avanços lentos, sendo puxada, principalmente, por aqueles setores da

sociedade que questionavam a efetividade do sistema representativo. A organização dos sindicatos de uma maneira diferente daquela realizada no período de 1930 – quando eram atrelados ao Estado –, que ocorreu nos anos de 1960 e 1970, possibilitou maior expressão de participação política no país (ANSARA, 2001, 2008). Também ganhou forma com o movimento das Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica, com os movimentos das mulheres e dos negros (AVELAR, 2007).

Nos últimos anos, a discussão tem ganhado espaço entre os acadêmicos e fôlego por conta das ações dos militantes e de algumas ações de partidos de esquerda. Uma prática que ganhou destaque, inclusive por conta do suporte legal, são os conselhos municipais, estaduais e federais, além de experiências de orçamento participativo. Entretanto, a prática participativa exige esforço dos cidadãos e dos governantes, uma vez que o Estado ainda restringe (ou tenta restringir) a efetiva participação popular (LÜCHMANN, 2006).

Aliás, a eficácia da participação política é um dos desafios para a efetiva implantação de práticas democráticas participativas (DORNA, 2007; SINTOMER, 2003). Ao analisar as experiências deste modelo democrático, Sintomer destaca cinco desafios para a democracia participativa: 1.) a eficácia política do regime; 2.) a participação em si, que exige uma melhora na comunicação entre cidadãos e governo, a percepção do próprio participante da sua eficácia política e um cuidado dos governantes com os setores considerados “*outsiders*”; 3.) a institucionalização das práticas participativas; 4.) o favorecimento de uma pluralidade de expressões dos cidadãos (SINTOMER, 2003, p. 8); 5.) por fim, o último desafio se refere à questão da escala. O autor questiona como os cidadãos poderão participar efetivamente com escalas geográficas tão distintas entre o âmbito local e o nacional, ou mesmo o continental. O questionamento é se permanecer no local não restringe a efetividade da democracia, enquanto que a ampliação poderia enfraquecer a qualidade deliberativa.

De um modo geral, a preocupação com a qualidade da participação cidadã é apontada como um desafio central na literatura contra-hegemônica sobre a democracia. Para os teóricos que seguem pelo caminho traçado por Jürgen Habermas, a ampliação dos processos deliberativos é que conferem caráter de legitimidade às decisões

políticas. Santos e Avritzer (2005), por exemplo, destacam que, no rol das concepções contra-hegemônicas, Habermas foi o autor de destaque, pois abriu espaço para o *procedimentalismo* ser tratado como *prática social* e não como *método* para constituição de governos.

De acordo com Marques (2009), os primeiros trabalhos acerca da noção de deliberação pública têm sua base conceitual na obra de Habermas, onde o autor reflete sobre a pluralidade das sociedades e procura desenvolver um conceito procedimental de democracia, baseado em um modelo que se pauta pelo discurso e pela negociação. A preocupação dele estaria em estabelecer princípios formais de interação que possam assegurar a legitimidade de normas, além de alternativas capazes de regular a tipa de conflitos que surgem nas sociedades pluralistas. Essa concepção abre caminhos para um foco de análise psicopolítica da participação, a partir de um corte epistêmico habermasiano, visto que discurso e negociação são elementos políticos da ação humana e possibilitam a produção de espaços micro-sociais de mudança social e de novos ordenamentos do Mundo da Vida.

A linha que separa a definição de democracia participativa e deliberativa parece tênue na literatura brasileira, sendo que, muitas vezes, os conceitos são tratados como semelhantes. A definição corrente de democracia deliberativa, entretanto, foi sintetizada por Lüchmann (2002):

A democracia deliberativa constitui-se como um modelo ou processo de deliberação política caracterizado por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva. Trata-se de um conceito que está fundamentalmente ancorado na idéia de que a legitimidade das decisões e ações políticas deriva da deliberação pública de coletividades de cidadãos livres e iguais. Constitui-se, portanto, em uma alternativa crítica às teorias “realistas” da democracia que, a exemplo do “elitismo democrático”, enfatizam o caráter privado e instrumental da política (LÜCHMANN, 2002, p. 19)

Avritzer (2009) nos recorda que quatro elementos principais auxiliam a caracterizar a democracia deliberativa: 1.) a superação da

democracia centrada no voto e com foco no processo de tomada de decisão; 2.) a identificação da racionalidade política com a idéia de mudança e justificação de preferências, valores e identidades; 3.) o princípio da inclusão, que considera que todos devem poder se manifestar nos processos decisórios; e 4.) a idéia de construção institucional para atender a demanda de participação nos processos deliberativos. Este último ponto é, para muitos, o centro do cânone democrático deliberativo.

A título de reflexão, tal perspectiva parece se aproximar – uma vez que os autores não fazem qualquer menção aos processos deliberativos –, à concepção de democracia de Tilly e Wood (2010), que a compreendem que como qualquer outro regime – como a tirania ou a oligarquia, por exemplo –, por se constituir de um governo e de pessoas sujeitas à jurisdição deste governo. Para eles, em um regime democrático deve: 1.) existir relações regulares e categóricas, ao invés de intermitentes e individualizadas entre o governo e seus súditos; 2.) incluir, nessas relações, a maioria dos súditos, senão todos; 3.) garantir que tais relações sejam iguais para todos os sujeitos e para todas as classes; 4.) assegurar que os funcionários do governo, seus recursos e ações sejam organizados para dar respostas a consultas obrigatórias coletivas; e 5.) garantir a proteção dos súditos, especialmente das minorias, em relação à atuação arbitrária dos agentes do governo.

Diante dessa perspectiva, os autores afirmam que a democratização se refere à criação de um regime relativamente amplo, igual e categórico, que oferece proteção e que se rege por consultas públicas. “A democratização constitui-se a partir de todos os passos que um regime dá para alcançar um maior grau de regularidade, amplitude, igualdade, consultas vinculadoras e proteção; o declínio da democracia, por outro lado, consiste em todos os passos dados para se distanciar desse modelo” (TILLY; WOOD, 2010, p. 249).

Também pensando na garantia da participação ampla e igualitária do cidadão no regime democrático, Habermas, ao propor a sua concepção, o fez em oposição a outros dois modelos normativos, o liberal e o republicano. Na primeira concepção, o Estado é tido como administração pública, a sociedade como sistema estruturado pelo mercado e a política com o papel de agregar e impor os interesses privados sobre o público. Já na concepção republicana, a política é vista como garantia do bem

comum, e além da administração centralizadora do Estado e o caráter de mercado da sociedade, surge a solidariedade (HABERMAS, 1995).

Dito de outra forma, na concepção liberal, o cidadão se orienta pelos interesses privados e, agregando-se a outros interesses privados, forma uma vontade política capaz de influenciar na administração do Estado.

De acordo com o ponto de vista liberal, a política é essencialmente uma luta por posições que assegurem a capacidade de dispor de poder administrativo. O processo de formação da opinião e da vontade políticas na esfera pública e no parlamento é determinado pela concorrência entre atores coletivos, que agem estrategicamente com o objetivo de conservar ou adquirir posições de poder. O êxito é medido pelo assentimento dos cidadãos a pessoas e programas, quantificado pelo número de votos obtidos em eleições. Por meio de seus votos os eleitores expressam suas preferências (HABERMAS, 1995, p. 42-43).

Logo, na concepção republicana de cidadão, os direitos da cidadania (entre eles o de participação e de comunicação política) asseguram a participação em uma prática comum, que induz os cidadãos a se tornarem autores políticos responsáveis de uma comunidade de pessoas livres e iguais.

Conforme a concepção republicana a formação da opinião e da vontade políticas no espaço público e no parlamento não obedece às estruturas dos processos de mercado, mas tem suas estruturas específicas. São elas as estruturas de uma comunicação pública orientada para o entendimento. O paradigma da política no sentido de uma autodeterminação cidadã não é o do mercado e sim o do diálogo (HABERMAS, 1995, p. 43).

A crítica de Habermas ao modelo republicano de democracia é que ele depende das virtudes dos cidadãos orientados para o bem-comum. A fim de encontrar uma alternativa, o teórico aponta para as

possibilidades da democracia deliberativa, que teria como objetivo, como já dito, assegurar institucionalmente a livre participação do cidadão nos processos deliberativos. Com isso, se alcançaria uma expressão legitimamente popular nas decisões.

Por deliberação, compreendemos

o processo social de comunicação através do qual os indivíduos têm a oportunidade de apresentar seus pontos de vista e suas perspectivas diante dos outros, interpelando-os e demandando-lhes a validação de seus argumentos após a discussão baseada no respeito recíproco. Sob esse viés, a deliberação pode ser compreendida como uma atividade discursiva capaz de conectar esferas comunicativas formais e informais, nas quais diferentes atores e discursos estabelecem um diálogo, que tem por principal objetivo a avaliação e a compreensão de um problema coletivo ou de uma questão de interesses geral. Por isso, a deliberação é um processo social de inter-compreensão e de interpelação recíproca que se desenvolve em vários contextos (até mesmo no espaço mediático), freqüentemente de maneira assíncrona e a longo prazo (MARQUES, 2009, p. 12).

Apesar de representar avanço na teoria democrática, o modelo deliberativo de Habermas é questionado por apresentar um caráter excessivamente informal para a participação social (SANTOS e AVRITZER, 2005). A crítica é que a combinação de princípios liberais e republicanos não levaria a um projeto de reformulação mais profunda ou radical da institucionalidade, ou das “regras do jogo” da democracia representativa tradicional, além de apresentar riscos que vão do populismo ao elitismo, “caracterizado pelo predomínio e/ou o favorecimento dos grupos mais organizados e com maior poder e recursos, o risco de coerção da maioria, a força dos interesses privados ou egoístas, a manipulação das preferências por grupos com maior poder político e econômico” (LÜCHMANN, 2002, p. 43-44).

Marques (2009) contrapõe, entretanto, que para assegurar legitimidade e simetria no processo deliberativo, os participantes devem

estar em acordo sobre alguns princípios e regras. A autora destaca os seguintes princípios: a.) igualdade, b.) publicidade, c.) reciprocidade, d.) reflexividade, e.) *accountability* (prestação de contas), f.) autonomia, g.) ausência de coerção e h.) respeito mútuo.

A fim de refletir sobre as perspectivas participativa e deliberativa da democracia, como modelos afins às estratégias participativas e aos processos de fortalecimento das experiências contra-hegemônicas da democracia, buscamos na Psicologia Política os elementos que nos permitem evitar leituras extremas que oscilam entre psicologismos e sociologismos (SANDOVAL, 1997; SABUCEDO, 1996). Nesse sentido, o debate feito nesse texto não se esgota, mas nos permite vislumbrar de maneira clara que, ao discutirmos participação e democracia, não se pode higienizar o debate de forma a eliminar elementos subjetivos e objetivos; as tensões entre indivíduo e coletivo ou muito menos entre as formas contemporâneas de produção e tensionamento do público e do privado (HABERMAS, 2003; CHRISTLIEB, 2004; GOULART, 2009).

Muitos autores, como já citado anteriormente, discutem sobre a efetividade da promoção da democracia ou mesmo da democratização da participação no âmbito da atividade cidadã, seja no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, ou em fóruns de participação que se constituem via movimentos sociais e da sociedade civil organizada. Canais decisórios e de negociação são necessários, assim como o processo de mediação, em uma sociedade em que a pluralidade discursiva atravessa a construção social da realidade e altera a experiência do político. Nesse quadro, a democracia e a participação são elementos essenciais para a produção de identidades que rompem com a fixidez que essencializa a dignidade humana. Ao contrário, faz-se mister abrir caminhos para que a cidadania e a mobilização social consciente, crítica, permita aos indivíduos tornarem-se sujeitos políticos ativos, capazes de promover o que Heller (1998) chama de revolução da vida cotidiana. Desta feita, parece-nos relevante pensar que, no processo de produção das identidades, também se geram os elementos polissêmicos que orientam as compreensões e posições acerca da democracia, o que faz da articulação entre subjetividade política, participação e democracia uma das chaves da análise de condutas individuais, coletivas e institucionais. Política, aqui, ultrapassa a realidade da mera regulação e permite pensar um problema vital da democracia: a emancipação social.

Ao pensar emancipação social, faz-se necessário tratar dos desafios advindos de uma dialética da inclusão/exclusão. Possibilidades efetivas de decisões acerca dos lugares que os diferentes atores ocupam na cena da democracia fazem com que o tema, visto desde um olhar psicopolítico, permita enfrentarmos desafios da mudança social e da participação a partir de uma postura interdisciplinar que permita ultrapassar visões nas quais política é sinônimo de *polícia*, de controle social. O controle “policial” próprio do Estado reflete formas de relação com o poder e de reconhecimento do outro. Nesse caminho, optamos pela utopia, pela luta crítica que possibilita a libertação do sujeito mediante a autodeterminação e a solidariedade própria do reconhecimento que chama aos atores sociais a assumir suas responsabilidades no processo político cotidiano de modo a permitir “o tratamento concertado dos problemas”, são “convidados a verificar que a solução ‘mais razoável’ [no mundo da vida] é na verdade a única solução possível, a única autorizada pelos dados da situação tais como os conhecem os Estados e seus especialistas. O consenso, então, não é nada mais que a supressão da política” (RANCIÈRE, 1999, p. 379).

Referências Bibliográficas

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. **The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ANSARA, Soraia. Memória coletiva: um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo. **Revista de Psicologia Política**. Belo Horizonte, 1 (2): p. 29-52, 2001.

_____. **Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008.

AVELAR, Lúcia. Participação política. In.: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.

AVRITZER, Leonardo. Prefácio. In.: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (org). **A deliberação pública e suas dimensões sociais**,

políticas e comunicativas: textos fundamentais. Belo Horizonte (MG): Autêntica Editora, 2009.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 21, nov. 2003 .

_____. **Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo.** São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 4, Dez. 2001 .

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opin. Publica** [online]. vol.14, n.2. 2008. pp. 380-413x

BOUTMY, Émile. G. **Essai d'une psychologie politique du peuple anglais au XIXe siècle.** Paris: Colin, 1901.

_____. **Éléments d'une psychologie politique du peuple américain.** Paris: Colin, s/d

BRITTO, Victor. **Gaspar Martins e Julio de Castilhos: estudo crítico de psicologia política.** Porto Alegre: Livraria Americana, 1908. Disponível em: <http://ia600507.us.archive.org/1/items/gasparmartinsej00britgoog/gasparmartinsej00britgoog.pdf>

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. *In.*: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução.** Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Política e cultura democráticas: o público e o privado entram em questão. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** [s.l.], n.32, jun. 1991.

CHRISTLIEB, Pablo Fernández. **El espíritu de la calle: psicología política de la cultura cotidiana.** Barcelona: Anthropos; Mexico: Universidad de Querétano, 2004.

COSTA, Giseli P. **Cidadania e Participação: impactos da política social num enfoque psicopolítico**. Curitiba: Juruá, 2008.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. **Um prefácio à teoria democrática**. São Paulo: Zahar, 1985.

DORNA, Alexandre. *A Psicologia Política: o líder carismático e a personalidade democrática*. Lisboa: Livros Horizontes, 2007.

DORNA, Alexandre e GEORGET Patrice. **La démocratie peut-elle survivre au XXI^e siècle? : psychologie politique de la démocratie**. Paris: In Press, 2004.

ECKSTEIN, Harry J. 1961. **A Theory of Stable Democracy**. **Center for International Studies Monographs no. 10**. Princeton: Princeton University Press.

GOULART, Maria Stella B. Teoria Crítica em *Habermas*: diálogos com Psicologia Social. **Temas em Psicologia**, Vol. 17, Nº. 1, 2009.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 36, 1995.

_____. **Direito e Democracia I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990 [1944]. 221 p. Disponível em <http://www.livrariaonline.org/wp-content/uploads/2010/08/Friedrich-Hayek-O-caminho-da-servidao.pdf>

INGLEHART, Ronald. **Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, 2007.

_____. **Possibilidade e limites da democracia deliberativa. A experiência do orçamento participativo de Porto Alegre**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2002.

_____. Os sentidos e desafios da participação. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 42, n. 1, Jan.-Abr., 2006.

MACPHERSON, Crawford B. **The Life and Time os Liberal Democracy**. Oxford [Eng.]; New York: Oxford University Press, 1977.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. As interseções entre o processo comunicativo e a deliberação pública. In.: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (org). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte (MG): Autêntica Editora, 2009.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia – lições da experiência brasileira. In.: MOISÉS, José Álvaro (org.). **Democracia e confiança. Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?**. São Paulo: EDUSP, 2010a.

_____. Democracia e desconfiança das instituições democráticas. In.: MOISÉS, José Álvaro (org.). **Democracia e confiança. Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?**. São Paulo: EDUSP, 2010b.

MONTERO, Maritza e DORNA, Alejandro. La Psicología Política: una disciplina en la encrucijada. **Revista Latinoamericana de Psicología**, año/vol. 25, Nº. 1, pp. 7-15, 1993.

_____. (Coord.). **Psicología Política Latinoamericana**. Caracas: Panapo, 1987.

NOBRE, Marcos. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In.: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (orgs). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

NOZIK, Robert. **Anarquia, Estado e Utopia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991 [1974].

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. Dissenso. In: (Org) Adauto Novaes. **Crise da Razão**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Democracia em duas dimensões: cultura e instituições. **Soc. Estado**. [online]. vol.24, n.3, pp. 863-880, 2009.

SABUCEDO, José M. **Psicologia Política**. Madri: Síntesis, 1996.

SADER, Emir. Para outras democracias. In. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de SOUZA e AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In. _____. (Coord). **Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Alessandro Soares da. Consciência e Participação Política: Uma abordagem psicopolítica. **Interações** 6(12), 69-90, Jul. 2001.

_____. **Luta, Resistência e Cidadania: uma análise psicopolítica dos movimentos e paradas do orgulho LGBT**. Curitiba: Juruá, 2008.

SINTOMER, Yves. Cinq défis de La démocratie participative. **Territoires**. n. 434, jan., 2003.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalisme, socialisme, démocratie**. Petite bibliothèque Payot. Paris: 1969, p. 21.

TILLY, Charles. **Democracy**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007.

TILLY, Charles; WOOD, Lesley J. **Los movimientos sociales, 1768-2008**. Barcelona: Crítica, 2010.

A INTERSUBJETIVIDADE COMO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO

Dennis de Oliveira²¹

Eliete Edwiges Barbosa²²

O continente latino-americano passou, nos últimos 20 anos, por significativos processos de mudança do cenário político. A mudança mais visível no cenário do continente foi a consolidação do modelo de democracia liberal, após vários países passarem por períodos de ditaduras militares sangrentas, em que os movimentos sociais foram duramente reprimidos. O traço comum de todas essas ditaduras foi o fato delas se instalarem a partir da defesa de interesses do imperialismo norte-americano, cujos interesses foram contrariados em governos pré-ditadura. Os casos mais emblemáticos foram o Brasil, Chile, Argentina, Uruguai.

A transição para sistemas democráticos liberais, que começa no final dos anos 80 e se consolida nos anos 90 do século passado, ocorre, *pari passu*, às mudanças do sistema de produção e acumulação de riquezas no capitalismo mundial. As mudanças desses paradigmas ocorrem fundamentalmente pela implementação da chamada produção flexível e do consumo centrado em nichos de mercado e em pequena escala. Esses paradigmas foram implantados em troca da produção em larga escala e do mercado consumidor de massas.

²¹Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes.

²²Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos pela Universidade de São Paulo.

Segundo Oliveira (2001), estas mudanças podem ser assim caracterizadas:

Alteração no paradigma de produção – da padronização à flexibilização: O sistema de produção fordista, vigente antes do neoliberalismo, é caracterizado como um modo de produção que padroniza os produtos e os produz em larga escala. As tarefas exercidas na linha de produção são especializadas no limite, facilitadas e repetitivas. Há um controle rígido do ritmo de produção por meio de uma forte hierarquia dentro da empresa. Com isto, o capital se reproduz via a economia obtida na produção em larga escala e na queda dos rendimentos individuais proporcionados pela baixa qualificação exigida dos operários. Além disto, a necessidade de se ter esta pequena qualificação, uma vez que as tarefas são simplificadas, permite ao capital economizar, utilizando o mecanismo da rotatividade de mão de obra. Por isto, no período em que este modelo de produção foi hegemônico, o desemprego tinha um caráter marcadamente sazonal, era fruto do uso do expediente da rotatividade como forma de rebaixar o custo da mão-de-obra. Além disto, a exigência de baixa qualificação da mão-de-obra permitiu que se implementassem políticas econômicas de crescimento industrial sem a contrapartida de um incremento no sistema educacional. Este foi justamente o centro das políticas desenvolvimentistas implantadas no Brasil, particularmente durante o regime militar – o sistema educacional concentrou-se na preparação técnica (adestramento) da mão-de-obra. O neoliberalismo traz uma alteração profunda com relação a isto. O modelo de produção deixa de seguir os parâmetros do fordismo e passa para o chamado “toyotismo”, que se caracteriza pelo uso da tecnologia eletrônica (ou “tecnologia limpa”), a polivalência dos ocupantes dos postos de trabalho (em lugar da especialização no limite, os trabalhadores passam a executar várias tarefas e a se adaptar às mudanças conjunturais na produção) e produção em pequena escala e diversificada. A economia que o capital consegue para se reproduzir, não se dá mais na larga escala e sim no atendimento imediato de demandas

específicas e segmentadas. Por isto, no toyotismo, já não se trabalha mais com grandes estoques – o ritmo da produção é flexibilizado, adaptando-se às conjunturas do mercado. O ingresso neste sistema de produção exige do operário um conhecimento mais genérico, capaz de se adaptar às mudanças conjunturais e seu contrato de trabalho fica subordinado a estas mudanças conjunturais. Flexibilização é a palavra chave deste novo paradigma de produção. Flexibilização na remuneração, na forma de contratação, na remuneração, na jornada, nas funções exercidas e mesmo na relação trabalhista. A resultante disto é uma restrição cada vez maior do mercado de trabalho, excluindo todo aquele contingente de mão de obra que não possui as qualificações necessárias para se adaptar a estas exigências deste modelo de produção (transformando o desemprego resultante em permanente e não mais em sazonal) e desregulamentando as relações trabalhistas, deixando-as à mercê da conjuntura produtiva. A noção de direitos universais deixa de existir no contexto neoliberal. (OLIVEIRA, 2001, p. 30-31)

Essas mudanças estratégicas no contexto do capitalismo global também serviram como elementos norteadores de um novo processo civilizatório que se inicia também no final dos anos 80, chamado por alguns teóricos de “globalização”. O conteúdo desse novo processo civilizatório tem, além desse novo paradigma do capitalismo, a economia de mercado e a democracia liberal como estatutos societários padrões. Esses elementos norteadores deste processo são resultantes da vitória das forças lideradas pelos Estados Unidos na Guerra Fria, conflito geopolítico do pós-guerra que teve o seu final simbólico com a queda do Muro de Berlim em 1989.

Do ponto de vista prático, essas mudanças societárias acabaram por radicalizar um processo já percebido por Habermas (1984) de incorporação da esfera pública pela privada, não só pela exigência feita pelas forças hegemônicas do capitalismo global de redução dos aparelhos de Estado nos países periféricos – o chamado “Estado mínimo” –, mas também pela pressão do capital pela desregulação total das relações de trabalho.

Habermas define a estrutura da esfera pública burguesa do século XVIII da seguinte forma:

Setor Privado

Esfera do Poder Público

Sociedade Civil (Setor de troca de mercadorias e de trabalho social)	Esfera Pública Política	Estado (setor da “Polícia”)
--	-------------------------	-----------------------------

Esfera Pública Literária

(clubes, imprensa)

Espaço íntimo da pequena família (intelectualidade burguesa)	Mercado de Bens Culturais	Corte (sociedade da aristocracia da corte)
--	---------------------------	--

(HABERMAS, 1984, p. 45)

O autor ainda afirma que:

A linha divisória entre Estado e sociedade, fundamental para o nosso contexto, separa a esfera pública do setor privado. O setor público limita-se ao poder público. Nele ainda incluímos a corte. No setor privado, também está abrangida a esfera pública propriamente dita, pois ela é uma esfera pública de pessoas privadas. Por isto, dentro do setor restrito às pessoas privadas, distinguimos entre esfera privada e esfera pública. A esfera privada compreende a sociedade civil burguesa em sentido mais restrito, portanto o setor de troca de mercadorias e do trabalho social; a família com sua esfera íntima está aí inserida. A esfera pública política provém da literária; ela intermedia, através da opinião pública, o estado e as necessidades da sociedade. (HABERMAS, 1984, p. 46)

Esse modelo clássico da esfera pública burguesa conceituado por Habermas vai ser modificado com a mercantilização das relações entre pessoas privadas e, particularmente, com a ação da imprensa que coloniza este espaço a partir de referenciais de mercado. Um outro aspecto importante demonstrado também por Habermas, em uma releitura da obra de Marcuse (*O homem unidimensional*) refere-se ao deslocamento da ciência e da técnica de elementos de elucidação para instrumentos de poder ideológico.

Um dos aspectos centrais da idéia da esfera pública burguesa está justamente na crença de uma razão emancipadora – o chamado “desencantamento do mundo” que diria Max Weber –, uma dimensão em que os seres humanos usariam da razão para o debate público. Por isso, esta mesma ciência que tem função primordial na reprodução e expansão do capital, é também o elemento norteador do debate público. O que Adorno e Horkheimer afirmam em *Dialética do esclarecimento* é o fato de essa razão ser colonizada pelos interesses do capital e, portanto, deslocar-se de uma perspectiva emancipadora para uma opressora. É a chamada “razão instrumental”, na qual os dois autores definem como um processo racional cujo objetivo não é o esclarecimento, mas a integração, pelo alto, por meio da estandarização de procedimentos dos sujeitos.

Habermas aprofunda esse conceito no seu ensaio “Técnica e ciência como ideologia”, ao propor que convivem um “sistema de ação racional teleológica” (instrumental e estratégica) e um enquadramento institucional por meio de uma interação simbolicamente mediada. O autor apresenta o seguinte quadro demonstrativo:

	Enquadramento institucional (interação simbolicamente mediada)	Sistemas de ação racional teleológica (instrumental e estratégica)
Regras orientadoras da ação	Normas sociais	Regras técnicas
Níveis de definição	Linguagem ordinária partilhada intersubjetivamente	Linguagem livre de contexto

Tipos de definição	Expectativas recíprocas de comportamento	Prognoses condicionadas, imperativos condicionados
Mecanismos de aquisição	Internalização de papéis	Aprendizagem de habilidades e qualificações
Função do tipo de ação	Manutenção de instituições	Solução de problemas
Sanções no caso de infração de regras	Castigo em virtude de sanções convencionais: fracasso perante a autoridade	Ineficácia: fracasso perante a realidade
Racionalização	Emancipação, individuação,	Aumento das forças produtivas; extensão do poder da disposição técnica

(HABERMAS, 1987, p. 59)

A colonização da esfera pública política pela esfera privada operada, principalmente, pela mercantilização dos meios de comunicação de massa – transformados de um jornalismo de esclarecimento para uma indústria de entretenimento – impõe, num primeiro momento, na tecnização da esfera política, limitando o debate público dentro das fronteiras da razão instrumental. Nas sociedades periféricas do capitalismo, esse processo foi mais duro.

Dois elementos explicam essa singularidade. O primeiro é a concepção eurocêntrica e masculina da universalidade do sujeito-cidadão, demonstrada pelo ensaio de Carole Pateman e Charles Mills – para os dois pensadores, o contrato social se constrói no contexto de uma Europa colonizadora e patriarcal. Assim, Pateman e Mills consideram que mulheres e negros são “subcontratantes” ou “não-contratantes” do contrato social. Esse é o elemento histórico estruturante.

O segundo elemento é de caráter ideológico. Essa concepção machista e racista do contrato social se legitima pela pretensa necessidade de uma competência tecno-científica. Assim, a esfera pública no Brasil, por exemplo, já nasce contaminada pela privatização, gerando um contingente significativo de não-contratados, de indesejáveis e de excluídos. Os processos de democracia formal, de ritos como eleições, referendos, votações e mesmo garantia de direitos são esvaziados de

conteúdo a ponto do sentido de cidadão esvair-se por completo.

Um aspecto interessante resultante dessa singularidade é que a legitimação social do capitalismo sofre constantes instabilidades. Habermas (1987) afirma que:

O capitalismo define-se por um modo de produção que [...] oferece uma legitimação da dominação que já não desce do céu da tradição cultural, mas que surge da base do trabalho social. A instituição do mercado em que proprietários privados trocam mercadorias, que inclui um mercado em que pessoas privadas e sem propriedade trocam como única mercadoria a sua força de trabalho, promete a justiça da equivalência das relações de troca. Com a categoria da reciprocidade, também esta ideologia burguesa transforma ainda em base da legitimação um aspecto da ação comunicativa. Mas o princípio da reciprocidade é agora princípio de organização dos próprios processos de produção e reprodução social. Por conseguinte, a dominação política pode doravante legitimar-se a partir de baixo em vez de ser a partir de cima (apelando para a tradição cultural). (HABERMAS, 1987, p. 64).

O problema é que nas sociedades da periferia do capitalismo essa reciprocidade é praticamente negada ou mitigada. A brutal concentração de renda e a tradição histórica socialmente consolidada de vínculo do trabalho com a desumanização por conta do grande período da escravidão transformam a troca da mercadoria da força de trabalho; ela não é mais “troca de mercadorias”, mas submissão resignada a um sistema em que a exclusão é a regra central.

Essa situação se reflete na configuração da esfera pública burguesa de nações construídas por processos extremamente violentos, de genocídios de povos. Anibal Quijano afirma que “a produção histórica da América Latina começa com a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou ao nosso conhecimento” (2005, p. 16). Se ideologicamente essa esfera pública busca se legitimar por um conjunto de competências que se afastam das tradições e são negadas a sua socialização entre a

maioria da população – nesse sentido, a frase “este povo não sabe votar” sintetiza esse pensamento –, os seus resultados práticos levam a uma situação de intensa precariedade do ponto de vista da sua sustentação. É por essa razão que o elemento repressor físico (“o Estado-polícia”) acaba tomando dimensões muito maiores na configuração dessas sociedades.

Sendo assim, como a imposição de uma esfera pública burguesa nos paradigmas da democracia liberal e economia de mercado aconteceram no continente nesse processo civilizatório do neoliberalismo?

A destruição da esfera pública e a ação direta do capital

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman caracteriza o momento atual como a fase da “modernidade líquida”. Segundo ele, a modernidade líquida pode ser definida pelas seguintes características:

- Organizações sociais não podem mais manter sua forma por muito tempo, pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que para moldá-las
- Separação e divórcio entre poder e política
- Retração da segurança comunal garantida pelo Estado
- Colapso do pensamento e do planejamento a longo prazo
- Responsabilização do indivíduo

Esses processos apontados por Bauman obrigam a redefinição dos elementos constantes nos enquadramentos institucionais apontados por Habermas, principalmente no que tange à evanescência das organizações sociais. A aparente “tolerância” no campo político à transgressão de determinadas normas sociais é resultante tanto de uma incorporação sistêmica das demandas do movimento contracultural dos anos 1960, como também do esvaziamento do seu conteúdo de conflito de posições. Por isso, determinadas bandeiras – principalmente as referentes a comportamentos tidos como “desviantes” dos padrões morais – são ressignificadas como práticas possíveis dissociadas de um viés político.

Um problema decorrente disso é que normas sociais mais fluidas dificultam relações baseadas nas expectativas de comportamentos. Intensificam o que Bauman chama de “estranhamentos”. Também problematizam as internalizações de papéis.

É por isso que essa liquefação de que fala Bauman tem como resultado uma fragilização das relações humanas a medida que os sujeitos são atravessados por uma gama maior de possibilidades de ação – deslocando-o de uma perspectiva autocentrada e linear – e gerando temores quanto às incertezas nas relações com outros sujeitos.

Esses temores da incerteza levam tanto a uma tipologia de relações marcadas pela descartabilidade (o “aqui-agora”) e/ou pela metáfora da conexão (expressa, principalmente, pelas possibilidades de contato pessoal disponíveis pelas tecnologias de informação). As conectividades permitem – ao contrário das relações contratuais – performances pontuais expressas por sujeitos esquizóides. Os papéis são construídos, assim, não por mecanismos de internalização, marcados por um enquadramento macroinstitucional, mas por desejos expressos pontualmente.

No filme *Todas as cores do amor!* (*Goldfish memory*, de Elizabeth Grill, 2003), os temores das incertezas de uma relação que implica contratos com expectativa de longo prazo são expressos pela excessiva mobilidade e pela instabilidade de vontades e de desejos de parceiros, até mesmo na variação das orientações sexuais. Uma frase de duas personagens lésbicas traduz este pensamento: “Você topa ser minha namorada fixa por uma semana com possibilidade de renovarmos por mais uma semana?” A tese de um dos personagens, um professor universitário conquistador, é que a memória dos peixinhos dourados de um aquário tem duração de apenas três segundos: a cada volta no aquário quando ele reencontra sua parceira, é como se fosse uma pessoa nova.

As subjetividades que emergem desse processo são, assim, fragmentadas, temerosas, descartáveis, esquizóides e tendentes a não-relação com o outro. O estranhamento deixa de ser algo distante – tanto espacial, como temporalmente – para se tornar um fantasma que ronda o espaço relacional.

O medo da incerteza é refletido por Bauman, quando faz uma

releitura da obra clássica de Freud, *O mal estar da civilização*. Nesta obra, Freud fala do dilema humano entre a certeza da segurança e a incerteza da liberdade, que Bauman afirma ter sido solucionado com a privatização da liberdade. A incerteza é, então, afastada do domínio da liberdade à medida que ela é exercida não a partir da busca de um espaço para a sua manifestação pública, mas da retração da sua expressão na segurança do domínio privado e de suas conexões.

Essa situação leva, também se referindo a Freud, ao que Marilena Chauí chama de “infantilização da sociedade”. Para ela, a transformação dos desejos em impulsos fortalecidos pela sociedade de consumo, via os meios de comunicação de massa, faz desaparecer a diferença temporal entre o desejo e a sua satisfação – definição freudiana de infantilidade. Assim, querer ter passa a ter o mesmo significado de ter, perdendo-se a referência das ações necessárias – com as devidas conseqüências – para a satisfação deste desejo. A idéia de trabalho, no sentido de uma ação construtora e potencialmente viabilizadora de satisfação de desejos, perde sentido.

Uma sociedade marcada pelo esvaziamento e pela fragilidade das relações e seu deslocamento para as conexões descartáveis, pela emergência de performances esquizóides e pela infantilização praticamente destrói qualquer possibilidade de emergência de uma esfera pública, ainda que mediada por uma racionalidade instrumental. Entretanto, esta permanece existindo, mas não mais como um arcabouço legitimador da esfera pública. Ela é totalmente deslocada e fica confinada ao domínio dos sistemas de ação racional e teleológica na esfera privada do capital e, por esta razão, há também um deslocamento do poder que deixa a esfera política.

A separação e o iminente divórcio entre poder e política de que fala Bauman é percebido empiricamente com o poder decisório, até em termos mundiais, dos grandes conglomerados transnacionais. Os faturamentos de vários desses conglomerados superam, e muito, os PIBs (Produtos Internos Brutos) de muitos países. Mais que isso, a concentração de riquezas e o enfraquecimento das estruturas políticas praticamente colocam determinados Estados nacionais como reféns das estruturas decisórias desses grandes conglomerados.

Esse poder decisório não se restringe apenas à política. Os problemas sociais decorrentes desse sistema são deslocados de uma

perspectiva de direitos não atendidos para “carências”. Os segmentos sociais atingidos por estas “carências” tornam-se potenciais atendidos por projetos de assistência social e não cidadãos com direitos desrespeitados. Há dessa forma, um deslocamento do campo de debates da esfera política para a esfera privada.

Na esfera política, a idéia de direitos não atendidos gera os conflitos políticos cujos protagonistas são os movimentos sociais, entendidos como sujeitos coletivos formados para a busca de mudanças e transformações no contrato social – portanto, a esfera do dissenso. Na esfera privada, a idéia de carências gera a demanda por projetos pontuais de atendimento, cujos protagonistas são organizações privadas – não na sua caracterização institucional necessariamente, mas, sobretudo, na sua perspectiva organizacional –, nas quais os elementos constantes da dimensão de um sistema de ação racional com determinadas finalidades. Assim, o problema sai de uma possibilidade de reflexão crítica e intervenção transformadora para uma ação eficiente e resolutiva.

Com tudo isso, consolida-se o que se pode chamar de uma ação direta do capital, isto é, o esvaziamento das estruturas de intermediação e legitimação do poder do capital perante a sociedade. Reserva ao Estado o poder único da repressão física ou da reserva da repressão em casos de ameaça. A *realpolitik* se transforma em mero jogo cênico, nem tanto para ser apenas um processo de referendo de situações já consolidadas pela razão instrumental, como afirma Habermas (1987), mas uma performance de debate político na qual interesses privados se escondem por meio de um palavrório com pouca substância.

É por essa razão que o processo civilizatório da globalização neoliberal combina uma concentração brutal de poderes com a consolidação de um modelo de democracia liberal. A necessidade de regimes fisicamente repressivos para a imposição dessa nova ordem mundial é relativa. Ela pode fluir tranqüilamente por dentro de mecanismos aparentemente liberais e democráticos. Isso porque ele implica na destruição da esfera pública.

Ser humano heterônimo, autônomo e autárquico

A revista *The Economist* publicou, em setembro de 2011, uma

reportagem especial sobre o futuro do emprego no mundo capitalista. Mathew Bishop, em um dos artigos da reportagem, constata que a globalização atingiu em cheio os empregos do setor manufatureiro nas economias ricas, em função das indústrias transferirem parcelas significativas da linha de produção para os países da periferia, onde há uma mão-de-obra em maior abundância e mais barata. Ficaram concentradas nos países centrais as atividades administrativas, de planejamento e direção, que exigem um melhor preparo intelectual.

Entretanto, Bishop observa que já há também um deslocamento de parte das atividades de cunho administrativo para os países periféricos, por meio de um processo de terceirização mais agressivo.

Efetivamente, o impacto que essa organização da produção tem é grande em termos de percepção grupal e até mesmo como pertencimento de classe. Fragmentado, isolado e colocado dentro de uma situação em que se oferece – ou se vende – para obter trabalho, dentro de uma lógica de concorrência acirrada, as estruturas de solidariedade e de pertencimento de classe social se dilui. A fragmentação da ocupação faz com que esse sujeito-trabalhador volte a si próprio e, quando colocado dentro de um circuito de produção transnacional, até mesmo a sua percepção identitária nacional sofra impactos.

O jogo colocado em termos de mercado profissional chega ao nível de uma disputa cruel, em que o colega é visto como potencial inimigo. Com a tendência à desregulação e o esvaziamento do espaço público, consolida-se a transfiguração da sociedade em mercado, como afirma Otávio Ianni, porém, além do que ele afirma, de que o cidadão se transforma em consumidor, percebe-se, também, uma transfiguração do sujeito em mercadoria – fetichizada na perspectiva teórica apontada por Marx.

O sujeito-mercadoria-fetice passa a desenvolver estratégias de conexão e de representação perante um espaço coletivo em que a lógica do mercado impera e que as estruturas de solidariedade coletiva se enfraquecem. Fechado em si próprio e diante da responsabilização individual dos problemas, há um deslocamento da contradição heteronomia/autonomia para a autarquização do indivíduo.

A busca pela autonomia do sujeito é parte das discussões

pós-iluminismo, da passagem de uma humanidade teocêntrica para antropocêntrica. A razão esclarecedora, à medida que possibilita ao ser humano poder desvendar a realidade, sem a necessidade de recorrer a explicações divinas ou extra-naturais, garantiria essa autonomia. Adorno e Horkheimer discordaram dessa utopia iluminista, com a demonstração de que uma razão colonizada pelo capitalismo e dissociada de uma ética – a razão *instrumental* –, ao contrário de garantir a emancipação, aperfeiçoa os mecanismos de opressão.

Entretanto, o que se observa atualmente não é mais o dilema autonomia/heteronomia. A transfiguração dos espaços de relações humanas programou um ser humano autárquico, fechado em si mesmo, e que se apresenta socialmente na mesma perspectiva de uma mercadoria fetichizada, que se expressa não mais racionalmente (ainda que em uma razão instrumental), mas sim sedutoramente. É por essa razão que a proliferação da chamada “auto-ajuda” se direciona para a forma de representação desses sujeitos e se aproxima cada vez mais do chamado marketing pessoal.

Dessa forma, os seres humanos se autarquizam e se expressam publicamente por meio de representações imagéticas que ganham autonomia perante as referências, na mesma perspectiva dos *simulacros* de Jean Baudrillard. A esse respeito, Marilena Chauí afirma o seguinte:

Simulacrum é uma palavra latina que vem de similis, que significa o semelhante. De similis vêm as palavras simul, fazer junto, mas também competir, rivalizar, e similitudo, semelhante, analogia, comparação. De similis vem o verbo simulare, que significa representar exatamente, copiar, tomar a aparência de; este último significado leva o verbo a significar também fingir, simular. Ou seja, simulacrum tanto pode significar uma representação ou cópia exata como um fingimento, uma simulação” (2006, p. 82).

O simulacro não é apenas uma representação, mas se legitima pela sua iconicidade e a relação com o referente é mimética. Por mimese, entende-se as experiências estéticas catárticas e alienantes centradas apenas na imitação ou repetição, limitando ou negando as possibilidades

criativas (LANDOWSKY, 1997).

Diante disso, o simulacro vira uma reserva estratégica, que potencializa a ação humana autárquica em um espaço coletivo marcado pela conexão e pela emergência das sensibilidades.

As configurações dos espaços urbanos das grandes metrópoles são produtos dessa nova tipologia de ser humano que emerge – e não o contrário, como alguns supõem, que essa configuração urbana que criaria tais sujeitos. O isolamento na vida cotidiana e a transformação dos espaços privados da casa em lugares de trabalho e de construção das estratégias de expressão são produtos disso.

No tocante aos meios de comunicação de massa, é notável o papel cada vez maior que vêm ocupando os programas de entretenimento, de shows e outros, bem mais que os produtos voltados para a informação jornalística. Em todo o mundo, nos últimos anos há uma queda significativa em termos relativos do consumo de produtos noticiosos, ao mesmo passo em que há um crescimento da absorção de produtos midiáticos. Não é a informação jornalística que coloniza a esfera pública hoje, mas o discurso midiático nas vertentes do show, do espetáculo, da publicidade, discursos que se legitimam socialmente pela sedução. Mesmo os produtos aparentemente noticiosos são contaminados por esta nova forma de discurso hegemônico. Não há mais persuasão, mas sedução.

Esse cenário acontece, porém, dentro de um sistema de produção e consumo que se sustenta por mecanismos de exclusão. A brutal concentração de riquezas, consequência desse paradigma de produção e consumo, é visível *per se* e também pelo fato de as riquezas concentradas manifestarem-se publicamente pela midiaticização da sociedade.

Bauman lembra o mito grego de Tântalo, em que um mortal descobre um segredo dos deuses do Olimpo e o dissemina entre os seres humanos. Irado com isso, os deuses do Olimpo castigam Tântalo da seguinte forma: amarram-no em um lago com água até o umbigo e com uma árvore com frutas na altura da sua cabeça. Quando Tântalo tem fome e tenta alcançar os frutos da árvore, um vento balança os seus galhos e leva as frutas para fora do alcance da boca do castigado. Quando ele tem sede e tenta beber a água do lago, ela abaixa e fica fora

do alcance da sua boca. A moral desse mito é que existem coisas que se pode ver e saber que existem; no entanto, o seu usufruto é um privilégio – mais que isso, a fruição seletiva deles é que cria as hierarquias. Por Tântalo quebrar essa fruição seletiva ao disseminar um conhecimento privativo dos deuses, quebrou a hierarquia entre deuses e mortais, daí esse castigo ser simbólico.

Em uma sociedade imagética, de disseminação desenfreada de mercadorias associada a um consumo extremante seletivo delas, a agonia de Tântalo é a metáfora mais adequada para visualizar a situação da sociedade contemporânea.

Um indivíduo autarquizado colocado dentro de uma estrutura de agonia de Tântalo, e ainda impulsionado por uma relação de infantilização em que se evanesce a diferença entre desejo e satisfação. O resultado disso é uma angústia permanente e crescente que leva, em vários momentos, a explosões de revoltas. Tais explosões e revoltas, embora originárias de um sistema marcado pela forte injustiça social, em nada se assemelha a uma revolta política, uma crítica sistêmica, mas a uma ação de “turbas”.

O Estado, assim, se transforma, única e exclusivamente, em espaço de polícia e não de política. Os discursos na esfera da *real politik* se transformam cada vez mais em narrativas assertivas que dão pouca margem à discussão pública. Enfim, embora a democracia liberal representativa se consolide como mecanismo societário na esmagadora maioria dos países do mundo, os processos de opressão social não só se aperfeiçoam, mas também se legitimam por uma demanda por autoritarismo que contamina o cotidiano. Em outras palavras, há um esgotamento das possibilidades civilizatórias do capitalismo.

Novas subjetividades políticas

Na obra *Por uma outra globalização*, o cientista social Milton Santos descreveu o processo de globalização como uma convergência de tecnologia e de tempo. Para ele, o mundo se conecta a partir dos padrões tecnológicos da telemática e o tempo se padroniza em termos de articulação global dos circuitos produtivos. Dentro desse sistema, a

informação adquire caráter estratégico à medida que o mundo se organiza a partir de lugares com determinantes produtivas que se articulam entre si – para que esse circuito global de produção funcione harmonicamente, os sistemas de informação adquirem papel estratégico. O tempo, então, é uno por se organizar dentro de uma mesma ritmicidade produtiva.

Santos afirma que esse modelo tem um caráter perverso, em virtude das hierarquias dos lugares significarem possibilidades distintas de acesso aos bens materiais e simbólicos. Daí, então, que esse circuito global de produção tem um centro pensante e periferias hierarquizadas em termos de participação, com maior ou menor peso em termos de sofisticação na produção.

O discurso ideológico desse modelo está no fato de todos, aparentemente, estarem participando de um mesmo processo, de estarem integrados ao circuito global do capitalismo. Estando integrados a esse circuito, há a ilusão de co-participação também no consumo desses bens, nos quais teve participação na produção; entra aqui a metáfora de Tântalo – a visualização não significa o usufruto.

Por isso, Milton Santos aponta a dupla face deste processo – a farsa (o mascaramento ideológico) e a perversidade (os resultados concretos). O discurso da participação nesse bolo produtivo sofisticado, com forte presença principalmente nos anos 1980 e 1990, foi a matriz ideológica do pensamento neoliberal nos países da América Latina. Com base nisso, a promessa de participação no que há de mais sofisticado da produção capitalista contemporânea foi o chamariz para a defesa do fim das regulações econômicas dos Estados nacionais, a defesa do livre fluxo dos capitais e a privatização da economia.

Entretanto, esse processo gerou o seu contraditório: a brutal concentração de renda, impossível de se mascarar por mais que os mecanismos ideológicos sejam competentes, e também o esgotamento de possibilidades de inserção social, ainda que de parcelas pequenas da sociedade no sistema de produção e consumo. O sistema capitalista praticamente esgotou as possibilidades civilizatórias, buscando administrar os grandes oceanos de barbárie – guerras, miserabilidades, destruição ambiental.

O que ocorre é que os conflitos sociais se deslocaram do

fragmentado universo do trabalho, embora ele continue sendo o principal elo da contradição capitalista, para os espaços simbólicos da periferia. Estes buscam, por meio de uma ressignificação não mimética, mas poética – no sentido de *poésis*, de reconstrução criativa – dos circuitos informativos e tecnológicos aos quais estão submetidos.

Primeiramente, essa reconstrução é produto de uma demanda pela sobrevivência, como resistência à violência capitalista. Entende-se violência, aqui, como um processo de destruição do outro.

Podemos definir violência como um comportamento que causa dano a outra pessoa, ser vivo ou objeto, em função da negação da autonomia, integridade física ou psicológica e mesmo da vida do outro. O termo deriva do latim *violentia* (qualquer comportamento ou conjunto que deriva de *vis*, força, vigor) aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa ou ente. Dessa definição mais sucinta temos dois aspectos a considerar: a negação da possibilidade de existência plena do outro em função da aplicação da força contra este mesmo em que se desrespeita a sua existência. Assim, a ação de violência parte do pressuposto da negação do diferente, da alteridade, sendo esta a condição básica para existirem atos considerados violentos. A violência se difere da força, que é uma ação voltada para a *alteração do estado do outro*; enfim, enquanto a força tem a intenção de provocar uma reação de mudança no outro, a violência tem, na sua essência, a intenção da destruição. (OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2009, p. 20)

Essa noção de violência é importante para entender que a resistência das classes subalternizadas se dá pela busca da sua existência física e simbólica, pela negação de sua destruição. Por fim, essa destruição se dá não apenas pelos atos repressivos físicos, mas pela sua desumanização radicalizada. Aqui entra a segunda vertente dessa reconstrução, que é a sua re-humanização, como oposição à objetificação colocada pela sociedade de consumo. As expressões de resistência das classes subalternizadas vão no sentido de buscar um sentido de humanização.

À medida que os mecanismos de democracia formal se fecham e se guiam pela lógica excludente da razão instrumental, primeiramente, e depois se esvaziam para os espaços cênicos dos simulacros, as classes subalternizadas buscam construir outros espaços próprios para a sua manifestação. Em essência, essa busca flui por espaços de convivência intersubjetiva, em que a dimensão do feminino ganha força em função da perseverança da manutenção de determinadas conquistas:

Poder-se-ia dizer que esse tipo de mulher – orientada pela cultura do feminino, que é símbolo de luta pela vida, que tem a paciência e a persistência – pode ter uma sua forma idealizada em Sherazade, aquela que cura salva pela palavra e que sabe que a verdade não se dá em linha reta, mas por inúmeros labirintos. Poder-se-ia ainda reter sobre a persistência como traço desta mulher, o que afirma Freud – os homens criam fogo, as mulheres mantêm. (MANZINI COVRE, 1996, p. 19)

Essa subjetividade que emerge da resistência das classes subalternas não se trata de um retorno ou uma busca da construção de uma razão esclarecedora, perdida com a instrumentalização da razão ou com a destruição da esfera pública. É uma subjetividade construída na relação com outro, é a intersubjetividade, que remonta a alguns conceitos teóricos fundamentais.

Primeiro, a noção de compreensão no lugar do entendimento. Muniz Sodré diferencia esses dois conceitos da seguinte forma:

Só se compreende no comum. Compreender significa agarrar a coisa com as mãos, abarcar com os braços (do latim *cumprehendere*), isto é, dela não se separar como acontece no puro entendimento (do latim *in-tendere*, penetrar) intelectual, em que a razão penetra o objeto, mantendo-se à distância para explicá-lo. No entendimento explicativo, um fenômeno particular fica subsumido a uma lei geral, enquanto na compreensão o fenômeno guarda a sua singularidade, isto é, sua unicidade incomparável e irrepetível. [...] Quanto ao comum (instaurador de

vínculo), é precisamente esse plural manifestado na totalidade das vinculações humanas que não se deixa definir como uma unidade universal abstrata, nem como uma centrifugação de diferenças. Não se trata, portanto, de um mero estar juntos, entendido como aglomerado físico de individualidades (por exemplo, a comunidade enquanto massa gregária substancializada) e sim da condição de possibilidade de uma vinculação compreensiva. O comum é a sintonia sensível das singularidades, capaz de produzir uma similitude harmonizadora do diverso. (SODRÉ, 2005, pp. 68-69)

O segundo conceito que fundamenta essa nova subjetividade vem da tradição africana do ubuntu, que pode ser definido como “humanidade para com os outros” ou, como o arcebispo Desmond Tutu definiu, “uma pessoa com ubuntu está aberta e disponível aos outros, não-preocupada em julgar os outros como bons ou maus, e tem consciência de que faz parte de algo maior e que é tão diminuída quanto seus semelhantes, que são diminuídos ou humilhados, torturados ou oprimidos.” O filósofo sul-africano Dirk Low definiu ubuntu em um trabalho apresentado no 20º Congresso Mundial de Filosofia da seguinte forma:

Ubuntu (uma palavra Zulu) serve como fundamento espiritual das sociedades africanas. É um projeto unificador ou uma visão de mundo conservada pela máxima Zulu “*umuntu ngumuntu ngabantu*”, ou seja, “uma pessoa é uma pessoa por meio de outras pessoas”. Na realidade, esse aforismo tradicional africano articula um respeito e uma compaixão essenciais pelos outros. Ele pode ser interpretado tanto como uma descrição fatural e uma regra de conduta quanto como uma ética social. Ambas as interpretações descrevem o ser humano como “ser-com-outros” e determinam do que isso se trata. Como tal, o Ubuntu acrescenta uma força viva e um sabor africanos visando uma avaliação descolonizada do outro religioso. De fato, as várias sobreposições entre essa avaliação e o modo de vida africano descrito/recomendado pelo Ubuntu fazem dela nada menos que uma ratificação do

Ubuntu africano. (LOWN, 1998)²³

A humanidade *ubuntu* está vinculada à reconstrução após um processo de violência da colonização, na busca de uma humanização perdida com a opressão, conforme se verifica nessas passagens. Articulada com a idéia de compreender, do vínculo do comum, essa tradição de matriz africana perpassa o universo de resistência das classes subalternizadas, porém, não na perspectiva de uma razão esclarecedora e construtora de um ser humano autônomo e desvelador, mas de um sujeito que se firma e se constrói nas relações de compreensão mútuas.

É por esta razão que esses movimentos das classes subalternizadas têm no protagonismo feminino a sua característica singular.

Manzini Covre, ao analisar a atuação de mulheres como lideranças de movimentos populares, defende a idéia de que estas mulheres constroem, dentro da lógica da cultura do feminino, uma cidadania centrada no sentir, distinta daquela que é centrada no ter e a chamada cidadania ativa. (OLIVEIRA, 2009, p. 31)

Esse processo de construção de novas subjetividades flui por fora dos mecanismos institucionais, organiza-se por redes de comunicação de compreensão e vai construindo, a despeito dos processos sistêmicos de violência, uma nova humanidade, centrada não na busca de uma pretensa autonomia perdida, mas de uma intersubjetividade como força motriz construtora.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de

²³ Tradução do organizador do livro.

Janeiro: Tempo Universitário, 1984.

_____. **Técnica e ciência como ideologia.** Lisboa: Edições 70, 1987.

LOWN, D. **Ubuntu: An African Assessment of the Religious Other.** V Congresso Mundial de Filosofia em 1998 - <http://www.bu.edu/wcp/Papers/Afri/AfriLouw.htm> acessado em 09/10/2011.

MANZINI COVRE, Marilou. **Nos caminhos de Hermes e Sherazade.** Taubaté: Vogal Editora, 1996.

OLIVEIRA, Dennis. **Globalização e racismo no Brasil.** São Paulo: Legítima Defesa, 2001.

OLIVEIRA, Dennis; NOGUEIRA, Silas. **Mídia, cultura e violência.** S. Paulo: Celacc, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

SODRÉ, Muniz. **Estratégias sensíveis: mídia, afeto e política.** Petrópolis: Vozes, 2005.

VATTIMO, G. **Introdução a Heidegger.** Lisboa: Edições 70, 1971.

A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NO CENÁRIO BRASILEIRO

Ana Rita dos Santos Ferreira²⁴

Andréa Viude²⁵

Após um considerável período de ditadura militar, muito tem se discutido e divulgado acerca da democracia e do Estado de direito no Brasil. Entretanto, esse tem sido um longo e conflituoso processo de restauração dos direitos civis, permeado por diversas lacunas, entre elas, a ausência de um debate amplo acerca das características inerentes a um indivíduo, tais como, cor e sexo, bem como suas influências nas oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, progressão na carreira, desempenho educacional, acesso ao ensino superior e participação na vida política.

Tal situação tem-se mostrado inalterada por décadas na estrutura social brasileira. Embora muitas conquistas já tenham sido alcançadas em relação à participação na vida social, política e econômica, elas ainda estão aquém do que se faz necessário para diminuir o atual quadro de desigualdade.

A questão que permeia tais discussões parte do questionamento sobre a posição que o Brasil, enquanto Estado democrático de direito, tem adotado em relação à promoção e implementação de políticas que favoreçam as minorias historicamente discriminadas. No processo

²⁴ Mestranda da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

²⁵ Professora Doutora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

de democratização, quais mudanças têm efetivamente ocorrido nas instituições políticas, no sentido da formulação de um novo conjunto de regras que governem a distribuição do poder? No processo histórico de construção e consolidação das políticas de ação afirmativa como as políticas públicas, como tem sido a ação do Estado em relação à adoção de novas crenças e práticas, no que se refere ao reconhecimento dos direitos individuais e das identidades dos diversos atores sociais?

As políticas de ação afirmativa

As lutas empreendidas nos Estados Unidos nas décadas de 50 e 60 do século XX colocaram na ordem do dia as discussões em torno de medidas reparatórias, pretendendo diminuir as desigualdades socioeconômicas entre gênero e diferentes grupos étnicos, em função do fato de serem vítimas de discriminação histórica e atual. Nesse sentido, a luta por direitos civis nos Estados Unidos, em 1964, contou com dez artigos que estabeleceram políticas de ação afirmativa na educação e no mercado de trabalho, além de condenar as diversas formas de discriminação relacionadas à raça, sexo, credo religioso ou nacionalidade.

O conceito de “ação afirmativa” é anterior à Lei, tendo sido cunhado em 1961 por uma comissão presidencial sobre igualdade no emprego (WALTERS, 1995).

Experiências com ações afirmativas ocorreram em vários países da Europa Ocidental, Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outros. Na Europa, as primeiras orientações nessa direção foram elaboradas em 1976, e a expressão ação ou discriminação positiva foi mais freqüentemente utilizada. Em 1982, a discriminação positiva foi inserida no primeiro Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades da Comunidade Econômica Européia (CAPPELLIN, 1995).

Essas políticas formam, assim, desenhos diferenciados conforme o contexto sócio-histórico do local, onde foram implantadas. Nesse sentido, Moehlecke (2002) esclarece que a ação afirmativa assumiu formas de ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação. Seu público-

alvo varia de acordo com as situações existentes e abrange grupos como minorias étnicas, raciais, e mulheres. As principais áreas contempladas são: o mercado de trabalho, com a contratação, qualificação e promoção de funcionários; o sistema educacional, especialmente o ensino superior; e a representação política.

O conceito de igualdade

O termo igualdade se define pela inexistência de desvios ou incongruências, sob determinado ponto de vista, entre dois ou mais elementos comparados, sejam objetos, indivíduos, idéias, conceitos ou quaisquer coisas que permitam que seja feita uma comparação.

Apesar da configuração diferenciada, em diversos países há semelhanças nessas várias experiências de restituição ou estabelecimento da igualdade, a partir da promoção de grupos inferiorizados pela sociedade. Menciona-se o estabelecimento da igualdade, uma vez que ela nunca existiu do ponto de vista social. Entretanto, há a necessidade de ela ser promovida por medidas normativas, conforme sustenta Guimarães (1997), em sua crítica ao formalismo legal; a convicção estabelecida na Filosofia do Direito, de que tratar as pessoas de fato desiguais como iguais somente amplia a desigualdade inicial entre elas. Segundo esse autor, as ações afirmativas consistiram em promover privilégios de acesso a meios fundamentais – educação e emprego, principalmente – a minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam delas excluídas, total ou parcialmente (GUIMARÃES, 1997). Neste mesmo sentido, Scott (2005) conceitua a igualdade como um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente, que não diz respeito à ausência ou eliminação da diferença, mas um reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou levá-la em consideração.

Objetivos das políticas de ação afirmativa

Segundo Bergmann (1996), existiriam três idéias presentes da ação afirmativa. As duas primeiras seriam a necessidade de combater sistematicamente a discriminação existente em certos espaços na sociedade e de reduzir a desigualdade que atinge certos grupos, como aquela marcada por raça ou gênero. Uma terceira proposta envolveria a busca

da integração dos diferentes grupos sociais existentes, por meio da valorização da diversidade cultural.

Essa idéia tenta conferir uma identidade positiva àqueles que antes eram definidos pela inferiorização e supõe que a convivência entre pessoas diferentes ajudaria a prevenir futuras visões preconceituosas e práticas discriminatórias.

No Brasil, as políticas de ação afirmativa orientam-se por duas vertentes de atuação. A primeira privilegia a participação do grupo historicamente inferiorizado na vida econômica, promovendo a equidade entre os grupos na sociedade. A segunda busca redefinir a representação social do grupo discriminado dentro da sociedade, a partir das medidas que exerçam maior controle sobre as imagens veiculadas sobre este grupo na mídia, na publicidade e livros didáticos.

Políticas de ação afirmativa também têm tempo, foco e âmbito definidos. Por foco, entende-se que, através da concessão de igualdade de oportunidades, sejam mais equânimes as características socioeconômicas dos grupos dentro da sociedade.

O tempo está estabelecido em função da realização do foco ou, pelo menos, da diminuição das disparidades. Em relação ao âmbito, pressupõe-se que algumas áreas são privilegiadas pelas ações afirmativas, normalmente as dizem respeito ao mercado de trabalho e à educação (BERNARDINO, 1999).

Inicialmente, as ações afirmativas se definiam como uma forma de o Estado conceder às minorias historicamente discriminadas o acesso à educação e ao mercado de trabalho, independente de fatores como raça, cor, sexo e origem nacional das pessoas. Enquanto forma de encorajamento, tinha por objetivo concretizar o ideal de que tanto as escolas quanto as empresas refletissem, em sua composição, a representação de cada grupo na sociedade ou no respectivo mercado de trabalho.

É importante observar o modo como se constroem essas políticas e as implicações que trazem à sociedade, bem como as demandas

que vão sendo construídas pelos movimentos sociais nesse processo de democratização por meio do qual a sociedade tende a ser mais participativa.

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física ou nacionalidade.

As políticas governamentais antidiscriminatórias baseadas em leis de conteúdo meramente proibitivo oferecem às respectivas vítimas tão-somente instrumentos jurídicos de caráter reparatório e de intervenção depois de o fato ter ocorrido. Já as ações afirmativas têm natureza multifacetária, e visam evitar que a discriminação se verifique nas formas usualmente conhecidas – isto é, formalmente, por meio de normas de aplicação geral ou específica, ou através de mecanismos informais, difusos, estruturais, enraizados nas práticas culturais e no imaginário coletivo. Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – a efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito.

Em regra geral, justifica-se a adoção das medidas de ação afirmativa com o argumento de que esse tipo de política social seria apto para atingir uma série de objetivos que restariam normalmente inalcançados, caso a estratégia de combate à discriminação se limitasse à adoção, no campo normativo, de regras meramente proibitivas de discriminação. Numa palavra, não basta proibir; é preciso também promover, tornando rotineira, a observância dos princípios da diversidade e do pluralismo, de tal sorte que se opere uma transformação no comportamento e na mentalidade coletiva, moldados pela tradição, pelos costumes, em suma, pela história.

Assim, além do ideal de concretização da igualdade de oportunidades, essas políticas objetivam induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, aptas a subtrair do imaginário coletivo a idéia de supremacia e de subordinação de uma raça em relação à outra, do homem em relação à mulher. Nesse sentido, visa não apenas coibir a discriminação do presente, mas eliminar os efeitos psicológicos, culturais e comportamentais que persistem e tendem a se

perpetuar. Esses efeitos se revelam na chamada discriminação estrutural, espelhada nas abismais desigualdades sociais entre grupos dominantes e grupos marginalizados.

O percurso do debate é rico e se constitui como objeto de estudo há pelo menos dez anos no Brasil; lutas empreendidas pelo movimento negro, pesquisas empíricas no Brasil e experiências internacionais.

Especificar a discussão das ações afirmativas na questão étnica, não significa desconsiderar a pluralidade em relação às minorias que podem ser beneficiadas com essas políticas, mas perceber a imbricação entre temas que se complementam no conceito do outro, a saber: de gênero, cultural, social e de exclusão por limitações físicas e outros. É falar de uma política emancipatória numa sociedade cada vez mais plural, lutar pelo estabelecimento da dignidade e refazer um caminho de apelo à justiça social, e a uma condição humana que se veja terna no reconhecimento das semelhanças e no respeito à diversidade.

A trajetória das políticas de ação afirmativa no Brasil

O primeiro registro encontrado da discussão em torno do que hoje podemos chamar de ações afirmativas data de 1968, quando técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho manifestaram-se favoráveis à criação de uma lei que obrigasse as empresas privadas a manter uma percentagem mínima de empregados de cor (20%, 15% ou 10%, de acordo com o ramo de atividade e da demanda) como única solução para o problema da discriminação racial no mercado de trabalho (Santos citado por Mohlecke, 1999).

Em 1980, há a primeira formulação de um projeto nesse sentido, no qual o deputado federal do PDT (Partido Democrático Trabalhista) Abdias Nascimento, do Rio de Janeiro, propõe em seu projeto de Lei n.1.332, de 1983, o estabelecimento de mecanismos compensatórios para afro-brasileiros após séculos de discriminação. Entre as ações figuram: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros, na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e

paradidática, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil. Todavia, esse projeto, que solicitava a instituição de políticas públicas destinadas à população afro-descendente, jamais foi apreciado pela Câmara dos Deputados ou aprovado no Congresso Nacional.

As reivindicações continuaram, e o movimento negro se reorganizou e se mobilizou em face destes acontecimentos. Ante tal recusa, o movimento procurou denunciar o mito da democracia racial e pressionou o Poder Público exigindo uma resposta aos problemas raciais do país.

Na década de oitenta, uma nova geração de ativistas pleiteou cargos e espaços organizacionais no governo em nível municipal. As reivindicações de conselhos e assessorias de Estado especificamente destinadas a comunidade negra, feitas por ativistas de São Paulo, implicaram que o então governador, Franco Montoro, criasse, em 1984, o Conselho de Participação e Desenvolvimento das Comunidades Negras, cujos objetivos expressos eram: desenvolver estudos relativos a situação da comunidade negra, propor maneiras de defesa dos direitos civis da comunidade negra, eliminar práticas discriminatórias que afetam cotidianamente a vida sócio-econômica, política e cultural dos negros.

Outra resposta do Estado às manifestações e participação política da comunidade negra, vem com a aprovação da Lei 7716/89, conhecida como lei C.A.O. – as iniciais do nome de seu autor, o deputado constituinte Carlos Alberto de Oliveira, que veio substituir a lei Afonso Arinos, impondo mais respeito, na medida em que coloca a prática do racismo como crime inafiançável.

Já em 1988, com a promulgação da Constituição, se reconhece o racismo como crime e o direito de posse das terras pelas comunidades remanescentes de quilombos. A Constituição trouxe no seu texto novidades como o estipulado no Título II. Dos Direitos e Garantias Fundamentais, capítulo II. Dos Direitos Sociais, artigo 7º, que estabelece como direito dos trabalhadores a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei. E o Título III. Da Organização do Estado, capítulo VII – Da Administração Pública, no seu artigo 37º, estabelece que a lei reserve percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e define os

critérios de sua admissão. Esse trecho é interpretado por alguns juristas como prova da legalidade das ações afirmativas.

Algumas mudanças mais substanciais acontecem nos anos 1990. Nas reivindicações e pressões do movimento feminista, em 1991; no congresso do PT (Partido dos Trabalhadores) foi aprovada a cota mínima de 30% de mulheres no seu quadro, sendo que as direções estaduais e municipais foram renovadas, pela primeira vez, com o dispositivo das cotas em 1992, e a direção em 1993 (GODINHO 1996); mais tarde, em 1995, é estabelecida, através da legislação eleitoral, a primeira política de cotas adotada nacionalmente, que ampliava a cota mínima para 30% de mulheres nas candidaturas de todos os partidos políticos.

Ainda em 1995, em novembro, o movimento negro organiza manifestações pela cidadania e a vida em Brasília, contando com mais de 300 mil pessoas, nas quais, além de ter sido lembrado os 300 anos da morte do líder negro Zumbi dos Palmares, se representou um momento de maior aproximação e pressão em relação ao Poder Público. Essa manifestação resultou no reconhecimento de Zumbi pelo governo brasileiro como um herói nacional; além disso, foi entregue pela coordenação da Marcha Zumbi dos Palmares ao Presidente daquela gestão a proposta de um programa que contemplava a superação do racismo e da desigualdade racial.

O Presidente da República recebe esse documento em 20 de novembro de 1995, data que institui, por decreto, o GTI (Grupo de Trabalho Interministerial), para desenvolver políticas de valorização e promoção da população negra. Em relação à discussão sobre ações afirmativas, o grupo realizou dois seminários sobre o tema, em Salvador e Vitória, a partir dos quais elaborou 46 propostas de ações afirmativas, abrangendo áreas como educação, trabalho, comunicação, saúde. Foram implementadas algumas dessas propostas políticas; contudo, seus recursos eram limitados e seu impacto permaneceu muito restrito (MOEHLECKE, 2002).

No tocante à educação superior, o GTI elaborou as seguintes propostas: construir mecanismos facilitadores do ingresso de afro-brasileiros nas universidades públicas e privadas; elaborar programas para a concessão de bolsas de estudos para alunos universitários afro-

brasileiros, seja na graduação ou na pós-graduação; construir formas de acesso facilitado ao crédito educativo para estudantes afro-brasileiros; conceder estímulos à implantação ou à ampliação de cursos noturnos, em instituições públicas de ensino, principalmente em universidades e escolas profissionalizantes; instituir e estimular a criação de recursos especiais de preparação para ingresso nas instituições de ensino superior, bem como nas diversas profissões civis e militares (MOEHLECKE, 2002).

Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A idéia central em que se baseiam é a justiça social.

Levando em consideração os processos de democratização, tais questionamentos são abordados a partir das perspectivas de equidade e desigualdades sociais, no que se refere às políticas de ação afirmativa para afro-descendentes (pretos e pardos), enquanto mecanismo para compensar o aprofundamento da desigualdade sócio-econômica.

O debate do racismo no cenário brasileiro adquiriu relevância na esfera pública nacional e se inseriu no moderno debate internacional quanto às especificidades e contradições da democracia, principalmente com relação à questão de como compatibilizar o conteúdo universalista da democracia liberal com o respeito à diferença.

Os problemas enfrentados pelas políticas de ação afirmativa no Brasil

Há um antagonismo acentuado em relação às ações afirmativas; mais especificamente quando elas propõem reparações em relação às injustiças e à falta de medidas políticas que proporcionassem a inserção da população negra no mercado de trabalho e o acesso aos bens públicos desde a abolição da escravatura. Esses posicionamentos, se por um lado contribuem para o enriquecimento das discussões e o fortalecimento da

democracia, constituem-se como problemas de ordem prática para a implementação das políticas públicas em questão, e para as mudanças que se fazem necessárias.

Embora sejam medidas temporárias, essas políticas públicas têm por objetivo corrigir desigualdades socioeconômicas de um determinado grupo em relação a outro – aumentando a participação de pessoas provenientes de setores historicamente discriminados, marginalizados, que são perpassados por questões de raça, etnia, gênero e outras. Elas encerram uma grande polêmica, sobretudo quando se destinam ao que é descrito como “favorecimento” de um determinado grupo racial.

Uma das justificativas recai sobre a crença de que o preconceito brasileiro se manifesta apenas em termos de classe. Conforme citado anteriormente, deve-se a esse pensamento a ideologia que se estabelece na expansão econômica do pós-guerra, definindo-se alheia ao preconceito e valorizando a mestiçagem, mas que impõe, no dia-a-dia, toda sorte de obstáculos preconceituosos aos pretos e pardos, mantendo-os em posição de inferioridade, principalmente na competição do mercado de trabalho.

O viés racial representa uma das principais críticas dirigidas ao tipo de política em questão. Conforme Afonso E Rodrigues (2003), esse posicionamento recai sobre a presunção de sermos uma sociedade igualitária, harmônica e meritocrática, relegando a questão das desigualdades raciais ao seu aspecto puramente econômico.

Está arraigada no nosso meio social a idéia de que nós brasileiros não temos preconceito; entretanto, muitas respostas negativas explicam-se pelo que Roger Bastide, em uma pesquisa realizada na década de 1950, denomina “preconceito de ausência de preconceito”, por essa fidelidade do Brasil ao seu ideal de democracia racial.

É verdade que esse ideal de democracia impede as manifestações demasiado brutais, disfarça a raça sob a classe, limita perigos de um conflito aberto. Se a isso acrescentamos certa bondade natural do brasileiro, o hábito adquirido há séculos de conviver com os negros, e mesmo, por vezes, uma certa displicência, compreendemos melhor que o preconceito não se exprime abertamente, mas de um modo mais

sutil ou encoberto. Os estereótipos recalcados agem nas fronteiras indecisas do inconsciente, menos por construções sociais, de rituais institucionalizados, do que por repulsões instintivas e tabus pessoais (BASTIDE; FERNANDES, 2008).

Os autores apontam para uma nova visão sobre a questão racial no Brasil no contexto da década de 1950, na qual o autor discute os efeitos objetivos e subjetivos adjacentes à ideologia do mito da democracia racial, que, uma vez assimilada, torna-se a engrenagem de uma dinâmica silenciadora da realidade social desigual entre negros e brancos, que, por ser encoberta, gera tensões em diversos níveis das discussões sobre o racismo.

Em relação ao debate do racismo no cenário brasileiro, Souza (1996) afirma que tal discussão adquiriu relevância na esfera pública nacional e se insere no moderno debate internacional quanto às especificidades e contradições da democracia, principalmente com relação à questão de como compatibilizar o conteúdo universalista da democracia liberal com o respeito à diferença.

Tendo em vista essa problemática da democracia, um dos aspectos que vêm sendo questionados pelos críticos das ações afirmativas é a constitucionalidade dessas políticas. Baseando-se no artigo 5º da Constituição Federal brasileira – que versa sobre a igualdade, os direitos e deveres dos cidadãos, sem distinção de qualquer espécie –, há críticos que refutam a idéia de promoção de políticas públicas a um grupo específico. Entre os juristas que apóiam as ações afirmativas, há os que sustentam sua legitimidade constitucional, partindo da premissa de que a Constituição garante em seu texto o tratamento diferencial a determinados grupos historicamente discriminados. Sendo assim, tratar um grupo específico desigualmente, baseado em algum aspecto que o coloque em desvantagem aos demais, seria uma forma de promoção da igualdade; tratá-los igualmente, sem considerar estas condições, manteria e ampliaria as desigualdades. Com essa abordagem, esses juristas defendem que não haveria incompatibilidade entre as ações afirmativas e o artigo 5º da Constituição e, assim, o princípio de igualdade não seria violado no momento em que a lei trata distintamente indivíduos que não têm a mesma situação.

Para Moehlecke (2004), a reivindicação dessas políticas tem suscitado diversas questões, e freqüentemente opõe o que a autora denomina de “defensores de uma idéia universalista, cosmopolita ou liberal”, àqueles que sustentam uma postura de relativismo cultural, diferencialista, como no caso de alguns comunitaristas.

A idéia de igualdade liberal tem como ideal diminuir as influências das circunstâncias sociais e dos dotes naturais sobre a riqueza distribuída. No entanto, permite uma distribuição desigual de acordo com as diferenças naturais de capacidades e talentos. Já a visão pela diferença, do grupo dos comunitaristas, conhecidos pela reivindicação da “política de reconhecimento”, se afirma por oposição e questionamento à teoria liberal, especialmente em termos de concepções de bem e de autonomia individual, em que há a ausência de uma referência moral supra-individual. Os questionamentos comunitaristas seguem em dois sentidos: alguns criticam a prática liberal e universalista, pelo fato de criar uma sociedade cega à diferença, e outros na direção oposta, sustentando que essa teoria não corresponde à vida real, na qual as pessoas estão unidas por laços sociais e parentescos.

O pensamento liberal universalista está muito presente nas críticas feitas às políticas de ação afirmativa para a população negra e algumas políticas públicas voltadas para a população pobre em geral. Na primeira, há a sustentação de que esse tipo de política seria uma forma ou um incentivo à discriminação racial, uma vez que privilegia um grupo em detrimento de outro, ou seja, geraria a exclusão dos brancos pobres. No entanto, quando o Estado se posiciona em relação à promoção de políticas que englobem a população pobre como um todo, no geral há questionamento se tais medidas não seriam paternalistas e geradoras de certa acomodação e, até mesmo, dependência por parte daqueles que seriam beneficiados. No geral, há o questionamento a respeito da efetividade dessas políticas, no sentido de gerarem mudanças significativas.

Segundo Arzabe (1998), o critério da baixa renda, por ser independente das condições pessoais, não serve para avaliar corretamente o universo das pessoas denominadas pobres. Mais apropriado a um conceito relevante da pobreza é o critério da inadequação da renda para a geração das capacidades minimamente

aceitáveis. A renda é fundamental para afastar a pobreza, mas, quando se estabelece um critério único e objetivo para fixação de quem pertence ou não a essa faixa social, os resultados podem ser equivocados por recusar o reconhecimento das diferenças pessoais. Essas diferenças podem fazer com que uma pessoa de maior renda, que hipoteticamente estaria situada fora da linha de pobreza, possa ser, de fato, mais pobre que outra com menor renda, mas com menor demanda de determinados recursos ou “insumos”. Daí porque tantas políticas públicas de redução da pobreza não obtêm o resultado esperado: suas premissas de ação são falhas, incompletas ou, por tratarem uniformemente os destinatários tão diversos, são equivocadas.

Para a autora, o critério das “capacidades” permite melhor apreender a complexidade da realidade social dos que vivem em condições abaixo do necessário para a realização eficiente das faculdades humanas na sociedade atual. Sendo assim, uma análise contextualizada da nossa realidade não pode prescindir da premissa de que as causas que limitam o acesso ao mercado de trabalho, aos bens primários da sociedade e que aprofundam a desigualdade na distribuição da renda estão intimamente ligadas aos preconceitos contra grupos sociais e as variadas formas de opressão, inclusive a violência.

Por outro lado, esse debate suscita divergências, principalmente, com a tentativa de se reduzir a questão das desigualdades ao seu aspecto puramente econômico; nesse sentido, alguns questionam por que não produzir políticas públicas universalistas que elevem a qualidade geral da educação, da saúde, do acesso à moradia, ao saneamento básico, ao emprego etc. Segundo esses críticos, a população negra estaria contemplada.

Dentro dessa perspectiva, Afonso e Rodrigues (2003) citam o pensamento da reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, ao afirmar que é favorável ao sistema de cotas para rede pública com um sistema adequadamente construído, que possa buscar os melhores talentos que estão nessa rede; segundo ela, embora o sistema de cotas seja um instrumento de inclusão, a escolha de uma cota étnica implica a exclusão de outras possibilidades.

Segundo os dados estatísticos das agências governamentais, as

políticas universalistas não diminuíram as desigualdades entre brancos e negros; segundo Henriques (2001), pesquisador do IPEA, a escolaridade média de ambas as raças cresce ao longo do século, mas o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros, mantém-se absolutamente estável entre as gerações. Esse estudo sobre a heterogeneidade da escolaridade entre os adultos no Brasil explica, em parte, as desigualdades sociais e raciais no país.

Essas diferenças em relação à escolaridade se refletem em outros aspectos da vida social, como nos salários menores, como no caso dos homens brancos que, segundo Soares (2000), são os indivíduos ideais para o mercado de trabalho. Sendo assim, mesmo quando negros e brancos convivem no mesmo extrato social inferior, os brancos ainda têm a seu favor os privilégios simbólicos, decorrentes do racismo existente.

A respeito desse embate, Bento (2002) afirma que, tentar diluir o debate sobre raça analisando a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos 20 anos, explicitem que, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho.

Tal fato é confirmado pelo último resultado do relatório do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), no censo demográfico de 2010: 97 milhões de pessoas se declararam negras, ou seja, pretas ou pardas, e 91 milhões de pessoas, brancas. De 1980 a 2000 a população branca era maior. De 2000 a 2010, a taxa de crescimento da população negra foi de 2,5% ao ano, enquanto que a da branca aproximou-se de zero. Esse aumento pode ser decorrente de dois fatores: o aumento da fecundidade mais elevada, encontrada entre as mulheres negras, e um possível aumento de pessoas que se declaram pardas em 2010.

Em relação a esses resultados, chama a nossa atenção a vulnerabilidade da população negra em relação aos óbitos por causas externas, e o maior número de fecundidade entre as mulheres negras, o que sugere falta de acesso aos serviços públicos de qualidade e aos bens fundamentais, segundo a Constituição de 1988.

Enquanto os óbitos entre a população branca se encontram mais concentrados nas idades avançadas, na população negra observou-se uma proporção bem mais elevada de óbitos entre jovens de 15 a 29 anos. Esse dado, segundo análise do comunicado, pode ser explicado pelo fato de a população negra ser mais afetada por causas externas como homicídio (que é a maior causa de óbito entre os homens jovens da população negra), sendo a expectativa de vida menor nesse grupo. Considerando a população masculina, a segunda causa mais relevante para a população negra é externa, responsável por 24,3% do total de óbitos. A proporção comparável para os brancos foi de 14,1%, e, neste caso, foi a terceira mais importante.

Podemos notar com esses dados, que a discriminação não é apenas social, mas um indicativo de racismo decorrente da forma como a sociedade brasileira se estruturou. Provavelmente, o mais cruel de todos os males foi retirar da população negra a sua dignidade enquanto raça, remetendo a questão da negritude aos porões da sociedade. O próprio negro, em alguns casos, não se reconhece, e uma das principais lutas do movimento negro e de estudiosos comprometidos com a defesa da dignidade humana é contribuir para o resgate da cidadania do negro.

Isso também possui relação com a maior fecundidade entre as jovens negras, pois sabemos, desde o censo de 2000, que, no Brasil, a educação e a renda estão inversamente correlacionadas com o nível de fecundidade, mantendo um diferencial bastante elevado entre as mulheres pertencentes às categorias extremas destes grupos. Se compararmos os dois censos, cujo intervalo é de aproximadamente 10 anos, não houve mudanças expressivas nesse sentido. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta índices mais baixos de escolaridade, trabalha mais, porém, possui rendimento menor, embora tenha aumentado o número de mulheres negras responsáveis pelo sustento da casa.

O mapeamento dessas mulheres serve de alerta para a necessidade de implantação, por meio de políticas públicas, de medidas educativas de conscientização em relação ao racismo e a discriminação, que expõem mulheres e homens negros a situações mais perversas de vida e de morte. Torna-se fundamental o esforço da sociedade e o

interesse dos governantes em construir uma escola pública que ofereça educação de qualidade para as pessoas de baixa renda, com acesso a informações, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência política que garanta a autonomia no exercício da cidadania. É também fundamental uma educação que verdadeiramente garanta condições de igualdade para a concorrência no mercado de trabalho e que proporcione as condições para uma vida mais digna. Soma-se a isso a necessidade de aplicação de programas e políticas mais eficazes, que garantam os direitos reprodutivos e o acesso à saúde reprodutiva dos indivíduos, tanto para os que querem regular sua fecundidade, quanto para os que necessitam de auxílio para fecundidade assistida.

Direcionar ações de políticas públicas para a população negra em específico faz-se mais que necessário diante destas condições precárias de vida, mas isto não exclui a necessidade de se reverter a situação sócio-econômica do país contemplando a todos que estão excluídos destes direitos, essas dimensões não são auto-excludentes como no discurso apresentado pelos opositores das políticas de ação afirmativa com recorte étnico.

Outro aspecto criticado é a dificuldade de determinação de quem é negro no país. Sabe-se que o conceito de raça não se justifica do ponto de vista biológico. Pode mesmo não se tratar de um conceito válido na biologia, mas se trata de uma realidade social, e funciona com um modo de coletivização. Assim como gênero, raça apresenta-se como uma construção sócio-histórica, que estabelece papéis sociais, divisão no mercado de trabalho, exploração e opressão, sendo, portanto, um constructo puramente ideológico. Dessa forma, a existência ou não de raças obedece exclusivamente aos interesses dos grupos que pretendem exterminar ou explorar outros.

Neste sentido, Munanga (2008), em sua proposta de rediscutir a mestiçagem no Brasil, faz uma comparação entre o Brasil e países como Estados Unidos e África do Sul, na qual afirma que o racismo universalista, teoricamente, não se opôs à mestiçagem, como também não desenvolveu uma *mixofobia*. A miscigenação lhe oferecia o caminho para afastar a diferença ameaçadora, representada pela presença da “raça” e da cultura negra na sociedade. O racismo diferencialista, teoricamente, se opôs à mestiçagem, por considerá-la apagadora da

diferença que confere o status de superioridade à “raça” dominante, que legitima a dominação e a exploração.

De fato, ao partirmos para uma análise de quem é negro no Brasil, nos deparamos com uma quase impossibilidade de aplicar justamente tais medidas reparatórias; todavia, assumir-se negro é também assumir o lugar que o negro está inserido no imaginário brasileiro, historicamente construído sobre a ótica homogeneizante, que se baseia num ideal de estética branca.

A idéia de miscigenação, conforme afirma Munanga (2008), suscita a idéia de que seremos brancos no futuro e não haverá mais diferenças, sendo assim um só povo. O autor cita um levantamento feito pelo historiador Clóvis Moura, após o senso de 1980, que mostra a adesão popular ao mito da democracia racial e ao ideal do branqueamento, sustentados pela mestiçagem. Inquiridos os brasileiros não-brancos sobre suas respostas, aparecem 136 cores diferentes, o que, segundo o historiador, demonstra como o brasileiro foge de sua realidade étnica, de sua identidade, procurando, mediante simbolismo de fuga, situar-se mais próximo do modelo tido como superior.

Outro tipo de crítica direcionada às ações se dá em relação a um possível sentimento de inferioridade, causado naqueles que se beneficiam das ações afirmativas. Em contrapartida, tentam prever a aceitabilidade no mercado de trabalho, de um profissional que ingresse na universidade por meio das cotas. Para Afonso e Rodrigues (2003), esses questionamentos refletem um modo específico de operar do racismo, sendo ele duplamente opressivo; primeiro, excluindo, e depois impedindo que se libertem de tal opressão. Dessa forma, a cada vez que surgem demandas por reconhecimento igualitário e reparação por perdas materiais históricas entre os negros, emergem simultaneamente discursos que, em nome de uma “democracia”, ou uma “igualdade”, denunciam essas demandas como injustificáveis.

Operando por via da inversão, típica da ideologia, esse discurso “igualitário” reelabora velhos conceitos e passa a culpabilizar os negros por sua própria opressão.

Se não é mais possível inscrever a sua inferioridade do ponto de vista biológico, a inferioridade é trazida a tona por conta das diferenças

culturais e/ou déficits cognitivos. Pode-se, assim, criticar a adoção de cotas em universidades, alegando que a qualidade de ensino irá piorar, ou que a inserção da cultura afro-brasileira é uma forma de racismo. Tais discursos deslocam o foco da questão: não se fala em desigualdades historicamente construídas, em opressão, em identidades relegadas ao não-reconhecimento, ou a um reconhecimento inadequado. Trata-se, antes, de posições sociais estabelecidas por uma pretensa “ordem natural”, que, em nome de uma igualdade sempre perseguida, jamais alcançada, não pode ser restabelecida.

Referências Bibliográficas

ARZABE M. P. H. e GRACIANO, Potyguara G. A Declaração Universal dos Direitos Humanos - 50 anos” em **Direitos Humanos: construção da liberdade e da igualdade**, org. Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, Centro de Estudos PGE/SP, Série Estudos, São Paulo, 1998

BENTO, M.A.S. (org.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 2002

BASTIDE, R. e FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**. Ensaio Sociológico sobre aspectos e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global Editora, 2008.

BERNARDINO, J. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, n.2, p247-273, 1999.

BERGMANN, B. **In defense of affirmative action**. New York: BasicBooks, 1996.

CAPPELLIN, P. **Ações afirmativas: uma estratégia para corrigir as desigualdades entre homens e mulheres**. In: Centro Feminista de Estudos e Assessoria: Discriminação positiva, ação afirmativa: em busca da igualdade. Brasília: CFEMEA, 1995.

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. Rio

de Janeiro: Civilização brasileira, 7ªEd, 2001.

MOEHLECKE, S. **Ação Afirmativa: História e debates no Brasil**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 2002.

_____. **Fronteiras da igualdade no ensino superior: Excelência e justiça racial**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 3.ed, 2008.

SOUZA, J.(org), **Multiculturalismo e racismo: Uma comparação Brasil – Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1996.

HOMOFOBIA, VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

Alessandro Soares da Silva²⁶

Thomaz Ferrari D'Addio²⁷

“Assumir a homossexualidade é sempre uma escolha, uma decisão. E essa decisão compromete toda a existência de um indivíduo: sua relação com a família, com os amigos, com o meio profissional” (ERIBON, 2000). Há de se considerar que, sob a perspectiva heteronormativa da sociedade e dos comportamentos, os comportamentos homossexual e transgênero são vistos sistematicamente como desviantes do padrão, do comum, do esperado. As orientações sexuais não heterossexuais podem ser encaradas como distantes do “natural” (WELZER-LANG, 2004) e, portanto, elementos que põem em xeque estruturas supostamente harmônicas que dão sustentabilidade a uma lógica social estável. Em outras palavras, tais diferenças são formas pouco sutis de controle social a serviço de uma lógica dominante.

Nesse sentido, o papel político da homofobia se assemelha e complementa os papéis do machismo, da desigualdade de gênero e do racismo. Esse é o interesse da discussão aqui proposta: pensar a homofobia como um instrumental de controle social a serviço de lógicas dominantes e que impedem o reconhecimento de direitos de minorias, direitos esses qualificados aqui como humanos.

Essa discussão tem sido abordada na psicologia política muito

²⁶Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

²⁷Graduando da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

recentemente. Destacamos que o mais recorrente é visto em alguns textos publicados na *Revista Psicologia Política* que, ao tratarem temas relativos à homossexualidade, abordam a homofobia. Esse é o caso de trabalhos como “Cidadania Sexual na Democracia Portuguesa”, de Ana Cristina Santos (2004); “Economía Política del Armário: políticas del silencio, políticas de la autenticidad”, de Fernando Villaaamil-Perez (2004); “Le Gueuloir Bi ou Comment la Bifobie Vient aux Gais”, de Daniel Welzer-Lang (2004); “Homossexualidade e Psicoterapia Infantil – possibilidades e desafios para a construção dos direitos sexuais na clínica psicológica”, de Luis Felipe Rios e Ítala Fabiana Nascimento (2007); “Homofobia, Silêncio e Naturalização: uma narrativa da diversidade sexual”, de Tatiana Lionço e Débora Diniz (2008); “Diversidade Sexual, Educação e Sociedade: reflexões a partir do Programa Nacional do Livro Didático”, de Roger Raupp Rios e Wenderson Rufino dos Santos (2008); “A eloquência do Silêncio: Gênero e Diversidade Sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos”, de Claudia Vianna e Lula Ramires (2008); “Ilustrações do Silêncio e da Negação: a ausência de Imagens da Diversidade sexual em livros didáticos”, de Malu Fontes (2008); “Análise psicossocial das Visões de Ativistas LGBTs sobre família e Conjugabilidade”, de Raimundo Gouveia e Leoncio Camino (2009); “Banheiros, Travestis, Relações de Gênero e Diferenças no Cotidiano da Escola”, de Elizabete Franco Cruz (2011). Nesse pequeno quadro, poderíamos mencionar também outros trabalhos como os livros de Alessandro Soares da Silva (2008) *Luta, resistência e cidadania* e, *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*, de Frederico Machado Vianna e Marco Aurélio Máximo Prado (2008), apenas para citar alguns trabalhos.

Contudo, ainda são poucos os debates sobre o tema na Psicologia Política, ainda que haja crescimento visível do interesse de pesquisadores nesse tema. Assim, o presente texto pretende aportar algumas reflexões sobre a temática sob a ótica da psicologia política entendida como uma *encruzilhada* de campos de conhecimento. Os encontros possíveis que se dão nesta encruzilhada muito podem contribuir para o aprofundamento dos chamados estudos lesbi-gays e queer (MONTERO, 1993); e essa é nossa intenção.

O debate da homofobia como elemento higienizador de uma sociedade na qual a heteronormatividade é condição obrigatória de normalidade se faz urgente; sobretudo, quando a diferença é princípio produtor da identidade e não o contrário; a identidade não é aquilo que

somos, mas somos em função das multiplicidades do ser. Como sugere Silva (2000),

na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se devem tomar posição. Em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença. Mas será que as questões da identidade se esgotam nessa posição liberal? (p. 73).

Encaramos que a resposta a pergunta do autor é não. É não, porque respeito e tolerância podem ser uma forma politicamente correta de suportar as desviações na vida social quando a intenção seria, em verdade, eliminá-las, ou eliminar os sujeitos da desviação. As posições sobre a diversidade sexual, bem como o respeito e a tolerância, muitas vezes são discursivamente generalizadas de maneira estática, cristalizada, no cotidiano e têm implicações políticas no campo da produção das identidades coletivas. É dizer: eliminam-se elementos plurais e performativos da identidade e se estabelecem hierarquias que tipificam aquilo que as pessoas podem ser, excluindo aquilo que cada uma está sendo.

Comportamentos desviantes da concepção usual podem, então, gerar ao menos três tipos de reação naqueles que fazem de um padrão geral e pretensamente universal a chave de constituição de um lugar na sociedade e, por conseguinte, exclusão da realidade social. Elas dependem de graus de abertura ou de fechamento à diferença, a saber: aceitação, indiferença e rejeição. Falar de aceitação, paradoxalmente, não implica necessariamente falar de reconhecimento. O mesmo vale para a posição de indiferença. Mas é a rejeição que pode levar às reações bastante adversas e perigosas, pois chegam ao limite da manutenção da vida dos que não compartilham desse mito universalizante. As reações adversas de indivíduos frente à diversidade sexual, vistas como não só dissonantes do padrão, mas também como degeneração social, podem culminar em formas de reações agressivas, simbólicas, físicas e, muitas vezes, em manifestações em que ambas estão associadas.

Na Psicologia Política, a homofobia é compreendida como um instrumental de dominação, por meio do qual sujeitos e grupos sociais disputam espaços de legitimidade e de reconhecimento e, portanto, de poder. É nesse quadro que, na sequência, trataremos a questão da violência e da dominação como elementos constitutivos da homofobia.

Homofobia: violência e dominação

A homofobia é um produto social derivado de uma construção mítica da sexualidade humana a partir de justificativas médico-legalistas, dentro de uma cultura assentada em princípios religiosos (GUASCH, 2000; SILVA, 2008). Isso implica assumir que a violência homofóbica é um produto do modelo heteronormativo surgido apenas no século XIX e que vive em crise relativa à sua hegemonia e estrutura na sociedade (GUASCH, 2000). Nesse quadro de crise, surgido de processos de abertura de determinados setores da sociedade com relação ao tema, assim como de fortalecimento de ações políticas de resistência e cidadania no campo dos movimentos LGBT, propicia-se contemporaneamente a emergência de expressões do desejo consideradas desviantes do padrão heteronormativo e de modo afirmativo. Elas ganham visibilidade no espaço público e resistem à submeterem-se, mais uma vez, à sistemática perversa das políticas de silenciamento, ocultamento e esquecimento (SILVA, 2008). Em certa medida, essa emergência fala do direito a ter direito, da necessidade de se garantir processos de subjetivação política que potencializem a ação de sujeitos que ocupam lugares minoritários e que desejam sair do subterrâneo do esquecimento e ocupar um lugar ao sol, ao lado de outros sujeitos que são diferentes, mas que também são igualmente cidadãos (SILVA, 2007b). O debate do que significa falar de homofobia, desta feita, é necessário e urgente por ser central na transformação desse quadro de desigualdades em função do desejo.

Assim, poderíamos nos perguntar, o que é homofobia?

Homofobia ainda se desenha como sendo um conceito polissêmico e multifacetado quando visto em suas peculiaridades. Isso faz dele algo inacabado e em processo de produção contínua. Borges e Meyer (2008, p. 61), por exemplo, entendem que “comportamentos homofóbicos variam desde a violência física da agressão e do assassinato até a violência

simbólica, em que alguém considera lícito afirmar que não gostaria de ter um colega [...] homossexual”. Mas, é em Borrillo (2001) e em Silva (2008) que nos amparamos para realizar mais profundamente essa discussão. A esse respeito, Borrillo (2001, p. 36) escreve que a homofobia pode ser encarada como

hostilidade geral, psicológica e social, com respeito àqueles e àqueles de quem se supõem que deseja a indivíduos de seu próprio sexo ou tenham práticas sexuais com eles. Forma específica do sexismo, a homofobia rechaça também a todos que não se conformam com o papel determinado pelo seu sexo biológico. Construção ideológica consistente na promoção da forma de sexualidade (hetero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e extrai delas conseqüências políticas.

A proposição de Borrillo enquadra a homofobia no campo psicopolítico na medida em que ele a vê como resultante de elementos subjetivos relativos ao sujeito homóforo e direcionada a um objeto de preconceito do qual tem a necessidade de distanciar-se e diferenciar-se de modo hierarquizado e positivo em relação a si mesmo. Isso gera a negatização da diferença contida em um outro e autoriza ações públicas orientadas pela vivência individual frente à diferença, o que se sustenta em uma visão essencialista da identidade, na identidade como ser acabado e imutável.

Silva (2008), por sua vez, destaca que

a homofobia serve a três propósitos narrativos, em nossa sociedade. O primeiro propósito tem como alvo legitimar um estreito espectro de ideologias sexuais, moralmente conservadoras, já denunciado por Adriane Rich (1987), sob a denominação de “heterossexualidade obrigatória”. [...] Isso se dá graças ao fato de a heterossexualidade não poder operar continuamente dentro dos mesmos parâmetros, por depender muito de bases sociais distintas, construídas diversamente em cada sociedade e momento histórico. Outra forma narrativa da homofobia é utilizada amplamente

para justificar a deslegitimação excludente da sexualidade de sujeitos sociais não-conformados com as normas da heterossexualidade obrigatória. Finalmente, a homofobia opera para narrar sua inexistência, negando a dinâmica da discriminação sexual. A homofobia confessa a existência de participantes e não-participantes no esquema da heterossexualidade obrigatória, mas não pode subscrever a proposição da heterossexualidade obrigatória, pois lhe faltariam os sujeitos desviados como uma forma de legitimação de si mesma. Isto também lhe serviria para demandar a colaboração do mesmo grupo social, alvo de seu combate e, talvez, de sua eliminação por ser o outro ilegítimo, o tabu da primazia da dissidência.

Como se percebe, a homofobia é um instrumento psicopolítico de dominação (SILVA, 2008) e encontra sua fonte na heteronormatização dos comportamentos sociais. Qualquer comportamento que não se enquadre no padrão heteronormativo (relação binária homem/mulher), e que fuja ao padrão machista e até mesmo misógino (entendendo que, numa hierarquia orientada pelo patriarcalismo, não há espaço para uma mulher emancipada e crítica) é tido como fora do padrão. Estar fora do padrão é descumprir, transgredir os papéis sociais que lhe são atribuídos socialmente e que, supostamente, deveriam ser entendidos como biologicamente determinados. É a biologização da cultura, é a cristalização de processos sociais dinâmicos e em constante mudança.

Ao serem entendidos como desviantes, tornam-se a garantia e a justificativa necessárias para a produção de realidades irreais materializadas mediante tais formas narrativas que produzem artificialmente um sujeito negado, utilitariamente desviante, anormal. Mediante essas formas narrativas passíveis de preconceito e repulsa e quiçá de alguma esperança de correção, a homofobia se fixa, por um lado como instrumental de manutenção de lógicas de poder e de hierarquias sociais naturalizadas e, por outro, como elemento justificador de posições sociais enquanto recurso narrativo produtor de lugares pautados em nomeações que negam a capacidade do outro nomear-se, pois, para nomear é necessária *ratio*, *logos*, *palavra* e esta possui apenas quem é reconhecido como normal. Isso faz da normalidade um recurso instrumental a serviço de formas hierarquizantes de poder e da homofobia, o conteúdo justificador de formas normais e anormais de ser/

estar no mundo. Portanto, a homofobia acaba por constituir, juntamente com o heterossexismo, uma das faces da intolerância.

Nesse sentido, Borrillo (2001) ressalta que a homofobia deve ser entendida como a consequência psicológica de uma representação social que, outorgando à heterossexualidade o monopólio da normalidade, fomenta o desprezo para com aqueles e aquelas que se apartam do modelo de referência. No mesmo rumo está Welzer-Lang (2001), para quem a homofobia é vista como a discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem assume algumas qualidades (ou defeitos) atribuídas ao outro gênero. A homofobia engessa as fronteiras do gênero. Borges e Meyer (2008, p. 66) complementam essa visão quando destacam:

É importante pensar que existe uma hierarquia de valores dentro da própria homofobia que é capaz de ser mais ou menos violenta, conforme a transgressão ao comportamento de gênero que é socialmente esperado. Nesse momento, parece ser mais aceitável um casal homossexual, seja feminino ou masculino, se ambos os parceiros comportam-se dentro das expectativas de gênero do seu sexo, compondo casais de homens másculos e mulheres femininas e, principalmente, sem manifestações de afeto em público.

Importante é considerar que a homofobia deriva de uma construção social e um fenômeno que é constantemente atravessado por outras dimensões da vida humana tais como classe, raça/etnia, gênero, posição social, cultura etc. A construção social da hegemonia do masculino pressupõe uma condição heteronormativa falaz, pois, do contrário, masculino só poderia ser o sujeito que é heterossexualmente orientado. De fato, essa impressão impera muitas vezes, visto que a condição de virilidade está associada a essa orientação e é negada as orientações heterodiscordantes. Algo semelhante passa na produção do feminino, visto que mulheres de orientação lésbica são correntemente associadas a tentativas forçadas de masculinização, segundo as narrativas homofóbicas. Assim, o erro da associação da orientação ao sexo e esse ao papel de gênero são formas de distorção nada sutil da realidade, sobretudo quando elas são feitas de maneira essencialista e

obrigatória. Como apontam Lionço e Vianna (2008), formas dissonantes de expressão de afetividade, como a homossexualidade, não apenas são tratadas como desviantes e passíveis de julgamento e cerceamento de direitos, mas são foco de controle naturalizante desde o início do processo educativo. Em certa medida, corre-se, de modo constante, o perigo de se educar para a violência e a intolerância. Educa-se não poucas vezes para o entendimento de que a diferença é defeito e deve ser evitada e, se ela aparece como valor agregador, ela o é quando vinculada a quem ocupe posição hierarquicamente investida de reconhecimento e, por conseguinte, de poder dentro da lógica dominante.

Essa consideração contém a idéia de que a homofobia não se dá somente pela agressão física diretamente direcionada contra o homossexual, mas pode se firmar de maneira sutil e até imperceptível. Essa expressão da violência chamada simbólica compreende a agressão verbal, moral e toda forma velada e não física produtora de lugares minoritários e reprodutora da lógica patriarcal de dominação-exploração materializada em discursividades homófobas. Tal forma de manifestação da violência homofóbica deriva de um arranjo social ordenador das relações em sociedade e serve a demarcação e legitimação de lugares socialmente construídos.

Sullivan (1996) observa que a construção social da homofobia passa por esse espaço narrativo e resulta da capacidade de nomear. Para ele, as palavras são invariavelmente instrumentos do poder, maneiras pelas quais os fortes controlam os fracos; são também formas de resistir temporariamente a esse controle, mesmo sem nunca vencê-lo por completo. É assim, porque essas palavras inserem-se em “discursos” ou maneiras de falar que servem apenas para fortalecer e consolidar as relações de poder que existem: os discursos da ciência, da moralidade, da psicologia, da criminologia, da sexualidade.

Vale considerar a característica da condenação do diferente na construção da heteronormatividade. Tal padrão considera somente como legítimo a relação binária homem-mulher, desta forma, a relação homossexual subverte e confunde os papéis de gênero, o que atenta frontalmente contra a heteronormatividade socialmente imposta. A evidência de relações sociais e afetivas heterodissonantes explicita o conflito do modelo binário construído a partir de um sistema de

oposições exatamente porque seus fundamentos produzem realidades que terminam por constituir-se em linearidades simplórias e previsíveis, nas quais não há espaço para a complexidade advinda da admissão de que a construção social da realidade, e porque não dizer da sexualidade, é performático.

Mesmo assim, a lógica binária das oposições lineares é imposta socialmente e protegida em uma discursividade que entende que proteção democrática de direitos é proteção do direito das majorias a qualquer custo. Efetivamente, tal lógica tem papel psicopolítico de manutenção de lugares definidos por quem tem o poder de nomear e simbolicamente justificar a deslegitimação política de outras formas de ser e estar. A violência se justifica em suas dimensões simbólica, física e política, inclusive porque seja ela aplicada por coletivos, pelo próprio Estado ou por sujeitos, ela o é porque estes se reconhecem legitimados e devidamente autorizados na lei e no costume naturalizado e exercer a violência sob o argumento de defesa social.

Em um belo artigo chamado “Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política”, Karin Ellen von Smigay (2002, p. 38) afirma:

A violência (de gênero) eclode como alternativa à possibilidade de negociação, como não-resposta ao trato com a diferença, recusa à alteridade. Não se explica pela desrazão – este tipo de violência não é pontual, inesperada, nem casual. Não se explica pelo desvario do agressor: ao contrário, é contínua, dirigida contra os mesmos alvos, restritos; tem objetivos bem delimitados; insiste, minando a resistência da vítima de forma sorrateira, mas implacável e destrói psicologicamente, aos poucos.

Curiosamente, isso nos faz lembrar de argumentos lebonmianos acerca do papel político do medo: o medo é um sentimento capaz de promover a ordem e garantir a coesão e a estabilidade social. Evitar a desviação que compromete a sociedade passa por garantir o controle e quaisquer formas de negociação que não impliquem em adesão à norma necessita ser contida.

Silva (2007a) observa que para essa lógica é necessária a constituição de um conjunto de atores que se subordinem a ela, que lhe possibilitem a legitimação dela própria. Segundo o autor, a homofobia confessa a existência de participantes e não-participantes no esquema da heterossexualidade obrigatória, mas não pode subscrever a proposição da heterossexualidade obrigatória de que lhe faz falta sujeitos desviados como uma forma de legitimação de si mesma.

A homossexualidade é, portanto, um ato atentatório contra a heteronormatividade social; tal ato atentatório pode causar diferentes reações, dependendo exclusivamente do receptor do estímulo. As reações de tal receptor podem variar em um *continnun* que vai da completa aceitação até a completa rejeição. O conflito social dá-se no âmbito da rejeição, que pode gerar reações que variam em outro *continuum*, que varia desde a indiferença até a agressão física. Ressaltamos ainda que não se trate de elementos lineares, mas de processualidades dinâmicas e que, em busca da manutenção da ordem engendram performatividades em busca de, paradoxalmente, barrar as performatividades próprias de identidades que são múltiplas e que não se produzem pela mera oposição binária exatamente por não serem fixas e acabadas, mas um espaço subjetivo e de permanente mudança social.

Vale ainda notar que a heteronormatividade social é tão forte que pode exercer efeitos nefastos sobre as dimensões psicológica, social e política de homossexuais, seja porque não aceitam em sua própria vida a diferença e diversidade enquanto valor, e internalizam a homofobia, seja naqueles/as que, mesmo reconhecendo o valor da diferença, necessitam publicizar a intimidade e a privacidade de cotidiano em função da decisão de não mais subordinar-se as políticas do silenciamento, do ocultamento e do esquecimento. Dessa forma, podemos apontar para a realidade da violência de si próprio mediante a homofobia internalizada que, em nome da normalidade natural, leva sujeitos a negarem a si mesmos e a seus pares, porque podem representar uma ameaça a sua frágil estabilidade em uma sociedade que lhe destina como lugar o não-lugar.

Importante destacar, como assinala Eribon (2000), que a violência homofóbica é injúria, insulto; define a relação e posição social do indivíduo, como inferior aos demais. Para ele, o que a injúria me diz é

que sou alguém anormal ou inferior, alguém sobre o qual o outro tem o poder, e, em princípio, o poder de injuriar. A injúria é, pois, a expressão da assimetria entre os indivíduos, entre os que são legítimos e os que não o são, e pela mesma razão são vulneráveis.

Não resta dúvida que a homofobia como forma de violência atende a função esperada: o enquadramento social e deslegitimador de quaisquer ações que possam pôr em xeque o sistema de dominação-exploração. Em outras palavras, a inferiorização é a forma de violência que despotencializa o sujeito na vida cotidiana, no mundo da vida, pois ela logra desumanizar o humano que não cumpre o determinado em *scripts*. É uma violência nem tão ou nada sutil, exatamente porque autoriza o outro a atuar como guardião moral da sociedade e dotado da faculdade de, em nome desse lugar de guardião, exercer o papel de polícia moral. Mas, guardar esse conjunto de crenças e valores heteroditatoriais em crise não seria compactuar com um *modus vivendi* calcado em uma moral hipócrita? Exercer esse papel não seria contribuir para uma sociedade incapaz de se superar e crescer, humanizando-se cada vez mais ao reconhecer a diferença como princípio dos direitos humanos?

Eribon (2000) reflete que, em sua vida pessoal, e porque não na vida de quem sofre os males da injúria homófoba, suas relações com o vivido estão marcadamente determinadas pelo peso dessas violências cotidianamente vividas. Nessa medida, subverter a ordem moral que nega o lugar a quem não é capaz de nomear a si mesmo porque não têm reconhecida a capacidade de emitir palavra e, portanto, ocupar um lugar na esfera política, é uma tarefa hercúlea, pois a injúria, real ou potencial, no horizonte da minha vida, define minha relação com o mundo e com os demais. É a que institui a dominação e a que constitui as subjetividades submetidas.

Essa situação resultante da violência homofóbica define a relação com o outro, estratificando e hierarquizando a sociedade de um modo nefasto que impede o reconhecimento da igualdade de direitos e de acesso a eles. Isso pode levar não só ao processo de isolamento individual e de ocultação do desejo, o que por si mesmo é terrível. Ela desfigura a identidade falsificando-a, forjando arremedos de seres humanos supostamente adaptados a padrões sociais, mas vivendo subvidas nas sobras, em espaços que não existem para essa sociedade heteronormal.

Mais hodiernamente, vê-se uma explosão de manifestações de resistência à obrigatoriedade do ocultamento; vê-se tudo a fora disputas entre os que querem sair à luz sem medo e os que querem coibir a tomada do espaço público por quem não cumpre os requisitos mínimos estabelecidos pelos donos do poder. Em países como a Espanha, onde o processo de luta conquistou a isonomia de direitos e a proteção de LGBTs, assombra o fantasma de reforma da lei, provocando não apenas insegurança jurídica, mas medo. Medo de mais uma vez ser injuriado, insultado, subordinado, ocultado e esquecido; medo de viver mais uma vez a violência homofóbica capitaneada por um Estado instrumentalizado e que não reconhece a cidadania de pessoas LGBT da mesma maneira que o faz com cidadãos heterossexuais. Mas o que dizer de Uganda que, sazonalmente, debate em seu parlamento a pena capital para homossexuais? Hoje no mundo há 76 países que possuem alguma punição para o crime de não ser heterossexual!

Em verdade, na vida cotidiana, o medo organiza o ódio; medo e ódio provocam, por um lado, evitamento, fuga, desejo de se esconder e, por outro, sustentam políticas de silenciamento, ocultamento e esquecimento. Do ponto de vista psicopolítico, o medo e o ódio constituem-se em sentimentos que impedem a confrontação das causas que os provocam fragilizando o sujeito ou mesmo o assujeitando.

A luta por um lugar ao sol (SILVA, 2007a), por reconhecimento que permita que semelhantes sejam diferentes, singulares, sem que isso seja crime, é uma luta por direitos humanos e contra a violência e a lógica perversa da dominação-exploração. Não é por acaso que, historicamente, surgiram espaços de sociabilidade, de reconhecida aceitação mútua, ainda que oculta do mundo dos *normais*. Os chamados guetos foram estratégicos para garantir a sobrevivência em um mundo que há muito medicalizou e judicializou a sexualidade. Guetos foram, em certa medida, mais que espaços de sociabilidade; foram espaço de proteção e organização política e tempos duros, uma vez que a marginalidade é o que se outorga aos homossexuais (ERIBON, 2000).

Vale ressaltar que não se trata aqui de *demonizar* a heterossexualidade. Pontue-se que nem toda agressão contra homossexuais é homofobia, é orientada em função de uma orientação discordante do padrão; depende do contexto em que a mesma se dá e

da intencionalidade que a acompanha. Em suma, uma abordagem ampla da homofobia deve não somente ser encarada como um rompimento da integridade humana pela agressão simbólica e física, mas também ser vista como fator de restrição de direitos de cidadania, como impeditivo à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, aos direitos humanos.

Aproximações entre homofobia e violência de gênero, homofobia e racismo

Traçar aproximações entre a homofobia e a violência de gênero (e não violência contra as mulheres) e entre homofobia e racismo não é algo menor. Na verdade, parece-nos necessário. Há muito se tem afirmado que faltam bons modelos que possam ser utilizados na contenção da violência. Há muito se pergunta: “Não basta o reconhecimento de quem são os agressores, nem suas vítimas preferenciais?” Ao que se responde: “Traçar seus perfis e mapear sua incidência não é estratégia suficiente, embora necessária.” (SMIGAY, 2002, p. 34-35). Isso se dá porque tanto o racismo quanto a violência de gênero estão enraizados de forma profunda e persistente em nossa sociedade, compondo os elementos formadores de um verdadeiro nó conceitual de difícil elucidação. Referimo-nos à fusão de três sistemas de dominação-exploração que propôs Saffioti (1987, p. 60): patriarcado-racismo-capitalismo.

Ao fundirem-se, os três sistemas de dominação-exploração deram origem a um único sistema que transforma a trama social, tornando o tema das violências uma questão de difícil abordagem. A mesma lógica pode ser evidenciada no racismo e na homofobia, sendo o objetivo do “natural” eliminar o “desviante”, que pode configurar ameaça ao modo de vida natural ou à “essência” dos “normais”. Isso se dá porque o preconceito fala mais do sujeito preconceituoso do que do sujeito que é objeto de preconceito.

Nesse sentido, podemos dizer que quando as relações sociais são balizadas em preconceitos e estereótipos, há um império da desconfiança, ou seja, “a desconfiança permeia todas as relações entre seres humanos socialmente desiguais. O branco sempre desconfia do negro, o homem sempre desconfia da mulher [o heterossexual sempre desconfia do homossexual]. Confiança só existe entre iguais” (SAFFIOTI, 1987, p. 54). Nesta aproximação, prevalece a idéia da heteronormatividade, ou seja,

da heterossexualidade obrigatória, enquadrando as normativas LGBT que são postas na condição de normativas dissidentes, desviantes, e seus sujeitos como um outro a ser negado, assim como a lógica racista avista o “não branco” como outro passível de injúria e insulto, exatamente por não ser confiável. A esse respeito apontou Smigay (2001, p. 36):

Tradicionalmente se partilha uma concepção de que agressores são presos de momentos de irracionalidade quando perpetram atos violentos. O que as militantes feministas procuraram mostrar é que a violência é constitutiva do masculino – socializados para a misoginia, para o sexismo e a homofobia, não apenas desprezam os que consideram inferiores e desvirilizados, como coletivamente acionam condutas francamente violentas – não são desviantes, mas agem segundo padrões considerados valorados entre o mundo dos homens – agem segundo a norma de uma cultura homofóbica/sexista.

É o peso da naturalização da cultura que normaliza e orienta a conduta segundo os papéis atribuídos às diferentes categorias de sexo e suas posições na pirâmide social. Nesse quadro, a reação de quem se rebela é transgressora, porque põe em xeque os cânones do sistema patriarcado-racismo-capitalismo, mas é constitutiva quando ela decorre do exercício de um lugar social previstos na narrativa falocêntrica. Quaisquer que sejam os tipos de discriminações que pesem contra uma categoria social, servem para introduzir o fenômeno da diferenciação com estratégia de distanciamento do outro não confiável e, deste modo, execrável e passível de sofrer a violência corretora daqueles que não desviam da norma.

Sobre a relação entre homofobia e violência de gênero, o paralelo a ser traçado é, então, entre a característica falocêntrica da sociedade, na qual o masculino é o ente dominante e opressor e o feminino, o dominado e oprimido, o que visibiliza o binarismo que ordena as relações de dominação-exploração (SAFFIOTI, 1987; WELZER-LANG, 2001; SMIGAY, 2002). Vale notar que tal supremacia fálica é uma construção social, vinculando o masculino à violência e à dominação; sob esta ótica, “a violência não seria transgressão à norma, ao contrário: se expressaria como uma norma” (SMIGAY, 2002, p. 36).

Dessa forma, apontamos que o racismo, a violência de gênero e a homofobia estão baseados em alicerces comuns, mas sob nomenclaturas diferenciadas e sob determinadas particularidades. Elas estão moldadas segundo o mesmo sistema de dominação-exploração, estão fundadas na lógica da dominação-exploração do homem branco sobre as mulheres, sobre as diferentes raças e sobre os homossexuais.

A diferenciação epistemológica entre o racismo, a violência de gênero e a homofobia é inquestionavelmente necessária, mas a sua aproximação também é. Em uma sociedade não-utópica, ou seja, desigual e preconceituosa, tais elementos cruzam-se; por exemplo, uma lésbica nunca é vítima somente de homofobia, mas é vítima de homofobia carregada de misoginia, ou de lesbofobia, até dentro da própria comunidade LGBT, assim como um gay negro é vítima tanto de homofobia quanto de racismo, ou de homofobia e racismo pela sociedade em geral e de racismo dentro da comunidade LGBT; a travesti, então, pode ser encarada como uma das maiores agressoras ao estamento da masculinidade, renegando ao seu lugar de “macho” para ser uma “fêmea” e, mesmo assim, não ser reconhecida como uma “mulher de verdade” pelas mulheres.

Como já dito antes, os preconceitos estão intercalados. Ao relacionarmos estes três conceitos, homofobia, violência de gênero e racismo, estamos apontando para o fato de que eles são decorrentes do sistema de dominação-exploração no qual vivemos e ao aproximá-los se incorpora os/as assujeitados/as, que, em determinados contextos, estão, por exemplo, na posição feminilizada e branqueada. Feminilizados não estão apenas certos homens que desejam outros homens, sejam eles mais ou menos femininos, mas também às vezes indígenas, crianças e velhos. Todavia, esses homens, que recusam o modelo tradicional, ou a virilidade dominante, e essas mulheres que recusam o modelo tradicional de feminilidade dominante são objetos de violência de gênero e homofobia, bem como de racismo. Esses fenômenos sustentam-se num encontro entre preconceitos, condutas e ideologias indo ao encontro do que aponta em sua obra Heleieth Saffiotti. Parafraseando Welzer-Lang (1999), quando esses homens são colocados como os insubmissos da virilidade triunfante, poderíamos também dizer que estas mulheres também o são, mas são também as insubmissas da feminilidade subordinada; homens e mulheres negras, os/as insubmissos/as de uma racialidade triunfante. Smigay (2002, p. 38) nos recorda ainda que,

como no racismo, a dificuldade em nos reconhecer como um país sem cordialidade diante das diferenças tem dificultado formular projetos que, efetivamente, impliquem agressores e vitimados em um esforço para rever as relações homofóbicas e sexistas. Portanto, violência de gênero é uma violência em que a questão do poder, desigual entre os envolvidos, é a marca. Poder este diferenciado segundo o pertencimento de gênero – mulheres, homens não-viris, homens e mulheres que optam por práticas homoeróticas; são estes os objetos privilegiados desta violência homofóbica/sexista.

E todas essas formas de insubmissão se encontram de modo permanente e clamam pelo direito a ter direitos, pelo reconhecimento que lhes tornam sujeitos frente à condição de negados, de assujeitados. A homofobia e o sexismo são facetas de assujeitamento que se conformam no âmbito da violência de gênero e encontram seus justificantes, segundo Welzer-Lang, Dutey e Dorais (1994), em processos sociais, sendo a homofobia a interiorização do sexismo nas relações interpessoais e intergrupais. Ao interiorizar, se estabelecem as sólidas bases que deslindam as múltiplas fronteiras estanques entre os gêneros, de modo a determinar o *modus operandi* da discriminação frente a quem ouse olvidar seu lugar determinado pelo sistema, a partir de estereótipos de como se deve viver inalteradamente, os papéis de gênero.

Karin V. Smigay (2002, p. 39) nos recorda que “nas sociedades onde homens, tanto coletiva quanto individualmente, dominam as mulheres, o sexismo organiza a dominação das mulheres e a homofobia vem selar a coesão entre os dominantes. Tanto o sexismo quanto a homofobia estruturam o medo de abandonar as atribuições de seu grupo sexual.”

Homofobia e direitos humanos: uma questão de vida ou morte

A dignidade humana não vem do seu modo de vida, mas da sua capacidade de ser fim em si mesmo, de ser livre. (LOPES, 2000, p. 87). Celso Lafer (1997, p. 58), ao analisar a obra de Hannah Arendt e o tocante aos direitos humanos nos lembra que, para ela,

a cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direito dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso a um espaço público comum. Em resumo, é esse acesso ao espaço público – o direito de pertencer a uma comunidade política – que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos.

Após anos de tentativas, o Conselho de Direitos Humanos da ONU deu, durante a sessão do dia 17 de junho de 2011, o primeiro passo real rumo à proteção dos direitos de homossexuais ao proclamar a “tolerância zero” contra qualquer tipo de discriminação ou violência por motivos de orientação sexual e solicitou aos países membros que atuem para por fim aos abusos impingidos a esses sujeitos. Votaram a favor da moção 19 países, dentre os quais o Brasil. Alguns países africanos e árabes votaram contra, sob a alegação de que antes era preciso definir o que é “orientação sexual”. Se Uganda analisa, mais uma vez, impor a pena de morte a seus/suas cidadãos/as homossexuais, sete outros países já o fazem. Castigam gays e lésbicas com pena de morte países como Maurítânia, Sudão, Arábia Saudita, Iran, Iêmen, 12 estados do norte da Nigéria e partes meridionais da Somália.

O texto, redatado pela África do Sul, afirma que todos os seres humanos nasceram livres e iguais em dignidade e direitos e, por esse motivo, todo mundo tem direito a todos os direitos e liberdades, sem distinção de nenhum tipo. No texto, está implícita uma visão sobre dignidade e liberdade que acolhe a diversidade, mas essa não é a única, o que distancia os países que votaram contra e a favor.

Quem sabe esse fato seja ilustrativo daquilo que preconizava Hannah Arendt em sua obra e que bem indicou Lafer. A construção coletiva do espaço comum implica na superação de determinados *modus vivendis*, internalizados em sujeitos e sociedades. O debate sobre orientação sexual e identidade de gênero estará pautado nas Nações Unidas por um grupo de trabalho intergovernamental. Nele, se estudará como a legislação internacional pode aplicar-se para que não fiquem impunes os casos de violência baseados na identidade de gênero. Certamente, esse grupo não tem uma tarefa fácil, mas ocupa nos dias de hoje papel importante na luta contra o preconceito e a discriminação. Não

se trata de impor valores a ninguém e a nenhum país, mas de reafirmar os direitos que devem existir para todos, visto que qualquer ser humano merece ser protegido da violência. Contudo, seguir a resolução depende de cada país, pois ela não passa pelo crivo da assembléia geral.

O embate vivido no Conselho de Direitos Humanos nessa e em muitas outras questões está fundado em duas formas de entender os direitos humanos e os apelos à dignidade da pessoa humana amplamente tratados na literatura (LAFER, 1997; LOPES, 2000). A primeira vê os direitos humanos de modo substantivo e outra, de modo procedimental. Isso traz ao debate sobre direitos humanos importantes implicações, pois se criam possibilidades verticais ou horizontais de se ser/estar no mundo e de exercer a liberdade. A perspectiva substantiva destaca certas qualidades de caráter, tornando a dignidade humana uma condição essencial, um valor idealizado. Conseqüência disso é a separação entre modos dignos e indignos de ser/estar e a conseguinte prescritividade de comportamentos. É nesse modo de olhar a dignidade humana que encontramos a justificção para a tolerância de algo que se poderia suprimir da realidade, para a comiseração e a condescendência com aqueles que não atingem o ideal substantivo de pessoa digna.

Nesse processo de hierarquização da dignidade, no qual há os que se aproximam idealmente do tipo esperado e aqueles que ficam na base, distantes do modelo esperado, verifica-se um conjunto de atitudes políticas autoritárias que abrem espaço justificado para o exercício da violência enquanto forma de controle de quem não se adequou ao modelo esperado. Há a clara divisão da humanidade em estratos de dignidade, cabendo às elites o enquadramento social que torna os homens bons. Os ideais substantivos e normativos compartilhados pela parcela boa da humanidade, que se aproxima do ideal preconizado, originam a aristocracia moral que possui o dever de guardar a dignidade manifesta em certos comportamentos que eles próprios vivem. Seu ser e a dignidade se assemelham e quem não se assemelhe a eles não compartilha de dignidade e está abaixo do padrão de dignidade. Não ter dignidade implica em não possuir a garantia do direito, em perder direitos, o que faz da dignidade um instrumental de controle objetivo e subjetivo, um instrumento perverso de promoção da exclusão. Na lógica da narrativa, da discursividade, essa perspectiva faz com que quem não atinja os padrões não se faça reconhecer como semelhante, via processo

de adaptação ao modelo ideal, e não possa ser interlocutor, pois tem palavra apenas quem é digno dela.

A outra forma de se entender a dignidade como elemento fundamental dos direitos humanos passa pelo reconhecimento, pelo exercício e pela fundamentalidade da idéia de liberdade. A possibilidade de escolha e de escolher faculta apenas ao ser humano o exercício da liberdade, sendo ele próprio fim em si mesmo. Disso decorre a necessidade do reconhecimento do outro como equivalente, sendo imperioso o reconhecimento recíproco da dignidade de cada um, o que instaura uma forma de consciência de si associada à consciência do outro, uma forma refletida de consciência. Tal reconhecimento chama-se respeito. Eu, nós, ele/eles, elas/elas são elementos da produção de identidades coletivas baseadas no reconhecimento de si e do outro, sendo que não há respeito sem reconhecimento, exatamente porque o primeiro é uma forma do segundo.

Mas, para além da vida em família (ou na sociedade civil), onde laços afetivos e/ou as necessidades de troca são a chave das relações,

é no âmbito do Estado (e, pois, do direito público e político) que o reconhecimento impessoal se conclui, afirmando-se um respeito pelas diferenças e ao mesmo tempo estabelecendo-se um sentimento de solidariedade. [...] A dignidade da pessoa está ligada à sua capacidade de agir humanamente, e agir de maneira humana é agir livremente, deliberando, escolhendo seus planos e seus fins. Fazer valer tal liberdade é o propósito de uma doutrina dos direitos humanos. A liberdade é uma condição da vida humana, mas não é uma condição dada. Seja como livre-arbítrio, seja como liberdade civil, a liberdade resulta de ações e exercícios. Embora haja uma condição de liberdade na ação humana, ela precisa ser cultivada [...]. A liberdade moderna, significando ausência de coação, exige a tarefa crítica de conhecer e determinar o que de fato coage e limita a vida dos homens. As coações podem ser internas (subjetivas) ou externas (objetivas), mas independentemente de sua característica é preciso opor-se a elas quando injustas, indevidas ou inutilmente cruéis (LOPES, 2000, p. 86).

Não há como deixar de observar que nessa posição há uma subversão da lógica vertical e subordinadora presente na outra perspectiva. A questão é que a cultura política está marcadamente tomada pela postura piramidalizante da dignidade. Alterar essa lógica é mexer em estruturas e lógicas de poder assentadas e inserir novos atores que de assujeitados passam a sujeitos políticos, de esquecidos, ocultados e silenciados passam a recordados, presentificados e falantes. E essas mudanças impõem a necessidade do reconhecimento, do respeito da mudança cultural e do fim da violência como exercício doutrinador de comportamentos aceitáveis e esperados.

No Brasil, são muitas as etapas para que se observe transformação na cultura política que ainda resiste a reconhecer a diferença como valor, reconhecer a dignidade humana de pessoas que não produzem sua subjetividade e nem manifestam seu desejo da mesma maneira que preconizam a cultura heterossexual (MOTT, 2006). Nesse contexto, ainda vemos o judiciário atuar como legislador ao dar sentido à lei, visto que os legisladores não o fazem e aparentemente ignoram a condição de humilhação a que tantos brasileiros e brasileiras continuam sendo submetidos.

Se em 1998 o então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Celso Mello, apontava para o fato de que “não adianta comemorar o cinqüentenário da Declaração dos Direitos Humanos, se práticas injustas que excluem os homossexuais dos direitos básicos continuam ocorrendo. É preciso que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário tomem consciência e tenham percepção de que é necessário enfrentar essa situação de grave adversidade pela qual passam os integrantes deste grupo extremamente vulnerável”. Somente 13 anos depois, parcialmente, alguns dos elementos que tornam esse coletivo vulnerável foram juridicamente superados mediante a ação efetiva do poder judiciário, que, instado por uma parcela da sociedade, fez valer a isonomia e a equidade entre os/as cidadãos/as da República. Pode-se considerar histórica a decisão unânime da suprema corte brasileira ao garantir a equiparação de direitos em sessão realizada no dia 05 de maio de 2011.

Ainda assim, parece-nos que, como apontou Fraser, o perigo que vivem esses sujeitos passa pela fragilidade da segurança obtida, visto

que não há nenhuma lei que lhes proteja efetivamente. No entanto, uma interpretação do judiciário lhes protege, enquanto a lei não muda ou não especifica o direito e quem tem acesso a ele. Para a autora,

gays e lésbicas sofrem de heterossexismo: a construção de normas de autoridade que privilegiam a heterossexualidade. Junto vem a homofobia: a desvalorização cultural da homossexualidade. Com sua sexualidade degradada, sofrem vergonha, assédio, discriminação, violência, enquanto seus direitos de proteção igual (isonomia) lhes são negados – tudo fundamentalmente negativa de reconhecimento. Por certo, gays e lésbicas sofrem também sérias injustiças econômicas: podem ser despedidos sumariamente de empregos e lhes são negados benefícios sociais familiares. Mas longe de se enraizarem na estrutura econômica, estas injustiças derivam de uma estrutura injusta de valores culturais (FRASER, 1997, p. 18).

Reflexo dessa cultura é o fato de o projeto de União Homoafetiva, apresentado em 1995 pela então deputada Marta Suplicy, ainda estar engavetado em Brasília e o PL 122, que criminaliza a homofobia sofrer resistência forte no Congresso Nacional. Efetivamente, as injustiças derivam de valores culturais e, para além de interpretações do judiciário, ações do executivo ou legislações apresentadas e aprovadas pelo legislativo, é preciso pensar que elas são instrumentais importantes de regulação do direito, mas certamente não possuem o poder de garantir a mudança social, a mudança da cultura política que diz respeito a esse grupo social.

Entretanto, a segurança física e emocional de quem vive a expectativa da violência necessita da segurança de garantia ao direito de reconhecimento. A esse respeito, já fez importante apontamento José Reinaldo de Lima Lopes (2000, p. 92-93):

A reivindicação do direito ao reconhecimento tem por finalidade garantir que certas identidades não sofram uma denegrição ou violência e que, simultaneamente, possam se expressar livremente sem temores. Violências [...] costumam vitimar

pessoas humanas que pertencem a grupos minoritários ou subalternos na sociedade [...]. Qual o remédio adequado para a denegrição de certos grupos que termina estimulando a violência contra eles. Em primeiro lugar, de caráter penal: seja civil, seja criminalmente, o problema é tornar certas atitudes passíveis de penas [...], como se tem feito com o racismo. Outro remédio é garantir aos grupos minoritários liberdade de expressão: que possam manifestar-se publicamente sem que por isso sejam molestados pela polícia ou por outros grupos. Estatem sido hoje a reivindicação dos grupos homossexuais, como foi outrora a de religiões minoritárias. [...] O direito ao reconhecimento [...] destaca o problema da liberdade da ação e da autonomia num sentido forte. Quero dizer que o reconhecimento integral da diferença do outro é forte na medida em que a tolerância que se exige é maior do que a simples indiferença das atitudes exclusivamente privadas. Pode-se dizer que uma coisa é tolerar que alguém tenha, no íntimo de sua casa, certo comportamento sexual. Outra coisa é admitir, publicamente, que qualquer um de qualquer orientação sexual possa expressar publicamente este aspecto integral de sua personalidade, de modo a não ser molestado, nem preterido no seu local de trabalho. Para fazer isto, o reconhecimento da dignidade humana dos outros é indispensável, e reconhecimento que não exija do outro que deixe de ser o que é, ou melhor, que oculte o que realmente é, desde que isto não cause dano a ninguém. De fato, a “política de identidades” que hoje se desenvolve quer referir-se às identidades públicas. Não se trata apenas de defender a liberdade interior e, portanto, a liberdade do livre-arbítrio. A liberdade das identidades é uma espécie de liberdade civil, em que se possibilita a expressão pública daquilo que une ou identifica os grupos.

Assim, as fundamentações da dignidade das pessoas assumidas socialmente nos permitem pensar mais claramente na realidade da homofobia que gera sofrimento psíquico e não poucas vezes leva à morte. Há um exercício de poder na sociedade que tem posto em posições binárias os atores sociais que detêm o poder, de modo a distorcer a idéia de liberdade para então garantir uma leitura essencialista da mesma, que justifica a hierarquia dos comportamentos ditos dignos. Aqui, o que

pretendemos é ressaltar que a liberdade, o reconhecimento do outro, a alteridade e a diferença como valor é autonomia, capacidade não apenas de estar livre de interferências, mas também de escolher crítica e autonomamente como viver e fazê-lo; passa pela possibilidade real de cada sujeito produzir suas próprias narrativas de identidade que são refletidas na relação com o outro.

A luta contra a homofobia e a defesa da orientação sexual e da identidade de gênero passam não só pela defesa da liberdade da vida privada constituída e vivida no âmbito do privado; alcança a possibilidade real, material, de viver a liberdade da vida privada no espaço público sem vê-la aviltada, sem que a expressão pública da liberdade denigre a imagem coletiva do grupo a que se pertence e a imagem de si. Viver livremente passa pela ruptura definitiva da lógica hierarquizante da dignidade humana e pela garantia da pluralidade como elemento ordenador da vida humana e como um valor universal constituinte da própria humanidade.

Esse breve capítulo visou apontar alguns aspectos pertinentes à discussão sobre homofobia, tema vigente em sociedades plurais e abertas ao debate, que visem refinar a concepção de direitos humanos em suas práticas cotidianas e políticas. Porém, esse é um tema urgente em sociedades em que não há o direito a ter direitos e, menos ainda, direito à livre expressão sexual (não esqueçamos o que pode vir a passar na Uganda e que já passa em sete países do mundo: a pena de morte!).

Indubitavelmente, a homofobia compõe o emaranhado das violências que derivam do preconceito e de estereótipos vivenciados nas sociedades e a serviço da manutenção dos sistemas de dominação-exploração vigentes. Destarte, o racismo e a violência de gênero se encontram e atuam de maneira a potencializar as ações violentas que põem em risco tanto a saúde psíquica como a segurança da vida de pessoas que não estão assimiladas na conduta hegemônica de corte heteronormativo e obrigatório. Portanto, as temáticas do racismo, da violência de gênero e do capitalismo ocupam lugar estratégico tanto no debate político-institucional brasileiro, quanto no debate internacional, visto que esses são elementos significativos no processo de produção dos direitos humanos e da superação das desigualdades. Nesse cenário, é certo que essas correlações nos permitem entender melhor as dinâmicas

que dão sustentação à homofobia e aos sujeitos e esferas institucionais que se utilizam dela como forma de manutenção de uma lógica de poder.

A homofobia é uma categoria polissêmica e que traz em si elementos que, por vezes, dificultam a compreensão e o debate. Por envolver lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, a homofobia produz subcategorias que guardam peculiaridades associadas a cada subgrupo da comunidade LGBT. Tais subcategorias específicas para cada ocorrência atendem por lesbofobia, gayfobia, a bifobia, a transfobia e a travestifobia. Ainda que muitos associem a homofobia aos coletivos gay e lésbico, este é um termo genérico que abarca a todos os anteriores ou, dito de outro modo, cada uma dessas variantes compõem, como um todo, a homofobia. Na verdade, cada uma dessas formas mais específicas da homofobia carecem ser melhores estudadas, assim como a própria homofobia, pois não se deve confundir a homofobia com o heterossexismo e o androcentrismo, e nem reduzir o peso deste na produção da própria homofobia. O pensamento baseado sobre a heteronormatividade, o heterossexismo e o androcentrismo está vivo e dá sustentação e, ainda, justifica a homofobia e a ação concreta de sujeitos e instituições homófobas.

Esse é um debate enquadrado nas disputas de poder, que ganha sentido no processo de enfrentamento que busca manter ou subverter o equilíbrio de força entre pessoas de primeira e de segunda classes, segundo uma noção essencialista da dignidade humana. Nesse embate, está posta a necessidade de se adaptar às condutas consideradas boas e dignas ou subverter essa ordem aristocrática e assumir a liberdade como o exercício do respeito que reconhece a si e ao outro como iguais na diferença. Uma perspectiva acaba gerando a segregação social entre normais e quase-normais (ou, como diria Sullivan, 1996, praticamente normais) e a outra subverte as formas que determinam e dão sentido à realidade e abrem espaço para uma pluralidade de performatividades que rompem com o pensamento binário e hierarquizado. Nesse espaço – no qual sujeitos se encontram na arena política, onde se engendra uma cultura política que possibilita a manutenção ou a produção de novas subjetividades políticas e de novas maneiras de relacionar-se com ele – encontramos o foco do debate psicopolítico. O estigma e a homofobia provocam violências no âmbito familiar, nas escolas e no emprego e em quaisquer espaços nos quais a diferença se manifeste.

Há que se ressaltar aqui que homossexuais não são vítimas da mesma violência que qualquer um: os crimes cometidos contra eles, especialmente os homicídios, são acompanhados de crueldades inenarráveis. Essas expressões de ódio são muitas vezes alimentadas pela homofobia e estimuladas por setores conservadores da sociedade. É a violência como forma de disciplinarização de quem transgride e se arvora em ser falante, que é capaz de se expressar e dar sentido, de emitir palavra e construir narrativas sobre si e sobre o mundo. Narrar é um problema, mas narrar subvertendo verdades naturalizadas em séculos de dominação-exploração é algo imperdoável e merecedor de supressão por parte de quem é “normal”. Em certa medida, a homofobia serve para a normalização da violência contra quem transgride a heteronormatividade obrigatória. Ela é uma forma nefasta de materialização do ódio daqueles que se sentem coagidos pela diferença e de propagação do medo por estes sobre aqueles que buscam a liberdade como elemento que se opõem a noções essencialistas de dignidade.

Como nos recorda Lopes (2000, p. 97), “assim como o crime de genocídio difere do simples homicídio, ainda que este se faça com requintes de crueldade, o crime de ódio (*hate crime*) é também específico: há um dolo específico, uma vítima (ou grupo de vítimas) diferente, há um propósito distinto”. Gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros são discriminados no trabalho, na religião, no espaço público. São múltiplas as situações nas quais essas pessoas se vêem humilhadas. Humilhadas por não serem admitidas ou promovidas no trabalho; por não serem admitidas nos seminários ou na comunidade religiosa, porque estariam vivendo pecados que nem o Deus e o amor seriam capazes de perdoar. Há empresas e seminários religiosos que aplicam testes para detectar se a orientação sexual dos candidatos está de acordo com suas expectativas.

Como se pode notar, a vigilância e a luta, a resistência e o sacrifício ainda se fazem necessários frente às desigualdades sofridas por esses homens e mulheres. Não se pode esquecer que classe, gênero, raça/etnia, religião, cultura e outros elementos se atravessam permanentemente e produzem formas novas, ora mais sutis ora mais frontais; contudo, todas elas atentam contra a dignidade humana livre e emancipada. Nesse quadro, as vitórias, no Brasil, de mulheres com a lei Maria da Penha e criação da Secretaria de Políticas para Mulheres e de mulheres e homens negros com a criminalização do racismo e a

criação da Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial ainda precisam ser alcançadas por mulheres e homens LGBTs. Certamente, as vitórias que se tem alcançado junto ao poder legislativo são motivo de celebração; todavia, ainda há muito para se transformar na República Federativa do Brasil. O espírito republicano ainda não garante a igualdade e a diferença para todos e muito ainda se tem a fazer para transformar a cultura política brasileira no tocante à violência contra minorias e, em especial, no que tange à homofobia.

Referências Bibliográficas

CRUZ, Elizabete Franco. Banheiros, Travestis, Relações de Gênero e Diferenças no Cotidiano da Escola. **Psicologia Política**, 4(8), Jan./Jun., 2011.

BORGES, Zulmira Newlands e MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.

ERIBON, Didier. **Identidades: Reflexiones Sobre La Cuestión Gay**. Barcelona: Bellaterra, 2000.

FONTES, Malu. Ilustrações do Silêncio e da Negação: a ausência de Imagens da Diversidade sexual em livros didáticos. **Psicologia Política**, 8(16), jun./dez. 2008.

FRASER, Nancy. **Justice interrupts**. Nova York/Londres: Routledge, 1997.

GUASCH, Oscar. **Identidades: reflexiones sobre la cuestión gay**. Barcelona: Bellaterra, 2000.

GOUVEIA, Raimundo e Camino, Leoncio. Análise psicossocial das Visões de Ativistas LGBTs sobre família e Conjugabilidade. **Psicologia**

Política, 9(17), jan./Jun., 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Revista Bagoas**, 1(1), 2007.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. **Estudos Avançados**, 11 (30), 1997.

LIONÇO, Tatiana e DINIZ, Débora. Homofobia, Silêncio e Naturalização: uma narrativa da diversidade sexual. **Psicologia Política**, 8(16), jun./dez. 2008.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Direitos Humanos e Tratamento Iguatário: questões de impunidade, dignidade e liberdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 15 Num. 42 pp. 77-10, 2000.

MOTT, Luis. Homo-Afetividade e Direitos Humanos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2): 509-521, 2006

PRADO, Marco Aurélio Máximo e Machado, Frederico Vianna. **Preconceito Contra Homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

RIOS, Luis Felipe e NASCIMENTO, Ítala Fabiana. Homossexualidade e Psicoterapia Infantil – possibilidades e desafios para a construção dos direitos sexuais na clínica psicológica **Psicologia Política**, 4(8), jun./dez., 2007.

RIOS, Roger Raupp e SANTOS, Wenderson Rufino. Diversidade Sexual, Educação e Sociedade: reflexões a partir do Programa Nacional do Livro Didático. **Psicologia Política**, 8(16), jun./dez. 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

Santos, Ana Cristina. Cidadania Sexual na Democracia Portuguesa. **Psicologia Política**, 4(8), jun./dez. 2004.

SILVA, Alessandro Soares da. As cores memoriais (e distorcidas) da (in) diferença: com que cores se colorem o passado no tempo presente da homofobia?! *Revista Bagoas*. 1(1), 2007a

_____. **Direitos Humanos e Lugares Minoritários: Um convite ao pensar sobre os processos de exclusão na escola**. Brasília: MEC, 2007b. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/11_soares.pdf

_____. **Luta, resistência e Cidadania: uma análise Psicopolítica dos movimentos e paradas LGBT**. Curitiba: Juruá, 2008.

SILVA, Tomas Tadeu. **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SMIGAY, Karin Ellen Von. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em Revista**. v. 8, n. 11, p. 32-46, 2002.

SULLIVAN, Andrew. **Praticamente Normal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996..

Vala, Jorge (org). **Novos Racismos**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

VIANNA, Claudia e RAMIRES, Lula. A eloquência do Silêncio: Gênero e Diversidade Sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos. **Psicologia Política**, 8(16), jun./dez. 2008.

VILLAAMIL-PEREZ, Fernando. Economia Política del Armário: políticas del silencio, políticas de la autenticidade. **Psicologia Política**, 4(8), jun./dez. 2004.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Ano 9, v. 9, n. 2, p. 460-481, 2001.

_____. Le Gueuloir Bi ou Comment la Bifobie Vient

aux Gais. **Psicologia Política**, 4(8), jun./dez. 2004.

WELZER-LANG, D.; DUTEY, P. e DORAIS, M. **La peur de l'autre en soi**.
Montréal: VLB Éditeur, 1994.

